UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

RAPHAELA FERNANDES DOS SANTOS BORGES DE QUEIROZ

POLIFONIA COMO RECURSO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICO NA CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* EM DISCURSOS POLÍTICOS DE OTTOMAR PINTO

BOA VISTA - RR
2015

RAPHAELA FERNANDES DOS SANTOS BORGES DE QUEIROZ

POLIFONIA COMO RECURSO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICO NA CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* EM DISCURSOS POLÍTICOS DE OTTOMAR PINTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Roraima, como requisito para a conclusão do Mestrado em Letras. Área de Concentração: Língua e Cultura Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Paulina Lira Carneiro

Boa Vista – RR
2015

RAPHAELA FERNANDES DOS SANTOS BORGES DE QUEIROZ

POLIFONIA COMO RECURSO SEMÂNTICO-PRAGMÁTICO NA CONSTRUÇÃO DO ETHOS EM DISCURSOS POLÍTICOS DE OTTOMAR PINTO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal de Roraima, como requisito para a conclusão do Mestrado em Letras. Área de Concentração: Língua e Cultura Regional.

Aprovada em 29 de abril de 2015

BANCA EXAMINADORA:

_____
Profª. Dr. Paulina de Lira Carneiro (Orientadora)
Presidente, Programa de Pós-Graduação em Letras/UFRR

_____

Profª. Dra. Maria do Socorro Pereira Leal
Membro interno, Programa de Pós-Graduação em Letras/UFRR

_____

Prof. Dr. Lourival Novais Néto
Membro externo, Centro de Comunicação, Letras e Artes Visuais/CCLA/UFRR

_____
Profª. Dra. Simone Lúcia Guesser
Suplente, Programa de Pós-Graduação em Letras/UFRR

Aos meus amados pais, Maria e José, à minha sogra querida, Ray Rodrigues, e ao meu marido, João Bandeira.

AGRADECIMENTOS

Ao final desta jornada científica, sinto-me embevecida pelo sentimento de gratidão direcionado a todos aqueles que contribuíram para a conclusão dessa etapa tão importante da minha vida acadêmica. Dentre essas pessoas, agradeço profundamente aos meus pais, Zezé e Borges, por me apoiarem em todos os momentos.

À minha sogra, Ray Rodrigues, minha inspiração no universo acadêmico, que me incentivou a participar do processo seletivo para ingresso no Mestrado. Ao meu marido, João Bandeira, pela paciência e amor dedicados ao longo dessa jornada.

À minha querida orientadora, Prof. Dra. Paulina Dantas, por repassar seus ensinamentos de forma tão generosa. A senhora é uma educadora excepcional, um modelo a ser seguido. Obrigada por sua dedicação, apoio incondicional, puxões de orelha, paciência e, principalmente, por sua amizade.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) por compartilharem seus conhecimentos comigo durante a minha caminhada. Obrigada por me acolherem! Todos vocês foram maravilhosos!

Aos amigos do Mestrado, que dividiram comigo seus conhecimentos, suas angústias e receios. O apoio de vocês foi fundamental! Tenho um grande carinho por vocês e espero que a nossa amizade perdure independente da distância!Não poderia esquecer a Andréia Maia, secretária do PPGL, por seus lembretes e orientações em relação ao curso. Também, destaco a grande contribuição da minha amiga amada Laudelina Cruz.

Agradeço, ainda, o inestimável apoio do então Diretor do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Estadual de Cultura, Márcio José Sergino, e da historiadora, Meire Saraiva, que me apresentaram a maioria dos discursos do Brigadeiro Ottomar Pinto. Além da contribuição do jornalista José Raimundo Rodrigues, que possibilitou a recuperação das Atas das Sessões nos arquivos da Assembleia Legislativa de Roraima.

Por fim, ressalto a colaboração da UFRR e das ex-diretoras do Núcleo de Rádio e TV, Marleide Cavalcante e Adriana Moreno, e, do atual diretor, Renato Rocha, que permitiram o meu afastamento durante esse período. Muito obrigada a todos!

RESUMO

A construção de uma imagem de si, o *ethos,* é preocupação constante nos discursos da esfera política. Para apresentar-se de maneira favorável aos interlocutores, o político utiliza em seu dizer estratégias de persuasão para convencer o povo a aderir às suas propostas. A partir dessa linha de pensamento, buscou-se analisar como o Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, projetou sua imagem política em seus discursos, a ponto de tornar-se governador do Estado por quatro vezes, 1979, 1991, 2004 e 2006. Para tanto, foram utilizados como *corpus*, os discursos de posse emitidos pelo mandatário quando foi eleito pela primeira vez, bem como as falas do locutor reproduzidas em matérias jornalísticas publicadas em três periódicos: Jornal de Roraima, Diário de Roraima e Folha de São Paulo. Recorreu-se, ainda, às sonoras de Ottomar transcritas nas Atas das Sessões Legislativas e a outros gêneros discursivos, como cartas e telex. A partir dos textos mencionados, utilizaram-se como aporte teórico os estudos sobre Polifonia e Argumentação (DUCROT, 1987; 1988; ANSCOMBRE; DUCROT, 1994); *Ethos* discursivo (AMOSSY, 2005; Maingueneau,1997; 2004; 2011) e Discurso Político (CHARAUDEAU, 2011). A noção de polifonia possibilitou a identificação de diversas perspectivas enunciativas presentes nos discursos de Ottomar, permitindo rastrear qual a linha argumentativa que o Brigadeiro, enquanto locutor, desejava evidenciar em suas falas e qual ele pretendia anular. Por outro lado, de maneira integrada, o conceito de *ethos* discursivo foi adotado a fim de verificar como o locutor organiza esses pontos de vista para construir sua imagem durante a enunciação. Dessa forma, com a análise do corpus selecionado, pôde-se constatar que o sujeito Ottomar Pinto projeta diferentes *ethé* para persuadir os interlocutores a adotarem o seu projeto político para o Estado de Roraima, evidenciando as imagens de político democrático, religioso, militar e xenófobo/anti-indigenista.

Palavras-chave*:* Polifonia; *Ethos* discursivo; Ottomar Pinto; Discurso Político.

ABSTRACT

The construction of a self-image, *ethos,* is the constant concern on political speeches. In order to introduce himself in a positive way to interlocutors, the politician uses persuasive speaking strategies to convince people to adhere his proposals. According to this perspective, this study aims to analyze how Brigadier Ottomar de Souza Pinto projected his political image into his speeches to become the governor of the State for four times, 1979, 1991, 2004 and 2006. For that, his tenure speeches emitted when he was elected for the first time were used as *corpus*, as well as his talks reproduced in journalistic materials published in three periodicals: Jornal de Roraima, Diário de Roraima and Folha de São Paulo. Ottomar`s audios transcribed on Minutes from Legislative Sessions and other discursive genres such as letters and telex were also collected. From texts aforementioned, studies about Polyphony and Argumentation (DUCROT, 1987; 1988; ANSCOMBRE; DUCROT, 1994); discursive *Ethos* (AMOSSY, 2005; Maingueneau,1997; 2004; 2011) and Political Speech (CHARAUDEAU, 2011) were used as theoretical support. Polyphony notion has enabled the identification of several enunciated perspectives current in Ottonar`s speeches, enabling to track what line of argument he, as speaker, wanted make evident in his speeches and what he intended annul. On the other hand, in an integrated way, the concept of discursive *ethos* was adopted in order to verify how the speaker organizes those points of view to build his image during the enunciation. Thereby, with the analysis of the selected corpus, it is found that Ottomar Pinto projects different *ethé* to persuade the interlocutors to adopt his political project for the State of Roraima, evidencing the images of a democratic, religious, military and xenophobic/anti-indigenous politician.

Key words: Polyphony; discursive *Ethos*; Ottomar Pinto; Political Speech.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema proposto por Maingueneau (2011)..... 28

Figura 2 – Diálogo entre os fenômenos semânticos-pragmáticos com a Teoria do Ethos..... 86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quadro mostra a comparação entre a Teoria da Narrativa e a abordagem de Ducrot..... 50

Tabela 2 – Quadro sinóptico mostra o conjunto de textos selecionados e adotados na pesquisa..... 73

Tabela 3 – Cruzamento dos sentidos para distinguir brasileiros e indígenas..... 161

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 11

1. ETHOS..... 15
1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA NOÇÃO DE ETHOS DISCURSIVO..... 15
1.2 DIFERENTES ABORDAGENS DO ETHOS DISCURSIVO NOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS..... 20
1.2.1 Perspectiva interacional..... 20
1.2.2 Ethos nas Teorias da Argumentação..... 23
1.2.3 A Linguística da Enunciação..... 26
1.2.4 Análise de Discurso..... 27
1.2.5 Ethos na pragmática semântica de Oswald Ducrot..... 32
1.3 ETHOS E DISCURSO POLÍTICO..... 34

2. TEORIA POLIFÔNICA DA ENUNCIAÇÃO..... 45
2.1 ORIGENS DA ABORDAGEM POLIFÔNICA..... 45
2.2 PRINCÍPIOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS..... 47
2.3 FORMAS DE POLIFONIA ENUNCIATIVA..... 52
2.4 FENÔMENOS SEMÂNTICO-PRAGMÁTICOS DE CARÁTER POLIFÔNICO..... 54
2.4.1 **A negação**..... 54
2.4.2 **A pressuposição**..... 55
2.4.3 Atos de fala..... 60
2.4.4 Operadores Argumentativos..... 65

3. METODOLOGIA..... 73
3.1 CORPUS: COMPOSIÇÃO, DELIMITAÇÃO E MOTIVAÇÕES PARA A SELEÇÃO DE TEMÁTICAS..... 73
3.2 CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO DE RORAIMA..... 77
3.2.1 **A entrada de Ottomar Pinto no cenário político de Roraima**..... 80
3.2.2 As eleições de 1990 e a influência política de Ottomar..... 83
3.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA..... 85

4. ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO ETHOS NOS DISCURSOS POLÍTICOS DE OTTOMAR..... 90
4.1 ETHOS DE POLÍTICO DEMOCRÁTICO..... 90
4.2 ETHOS DE POLÍTICO RELIGIOSO..... 119
4.3 ETHOS MILITAR..... 138
4.4 ETHOS XENOFÓBICO..... 151

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 164
REFERÊNCIAS..... 169
ANEXOS..... 176

INTRODUÇÃO

A preocupação com a imagem é atitude recorrente na política desde os tempos da Grécia e da Roma antigas. Os gregos consideravam que a representação de si estava vinculada ao caráter moral apresentado pelo orador no discurso, enquanto os romanos associavam esse conceito à posição de autoridade do falante.

Nesse contexto, a Retórica de Aristóteles exerceu papel de destaque ao apresentar que a construção de uma imagem positiva de si no momento da fala está atrelada à capacidade do orador de se mostrar digno de confiança. Pode-se afirmar, pois, que, apesar da importância da visão romana em relação à imagem, somente a percepção grega fundamentou a noção de *ethos* nos estudos linguísticos.

Ressalta-se que a percepção aristotélica a respeito do *ethos* traz contribuições relevantes para se entender os recursos linguísticos presentes no discurso político, tendo em vista que a característica principal deste é persuadir os ouvintes, a fim de angariar votos, obter apoio, ser reconhecido como um bom governante, dentre outros objetivos.

Assim, é frequente o uso de mecanismos discursivos por parte dos políticos, com a finalidade de construir uma imagem específica diante do ouvinte/virtual eleitor. Partindo dessa linha de pensamento, surgiu o interesse em analisar como os sujeitos políticos constroem sua imagem de figura pública. Assim, emergiu a proposta de estudar como se configura a projeção do *ethos* discursivo nos textos do Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, um dos principais atores da política roraimense.

Pernambucano de origem, Ottomar ingressou no cenário político de Roraima durante a vigência da Ditatura Militar, ao ser indicado como governador do então Território Federal, pelo presidente João Batista Figueiredo. Apesar de seu vínculo com essa forma de governo e do seu perfil de militar, conseguiu ganhar as eleições para o mesmo cargo na primeira votação democrática realizada no estado recém-criado.

Esse fator suscitou a curiosidade acadêmica de observar como esse sujeito político erigiu sua imagem pública em seus discursos, fazendo com que vencesse o pleito de 1990, mesmo diante de um histórico político antidemocrático, dado o contexto que o levou a assumir o executivo, em 1979.

Após a realização de um levantamento prévio, verificou-se que, dentre os estudos relacionados à história política de Roraima (BARBOSA; FEARNSIDE 2002; DUTRA, 2004; SOUZA; VIEIRA, 2009), não há pesquisas voltadas especificamente ao *ethos* nos textos políticos de Ottomar. Por essa perspectiva, torna-se relevante realizar um estudo que se dedique a entender quais as estratégias linguístico-discursivas usadas pelo militar para projetar uma imagem de si em seus discursos, concorrendo para que este se tornasse uma figura pública com forte influência política.

Para analisar a projeção emitida pelo político em foco, recorreu-se ao conceito de *Ethos*, tendo como alicerce teórico os estudos de Maingueneau (1997; 2004; 2011) e Amossy (2013). Essa escolha deveu-se ao fato de ambos os autores trabalharem com um modelo que envolve diversas dimensões discursivas, com lugar de destaque para os conceitos de enunciação e enunciador.

Cabe mencionar que o termo *ethos* foi empregado pela primeira vez por Ducrot (1987), ao diferenciar a noção de "locutor enquanto tal" e locutor enquanto ser do mundo (λ), por isso se sentiu a necessidade de buscar os preceitos estabelecidos por esse linguista em sua teoria polifônica da enunciação, na qual discute a presença de várias vozes em um único enunciado. Ducrot (ibid.) aponta que um discurso apresenta locutores, que são os responsáveis pela enunciação, e enunciadores, que indicam os diferentes pontos de vista contidos no interior do enunciado. Além dessas figuras, há ainda o *sujeito empírico*, que se constitui como o produtor efetivo do enunciado.

A fim de analisar essas diversas "vozes" presentes no discurso de Ottomar, e, por conseguinte, os distintos *ethé* projetados pelo sujeito, a pesquisa investiga também o papel dos operadores argumentativos, elementos linguísticos que indicam a força argumentativa contida em um enunciado, e são evidenciados na Teoria da Argumentação da Língua, desenvolvida por Anscombre e Ducrot (1994) e Ducrot (1988).

Dado que o discurso, em especial o da esfera política, apresenta um caráter performativo, tornou-se necessário introduzir, ainda, as contribuições de Austin (1995) e Searle (1995) a respeito dos Atos de fala, por compreenderem a linguagem como forma de ação, ou seja, "dizer" é sempre, de algum modo, "fazer" algo.

A seleção do *corpus* desta pesquisa enfocou os discursos de posse, os proferidos por ocasião de grandes eventos assistencialistas (distribuição de brinquedos ou de peixes, por exemplo) e os discursos polêmicos.

Assim, para a construção do presente trabalho, foram utilizados dois discursos de posse de Ottomar Pinto, como primeiro governador de Roraima, emitidos em 01 de janeiro de 1991 e publicados na íntegra pelo Jornal de Roraima, bem como as falas, as cartas e o telex contidos em reportagens oriundas do mesmo periódico. A pesquisa investiga ainda as sonoras presentes em matérias impressas pelo Diário de Roraima e Folha de São Paulo, datadas do mesmo período, bem como as atas solenes da Assembleia Legislativa registradas em 2004, 2005 e 2006.

Ao proceder à análise dos textos mencionados, buscou-se observar a presença de determinadas marcas linguísticas nos enunciados dos recortes, tais como o uso da pressuposição, negação e de operadores argumentativos, que apontam as diversas perspectivas do discurso de Ottomar, demonstrando qual a linha argumentativa que o Brigadeiro, enquanto locutor, desejava evidenciar em suas falas e qual ele pretendia anular. Além dessas marcas, procurou-se identificar também os atos ilocutórios empregados pelo locutor, a fim de convencer o ouvinte a aderir as suas ideias.

O presente estudo está organizado em quatro capítulos. O primeiro apresenta os conceitos ligados ao *ethos,* destacando o contexto histórico da teoria, bem como as diferentes abordagens desse campo de estudo no contexto linguístico. Aponta também as considerações de Charaudeau (2006; 2011) acerca das diferentes estratégias discursivas empregadas no Discurso Político. O segundo capítulo aborda a teoria polifônica da enunciação, proposta por Ducrot (1987, 1988), ressaltando também os aspectos históricos desse conceito, além dos princípios teórico-metodológicos atrelados a ele e às diferentes formas de polifonia enunciativa. Ademais, dedica-se a descrever os fenômenos semânticos-pragmáticos de caráter polifônico, tais como a pressuposição, a negação, os operadores argumentativos e os atos de fala. O terceiro, por sua vez, traz as considerações de ordem metodológica relativas à pesquisa, com o propósito de esclarecer o processo de composição do *corpus,* as motivações para a seleção do tema e os procedimentos aplicados em cada etapa do estudo. Esse tópico é marcado também pela descrição

do contexto histórico-político que culminou com a chegada do Brigadeiro Ottomar Pinto ao poder. Por fim, o quarto capítulo, é composto pelas análises dos recortes efetuados nos discursos de Ottomar. Nelas buscam-se evidenciar as marcas linguísticas e identificar as estratégias discursivas utilizadas pelo Brigadeiro para construir seu *ethos* de sujeito político.

1. ETHOS

1.1 Contexto histórico da noção de *ethos* discursivo

A noção do *ethos* surgiu na Grécia, com a Retórica de Aristóteles, e em Roma, a partir das contribuições de Cícero e Quintiliano. Cada qual apresentava uma visão distinta do tema. Segundo Amossy (2013), os gregos consideravam o *ethos* como a imagem de si construída pelo orador através do discurso, ao passo que a perspectiva romana o constituía como um dado preexistente, no qual se apóia uma autoridade individual e institucional do orador.

Dessa forma, enquanto os gregos apresentavam o *ethos* do ponto de vista discursivo, os romanos o vinculavam ao caráter moral do orador. Como explica Amossy (2013) a propósito da visão romana do *ethos*:

> Segundo Quintiliano, o **argumento exposto pela vida de um homem** tem mais peso que suas palavras. E Cícero define o bom orador como o *vir dicendi peritus*, um homem que une **o caráter moral** à capacidade de bem manejar o verbo. (p. 18, grifos nossos)

Heine (2012) e Amossy (2013) postulam que as ideias de Cícero e Quintiliano, grandes oradores da época, destacavam a reputação e o estatuto social como atributos reais do orador. Apesar da importância dessa concepção para os estudos sobre discurso, Heine (2012) destaca que foi o sentido grego que balizou a construção teórica da noção de *ethos* nos estudos linguísticos.

Assim, para elaborar um panorama sobre os mecanismos usados pelo orador na construção de sua imagem por meio dos discursos, faz-se necessário enfatizar os preceitos de Aristóteles sobre esse tema. Em sua obra **Retórica**, ele postula que todas as pessoas buscam em um discurso questionar e sustentar um argumento, defender-se ou acusar alguém.

Segundo esse filósofo, as estratégias linguísticas demonstram que em qualquer atividade discursiva há a presença da dialética e da retórica. Do ponto de vista aristotélico, a dialética corresponde ao raciocínio lógico em que as premissas podem resultar em uma proposição nova, passível de refutação. Já a retórica é definida como a capacidade de identificar o que é adequado para cada caso com o fim de persuadir (ARISTÓTELES, 2012 [384-322 a.c]).

Portanto, ao se referir à relação entre o método retórico e a dialética, o autor visava demonstrar que estas artes atuam de modo simbiótico, principalmente no que tange à forma de persuasão discursiva.

Nesse sentido, ao fazer uma proposição, o homem tenta convencer o outro de que seus argumentos são verdadeiros. Esta tentativa de persuadir o destinatário forma-se ao acaso em algumas pessoas, enquanto para outras, ocorre mediante uma prática que leva a um hábito. Para defender sua visão, Aristóteles (2012 [384-322 a.c]) enaltece a retórica como arte, uma vez que possibilita o estudo da razão segundo a qual tanto os que agem espontaneamente quanto os que atuam como hábito são bem-sucedidos no discurso.

Para o filósofo grego, esta característica não se faz presente em outras artes, pois cada uma delas atua de modo instrutivo e persuasivo apenas em suas esferas de competência, como é o caso da medicina, que se circunscreve somente aos eixos da saúde e da doença. Ademais, as regras da Retórica não se aplicam a nenhum gênero particular, ao mesmo tempo em que permitem descobrir os meios de persuasão sobre qualquer tema dado.

As discussões empreendidas por esse autor demonstram, ainda, que os tratados da retórica de seu tempo ocuparam-se apenas de um segmento dessa arte: a emoção (*pathos*), excluindo a questão dos entimemas[1], parte essencial do método artístico, chamada de prova por persuasão.

Na percepção de Aristóteles, as pessoas são mais suscetíveis de serem convencidas quando entendem algo que é demonstrado. Por isso, o estudo da retórica deve voltar-se estritamente ao exame dessa prova, considerada por ele um tipo de demonstração.

O pensador esclarece que algumas provas são próprias da arte retórica, outras não, indicando a existência de dois tipos: as inartísticas, que correspondem àquelas que já existiam e não foram produzidas pelos oradores, tais como as confissões sob tortura, documentos escritos, testemunhos; e as artísticas, que são

[1] Consiste em uma forma de silogismo retórico, formada por premissas que levam a um subentendido. Existem duas espécies de entimemas: o demonstrativo, em que uma conclusão pode ser encontrada por meio de premissas consideradas verdadeiras pelo interlocutor; e o refutativo, que surge a partir de premissas que conduzem a uma conclusão não aceita pelo interlocutor. Portanto, os entimemas estão relacionados ao entendimento do interlocutor frente ao que é dito. Para Aristóteles (2012 [384-322 a.c]), se as premissas fossem notórias ao público, não seria necessário explicá-las.

todas possíveis de se preparar pelo método retórico, sendo que as primeiras são utilizadas, as segundas são inventadas. Com base nisso, Aristóteles (2012 [384-322 a.c]) elabora três espécies de provas artísticas emitidas pelos discursos:

a) *ethos*, que corresponde ao caráter moral do orador, construído a partir do próprio discurso, que, por sua vez, é expresso de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de confiança;
b) *pathos,* que reside na forma como se comporta o ouvinte, sob o aspecto da emoção, suscitada pelo discurso do orador;
c) *logos,* que se encontra no próprio discurso, pela forma como este demonstra ou parece demonstrar a verdade.

A partir desta categorização, Aristóteles realiza uma análise de cada prova. Para ele, persuade-se pelo *ethos* quando o orador deixa impresso em seu discurso elementos que o levam a ser merecedor de crédito.

> (...) acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que **esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o caráter do orador** (...) (ARISTÓTELES, 2012 [384-322 a.c], p. 13) [grifos nossos]

Pelo exposto, depreende-se que o *ethos* é uma construção discursiva, criada somente a partir do processo de enunciação, e não um atributo moral da ordem do universo biossocial.

Em relação ao *pathos*, Aristóteles denota a disposição dos ouvintes, quando estes são levados a sentir emoção por meio do discurso, visto que os juízos dos homens são afetados ao sentirem determinada emoção, como ódio, alegria, tristeza, amor.

A respeito da persuasão pelo discurso, o filósofo sustenta que o homem convence seu interlocutor ao mostrar a verdade ou o que parece ser verdade, com base no que é persuasivo em cada caso particular. Para isso, utiliza silogismos[2] para influenciar o outro a acatar uma ideia.

[2] Segundo o dicionário Houaiss (2007), silogismo corresponde ao raciocínio lógico-dedutivo baseado em duas premissas, a partir das quais é possível inferir uma terceira, que consiste na conclusão.

Para Aristóteles (2012 [384-322 a.c]), o *ethos* não deve ser isolado do *logos* e do *pathos*, pois ao erigir uma imagem diante do público, no momento da enunciação, o orador inclui argumentos lógicos para embasar a sua fala, bem como recorre ao caráter emotivo a fim de influenciar o público.

O autor enfatiza que a emoção constitui fator primordial na retórica, visto que a forma como o orador se expressa e como dá a entender as suas disposições, corrobora para que seja criado um determinado estado de espírito nos ouvintes. Afinal, a arte retórica visa formar um juízo. Para isto, não basta que o discurso seja demonstrativo ou digno de crédito, é mister que o orador demonstre seus sentimentos e prepare a platéia. Nesse caso, a audiência exerce o papel de juiz. É ela quem analisa a pessoa que fala ao examinar seus trejeitos, entonação, forma de vestir-se e comportar-se.

Com base no exposto, as emoções exercem uma importância fundamental na mudança dos juízos dos homens, posto que se movimentam por meio da ira, do medo, da confiança, da compaixão, da inveja, da amizade, inimizade, dentre outros sentimentos.

Da mesma forma, os argumentos de Aristóteles permitem afirmar que o *ethos* vincula-se ao *pathos* e ao *logos* durante a prática discursiva. Manifestam-se em conjunto a fim de persuadir o ouvinte, provocando-lhe determinadas emoções e suscitando conclusões a respeito do que é dito, culminando na formação da imagem do locutor.

Eggs (2013) reforça esta perspectiva ao defender a ideia de que o *ethos* mostra-se a partir das escolhas feitas pelo orador. Isso implica dizer que toda a forma de expressão é oriunda de uma escolha entre várias possibilidades linguísticas e estilísticas.

O pensamento de Eggs aproxima-se da tese de Aristóteles (2012 [384-322 a.c]) de que existem três causas que tornam um orador persuasivo: a prudência (*phrónesis*), a virtude (*Arete)* e a benevolência (*eunóia)*. A primeira constitui-se na capacidade do orador exprimir argumentos e conselhos sábios e equilibrados. A segunda consiste na faculdade do locutor propor argumentos honestos, sinceros e equânimes. A terceira corresponde à maneira pela qual o orador se dirige ao público, isto é, se é solidário e amável com os ouvintes.

Eggs (2013, p.33) demonstra como ocorre a relação entre estas três qualidades do ser persuasivo:

> A *phrónesis* (que faz parte do LOGOS) e a *areté* (que é a 'virtude' do ETHOS) exprimem as disposições ou *habitus* positivos, a *eúnoia* pertence ao PATHOS, pois se trata de um afeto que mostra ao ouvinte que o orador é bem-intencionado para com ele (p.33)

Eggs (2013) afirma que, apesar de a retórica apresentar-se com um sentido moral ou ideal, ela adota também o sentido neutro, na medida em que esses três elementos (*ethos, pathos e logos)* estão presentes na construção discursiva. O autor explica que, para Aristóteles e outros teóricos da Antiguidade, o momento da enunciação possui a capacidade de revelar os *temas* e o *estilo* adequados ao *ethos* do orador. Isso significa que o locutor com pouca instrução escolar não enuncia da mesma forma que um falante letrado. Exemplo que comprova ser a construção do *ethos* atrelada ao tipo social do locutor.

Com efeito, vislumbram-se dois campos semânticos opostos vinculados à palavra *ethos*: de um lado, um sentido moral e fundado na honestidade; de outro, o sentido neutro ou "objetivo", que engloba termos como hábitos, modos e costumes ou caráter. Para Eggs (2013), os dois sentidos do *ethos* não se excluem, mas antes formam as duas faces necessárias em toda atividade argumentativa.

Nesse sentido, o sujeito falante, no momento da enunciação, não só diz que é honesto, como também mostra, por meio da maneira como se expressa diante do público. Entende-se, pois, que no exercício da palavra o locutor revela aspectos morais, éticos, sociais e culturais, induzindo o ouvinte a formular um determinado juízo acerca do que se diz e a adotar ou não a ideia proposta pelo locutor.

Pelo que foi dito até este ponto, na Antiguidade Clássica, a noção de *ethos* foi enfocada no âmbito de uma única ciência: a Retórica. Atualmente, ao contrário, é possível encontrar diferentes abordagens que, por seu turno, passaram a apreender o *ethos* com interesses distintos e sob ângulos variados. Na seção seguinte, verificar-se-á parte dessas perspectivas, tais como as relacionadas ao campo interacional, aos estudos culturais, à teoria da argumentação, à análise de discurso, aos estudos sobre a enunciação e, em especial, à teoria polifônica da enunciação.

1. 2 Diferentes abordagens do *ethos* discursivo nos estudos linguísticos

1.2.1. Perspectiva interacional

Amossy (2013) discorre que é a partir de uma análise ampliada da Pragmática, que se pode investigar a questão do *ethos* em um discurso, principalmente, em relação à forma como o falante age sobre o ouvinte durante um diálogo. De acordo com a autora, é neste momento que a interlocução torna-se interação.

Desse modo, durante uma conversa, há uma troca verbal, em que cada ator envolvido procura influenciar o outro. É com base nessa relação entre os sujeitos que a imagem de si e do interlocutor é construída no discurso.

Os primeiros trabalhos sobre a produção do *ethos* em um contexto interacional são de autoria de Erving Goffman, que define a interação como "a influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata" (GOFFMAN, 2011[1959], p.24). O orador, ao interagir verbalmente com o outro, visa estabelecer um determinado controle sobre o parceiro, a fim de gerir as impressões que pretende causar.

Por outro lado, o destinatário também busca informações prévias a respeito do locutor e, por consequência, tende a obter uma imagem confiável do outro. Assim, o indivíduo passa a acreditar no que orador diz de si, bem como nas provas documentadas que este exibe. É também a partir desse conhecimento anterior à enunciação que uma pessoa pode supor os tipos de indivíduos são encontrados em um dado cenário social.

Mas, o autor explica que muitos dados estão além do tempo e do lugar da interação ou mesmo dissimulados a ela. Goffman (2011 [1959]) sustenta que as crenças e emoções de alguém são, muitas vezes, verificadas indiretamente, por meio de confissões ou de uma expressão involuntária. Segundo ele, a forma de o indivíduo se expressar, ou seja, a capacidade de expor uma impressão, encontra-se relacionada a dois tipos de atividade significativa: a expressão que ele transmite e a que ele emite. A primeira consiste em trocas verbais em um diálogo. Nesse caso, a expressão é utilizada propositadamente e somente para dar informação ao outro.

A segunda forma de expressão revela-se na maneira como o indivíduo comporta-se diante do seu parceiro na conversa. Consiste nas ações que denotam efeitos que divergem do pretendido pelo locutor na interação. Em outras palavras, nem sempre a fala do indivíduo é o que ele emite.

Goffman (2011[1959]) acrescenta que o estudo da interação deve considerar as inferências dela resultantes. Estas também influenciam na imagem que o outro erige de si e dos demais. O autor esclarece que o homem costuma fazer deduções para ter uma segurança quanto ao seu semelhante, sendo que essa certeza em relação ao outro irá variar conforme a quantidade de informação disponível sobre a outra pessoa.

Relacionando sua afirmação com os fatos do cotidiano, observa-se que o ser humano baseia-se em inferências para viver, julga o outro pautado não em pressupostos científicos e estatísticos, mas em suas atitudes, gestos e falas, e, a partir desses fatores, elabora uma impressão em relação ao seu parceiro. Isso ocorre, por exemplo, quando alguém hospeda uma pessoa desconhecida em sua casa. Nesse caso, o anfitrião não tem como afirmar se o convidado irá roubá-lo. Mas, por meio das inferências, ele supõe que o hóspede não adotará tal atitude, e, por esta razão, decide abrigá-lo**.**

Goffman (2011[1959]) também conferiu atenção especial à resposta do público. Segundo ele, cientes de que um indivíduo pretende apresentar-se de forma positiva, os ouvintes podem dividir a situação em duas partes: “uma, que o indivíduo facilmente manipulará quando quiser, constituída principalmente por suas afirmações verbais, e outra, em relação à qual parece ter pouco interesse ou domínio, oriunda principalmente das expressões que emite” (Ibidem, p.16). Isso significa que o destinatário nota as tentativas do locutor em imprimir uma imagem positiva, evocando uma resposta frente ao esforço do falante.

O orador, por seu turno, a fim de persuadir o outro a construir determinada impressão de si, desempenha determinados papéis. A partir desse pressuposto, Goffman (2011 [1959]) realiza uma metáfora teatral para explicar como ocorre a construção de uma imagem de si em uma circunstância de interação.

> Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles.

> Pede-lhes para acreditarem que o personagem que vêem no momento possui os atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as consequências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser (GOFFMAN, 2011 [1959], p. 25).

Nota-se, com isto, que Goffman coloca o orador na perspectiva do ator, que parece estar convencido de que a impressão de realidade por ele encenada é a verdadeira, persuadindo a plateia a adentrar na situação apresentada.

Esse autor considera que o contexto interacional corresponde a um simulacro de um ambiente teatral, evoca o conceito de **representação**, que se refere a "toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência" (Ibidem, p. 29).

Goffman (2011[1959]) afirma que, durante a representação, o falante utiliza uma "fachada", padronizada intencionalmente ou inconscientemente pelo indivíduo, adotando determinadas expressões, voluntárias ou não, a fim de influenciar a plateia. Explica que essa fachada está relacionada ao papel social exercido pelo sujeito falante no momento da representação. Papel esse preestabelecido, baseado em um modo de agir, um protocolo a ser desenvolvido durante uma representação o qual pode ser utilizado em outras ocasiões. Entende-se, desse modo, que o sujeito, em um dado momento, predetermina um modelo de ação, visando influenciar e ser aceito pelos demais envolvidos na interação. Isso ocorre, por exemplo, com os padrões de comportamento predeterminados que estipulam a forma como um médico deve examinar um paciente ou como um juiz deve agir ao aplicar uma pena.

A apresentação de si está, portanto, vinculada também às informações oriundas do contexto dialógico. Faz-se presente em toda troca verbal e é submetida a uma norma sociocultural.

Nesse sentido, os papéis sociais impõem ao indivíduo uma maneira de comportar-se, que exerce influência sobre os outros em uma situação interacional específica. Essa forma de agir contribui ainda para a construção de uma imagem de si perante os outros. Assim, para ser aceito, o sujeito deve adotar um modelo de atitude respaldado pela sociedade.

Em suma, a teoria goffmaniana visa estipular como o indivíduo elabora uma imagem de si, por meio da interação; analisa a realidade em que o orador e seus parceiros estão inseridos, equiparando-a ao contexto teatral, em que os sujeitos representam papéis. Depreende-se, então, que, em toda relação social, busca-se sempre erigir um *ethos* positivo moldado a partir dos atributos aceitos pela sociedade.

1.2.2 *Ethos* nas Teorias da Argumentação

Uma atualização da noção de *ethos* como ferramenta de análise encontra-se nos estudos contemporâneos da argumentação. Chaïm Perelman foi o responsável por inovar o estudo da Retórica ao apontar, em diversas disciplinas, a importância da arte de persuadir (AMOSSY, 2013).

Apesar da importância da "nova retórica" proposta por Perelman, tanto Amossy (2013) quanto Dascal (2013) criticam sua teoria, por tratar de forma limitada a respeito da construção de uma imagem de si no discurso. Além disso, segundo esses autores, Perelman dedicou-se a recuperar e fomentar uma visão unitária da arte retórica de Aristóteles e peca ao apontar o lugar do estilo, do tropos[3] e da *taxis*[4], e esquecer-se do *ethos* e do *pathos.*

De acordo com Amossy (2013), a percepção argumentativa do *ethos* está vinculada ao conjunto de meios verbais que buscam convencer a plateia a adotar determinada tese. Segundo a autora, com base nas crenças e valores que atribui à plateia, o orador visa moldar-se ao auditório, com o objetivo de criar um *ethos* confiável.

Dascal (2013), por sua vez, busca aliar a retórica aristotélica à pragmática, a fim de analisar como se constrói o *ethos*. Para o autor, a Retórica é uma obra paradoxal, pois, de um lado, é mais próxima da dialética e da lógica, ao abordar os diferentes tipos de argumentos e seu poder de persuasão; de outro, discorre sobre assuntos muito distintos da lógica da argumentação, como o *ethos* e o *pathos*, que são fatores que denotam, respectivamente, uma tentativa de gerar no público uma

[3] Conforme D´Onófrio (1980), Tropos equivale a figuras de estilo. Dentre os tropos, Aristóteles (2012[384-322 a.c]) deu ênfase à Metáfora.
[4] Segundo Dascal (2013) a taxis refere-se à disposição do discurso.

determinada disposição em relação ao orador; e, de suscitar um estado emocional. Portanto, o *ethos* e o *pathos* não são constituídos por pressuposições lógicas.

Esta cisão na abordagem feita por Aristóteles contribui para as concepções da retórica e para sua constituição como disciplina. Dascal (2013) revela que, durante algum tempo no curso de sua história, a Retórica oscilou entre um pólo lógico-argumentativo e o pólo manipulador-emotivo.

No entanto, na visão do pesquisador, é possível restaurar a unidade retórica aristotélica sem deixar de lado o *ethos* e o *pathos,* ressaltando essa possibilidade se adotada uma perspectiva argumentativo-cognitiva.

Para aproximar o *ethos* e o *pathos*, utilizando-se recursos lógico-argumentativos, é necessária a união da retórica e da pragmática. Conforme Dascal (2013), a "prova do *ethos*" se baseia em processos inferenciais, cognitivos, que não são essencialmente diferentes dos processos pragmáticos normais de interpretação de enunciados.

Na tentativa de explicar como ocorre o processo de interação entre a retórica e a pragmática, no campo do *ethos*, o autor relata que é preciso fazer duas distinções. A primeira corresponde ao problema do "silogismo pragmático", que afeta qualquer argumento cujo objetivo é levar alguém a agir. Nesse tipo de argumento, há um abismo que separa a conclusão de fazer algo da própria ação. Assim, por um lado, tem-se a eficácia lógica-cognitiva do argumento, por outro está a capacidade de passar de um estado mental de persuasão à execução da ação correspondente.

Dascal (2013) ilustra esse assunto com uma situação que denomina "fraqueza da vontade". Esta ocorre, por exemplo, quando em uma festa, um indivíduo convence o outro de que este bebeu demais, induzindo-o a decidir que o próximo copo será o último. Todavia, não resiste à tentação e bebe outro copo. Constata-se, pois, que o silogismo prático "vou parar de beber depois do último copo!" não resulta em uma ação apropriada, por razões que independem da força de persuasão.

Com base nesse contexto, é possível dizer que o "caráter" emitido pelo argumentador ao beberrão não apresentou o papel esperado, posto que este não parou de beber. Se o argumentador imprimisse uma imagem que levasse o indivíduo a se comprometer a parar de beber, é possível que o desejo do sujeito fosse menor.

Se a situação fosse esta, o *ethos* atuaria “diretamente sobre a determinação da vontade do sujeito e sobre a ação que se seguiria” (Id.,2013, p. 59). Com isso, Dascal (2013) aponta que o *ethos* não se vincularia ao aspecto “argumentativo” do silogismo prático. Seu efeito estaria inserido na ordem dos fatores imprevisíveis.

A segunda distinção relativa à aproximação entre a retórica e a pragmática, na esfera do *ethos*, diz respeito ao fato da imagem construída de si integrar a argumentação. Conforme tal perspectiva, o *ethos* realiza uma função cognitiva no próprio argumento, baseia-se em inferências dadas ao destinatário que o levam a tirar conclusões a respeito de determinado sujeito.

Em geral, a construção do *ethos* sustenta-se em argumentos de veracidade, prudência, conhecimento, dentre outros, evocados por alguém que tem por função questionar o caráter de um adversário.

Dascal (2013) informa que, tradicionalmente, esses argumentos são considerados falaciosos. No entanto, eles apresentam atualmente uma validade relativa, que atua conforme a relevância das premissas expressadas para a conclusão que se pretende provar. Pode-se exemplificar esse aspecto por meio de uma situação na qual alguém atribui ao outro a premissa de que “todo mundo sabe que ele é desonesto” ou tira conclusões com base em um subargumento ao dizer: “se ele se contradiz, então não podemos fiar-nos em sua especialidade”. Nota-se que as atribuições do “caráter” correspondem a um dado cognitivo, logo estão vinculadas a um argumento.

Embora o *ethos* esteja atrelado ao argumento, isso não impede que a imagem de si seja projetada fora do discurso. Fator que, para Dascal (2013), torna-se um problema para as provas de Aristóteles.

Para ilustrar a questão, o autor remete à forma como o locutor se mostra diante do público, aos gestos utilizados, à forma de se vestir, a suas emoções, que seriam, pela sua natureza intrínseca, aspectos alheios ao silogismo e à racionalização das temáticas evocadas durante a enunciação. Ademais, a eficácia do *ethos* encontra-se, principalmente, em sua capacidade de ser apreendido, mais do que ser conscientemente aceito pelo auditório.

Assim, deve-se levar em consideração que a imagem projetada pelo locutor afeta a avaliação de um argumento pela plateia, ou seja, a credibilidade do locutor

influi na veracidade do argumento. As mudanças no *ethos* absorvidas pela audiência podem interferir na plausibilidade dos argumentos apresentados pelo locutor, provocando uma contradição entre o que é dito e o que é mostrado.

Dessa forma, se um locutor é conhecido por pregar determinada doutrina, mas não pratica seus princípios, a tendência é que a credibilidade de seus argumentos diminua, projetando, por consequência, uma imagem de si de hipócrita. Em contrapartida, se alguém consegue identificar as contradições evocadas pelo locutor, pode esquecê-las ou modificá-las, aumentando a credibilidade do argumento.

Pelo exposto, a união da arte retórica com a pragmática emerge como ferramenta importante para uma análise do *ethos*. Demonstra-se, ainda, a construção da imagem atrelada não só ao silogismo, mas também ao aspecto extra-discursivo, que incide na interpretação de um enunciado. Dessa forma, os gestos, a entoação, a expressão facial, o olhar, dentre outros índices não verbais, podem interferir no julgamento do público, atuam, por vezes, como um reforço aos argumentos expressos pelo locutor, ou, ao contrário, enfraquecem as premissas proferidas durante a enunciação.

A pragmática, antes considerada como “paralinguística”, ao aliar-se à retórica, evidencia a importância das informações não-verbais para o sentido do argumento, evidenciando que, sem elas, os dados seriam incompletos e insatisfatórios.

1.2.3 A Linguística da Enunciação

Nesta corrente teórica, a construção de uma imagem de si está intrinsecamente vinculada à enunciação, vista por Émile Benveniste (1976) como a língua posta em funcionamento por meio da fala. Esse autor coloca a relação discursiva entre o locutor e o alocutário no momento da enunciação no centro de seus estudos linguísticos. Segundo ele, o locutor dá origem ao ato enunciativo ao apropriar-se da língua e evocar a sua posição como sujeito falante no discurso.

A partir desse pressuposto, o linguista postula que o homem sempre se expressa em função do outro. E, com base nessa concepção, insere o conceito de subjetividade. Na perspectiva de Benveniste (1976), esse termo consiste na capacidade do locutor em se colocar como ‘sujeito’ na enunciação. Para ele, “essa

‘subjetividade’ (...) não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É ‘ego’ que diz ego” (Id., 2008, p. 286).

Para Amossy (2013), a subjetividade da língua é um tópico fundamental para a análise do *ethos* na teoria da enunciação. Ela surge no momento da fala, quando o homem utiliza o “eu” para dirigir-se a outra pessoa, a um “tu”. Portanto, o sujeito só toma consciência de si ao se deparar com o outro.

Nesse sentido, o locutor assume a posição de um “eu” no discurso, enquanto o “tu” é o alocutário. Porém, na relação dialógica há uma troca desses papeis: o “eu” dá lugar ao “tu”, ao passo que o “tu” propõe um “eu”. Nessa reciprocidade discursiva, o “eu” exterioriza uma outra pessoa, o “tu”, que por sua vez, ao tomar a palavra, torna-se o “eu” que reverbera em direção ao “tu”.

Dessa maneira, na interação verbal, tanto o “eu” quanto o “tu” buscam emitir uma imagem positiva diante do outro. Para alcançar esse objetivo, os sujeitos utilizam diversas marcas linguísticas durante a enunciação, como por exemplo, os verbos ilocutórios, que produzem efeitos de sentido determinados e denotam um ato individual de alcance social.

Pode-se esclarecer o tópico por meio da frase “eu juro”. Por apresentar um valor semântico determinado, a expressão demonstra um compromisso que o sujeito falante firma com o alocutário. Ao dizer o enunciado, o locutor visa emitir a imagem de que é digno da confiança do interlocutor.

Assim, a construção do *ethos* na teoria da enunciação está vinculada à subjetividade da língua. A relação entre o “eu” e o “tu”, no momento da fala, evoca uma série de sentidos que buscam imprimir uma imagem positiva de si diante do outro.

1.2.4 Análise de Discurso

A construção de uma imagem de si é explorada nos trabalhos de Pragmática e Análise de Discurso de Dominique Maingueneau. Segundo Amossy (2013), esse pesquisador elaborou uma “semântica global” em que propunha um modelo que agregava diversas dimensões do discurso, destacando um lugar entre elas para a enunciação e o enunciador.

Para Maingueneau (2011), o enunciador atribui a si e ao outro um determinado *status* para legitimar o seu dizer. Ao colocar-se em uma posição institucional no discurso, marca a sua relação com um saber.

A partir desse prisma, o teórico francês postula a ideia de cena da enunciação. Segundo ele, cada discurso requer que o indivíduo assuma de antemão determinado tipo de papel, o que possibilita a escolha de uma cenografia.

Como exemplo, tem-se o discurso político em que o candidato de um partido pode identificar o papel que irá desempenhar diante dos cidadãos, podendo incorporar, dentre outros, os papéis de "homem do povo" ou de "homem experiente". Essa cena demonstra que o sujeito inscreve-se em um discurso por meio da enunciação. No momento em que enuncia, ele busca emitir uma imagem alinhada à função social que desempenha frente ao público.

Maingueneau (1997), ao contrário de outros teóricos, destaca que, para a Análise de Discurso, a construção de um *ethos* está atrelada não ao orador, mas à formação discursiva[5] na qual este está inserido. Assim, o locutor erige uma imagem com base no que pode ou deve ser dito no momento da enunciação.

O escritor considera importante não só o que é dito, mas também o *tom* utilizado na fala. Para ele, o *tom* corresponde a uma "voz" específica presente no enunciado, que se caracteriza por ser "uma das dimensões da formação discursiva" (Ibid., p.46).

Na perspectiva adotada por Maingueneau (1997, p.46), a Análise de Discurso deve conceber uma definição de *ethos* que seja "transversal à oposição entre o oral e o escrito". Essa concepção revela que sua teoria ultrapassou a visão da retórica tradicional, a qual vinculava o *ethos* somente à oralidade. Segundo ele, todo texto escrito apresenta uma voz, que, por sua vez, está vinculada a uma corporalidade e a um caráter. Essa corporalidade é definida como a "representação do corpo[6] do locutor" (Ibid., p.47), isto é, constitui não só uma "compleição corporal, mas também a uma maneira de se vestir e de se movimentar no espaço social"

[5] Maingueneau (1997) baseia-se no conceito de formação discursiva proposto por Foucault. Assim, a formação discursiva consiste em uma "certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis" (MAINGUENEAU, 1997, p.14), ou seja, a posição ideológica adotada pelo sujeito no momento da enunciação.

[6] No entender de Maingueneau (1997, p.47), corpo "não é oferecido ao olhar", ou seja, "não é uma presença plena". Para ele, o corpo constitui a uma "espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura".

(MAINGUENEAU, 2004, p.98). Já o “caráter” equivale ao “conjunto de traços ‘psicológicos’ que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função do seu modo de dizer”. Na visão desse linguista, essa ideia é oriunda dos estereótipos presentes em uma cultura determinada.

Maingueneau (2011, p. 18) aponta, ainda, que todo texto apresenta uma “‘vocalidade’ que pode se manifestar numa multiplicidade de ‘tons’”. Estes, por sua vez, estão vinculados ao “fiador”, que é “construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação”.

De acordo com esse teórico, o *ethos* atua na afetividade do intérprete para com o locutor, levando o ouvinte a tirar suas conclusões com base no material linguístico e no contexto que o envolve no momento da fala. O autor destaca que, apesar de o *ethos* do orador estar extremamente vinculado ao ato enunciativo, não se deve ignorar o fato de que a plateia erige uma imagem do orador antes mesmo que ele fale. Nesse sentido, Maingueneau (2011) observa a necessidade de se determinar a distinção entre o ***ethos* pré-discursivo** e o ***ethos* discursivo**.

Para ele, existem situações em que não se espera que o destinatário construa uma imagem prévia do locutor. Isso ocorre, por exemplo, quando se lê um texto de um autor desconhecido. No entanto, há casos em que é possível fazer representações prévias do *ethos* de alguém, mesmo que esse não tenha proferido nenhuma palavra. É o que acontece no mundo político ou das celebridades, quando o público acaba por estipular uma representação a partir de um *ethos* não-discursivo, criado com base nas informações divulgadas pela imprensa.

Por outro lado, o ***ethos* discursivo** corresponde à imagem criada pelo público durante e após a enunciação do falante. O autor aborda as relações entre os elementos constitutivos do *ethos* por meio do esquema abaixo:

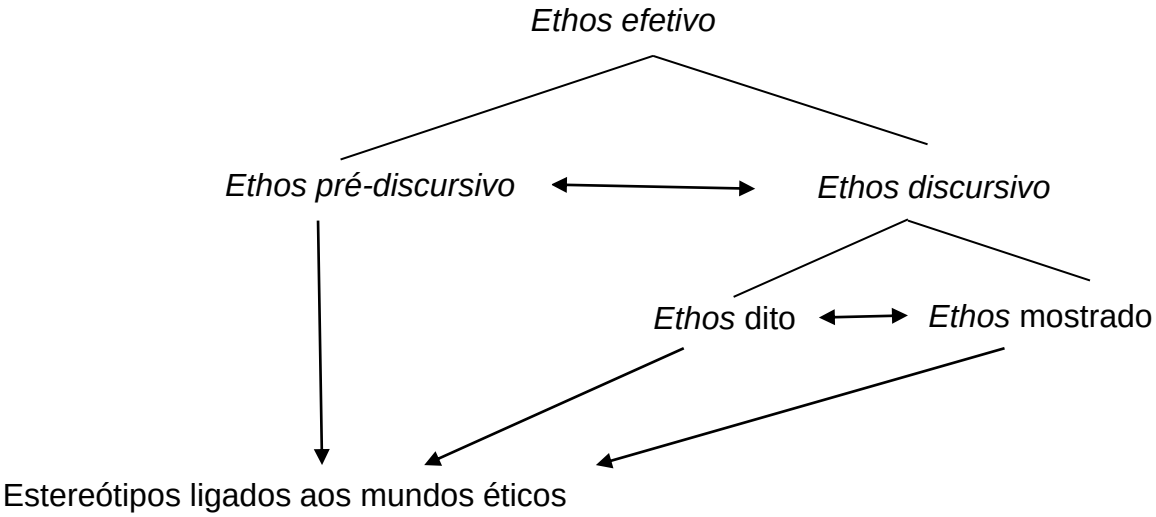


Figura 1. Esquema proposto por Maingueneau (2011).

O *ethos* de um discurso é o produto da relação entre o *ethos* pré-discursivo e o *ethos* discursivo. Maingueneau (2011) aponta que o primeiro surge antes da enunciação, quando o intérprete obtém informações prévias sobre o locutor e, com elas, formula uma determinada imagem do sujeito.

Já o segundo (*ethos* discursivo) ocorre no momento da fala e subdivide-se em *ethos dito* e *ethos mostrado.* Aquele consiste nas partes do texto que o enunciador evoca, direta ou indiretamente, no momento da enunciação. Essa representação pode ocorrer diretamente, quando o orador age como um "amigo que lhes fala", como também pode operar indiretamente, por meio de metáforas ou alusões a outras cenas de fala. O *ethos mostrado*, por sua vez, consiste na forma como o locutor se apresenta no momento da enunciação. Maingueneau (2011) explica que não há uma fronteira nítida entre o *ethos* dito e o mostrado.

Pode-se concluir a partir do esquema proposto pelo autor que o ***ethos* efetivo** resulta da interação de diversos fatores: *ethos* pré-discursivo, *ethos* discursivo, *ethos* mostrado e *ethos* dito. Assim, todas essas instâncias discursivas são apresentadas por cada indivíduo durante a enunciação e levam à produção de estereótipos.

Dessa forma, o intérprete produz constantemente imagens do locutor. Antes, durante e depois do discurso, o ouvinte atribui um *ethos* ao enunciador baseado em uma ideia preconcebida, estabelecida culturalmente. Considera-se como exemplo o

discurso publicitário, que mantém naturalmente um vínculo especial com o *ethos*. Essa ligação decorre da própria condição desse gênero discursivo, que visa persuadir o outro a comprar determinado produto. Para alcançar esse objetivo, o locutor do discurso busca imprimir uma imagem positiva, exalta as qualidades do produto e o estilo de vida daquele que o adquire. Em sua própria enunciação, o texto publicitário baseia-se em estereótipos variados, para construir uma imagem positiva de um produto.

Para Maingueneau (2011), o discurso publicitário é marcado pela existência de diversos *ethé*, ou seja, de um *ethos* híbrido, formado pela mistura de diversas imagens que o indivíduo busca emitir a fim de convencer o outro.

Em contraposição ao *ethos* visado pelo locutor, há casos nos quais inexiste consonância entre a perspectiva do enunciador e a do destinatário. Isso ocorre quando um político busca passar uma imagem de homem simpático e aberto, mas é percebido como um demagogo. As reações contrárias ao pretendido acontecem devido ao complexo intricado existente dentro da noção de *ethos,* que envolve o *caráter* e a corporalidade.

O autor registra também os textos em que não há a presença de nenhum *ethos*, isto é, parece que "ninguém fala" no discurso. É como se os enunciados fossem desprovidos de marcas de subjetividade enunciativa. Segundo Maingueneau (2011), os textos jurídicos, científicos, narrativos e históricos são alguns que promovem o apagamento do enunciador. Esses tipos de discurso adquirem, dessa forma, um viés de neutralidade, tendo em vista que quem profere a palavra científica ou jurídica representa uma "entidade abstrata", ou seja, atua como responsável pela ciência ou pela lei e, por isso, exerce uma posição de autoridade frente ao que é dito[7]. Tais características contribuem para o "fiador" atingir um *status* de objetividade e imparcialidade.

Podemos considerar, portanto, que o *ethos* constrói-se por meio de uma percepção complexa, marcada pela intenção do locutor ao evocar determinada

[7] Este apagamento da "pessoa" no discurso equivale ao que Benveniste (1976) denotou de enunciação histórica, que consiste na "apresentação dos fatos sobrevindos a um certo momento de tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa" (Id., 1976, p.262). Ele considera a narrativa histórica como uma forma de enunciação que elimina qualquer viés "autobiográfico" contido na linguagem. Portanto, a narrativa histórica apresenta apenas a "terceira pessoa".

imagem ao destinatário; pela imagem que o sujeito falante de fato projeta ao ouvinte; e, pela forma como esse ouvinte interpreta o que é emitido pelo locutor.

1.2.5 O *ethos* na pragmática semântica de Oswald Ducrot

A Teoria Polifônica da Enunciação, de Oswald Ducrot, foi a primeira a difundir o conceito de *ethos* nas ciências da linguagem. Ducrot (1987) enquadra essa teoria no campo da "pragmática semântica", também chamada de "pragmática linguística".

Segundo ele, se a pragmática tem como objeto "a ação humana em geral", a pragmática linguística preceitua um "conjunto de investigações", relacionadas "à ação humana realizada pela linguagem, indicando suas condições e seu alcance" (Ibidem, p. 163).

Na visão de Ducrot (1987, p.163), "o problema fundamental, nesta ordem de estudos, é saber porque é possível servir-se de palavras para exercer uma influência, porque certas palavras, em certas circunstâncias, são dotadas de eficácia".

Nesse sentido, o autor destaca, particularmente, que a pragmática semântica não analisa o "que se faz quando se fala", mas sim o "que se considera que a fala, segundo o próprio enunciado, faz" (DUCROT, 1987, p. 163).

Ducrot explica que o locutor, ao evocar um enunciado interrogativo, por exemplo, acaba por obrigar o ouvinte a assumir um determinado comportamento, ou seja, incita o destinatário a dar uma resposta a sua pergunta, ao passo que um enunciado imperativo coloca o interlocutor na posição de ter que realizar uma dada ação. Na visão de Ducrot (Ibidem, p. 163, grifo do autor), esta "incitação para agir ou esta obrigação de responder são *dadas* como *efeitos da enunciação*".

Convém acrescentar que a pragmática semântica ocupa-se não só dos atos ilocutórios realizados pela fala, tais como, pedidos, promessas ou ordens, mas, de maneira mais ampla, analisa se o sujeito falante obteve êxito ao tentar persuadir o destinatário durante a enunciação. Desse modo, um dos aspectos observados por esse campo teórico é que todo enunciado apresenta uma "qualificação de sua enunciação", ou seja, indica uma representação do momento da fala. Ducrot considera essa qualificação o "sentido do enunciado" (Ibidem, p. 164). A partir

dessas imagens sobre enunciação, é possível verificar os efeitos da fala no destinatário.

Segundo Amossy (2013, p. 14), esse ramo da linguística ignora "o sujeito falante real para se interessar pela instância discursiva do locutor, mas o faz colocando radicalmente em xeque sua unicidade". Assim, na pragmática semântica, não existe um único sujeito discursivo, mas uma série de vozes, que constituem as diversas posições expressas no discurso.

Amossy (2013) destaca, também, que essa corrente teórica institui uma distinção entre o Locutor (L) e o Enunciador (E)[8]. Este consiste nas diversas perspectivas expressas no enunciado. Aquele, por sua vez, é dividido em "Locutor enquanto tal" (**L**) e locutor como ser do mundo (**λ**).

Ducrot (1987) postula que o **L** é o único responsável pela enunciação. Ao passo que o locutor enquanto ser do mundo (**λ)** é uma descrição do que o orador poderia dizer de si em uma enunciação. Para o autor, **λ** consiste em uma "pessoa completa"[9], que está contida no discurso e dá origem ao enunciado (Ibidem, p. 188). Portanto, o ser do mundo tem o poder não só de dizer que sente tristeza ou alegria, como também de experimentar essas sensações. Nas palavras de Ducrot (1987, p. 188), "o ser que o pronome *eu* designa é sempre **λ**".

A partir da diferença entre essas figuras enunciativas, Ducrot (1987) instaura a sua noção de *ethos*. Para ele, esse conceito "está ligado a **L**, o locutor enquanto tal: é enquanto fonte de enunciação que ele se vê dotado (*afflublé)* de certos caracteres que, por contraponto, torna esta enunciação aceitável ou desagradável" (Ibidem, p. 189) [grifo nosso].

Com base no exposto, destaca-se que a figura do locutor mostra o ser do mundo. Portanto, **L** não existe sem **λ.** Nesse sentido, ao dizer "eu desejo", o Locutor não experimenta o desejo, mas sim o ser do mundo. Com isto, a marca de primeira pessoa "eu" remete a um **λ**. Porém, é somente o Locutor quem realiza o ato de desejar afirmando que o ser do mundo deseja. Assim, a imagem de si é construída quando **L** mostra um **λ.**

[8] As noções de Locutor e Enunciador serão tratadas no capítulo seguinte.
[9] Ao referir-se à "pessoa completa", considera-se àquela distinta do "eu" estabelecido por Benveniste. Desse modo, o ser do mundo é completo por ser o portador de emoções e o único dotado do prazer de senti-las.

Essa noção do *ethos* no contexto polifônico da enunciação dará subsídios para esta pesquisa. Por isso, o próximo capítulo abordará de maneira mais detalhada a teoria polifônica, destacando os princípios teórico-metodológicos que nortearam o pensamento de Ducrot.

1.3 Ethos e discurso político

O sujeito político adota inúmeras estratégias discursivas, baseadas na emoção e/ou na razão, para construir uma imagem de si. Charaudeau (2011) explica que esses subterfúgios são introduzidos pelo orador para tentar convencer o maior número de pessoas possível. Isso porque não basta ao sujeito político ter somente uma "legitimidade adquirida e atribuída" (Id., 2011, p. 79), é preciso que o locutor, enquanto representante do povo, seja capaz de "mostrar-se" fidedigno e, ao mesmo tempo, solidário aos ideais de grande parte da população. Nesse sentido, o autor destaca que a instância política[10] é marcada por uma dupla função: ser representante e fiador do bem-estar social.

A partir dessas características, Charaudeau (2011) pondera que, como *representante do povo*, o sujeito político depara-se com a tentativa de persuadir o público da importância de seu projeto político; por outro lado, como *fiador do bem-estar social*, o indivíduo visa convencer o maior número de cidadãos, a partilhar dos valores ideológicos contidos nesse plano de governo.

> O político deve, portanto, construir para si uma dupla identidade discursiva; uma que corresponde *ao* conceito político, enquanto lugar de constituição de um pensamento sobre a vida dos homens em sociedade; outra que corresponda *à* prática política, lugar das estratégias da gestão do poder: o primeiro constitui o que anteriormente chamamos de posicionamento ideológico do sujeito do discurso; a segunda constrói a posição do sujeito no processo comunicativo (CHARAUDEAU, 2011, p. 79).

Para o autor, essa identidade discursiva é caracterizada pela relação "*Eu – nós*", chamada por ele de "identidade do singular-coletivo". Charaudeau (2011, p.

[10] Para Charaudeau (2011, p. 56), a instância política "(...) encontra-se no lugar em que os atores têm um 'poder de fazer´ - isto é , de decisão e de ação – um 'poder de fazer pensar' – isto é, de manipulação. É o lugar da governança".

80) adota essa expressão ao explicar que o orador, ao estar diante da plateia, apresenta-se como um "(...) portador de valores transcendentais: ele é a voz de todos na sua voz, ao mesmo tempo em que se dirige a todos como se fosse apenas um porta-voz de um *Terceiro*, enunciador de um ideal social (...)".

O locutor associa três tipos de vozes durante a enunciação: a do *Eu*, a do *terceiro* e a do *Tu-todos.* Esta última é assinalada pelo autor por representar não só a voz do interlocutor, mas da coletividade: o *nós*. Para Charaudeau (2011), este *nós* conduz o político a uma posição de líder[11], isto é, a exercer não só a função de representante da população enquanto papel social, mas também de ser aquele guia que irá defender os anseios e os direitos do povo.

O autor aponta que a utilização de determinadas estratégias a fim de atrair o interlocutor depende de uma série de fatores, como: a identificação social do falante; a forma como o político analisa o ouvinte, bem como os meios que ele utiliza para aproximar-se da plateia; o lugar dos demais políticos no contexto social, sejam eles adversários ou correligionários; e, por último, o entendimento do locutor em relação ao que é necessário defender ou atacar: as pessoas, os valores ou as atitudes (Ibidem, 2011).

De acordo com o autor, o político pode observar se a plateia é favorável, indecisa ou desfavorável, produzindo seus discursos conforme as indicações emitidas pelos eleitores. É possível também que ele elabore um discurso que contemple a maior parte desses perfis extraídos da população, o que pode ocasionar resultados distintos, como, por exemplo, a aceitação ou o rechaço a suas idéias, seus programas políticos e sua pessoa.

Com base nisso, Charaudeau (2011) revela que o discurso político varia entre a razão e a paixão, ao unir o *logos*, o *ethos* e o *pathos,* a fim de compreender o que leva o público a aderir a determinado valor emitido pelo orador. Desse modo, o autor evidencia que, ao tomar a palavra por meio do discurso, o político vincula a dramatização (*pathos)* e o conhecimento adquirido pela experiência de vida e/ou

[11] É por esta razão, que o discurso político adquire semelhanças com o discurso religioso, visto que ambos atribuem ao locutor uma posição de intermediário entre a fala de um terceiro (Deus) e a do indivíduo (cidadãos/filhos de Deus) (Ibidem, p. 80).

acadêmica (*logos*) para construir uma imagem de si (*ethos*) crível e atraente para o ouvinte.

Destarte, Charaudeau (2011, p. 85) assinala que "(...) o político encontra-se sempre tomado por uma dramaturgia que o obriga a construir para si um personagem, certa figura que vale como imagem de si, e que faz com que a construção do *ethos* tenha características próprias".

Charaudeau (2011) considera que o *pathos* é voltado ao ouvinte, enquanto o *ethos* remete ao orador. Seguindo esse princípio, o autor traz à tona dois questionamentos a respeito do *ethos:* o primeiro é se ao construir uma imagem de si, o *ethos* vincula-se ao locutor ou ao enunciador; e o segundo consiste em definir se a questão da imagem de si refere-se somente ao indivíduo ou a um grupo de indivíduos.

Para responder essas questões, o autor realiza um breve panorama dos estudos sobre *ethos*, recorrendo não somente a Aristóteles, como também à visão de Maingueneau e Ducrot para estipular a sua perspectiva em relação ao tema. Com base nisso, o autor estabelece que o *ethos* deve ser tratado sob dois aspectos:

> (...) o *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê (...) (CHARAUDEAU, 2011, p. 115).

Segundo o autor, o ouvinte constrói a imagem do sujeito falante antes mesmo da enunciação ao basear-se em "(...) dados preexistentes ao discurso e (...) nos dados trazidos pelo próprio ato da linguagem" (Ibid., p. 115)[12].

Charaudeau (2011) manifesta que, para entender como ocorre a formação do *ethos,* é preciso analisar duas situações: i) a **identidade social** do sujeito lhe dá a legitimidade necessária para exercer o direito de falar em público e, com isso, desempenhar o seu papel de representante popular em um dado contexto comunicacional; ii) o político formula para si uma **identidade discursiva** de

[12] Tal entendimento coaduna-se com os preceitos estabelecidos pelo Maingueneau ao referir-se sobre o *ethos* pré-discursivo.

enunciador, que é produzida no momento da enunciação. Essa identidade é construída com base nas imagens que o enunciador concebe para si durante o ato da fala, sendo o "(...) resultado das coerções da situação de comunicação que se impõe a ele e das estratégias que ele escolhe seguir (...)" (Ibidem, p. 115).

Logo, sob a perspectiva do público, o político apresenta-se com uma dupla identidade: psicológica e social, por meio da qual interpreta o papel social que lhe foi designado; e, simultaneamente, a identidade do discurso, que é configurada pelo sujeito no momento da fala (CHARAUDEAU, 2011).

Com isso, o autor avalia que "(...) O sentido veiculado por nossas palavras depende ao mesmo tempo daquilo que somos e daquilo que dizemos. O *ethos* é o resultado dessa dupla identidade, mas ele termina por se fundir em uma única (...)" (Ibidem, p. 115).

Dessa maneira, o *ethos* é construído a partir da simbiose dessas identidades reveladas pelo locutor e pelo enunciador durante o ato comunicativo. Ao assumir um personagem diante do público, o locutor acaba gerando um paradoxo, pois, à medida que esconde o que é com o que diz, ele faz o ouvinte acreditar que tudo o que é dito corresponde de fato ao que ele é. A partir desse fundamento, Charaudeau (2011) faz emergir o fenômeno da *essencialização*. Este consiste na busca do locutor e do ouvinte no sentido de discernir o caráter constitutivo do indivíduo enquanto sujeito falante e enunciador.

Portanto, o público, ao lidar com o locutor no momento da enunciação, apreende uma determinada imagem dele, a sua essência, que pode muitas vezes ser distinta daquela idealizada pelo orador. Assim, o *ethos*, em geral, atua de forma involuntária, na medida em que o enunciador não tem controle da imagem de si que será assimilada pelo destinatário.

Charaudeau (2011, p.117) afirma que a visão do ouvinte em relação ao político está atrelada "a imaginários coletivos". Estes constituem uma representação social que a própria sociedade constrói para si. Esclarece que a identidade do sujeito político é atravessada por representações sociais em que o orador "(...) não tem outra realidade além da permitida pelas representações que circulam em um dado grupo social e que são configuradas como 'imaginários sociodiscursivos'" (Ibidem, p. 117).

O autor ressalta a importância do *ethos coletivo* - caracterizado pelas representações sociais que uma sociedade tem de si - no discurso político, pois ele pode ser o responsável por moldar a percepção do público em relação ao orador.

Dessa forma, Charaudeau (2011, p.117) considera que:

> "(...) Em decorrência de sua filiação, os indivíduos do grupo partilham com os outros membros desse mesmo grupo caracteres similares, que, quando vistos de fora, causam a impressão de que esse grupo representa uma entidade homogênea. Uma vez mais, ele é reduzido à sua essência por um olhar exterior, fato que engendra estereótipos (...)".

É preciso salientar, contudo, que a união de determinados grupos em torno de uma mesma ideia é apenas um dos fatores que pode influenciar o público a aderir aos princípios e às opiniões do orador. Deriva-se desse fato o desafio de se construir um *ethos* político, pois esse nicho discursivo depara-se com públicos de naturezas distintas, marcadas por pensamentos heterogêneos a respeito do orador, que perpassam por tempos, lugares e situações diversas (CHARAUDEAU, 2011).

Por conta da diversidade de valores existentes na sociedade, o autor também considera impossível o político conseguir um consenso da opinião pública, de modo que, para conseguir chegar ao poder ou manter-se nele, é necessário que o indivíduo alcance a maioria da população, ao identificar não só os princípios que ele tem em comum com o povo, como também agregar outros que podem ser favoráveis a maior parte do público.

Por essa razão, o orador deve abarcar estratégias discursivas diferentes para poder persuadir a maior parte da população, ao supor os ideais esperados pelos eleitores. Na perspectiva de Charaudeau (2011, p.87), o povo apresentaria uma "demanda implícita", ao passo que os representantes teriam um "desejo de aderir a essa demanda ou de fazê-la surgir, uma vez que é implícita".

Por conseguinte, para o político construir uma imagem de si favorável, é preciso uma consonância de valores entre ele e o ouvinte, que possa estabelecer uma troca de olhares entre a instância política e a instância cidadã. Conforme Charaudeau (2011, p.87) esse intercâmbio de perspectivas relaciona-se com uma terceira instância, que "(...) desempenha o papel de figura ideal de referência". Em vista disso, o *ethos* do político visa tornar-se um reflexo dos anseios dos cidadãos,

imergindo no imaginário popular, a fim de identificar os valores partilhados entre o sujeito e o público e, assim, realizar o que o autor chama de “contrato de reconhecimento implícito” (Ibidem, p. 87).

Nessa tentativa de encontrar valores que estejam em consonância com os do cidadão, o político pode gerar uma imagem de si com efeito contraditório. Charaudeau (2011) observa que o paradoxo existe, por exemplo, quando o sujeito projeta uma imagem de “rico”, podendo produzir um valor positivo (atrelado ao “poder” originário de uma situação financeira favorável); e, simultaneamente, um valor negativo, correspondente à imagem de “bem-nascido”, que não pode compreender os problemas pelos quais passam os mais pobres.

Dado que não há uma forma de o político prever os efeitos que as imagens de si irão provocar no interlocutor, Charaudeau (2011) sugere que o político tente conciliar as contradições, mostrando-se, em determinadas situações, astuto e, ao mesmo tempo, honesto. Contudo, o autor relata que, apesar dos esforços do político, uma mesma atitude pode ser considerada de forma positiva pelos partidários, e negativa, por parte dos adversários. Assim, o locutor pode ter uma imagem de si vinculada à inteligência e à honestidade, assim como pode ser interpretado, respectivamente, como arrogante e dissimulado.

Segundo o autor, o público pode ser persuadido por um *ethos* que não está associado especificamente ao ser enquanto político, mas sim à personalidade e ao modo de vida apresentado pelo cidadão que exerce o papel de político. Desse modo, este pode emitir uma imagem de homem viril, que não tem medo dos adversários; como também projetar a imagem de um sedutor, que exibe as suas aventuras amorosas.

Charaudeau (2011, p. 89) assinala que “(...) o valor dessas imagens depende das culturas, isto é, dos imaginários sociais que circulam em dado momento na história dos grupos”. O autor também argumenta que, independente das imagens sustentadas pelo locutor e de seus efeitos perante o público, deve-se salientar que esses *ethé* costumam mudar ao longo do tempo, pois em uma época podem ser favoráveis e, em outra, desfavoráveis ao político.

Cabe mencionar também que o locutor baseia-se na força da verdade para conduzir o outro a agir de determinada maneira (CHARAUDEAU, 2006). Em outras

palavras, a autoridade do locutor está relacionada ao grau de credibilidade contido em seu discurso. O autor assinala que dois atos de base estão vinculados à força da verdade: os de ordem *transcendental e os de ordem pessoal.*

O primeiro está atrelado a duas figuras: a do caráter divino, ou seja, ao poder de uma entidade superior; e a de uma figura de potência oriunda da vontade dos homens, isto é, a de um sujeito legitimado a cumprir uma vontade geral (o Povo, o Estado, a República, a Ciência, dentre outros).

O segundo, de ordem pessoal, está voltado a uma força de verdade mais restrita, que está relacionada intrinsecamente ao sujeito, a suas qualidades natas, conferindo-lhe uma autoridade pessoal. É um "carisma" originado pela herança, por sua experiência e pelos traços de sua personalidade.

Charaudeau (2006, p. 255) discorre que "todo ato de linguagem está ligado à ação através das relações de força estabelecidas entre os sujeitos, e que é dessa forma que se constrói o laço social".

Ao adotar essa linha de pensamento, o autor expressa que a linguagem política decorre da dialética existente entre dois eixos de atividade social: *a do dizer político,* que corresponde ao debate de ideias no espaço público, ou seja, lugar onde se trocam as opiniões; e, a do *fazer político*, campo mais restrito do espaço onde se tomam decisões e se realizam atos.

Ele explica que essas duas esferas impõem uma autoridade ao misturar a linguagem e a ação. Destaca que tanto o dizer quanto o fazer político atuam de forma distinta. Para o escritor, na primeira, a linguagem exerce uma dominação por meio de um confronto discursivo em que várias estratégias são permitidas, tais como a manipulação, o proselitismo, ameaças, promessas, dentre outros. Desse modo, o objetivo é sempre impor uma opinião.

A segunda esfera consiste no lugar onde se exerce o poder de agir entre duas instâncias: a política, que se diz soberana; e a cidadã, que sempre pode cobrar resultados de seus representantes. Assim, o objetivo do fazer é dominar por meio de uma regulamentação e sanção (exercida na política); e uma reivindicação (povo).

O autor estabelece duas situações vinculadas ao eixo do fazer político: a que o sujeito político está em um contexto de enunciação "fora da governança", como quando alguém busca chegar ao poder sendo candidato a uma eleição; e a que o

sujeito político está em um contexto de enunciação "dentro da governança", ocupando algum cargo dentro do governo.

Charaudeau (2006) explica que em cada situação o sujeito segue estratégias discursivas diferentes, pois está em posições de legitimidade distintas. Dentre essas estratégias, ele inscreve a utilização da promessa. Na visão do linguista, este ato de linguagem deve ser utilizado para transmitir um sistema de valores e os meios para chegar a determinados fins. Destaca que esse tipo de discurso precisa ser crível aos olhos do povo, ao ponto de auxiliar o locutor a construir um *ethos* de convicção e de suporte de identificação. Por fim, o sujeito político ao utilizar a promessa, a fim de convencer o público a aderir a sua proposta, pode recorrer tanto à razão como à emoção.

Segundo Charaudeau (2006), dentro da governança, o ato de promessa está vinculado a um ato de fazer, o que acaba constantemente sob o olhar crítico dos adversários e do cidadão, pois o político assume um compromisso ligado a uma ação. Fora da governança, a promessa ganha um caráter profético, visto que o indivíduo, por não se encontrar na esfera do poder, limita-se apenas a anunciar de forma antecipada as suas ações.

Outra estratégia apontada por Charaudeau (2006) é encontrada na *palavra de decisão*. Para o autor, ela é utilizada somente quando o sujeito político está em uma posição de legitimidade. Com isto, ele postula que a decisão está relacionada a três coisas: a uma desordem social; à necessidade de tomar uma atitude para resolver esse problema; e por último, às medidas a serem tomadas no instante da enunciação, adquirindo, assim, um caráter performativo.

Em seguida, tem-se a *justificação*, na qual o locutor retoma uma decisão, com o objetivo de justificar os motivos que o conduziram a realizar tal ação. De acordo com o pensador, esse tipo de discurso visa não só a defesa, mas também o cumprimento da ação.

Além das estratégias supracitadas, deve-se aludir que o político utiliza outros meios para convencer o público. Dentre eles, tem-se a depreciação do oponente. De acordo com Charaudeau (2011), esse método é empregado de várias maneiras como: a desqualificação das idéias do adversário; a expressão das consequências

negativas para o cidadão, caso o seu antagonista esteja no poder; o uso da ironia; a revelação das “contradições do adversário”, dentre outros.

Como dito anteriormente, a paixão é um elemento intrínseco à formação de uma imagem de si. Por esse motivo, o autor considera que os locutores devem utilizar esse elemento para mostrar-se digno de confiança, estimulando o ouvinte não só a aderir a seus projetos, como também a ter paixão em defendê-los. Para ele, “(...) o campo político é por excelência o lugar em que as relações de poder e de submissão são governadas por princípios passionais” (CHARAUDEAU, 2011, p. 93).

Apesar da importância do locutor exprimir um discurso recheado de elementos passionais, Charaudeau (2011) destaca que essa característica não é suficiente para convencer o público a engajar-se nas ideias e convicções do locutor e de seus correligionários. Na perspectiva desse autor, é necessário que o político ultrapasse alguns obstáculos, como: buscar atender os valores e as opiniões da maior parte do público; exagerar na forma de apresentação dos valores à população, mostrando-se simples ou rebuscado demais; expressar uma argumentação crível, que não precisa ser necessariamente verdadeira, mas deve emitir ao interlocutor um caráter de “veracidade”.

Ademais, Charaudeau (2011, p. 98) destaca que não basta que o político escolha os valores do consenso majoritário, é preciso que ele saiba simplificar as suas idéias, sem “(...) levar a uma falsa verdade; a uma verdade não provada ou mesmo a uma contra-verdade (...)”. Nesse sentido, o autor delineia que, ao simplificar um discurso, o político acaba, mesmo que de forma involuntária, perdendo um pouco da verdade. Assim, para que o público possa compreender o discurso, sem torná-lo simplista, o linguista defende que as ideias do falante devem ser transmitidas uma de cada vez.

Além destas características, o autor pontua outras formas adotadas pelo político para persuadir os cidadãos, como a *força da argumentação*. Ele explica que, em geral, o discurso político apresenta argumentos que consistem em: demonstrar determinado tipo de crença; expressar o ônus existente em certas situações e a proposta para revertê-lo; mostrar uma “vontade de agir” do locutor; evidenciar o “risco de não fazer a coisa certa”, o que pode expor uma forma de ameaça; assinalar o poder do locutor enquanto autoridade política; desqualificar o oponente,

diretamente ou não; usar comparações seja de acontecimentos passados, como de pessoas históricas; e, por último, utilizar de forma moderada o humor (Ibidem, p.102).

O linguista considera a *dissimulação* outro aspecto inerente ao discurso político. Segundo ele, a fala de um sujeito político é marcada por um "jogo de máscaras" em que o ator consegue prever não só as críticas de seus opositores, como também os efeitos provocados pela mídia e os movimentos sociais os quais tenta antecipar e neutralizar. Desse modo, situada entre palavra, pensamento e ação, a dissimulação leva à mentira na política (CHARAUDEAU, 2006).

Segundo o autor, a *mentira* atua como um modo de persuasão na política. Ao abordar essa temática, Charaudeau (2011, p. 105) salienta as três condições em que ocorre essa estratégia discursiva:

> (...) (i) o sujeito falante diz, enquanto enunciador (identidade discursiva), o contrário daquilo que sabe ou julga como indivíduo pensante (identidade social); (ii) ele deve saber que aquilo que diz é contrário ao que pensa (não há, nessa perspectiva, mentira que não seja voluntária); (iii) ele deve dar a seu interlocutor signos que o façam crer que aquilo que ele enuncia é idêntico ao que ele pensa (CHARAUDEAU, 2011, p. 105).

O autor sustenta que esse ato de linguagem é utilizado pelo político para evitar que ele enfraqueça perante o adversário ou à população. Para tanto, o locutor costuma adotar uma série de estratégias fundamentadas na mentira, como: fazer declarações imprecisas; recorrer a uma razão suprema para justificar alguma atividade mal-sucedida à população ou amenizar uma crise social; usar a denegação, a fim de contestar qualquer envolvimento com qualquer prática ilícita; e, utilizar o silêncio, prática que é recorrente no discurso militar, para omitir fatos que vão de encontro ao anseio popular.

Para Charaudeau (2006), a mentira não existe em si mesma. Ela é produto da relação intersubjetiva e está associada aos objetivos dessa relação. Portanto, é um ato voluntário. Nesse sentido, o escritor destaca que a mentira muda de significado de acordo com o público-alvo e o lugar do locutor no momento da fala. Desse modo, é o cenário discursivo que norteará a singularidade da mentira.

Charaudeau (2011) ressalta que a *vocalidade*, ou seja, a forma que o locutor utiliza para falar com ouvinte, influencia na imagem que o público criará deste sujeito. Conforme o autor, a maneira de falar do político indica as qualidades e a posição social do sujeito. Desse modo, se o indivíduo fala bem diante do público, é possível que ele seja interpretado como uma pessoa culta e refinada.

Com base na importância da fala para o discurso político, o autor destaca a questão dos procedimentos enunciativos. Para ele, esse fenômeno possibilita "(...) àquele que fala colocar-se em cena ('enunciação elocutiva'), implicar seu interlocutor no mesmo ato de linguagem ('enunciação alocutiva'), apresentar o que é dito como se ninguém estivesse implicado ('enunciação delocutiva')" (CHARAUDEAU, 2011, p. 174).

Partindo desse pressuposto, o autor afirma que a enunciação elocutiva corresponde a uma espécie de enunciação, que é marcada pela presença dos pronomes pessoais de primeira pessoa, seguidos de verbos modais, de advérbios e demais elementos que denotem a existência de um sujeito falante. Assim, é comum nesses casos, a utilização do pronome "Eu", em frases como: "Eu nego todas as afirmações" ou "*Nós* somos os responsáveis pelos rumos do país".

A enunciação alocutiva, por sua vez, é expressa por meio da utilização de pronomes pessoais de segunda pessoa, seguidos de verbos modais e demais qualificativos que revelam não só a presença do interlocutor, como também o espaço dado pelo locutor ao ouvinte e a relação deste com o falante. Este tipo de enunciação surge quando o locutor utiliza determinadas formas de tratamento para dirigir-se ao público. É o que acontece quando o político identifica o seu interlocutor, chamando-o, por exemplo, de "Meus Companheiros", "Vossa Excelência".

Por fim, tem-se a enunciação delocutiva, que não decorre de locutores ou interlocutores, mas de um "terceiro", cuja voz é reconhecida como a "voz da verdade". Segundo Charaudeau (2011), nesse tipo de enunciação, muito utilizado no discurso político, o orador transforma-se em um "soberano", que está acima dos homens e mais próximo de uma verdade estabelecida. Assim, pode-se apontar como exemplo dessa modalidade de enunciação o discurso religioso dentro da esfera política.

Depreende-se, portanto, da perspectiva sobre o *ethos* esposada por Charaudeau, que todo ato de linguagem busca promover uma ação sobre o outro, a fim de atingir determinado efeito. No caso do discurso político, o de demonstrar, seja pela razão e/ou pela emoção, que o orador é digno de confiança.

Nesse sentido, observa-se que o locutor da esfera política visa estabelecer um vínculo com o ouvinte, a fim de promover uma identificação entre o que é dito por ele, no momento da enunciação, com o que ele acredita corresponder às expectativas de seu interlocutor alvo.

Com o exposto, observa-se que toda palavra evocada dentro do espaço político deve ser analisada de acordo com o se que diz e o que não se diz. Portanto, o discurso não pode ser visto de forma ingênua, mas como uma estratégia utilizada pelo orador com o intuito de persuadir o público a formar um determinado juízo de valor.

2.TEORIA POLIFÔNICA DA ENUNCIAÇÃO

2.1 Origens da abordagem polifônica

O termo polifonia é originário da música. Surge de uma classe de composição musical, na qual muitas vozes ou instrumentos se sobrepõem, expressando ideias, em ritmos diferentes. É a partir dessa concepção que essa palavra aparece nos estudos literários e na linguística.

Bakhtin (2013 [1929]) integrou o conceito de polifonia à sua teoria literária, a fim de distinguir duas formas de literatura: a *dogmática*, que expressava a existência de apenas uma única voz, a do autor ou a dos vários personagens que são julgadas pelo autor; e, a *polifônica* ou *carnavalesca*, em que diversos personagens apresentam a si mesmos, tal como as máscaras de carnaval. Ao contrário da primeira, nesta última não há julgamentos do autor e o sentido exposto na obra se deve ao confronto existente entre os personagens.

Para esse autor, Dostoiévski inovou o pensamento artístico ao trazer o conceito de um romance polifônico. Afirma que a vasta literatura dostoievskiana é marcada pela presença de um único autor, mas inclui uma sucessão de vozes oriundas dos textos filosóficos que influenciaram o pensamento do artista. Dito de

outra forma, a obra do romancista caracteriza-se por apresentar uma série de pontos de vista dos personagens, que se diferenciam da perspectiva do autor.

Desta forma, Bakhtin (2013 [1929]) discorre que a produção literária do romancista russo é totalmente dialógica, pois está sempre voltada para o exterior, dirige-se não só para si, mas a outro, a um terceiro. A obra é marcada por uma interação dialógica de discursos, constitui-se, pois, em um conjunto de discursos sobrepostos sob diferentes ângulos.

Nesta conjuntura, o pensador traz, pela primeira vez, a questão do dialogismo. Parte do pressuposto de que o princípio constitutivo da linguagem é a interação verbal. Defende a tese de que o diálogo norteia a vida humana, pois cada palavra expressa pelo homem não é própria dele mesmo, mas traz em si a perspectiva de outra voz. Entende-se, dessa forma, que o sujeito deixa de ser o centro da interação verbal, dando lugar a vozes que indicam uma determinada posição social, que o tornam um ser histórico e ideológico.

Segundo Bakhtin (1997 [1979]), o homem produz enunciados de acordo com o tempo, o espaço e o microcosmo social em que vive. Esses fatores dão o tom e servem de norma para o discurso. Por essa razão, o autor postula que o enunciado é a “unidade real da comunicação verbal” (Ibidem., p. 294), é uma unidade real “estritamente delimitada pela alternância dos sujeitos falantes” (Ibid., p.295). De acordo com o autor, o diálogo é marcado pela troca de enunciados entre os interlocutores. Assim que o locutor encerra a sua fala, concede ao outro a chance de emitir uma resposta, surgindo o conceito de **réplica**, caracterizada pela atitude responsiva do ouvinte frente ao que é dito pelo falante.

Seguindo essa linha de pensamento, o teórico defende que “cada texto (em sua qualidade de enunciado) é individual, único e irreproduzível” e, com isto, reflete o estilo de cada indivíduo (Ibidem, p.332). Quando este termina o que tem a dizer, passa a palavra ao outro, que adota uma atitude responsiva em relação ao que é dito. Portanto, há uma alternância dos sujeitos falantes, onde cada réplica aponta uma posição do locutor no discurso, e, simultaneamente, induz uma resposta. Assim, cada réplica está vinculada à outra, que indica o interlocutor no discurso.

Destaca-se que durante a interação verbal, cada participante evoca tradições, palavras, enunciados e locuções, que foram absorvidas com base em uma situação

vivida. Bakhtin (1997 [1979]) denominou esse processo de **assimilação**. Segundo ele, as experiências verbais de cada indivíduo moldam-se e desenvolvem-se a partir de uma interação contínua com os enunciados individuais dos outros.

Depreende-se, portanto, que toda fala remete a um enunciado já dito. É dessa forma que Bakhtin refuta a ideia de que o indivíduo é dono de seu próprio dizer, uma vez que o ser humano constitui-se como um sujeito que apreende diversas ideologias ao logo de sua existência. Assim, o enunciado representa os ecos das lembranças dos enunciados passados, no discurso há presença de inúmeras vozes, que dialogam entre si. Com isto, Bakhtin (2013 [1929]) derruba a unicidade do sujeito falante, ou seja, a ideia de que em um enunciado há apenas um sujeito responsável que expressa seu ponto de vista, dando lugar a uma nova perspectiva dos estudos da linguagem.

2.2 **Princípios teórico-metodológicos**

A noção de polifonia presente em Bakhtin foi adaptada por Oswald Ducrot (1987) ao propor uma análise focada nos aspectos linguísticos inseridos no contexto da enunciação, não se preocupando em verificar os fatores ideológicos presentes na linguagem.

Para Ducrot (1987), a visão polifônica do pensador russo fora aplicada somente a textos, isto é, a uma sequência de enunciados, mas não aos enunciados que formam estes textos. Segundo ele, a teoria bakhtiniana não chegou a questionar a unicidade do sujeito em um enunciado isolado.

Desta forma, o linguista francês postula uma noção ampliada da polifonia proposta por Bakhtin. Apoiando-se também nos estudos de Authier e Plénat, Ducrot (ibid.) rejeita a idéia de que um enunciado apresenta apenas um sujeito de consciência e de que, se há um locutor, este deve ser idêntico àquele sujeito. Assim foi criada a Teoria Polifônica da Enunciação, tendo como tese o princípio de que um mesmo enunciado apresenta vários sujeitos com status linguísticos diferentes.

Ao apresentar o enunciado como objeto de análise dessa teoria, Ducrot (Idem) estabelece a distinção desse conceito em relação à *frase*. Segundo ele, frase é “um objeto teórico”, que, sob o ponto de vista linguístico, não pertence ao domínio

do observável, mas sim constitui uma invenção da gramática. Para o autor, o que deve ser levado em conta pelo linguista é o enunciado, designado como uma "manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc*[13] de uma frase" (Ibidem, p. 164).

Neste sentido, o enunciado ultrapassa o linguístico, envolve um contexto específico. A frase apresenta-se de forma distinta, visto que uma pessoa pode dizê-la em diversas situações, obtendo, por isso, diferentes sentidos. Dessa maneira, evidencia-se que o enunciado está subordinado a uma enunciação, ou seja, a um momento determinado e único, em que a língua é atualizada pelo falante.

Ducrot (1987, p. 168) atribui três acepções ao termo enunciação. Na primeira, ele o identifica com "atividade psico-fisiológica implicada pela produção de um enunciado (acrescentando-lhe eventualmente o jogo de influências sociais que a condiciona)".

Em outra acepção do termo, o autor considera-o como um "produto da atividade do sujeito falante, quer dizer, um segmento do discurso, ou, em outros termos, o que acabo de chamar de 'enunciado'" (Ibidem, p. 168).

Finalmente, após apresentar as duas concepções supracitadas a respeito de "enunciação", Ducrot fixa-se em uma última acepção estipulada para o termo: a de que enunciação "é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado" (Idem).

Ainda segundo a linha argumentativa de Ducrot, a produção de um enunciado é um acontecimento histórico, em que se origina "alguma coisa que não existia antes de se falar e que não existirá mais depois" (Ibidem, p.168). Ou seja, o momento da enunciação é irrepetível, uma "aparição momentânea" (Idem).

Com base nessa afirmação, o autor relaciona a dicotomia frase/enunciado a uma distinção consequente entre **significação** e **sentido**. O primeiro termo é por ele utilizado para caracterizar semanticamente a frase. Para designar o valor semântico do enunciado, emprega o termo sentido.

Para Ducrot (Ibidem, p. 170), a significação consiste em um "conjunto de instruções dadas às pessoas que têm que interpretar os enunciados da frase, instruções que especificam que manobras realizar para associar um sentido a estes

[13] Expressão latina que significa "Aqui e Agora".

enunciados". O sentido, por sua vez, equivale à "descrição da enunciação", ou seja, "o que o sujeito falante comunica através de seu enunciado é uma qualificação da enunciação deste enunciado" (Ibidem, p. 172).

Essa questão é explicitada por Ducrot (1987) por meio do enunciado "O tempo está bom". Ele observa que a significação corresponde à instrução dada ao ouvinte para que este possa identificar o lugar em que se encontra o locutor no momento da fala e, assim, atestar se o tempo está bom no local em que o falante está localizado.

O autor observa ainda que um "enunciado do tipo 'o tempo está bom' não pode ter por sentido que está fazendo tempo bom em qualquer parte do mundo (...)", mas se pode afirmar que está fazendo um tempo bom em um lugar específico, no qual o locutor se encontra.

Ducrot (1987) destaca, ainda, que há duas distinções entre sentido e significação: a metodológica e a de natureza. Na primeira, "o sentido pertence ao domínio do observável, ao domínio dos fatos" (Ibidem., p. 170). Portanto, o linguista deve explicar o fato de que determinado enunciado apresenta sentidos específicos, ou seja, pode estar sujeito a várias interpretações. Por outro lado, a significação é um "objeto teórico", associado ao sentido do enunciado (Ibidem, p. 170).

Ducrot (1987) postula que são elaboradas normas a fim de calcular a significação das frases por meio de sua estrutura léxico-gramatical. Por conseguinte, busca-se, a partir da significação, encontrar o sentido dos enunciados.

Do ponto de vista do estatuto da natureza, Ducrot (1987) renega a ideia que o sentido da enunciação consiste na significação da frase, a qual se acrescentam apenas alguns elementos emprestados à situação do discurso. Concebe o sentido como uma "descrição da enunciação" (Ibidem, p. 172). Em outras palavras, o que o locutor evoca por meio de seu enunciado nada mais é do que uma "qualificação da enunciação" do enunciado.

O mesmo autor sustenta que o objeto da teoria polifônica é expressar como o enunciado marca em sua enunciação a sobreposição de várias vozes. Nesse sentido, ressalta-se que, para ocorrer enunciação, é necessária a presença da figura do enunciador, que, contudo, não precisa coincidir com o autor ou a figura enunciativa dada como responsável pelo enunciado. Assim, não importa quem

subscreve a enunciação, sabe-se que alguém se expressa através de um enunciado, mas este não necessariamente encerra apenas uma perspectiva, podendo conter várias.

Segundo Ducrot (1987), a tese da unicidade do sujeito falante perde força, principalmente em enunciados complexos. Ele cita como exemplo que, quando um Locutor (L), censurado por ter cometido um erro, é chamado de imbecil, ao dirigir-se ao interlocutor, o sujeito criticado retruca: “Ah! **Eu sou imbecil**; muito bem, você não perde por esperar!”. Nesse caso, o L é ao mesmo tempo o produtor das palavras e o “eu” do enunciado. No entanto, o responsável pela enunciação “Eu sou imbecil” não é L, mesmo que ele a assuma, mas o interlocutor que não aparece explicitamente no enunciado de L.

Dado os vários sujeitos existentes em um enunciado, Ducrot (1987) salienta a necessidade de distinguir dois tipos de personagens: os enunciadores e os locutores. Para o ele, o locutor é:

> um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar uma responsabilidade deste enunciado. É a ele que se refere o pronome ‘eu’ e as outras marcas de primeira pessoa (Ibidem, p. 182).

Os enunciadores são seres que “(...) considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas (...)” (ibidem, p. 192). Isso significa que correspondem às distintas perspectivas ou “vozes” incutidas no enunciado. Já o locutor é o “eu” marcado no discurso.

Ao propor uma analogia com alguns elementos do universo dramático, Ducrot (1987) expressa que a figura do enunciador está para a do personagem, assim como a do locutor está para o autor.

A partir desta metáfora teatral apresentada pelo autor, pode-se dizer que o locutor (autor), ao se responsabilizar pelo enunciado, dá vida, por meio deste, a enunciadores (personagens), que encenam atitudes e pontos de vista em um determinado contexto.

Neste ponto, faz-se mister introduzir outra figura presente nesta cena enunciativa, a do *sujeito empírico*, que corresponde, na analogia já mencionada, ao ator, ou seja, o sujeito falante ou produtor efetivo do enunciado. Ducrot (1987, p.

182) destaca essa distinção entre o locutor (marcado através do “eu”) e o sujeito empírico do enunciado (aquele que material ou fisicamente o produz), a partir de um contexto no qual um filho entrega ao pai uma circular da escola em que consta: “Eu, abaixo-assinado, autorizo meu filho a [...] Assinado [...]”.

Nesse exemplo, o pai não é autor empírico do enunciado, uma vez que não é possível identificá-lo como o responsável pela produção de tal documento. No entanto, a partir do momento em que o genitor assina a autorização, este se constitui como locutor do enunciado, assume-se como “eu” do discurso, pessoa que autoriza seu filho a fazer algo. Já o sujeito empírico corresponde à pessoa que redigiu a carta, que não é possível ser identificada pelo enunciado.

Além da analogia com o teatro, Ducrot (1987) recorre à Teoria da Narrativa de Gérard Genette, para explicar a distinção entre Locutor e Enunciador.

Na Teoria da Narrativa, o autor é o responsável pelo romance. É ele quem imagina uma determinada cena, enquanto o narrador a descreve, podendo até mesmo ter participação ativa na história. Portanto, o autor é quem produz a narrativa, pertence à esfera do real. Ao passo que o narrador é um elemento da ficção, aquele que evoca a narrativa. Além desses elementos, Genette (1972 *apud* DUCROT, 1987, p.194) inclui na narrativa o “sujeito de consciência”, também chamado de “Centro de perspectiva” (foco narrativo), que corresponde à pessoa sob cujo ponto de vista é apresentado a narrativa. Ducrot (1987) explica que o crítico literário distingue essa última figura do narrador, pois enquanto este é aquele que fala, o sujeito da consciência é aquele “que vê” os acontecimentos.

Nesse sentido, o linguista aproveita as contribuições de Genette para realizar um paralelo dessas figuras da narrativa com os elementos de sua Teoria Polifônica da Enunciação. Propõe que o locutor equivale ao narrador; o autor é aquele que produz efetivamente o enunciado; e o sujeito de consciência corresponde ao enunciador.

Assim, em um enunciado, o locutor atua como o responsável pela enunciação. Ele evoca o sentido que o narrador relata, isto é, o locutor é a origem do discurso. Além disso, as ações expressas no discurso podem ser atribuídas aos enunciadores, que manifestam seus pontos de vista na narrativa e que podem ser “sujeitos de consciência” alheios ao narrador.

No quadro abaixo, faz-se uma comparação entre a teoria de Genette e as figuras enunciativas propostas por Ducrot:

Genette (1972)	**Ducrot (1987)**
Autor	Sujeito empírico (aquele que produz o enunciado)
Narrador	Locutor (L)
Sujeito de Consciência	Enunciador (E)

Tabela 01. Quadro mostra a comparação entre a Teoria da Narrativa e a abordagem de Ducrot.

O enunciador dá a possibilidade tanto ao sujeito falante quanto ao locutor de não assumir a autoria da fala no discurso. Nesse caso, o escritor de uma obra pode abordar assuntos polêmicos por meio de seus personagens, discutir uma ideia conflitante em uma dada sociedade, de forma que não seja exposto.

Com isso, confirma-se que um enunciado possui várias “vozes”, que mostram diferentes perspectivas em relação ao que foi dito pelo sujeito. Na próxima seção serão abordadas as diferentes formas de polifonia descritas por Ducrot em sua Teoria Polifônica da Enunciação.

2.3 Formas de Polifonia Enunciativa

Ducrot (1987) aponta que há duas formas de polifonia enunciativa: a de locutores e a de enunciadores. A primeira é encontrada nos Relatos em Estilo Direto (RED) em que é possível observar a presença de pelo menos dois locutores diferentes. Esse fenômeno, marcado pela aparição de vários “eus” em um mesmo enunciado, é denominado por Ducrot (1987) como dupla enunciação.

Pode-se explicar esse conceito por meio de uma dada situação hipotética na qual Pedro diz: “João **me** disse: **eu** virei”. Nesse caso, as duas marcas de primeira pessoa “me” e “eu” referem-se a dois seres distintos, ou seja, dois locutores diversos, João e Pedro, respectivamente.

Essa possibilidade de desdobramento enunciativo é utilizada não só para enfatizar que o discurso é atribuído a alguém, mas também para criar um eco imitativo. É o que ocorre no seguinte diálogo:

A: “**Eu não estou bem**”.

B: “**Eu não estou bem**. Não pense que você vai **me** comover com isso”.

Nesse exemplo pode-se depreender que o enunciado B apresenta dois Locutores, quais sejam: **L1**, marcado pela máxima “Eu não estou bem”; e **L2** que diz “Não pense que você vai me comover com isso”. Observa-se uma ressonância da fala de **L1** incutida no dizer de **L2**, ocorrendo, dessa forma, uma dupla enunciação.

Esse fenômeno permite que o locutor atue como “porta-voz de um outro”, ou ainda, que possa “organizar um teatro (...) no interior de sua própria fala” (Ibidem, p. 185). Por isso, Ducrot (1987) considera o discurso direto como um ato particular desse desdobramento enunciativo, pois busca introduzir no relato a fala de outra pessoa que se quer mostrar no discurso. Comprova, assim, que um mesmo enunciado pode comportar mais de um locutor.

Além do Locutor, o enunciado engloba também o(s) enunciador(es). Estes corresponde(m) ao(s) ponto(s) de vista expresso(s) na enunciação e à segunda forma de polifonia.

De acordo com os ensinamentos de Ducrot (Ibidem, p. 192), os enunciadores se manifestam no discurso “somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras”. Portanto, eles não são responsáveis pelo enunciado, mas revelam determinadas atitudes e posições. Dessa forma, o locutor é o autor do enunciado, sendo o responsável por dar forma aos enunciadores, organizando seus pontos de vista e atitudes. A posição do locutor no enunciado torna-se manifesta quando ele se assimila a um enunciador em particular, colocando-o como seu representante.

Ducrot (1987,1988) acrescenta, contudo, que, além da assimilação ou identificação, o locutor pode manter outros posicionamentos frente aos pontos de vista dos enunciadores, tais como a aprovação ou a rejeição. Tais possibilidades serão ilustradas na sequência deste trabalho.

Na seção a seguir serão abordados diferentes fenômenos linguísticos por meio dos quais se pode observar o funcionamento polifônico dos enunciados, a saber: negação, pressuposição, atos de fala e operadores argumentativos.

2.4 FENÔMENOS SEMÂNTICO–PRAGMÁTICOS DE CARÁTER POLIFÔNICO

2.4.1 **A Negação**

A partir das duas vertentes de polifonia discutidas na seção anterior, Ducrot (1988) assinala a importância da negação, bem como de outros fenômenos linguísticos, no estudo das vozes presentes nos enunciados.

O autor recorre, inicialmente, às instâncias psíquicas de Freud para explicar que a negação é um compromisso firmado entre o Ego (personalidade da pessoa, o "eu"), o id (a libido) e o superego (censura). Assim, quando alguém produz um enunciado negativo, como: "não – P", evoca simultaneamente duas vozes: a da libido, representada no ato enunciado em P; e a da censura, que está vinculada à recusa intrínseca ao morfema **não** (DUCROT, 1988).

Entende-se, pois, que a negação é um expediente criado pelo Ego, a fim de satisfazer a libido e um superego relativamente moral. Ela possibilita ao homem dizer qualquer coisa e ao mesmo tempo censurá-la.

Apesar de inspirar-se nas idéias freudianas, Ducrot (1988) empreende uma abordagem linguística da negação. Para ele, um enunciado negativo "**não – P"** tem pelo menos dois enunciadores: o enunciador **E1**, que representa o conteúdo P; e o enunciador **E2**, perspectiva contrária a P. Portanto, o enunciado negativo corresponde a um "diálogo cristalizado" no qual dois enunciadores confrontam pontos de vista contrários.

Ressalta-se a posição do locutor no caso dos enunciadores postos em cena na negação. De acordo com Ducrot (1988), o locutor mantém uma atitude de recusa em relação à perspectiva de **E1** e de assimilação, ao ponto de vista de **E2**.

Além do morfema **não**, o autor relata que há outros itens linguísticos que expressam idéias contrapostas, por exemplo, a locução verbal "ao contrário". No enunciado: "Pedro não veio. Ao contrário, ficou em casa", o primeiro segmento "Pedro não veio" encerra duas perspectivas de acordo com o que foi exposto: a positiva, que consiste em "Pedro veio", que corresponde a E1; e, a negativa, que se contrapõe àquela e que incide em E2. No entanto, deve-se observar que, na sequência do mesmo enunciado, há outra proposição, que diz Pedro "ficou em casa", vinculada à primeira por meio da locução "ao contrário".

Ducrot (1988, p.21) argumenta que os dois enunciados “não são absolutamente contrários”. O enunciado “Pedro ficou em casa” corresponde à sentença “Pedro não veio”. Portanto, ao dizer “ao contrário, Pedro ficou em casa”, o locutor recupera a perspectiva do enunciador E1, com a qual o locutor se opõe. Nesse sentido, a expressão “ao contrário” demonstra a presença de um enunciador positivo.

Ducrot (1988) contrapõe-se aos argumentos dos autores que discordam de sua teoria polifônica da enunciação. Estes defendem que é possível aplicar ao caso da negação a regra geral segundo a qual todo enunciado positivo ou negativo implica a existência de uma sentença contrária. Pode-se esquematizar esta situação da seguinte forma:

X ⟶ Não-X é possível

Ao contrário do argumento dos críticos, que propunham uma visão reducionista da negação, Ducrot (1988) atribui ao fenômeno um caráter polifônico. Sua abordagem é marcada pela presença de um locutor que emite duas perspectivas diferentes em um mesmo enunciado. Esses pontos de vista correspondem aos enunciadores E1 e E2 e evocam conteúdos contrapostos. O locutor mantém uma atitude de recusa do enunciador positivo (E1) e de assimilação ou identificação face ao enunciador negativo (E2).

Além da negação, a Teoria Polifônica postula outros modos de os enunciadores emergirem-se no enunciado, como por exemplo, a pressuposição, para a qual se dedica a seção seguinte.

2.4.2 **A pressuposição**

Retomando argumentos de um artigo publicado em 1969, Ducrot (1987) defende que a pressuposição apresenta-se de forma implícita e está vinculada ao sentido literal da frase. Explica que, no enunciado: “Jacques fumava antigamente”, observam-se dois conteúdos informacionais: i) Jacques não fuma atualmente (posto); ii) Jacques fumava antigamente (pressuposto).

O posto é definido por Moura (1999, p.12) como “(...) informações num plano literal, ou seja, contidas no próprio sentido das palavras”. Já o pressuposto surge quando a enunciação de uma sentença revela informações adicionais, que “não são afirmadas literalmente, mas inferidas a partir dessas sentenças” (Ibidem, p.12). Isso implica reconhecer que o conteúdo posto é intrinsecamente vinculado ao pressuposto, pois a validade do primeiro depende da aceitação da veracidade do segundo.

Ducrot (1987; 1988) acrescenta que os conteúdos pressupostos não estão contidos no mesmo nível das informações postas no sentido dos enunciados, embora sejam depreensíveis do conteúdo linguístico destes. Os pressupostos exibem uma característica particular. Isto é, as frases que encerram conteúdos pressupostos, ao passarem por uma mudança na estrutura sintática, tal como a negação ou a interrogação, mantêm inalteradas as informações. Assim, ao transformar um enunciado, que encerra uma pressuposição, em uma pergunta ou em uma negação, o pressuposto é mantido, ou seja, subsiste.

Desse modo, ao proferir as sentenças: “Será que Jacques continua fumando?” ou “É falso que Jacques continua fumando”, nota-se que os dois enunciados mantêm o mesmo pressuposto: “Jacques fumava antigamente”. Em razão disso, Ducrot (1987) relacionou o pressuposto ao componente linguístico, demonstrando que esse fenômeno estaria vinculado ao próprio enunciado, sem levar em consideração o contexto da enunciação[14].

Seguindo essa linha de pensamento, Moura (1999) revela que uma forma de verificar a presença do pressuposto é observar as marcas linguísticas ativadoras de pressuposição presentes em um enunciado. De acordo com esse autor, o conteúdo pressuposto é ativado pelo emprego de verbos factivos, expressões temporais, verbos de mudança de estado, dentre outras expressões linguísticas. Assim, na sentença “João **lamentou** ter bebido muito”, o verbo factivo (em grifo) indica não só o pressuposto “João bebeu muito”, como também enuncia que João atribuiu um valor negativo ao fato de ter bebido muito.

[14] Essa posição foi revista pelo próprio Ducrot (1987, p. 13), no capítulo “Pressupostos e Subentendidos (Reexame).

Ducrot (1987, p. 20) descreve o pressuposto como “elemento do universo do discurso”. Para ele, seu conteúdo é expresso durante a enunciação e remete a um conhecimento apresentado como já conhecido, que é partilhado entre o locutor e o ouvinte. De acordo com esse linguista, mesmo que o enunciado tenha um locutor como responsável, este compartilha com o destinatário a responsabilidade do conteúdo implicitado sob a forma de pressuposto, mascarando o que diz por meio de uma crença comum.

Cabe mencionar outro tipo de conteúdo implícito presente no enunciado: o subentendido. Este se distingue do pressuposto por ser um componente retórico, ligado à circunstância da enunciação. Segundo Ducrot (1987, p. 19), o subentendido “permite acrescentar alguma coisa ‘sem dizê-la, ao mesmo tempo em que é dita”. Isso significa que um implícito é interpretado pelo interlocutor a partir da enunciação.

Para ilustrar, apresenta-se a seguinte situação: Alguém diz: “Jacques não despreza vinho”. A enunciação revela que Jacques bebe vinho. Permite, ainda, a inferência de que gosta muito de vinho. Ao mesmo tempo, a estrutura sintática não deixa explícita a informação de que Jacques aprecia vinho. Nesse caso, a interpretação hiperbólica do enunciado fica a cargo do ouvinte. Se alguém, posteriormente acusar o locutor de afirmar que Jacques tem tendência ao alcoolismo, por exemplo, o sujeito falante pode se esquivar, uma vez que tal conteúdo não está presente no sentido literal do enunciado, mas apenas pode ser, eventualmente, derivado a partir deste.

Desse modo, o subentendido contrapõe-se ao pressuposto, visto que este pertence ao domínio comum dos participantes do diálogo, objeto que serve de vínculo entre os personagens da comunicação, enquanto a produção daquele é de responsabilidade do interlocutor. Do ponto de vista dos pronomes, o pressuposto pertence ao domínio do “nós” enquanto o subentendido situa-se na esfera do “tu”.

Outra questão abordada pelo autor refere-se à anterioridade do pressuposto em relação ao subentendido. Na visão de Ducrot (1987), os pressupostos são ativados no momento da fala, por estar vinculado ao locutor; enquanto o processo de atribuição de subentendidos ocorre posteriormente, a partir da interpretação do destinatário.

A análise da pressuposição como fenômeno pertencente apenas ao domínio linguístico foi reavaliada por Ducrot (1987) no capítulo “Pressupostos e subentendidos (reexame)”, que integra a obra **O dizer e o dito**. Nele, o autor faz uma autocrítica à forma como expôs os conceitos de pressuposto e subentendido.

Dessa forma, o linguista reformula a concepção dos pressupostos, segundo a qual todos os conteúdos que surgem no sentido do enunciado estão inscritos na própria significação da frase[15].

No entendimento desse autor, o pressuposto “é transmitido da frase ao enunciado na medida em que esse deixa entender que estão satisfeitas as condições de emprego da frase do qual ele é a realização” (Ibidem, p. 33).

Ducrot (1987) refere-se, ainda, aos parâmetros usados para deduzir a pressuposição. Reporta-se, nesse caso, aos critérios de negação e interrogação utilizados para identificar um pressuposto. Ao apresentá-los, destaca que eles só podem afetar as frases, mas não os enunciados, visto que “não faria sentido falar de transformações negativas ou interrogativas feitas a partir da realidade instantânea que é o enunciado” (Ibidem, p. 34). Contudo, reconsidera essa tese, ao indicar que há uma “aplicabilidade relativamente restrita” em relação à frase, visto que poucas podem ser negadas ou questionadas. A partir dessa revisão, Ducrot (1987) traça um novo critério, o *encadeamento*.

> (...) Se uma frase pressupõe X, e um enunciado dessa frase é utilizado em um encadeamento discursivo, por exemplo, quando se argumenta a partir dele, encadeia-se com o que é posto e não com o que é pressuposto (DUCROT, 1987, p. 37).

Com o encadeamento, o autor introduz o enunciado no processo de pressuposição, bem como destaca a possibilidade deste fenômeno só ocorrer a partir de uma interpretação baseada no contexto da enunciação. Ele argumenta que quando não é possível transformar, negativamente ou interrogativamente, o enunciado, pode-se encadear a partir dele. Dessa forma, Ducrot (1987) denomina *pressupostos* de um enunciado as instruções trazidas por ele, sobre as quais o enunciador não quer que incida a linha argumentativa do discurso. Ou seja, para ele, um pressuposto não se apresenta como norteador da continuação do discurso.

[15] Cf. tópico 2.2, pg. 46.

Para elucidar essa questão, tem-se o seguinte enunciado: “João deixou de beber Coca-Cola, devido às recomendações médicas”. Observa-se, nesse exemplo, que o pressuposto “João bebia Coca-Cola” não é fator norteador do encadeamento introduzido pela locução “devido a”. A continuidade discursiva, introduzida pelo segundo segmento oracional, recai apenas sobre o *posto* “João não bebe Coca-cola atualmente”. Ou seja, o fato de os refrigerantes, a exemplo da Coca-Cola, não serem recomendados pela classe médica é uma causa que motiva apenas a condição de abstinência do presente de João (informação posta), mas não incide sobre o fato de que ele bebia Coca-cola no passado (conteúdo pressuposto).

Segundo Ducrot (1987), no enunciado, a pressuposição surge como um instrumento argumentativo para os interlocutores, como forma de impor-se diante dos outros, provocá-los, bem como dar continuidade ao discurso numa dada direção. Para ele, esse fenômeno faz parte do sentido dos enunciados, consistindo em uma maneira de obrigar o destinatário, no momento da enunciação, a agir conforme o desejo do locutor, sem espaço para a contestação.

Assim, na visão de Ducrot (1987, p. 42) “dizer que pressuponho X, é dizer que pretendo obrigar o destinatário, por minha fala, a admitir X, sem por isso dar-lhe o direito de prosseguir o diálogo a propósito de X”.

Aplicando esse raciocínio, na fala “Jacques parou de fumar”, pressupõe-se que ele já fumou. Conclusão esta imposta ao ouvinte, restando para ele apenas admitir o enunciado, sem dar-lhe chance de continuar a conversa em sentido contrário ao pressuposto. Portanto, o destinatário perde seus argumentos de réplica.

Além do papel argumentativo da pressuposição, Ducrot (1987) estabeleceu parâmetros para uma descrição polifônica desse fenômeno. Seguindo sua linha argumentativa, quando o Locutor revela que “Jacques parou de fumar”, ele apresenta duas perspectivas, denominadas por Ducrot como Enunciadores (**E**): **E1**, que corresponde ao pressuposto “Jacques fumava antigamente”; e **E2** que se refere ao posto “Jacques não fuma atualmente”.

Segundo Ducrot (1988), o locutor expressa uma aprovação face a E1, responsável pelo pressuposto, que é um conhecimento apresentado como de domínio comum, isto é, partilhado por falante e ouvinte, mas se assimila apenas à

E2, ou seja, que denota o sujeito responsável somente pelo que é posto no enunciado.

Observa-se, nesse sentido, que os conteúdos pressuposicionais atuam como uma forma de persuadir o interlocutor a aderir às ideias implicitadas subliminarmente pelo locutor. Esse esforço de induzir alguém a agir de determinada forma por meio do enunciado é abordado, com mais profundidade, na Teoria dos Atos de Fala.

2.4.3 **Atos de Fala**

A Teoria dos Atos de Fala surgiu na Filosofia da Linguagem e, posteriormente, foi incorporada pela Linguística Pragmática. Proposta por John Austin e seguida por outros filósofos da Escola Analítica de Oxford, como Searle e Strawson, esta corrente teórica compreende a linguagem como forma de ação, ou seja, dizer é fazer algo. Nesse sentido, contrapõe-se à visão de alguns filósofos, sobretudo os adeptos da denominada semântica veritativa ou vericondicional, cuja perspectiva defendia que a linguagem servia apenas para descrever estados de coisas no mundo.

Contrapondo-se a esta visão, Austin (1995) distingue duas espécies de enunciados: os constatativos e os performativos. Os primeiros correspondem às descrições ou relatos de eventos no mundo, sendo passíveis de serem avaliados como verdadeiros ou falsos. Ocorrem, por exemplo, em: “A Terra é redonda” ou “Eu jogo futebol”. O segundo tipo de enunciado são aqueles que não se submetem às condições de verdade, ou seja, não são avaliáveis como verdadeiros ou falsos. São exemplos de performativos: “Eu prometo que virei amanhã”, “Eu vos declaro marido e mulher”, “Eu condeno o réu a cinco anos de prisão”. Essas expressões são marcadas pela presença de verbos que apresentam um caráter de ação e indicam a realização de um ato no momento da fala.

A partir desse fundamento, Austin (1995) revela a existência de três tipos de atos: **locucionários**, **ilocucionários** e **perlocucionários**. De acordo com ele, o primeiro é o “ato de dizer algo”. Este refere-se à capacidade do sujeito em articular determinados sons de acordo com as normas gramaticais de uma dada língua, veiculando um conteúdo proposicional. O autor aponta que, ao realizar um ato

locucionário, o homem expressa simultaneamente outro ato, chamado de **ilocucionário**. Para o autor, esse ato confere a uma proposição determinada força, que pode ser: de pergunta, de asserção, de ordem, de promessa, dentre outras.

Outro tipo de ato apresentado por Austin (1995) é o **perlocucionário**, que consiste nos efeitos ou consequências da fala do locutor sobre o destinatário. Nesse sentido, enquanto os atos locucionários e os ilocucionários são definidos, respectivamente, pelo dizer e pela força deste dizer, os atos perlocucionários referem-se aos efeitos do ato ilocucionário.

Considerando-se a seguinte situação na qual Pedro conversa com um amigo em uma sala e diz: "Está frio aqui dentro", percebe-se nesse enunciado a presença simultânea dos três tipos de atos: o locutor Pedro emite uma dada informação ao ouvinte (ato locucionário) no momento da fala. Ao mesmo tempo, confere um valor ilocucionário à mesma sentença, atribuindo-lhe a força de um pedido. Por último, provoca, com seu dizer, determinado efeito sobre o interlocutor (ato perlocucionário), que ao interpretar a fala, acaba por desligar o ar condicionado e, assim, acata o pedido de Pedro.

Koch (1995, p. 20) destaca que "todo ato de fala é, ao mesmo tempo, locucionário, ilocucionário e perlocucionário, caso contrário não seria um ato de fala (...)". Portanto, toda interação verbal apresenta um enunciado, dotado de certa força, que provocará determinados efeitos no destinatário, mesmo que não sejam aqueles que o locutor pretendia.

A partir da categorização dos atos, Austin (1995) elabora classes gerais de verbos que expressam forças ilocucionárias específicas. São elas: **veriditivos**[16], **exercitativos**[17], **compromissivos**[18], **expositivos**[19] e **comportamentais**[20].

---

[16] Como o próprio nome sugere, emitem um veredito, seja por um jurado ou por um árbitro. Podem consistir em uma afirmação, um cálculo ou uma apreciação. Considera-se como exemplo o verbo "condenar" (AUSTIN, 1995).

[17] São aqueles verbos que denotam exercício de poder, influência ou direito. Dentre eles, destacam-se: designar, votar, ordenar e prevenir (Id., 1995).

[18] Consistem naqueles verbos que suscitam um compromisso, ou seja, prometem ou levam a comprometer alguém de fazer algo (AUSTIN, 1995).

[19] Para Austin (1995), os expositivos são difíceis de definir, pois mostram como nossas expressões encaram um argumento ou uma conversa, tais como "argumento", "concluo", "exemplifico",dentre outros.

[20] Estão associados a um determinado comportamento social, como por exemplo, pedir desculpas, agradecer, elogiar (Id., 1995).

Pautando-se na sistematização de Austin, Searle (1995) elabora a sua teoria sobre os atos ilocucionários. Faz uma avaliação das categorias estipuladas por Austin, analisando os aspectos positivos e negativos dos estudos empreendidos por esse filósofo.

Searle (1995) postula que há uma distinção entre a força ilocucionária (F) de uma emissão e seu conteúdo proposicional (p), aplicando a seguinte fórmula: *F (p).* Nesse sentido, considerem-se os seguintes enunciados:

a) José dirige bem.

b) José dirige bem?

c) José, dirige bem!

Os três exemplos supracitados possuem o mesmo conteúdo proposicional, porém, apresentam forças ilocucionárias distintas (uma asserção, uma pergunta, e uma ordem, ou mesmo um conselho, respectivamente).

Searle (1995) destaca também que há um **propósito ilocucionário** diferente para cada tipo de ato. Ele define esse propósito como a "parte da força ilocucionária, mas não é o mesmo que ela" (Ibidem., p. 4). O autor explica que os pedidos e as ordens apresentam o mesmo propósito ilocucionário, que é o de induzir o ouvinte a fazer algo. Porém, as forças ilocucionárias desses elementos são distintas. Assim, o enunciado "Você pode dirigir?" apresenta um ato ilocucionário diferente de "Dirija!". O primeiro expressa um pedido ao interlocutor, enquanto o segundo denota uma ordem.

Searle (1995) afirma que alguns enunciados apresentam, devido ao seu propósito ilocucionário, a tendência em fazer "as palavras (...) corresponder ao mundo", ou ainda, "fazer o mundo corresponder às palavras" (Ibidem., p. 5). Essa distinção é chamada pelo autor de "**diferença quanto à direção do ajuste**". Desse modo, se alguém pede ao outro: "Compre leite sem lactose", o ouvinte, ao empreender a compra, irá buscar adequar o mundo às palavras do falante. Nesse sentido, a direção de ajuste irá apontar para o binômio "mundo-palavra". Agora, um terceiro, ao observar o consumidor no mercado, resolve anotar o produto escolhido por ele, buscando, com isso, corresponder a palavra ao mundo. A direção de ajuste, nesse caso, é "palavra-mundo".

O autor estabelece ainda as “diferenças quanto aos estados psicológicos”. Essa distinção está relacionada aos atos ilocucionários contidos em um conteúdo proposicional, que podem expressar uma crença, um desejo, uma promessa, uma ordem, dentre outros. Sobre isso, Searle (1995, p. 06) explica que “(...) quem ordena, manda, pede a *O* que faça *A*, *expressa um desejo (uma vontade) de que O faça A (...)”.* A partir do exposto, o escritor denota que esse estado emocional manifestado durante o ato ilocucionário consiste em uma “**condição de sinceridade do ato**” (Id., Ibidem, p. 07) [grifo nosso].

Searle (1995) considerava esses três aspectos - propósito ilocucionário, direção de ajuste e condição de sinceridade – como os segmentos mais importantes para a construção de sua taxionomia. Com base nessas dimensões, propôs uma nova categorização dos atos ilocucionários, inspirada em Austin, e composta pelas seguintes classes: **assertivos**, **diretivos**, **compromissivos**, **expressivos** e **declarações**.

Os assertivos têm o propósito ilocucionário de “comprometer o falante (em diferentes graus) com o fato de algo ser o caso, com a verdade da proposição expressa” (Id., Ibidem, p. 19). Os atos que fazem parte dessa classe seguem um critério de avaliação, podendo ser considerados verdadeiros ou falsos. Considere-se, assim, o enunciado “Eu acredito que Dilma será reeleita”. Nele, o locutor admite como verdadeira a possibilidade da presidente ser eleita pela segunda vez, denotando não só uma asserção, mas também uma característica adicional marcada pela crença da vantagem de Dilma perante os adversários.

Os diretivos, por sua vez, manifestam um propósito ilocucionário marcado por “tentativas (...) do falante de levar o ouvinte a fazer algo” (Ibidem, p. 21). Essas tentativas variam conforme a intensidade da força ilocucionária presente no enunciado. Podem surgir de forma tênue, como quando alguém convida ou sugere ao ouvinte fazer algo, ou incisiva, em que o locutor insiste ou desafia o destinatário a realizar algo. Representam os diretivos os verbos “mandar”, “convidar”, “aconselhar”, “ordenar”, “permitir”, dentre outros.

Em relação aos compromissivos, Searle (1995) considera “inatacável” a definição de Austin e os caracteriza como atos que têm como propósito ilocucionário comprometer o falante a realizar uma ação futura.

A quarta categoria evocada por Searle (1995) refere-se aos expressivos, cujo propósito é apresentar um "estado psicológico, especificado pela condição de sinceridade, a respeito do estado de coisas, especificado no conteúdo proposicional" (Ibidem, p. 23). Essa classe apresenta verbos que expressam sentimentos, tais como "agradecer", "desculpar-se", "dar pêsames", dentre outros.

Por fim, Searle (1995) elenca as declarações, apontando que a "característica definidora dessa classe é que a realização bem-sucedida de um de seus membros produz a correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade (...)" (Ibidem, p. 26).

Dessa forma, se alguém realiza o ato de nomear o interlocutor como presidente, então o destinatário é o presidente. Assim, o sujeito falante não só **diz** que vai nomeá-lo como presidente, como **realiza** o ato de nomeá-lo. O mesmo ocorre quando alguém declara um estado de guerra. Proferir essa declaração conduz a um estado efetivo de guerra, se satisfeitas as condições de felicidade para a realização do ato.

Apesar de admitir ter recorrido a Austin para fazer a sua classificação, Searle (1995) traça uma taxionomia mais aprofundada, adotando uma categorização voltada às dimensões dos atos de fala, enquanto Austin preocupou-se em relacionar todos os verbos como ilocucionários.

É a partir desse raciocínio que Searle (1995) traz outros pontos fracos da teoria austiniana. Ele argumenta que "não há nenhum princípio, ou conjunto de princípios, claro e consistente na base dos quais a taxionomia esteja construída" (Ibidem., p. 15).

O filósofo discorre ainda sobre os atos ilocutórios indiretos. Para ele, os exemplos mais simples de significação "são aqueles em que o falante emite uma sentença e quer significar exata e literalmente o que diz" (Ibidem, p. 50)[21].Em contrapartida, o autor aponta também outra significação, chamada de significação do falante, na qual "o falante tem a intenção de produzir um certo efeito ilocucionário no ouvinte, e tem a intenção de produzir esse efeito levando o ouvinte a reconhecer sua intenção de produzi-lo (...)". Como exemplo, considere-se que um sujeito falante emita a sentença: "Você pode alcançar o sal?". Com o enunciado, o locutor não só

[21] Corresponde a significação de sentença.

realiza uma pergunta (ato secundário, decorrente do significado literal da sentença), como também expressa um pedido (ato primário que corresponde ao significado do falante, efetivamente pretendido, ou seja, a sua intenção) para que o destinatário passe o sal.

Dado que esse ato de fala ocorre de forma indireta, Searle (1995) assinala que para o ouvinte compreender a intenção do locutor, assimilando que a sentença emitida significa não só o que é expresso literalmente, como também algo mais, é preciso que esses dois atores – enunciador e enunciatário – compartilhem da mesma base informacional, seja linguística ou extralingüística. Ademais, é importante que o falante perceba as "capacidades gerais de racionalidade e inferência" do destinatário.

Por fim, cabe salientar que a Teoria dos Atos de Fala instaurou uma nova fase dos estudos linguísticos, ao abordar os elementos pragmáticos e contextuais presentes na fala, além de possibilitar outra forma de promover a análise dos enunciados.

2.4.4 Operadores Argumentativos

Ducrot (1988) desenvolveu a tese fundamental de que a argumentação está inscrita na língua. A argumentação é definida, inicialmente, por meio da representação A ⟶ C, segundo a qual um argumento A é orientado para uma conclusão C. Assim, quando alguém expressa um argumento A em favor de uma conclusão C, acaba por "*apresentar* A como se tivesse que levar o destinatário a concluir C, *dar* A como uma razão para crer C" (Ibidem, p. 46). Desse modo, se o locutor diz "João estudou muito, logo conseguiu passar na prova" denota que o argumento "João estudou muito" justifica ao ouvinte a conclusão "conseguiu passar na prova".

Em sua Teoria da Argumentação da Língua (TAL), elaborada junto com Anscombre, Ducrot (1988) opõe-se à concepção tradicional de sentido, segundo a qual os enunciados são distinguidos pelo seu aspecto denotativo (objetivo) e conotativo (subjetivo e intersubjetivo). O autor aponta que é impossível a linguagem comum apresentar somente uma parte objetiva, que está relacionada com a

descrição da realidade. Para ele, o aspecto objetivo da linguagem só ocorre por meio dos aspectos subjetivos e intersubjetivos.

A fim de esclarecer a questão, o estudioso destaca que, para o locutor dizer "Pedro é inteligente", é necessário que ele já tenha certa admiração em relação à inteligência de Pedro (subjetivo). Ademais, ao atribuir essa característica a Pedro, o falante suscita, simultaneamente, no interlocutor a maneira como este deve portar-se diante de Pedro (aspecto intersubjetivo). Em suma, essa descrição da realidade manifesta-se somente por meio do comportamento do locutor e pela tentativa deste de convencer o outro a adotar determinada atitude frente a Pedro.

Tendo em vista que o aspecto objetivo surge de maneira indireta na linguagem, Ducrot (1988) resolve unificar os aspectos subjetivos e intersubjetivos, denominando-os de **valor argumentativo**. Segundo esse autor, o valor argumentativo de uma palavra consiste na "orientação que essa palavra dá ao discurso", ou seja, corresponde ao "conjunto de possibilidades ou impossibilidades que o emprego de uma palavra determina para a continuação do discurso" (Ibidem, p. 51).

O linguista propõe que a significação das frases seja aberta, levando o ouvinte a desvendar as conclusões contidas no enunciado. Defende que há expressões na língua que apresentam, por si mesmas, um valor argumentativo, as quais ele denomina **Expressões Argumentativas** (EA).

Com essa perspectiva, o autor postula o conceito de potencial argumentativo. Proposto na forma *standard* da TAL, essa noção consiste em um "conjunto de enunciados que podem servir de conclusão (...)" (Ibidem, p. 91). Segundo Ducrot (1988), propor que dois enunciados P e P' têm potencial argumentativo equivale a dizer que estes podem continuar o discurso por meio de distintos enunciados-conclusões. Assim, uma expressão P pode autorizar três conclusões: C_1, C_2 e C_3; ao passo que P' permite as conclusões C_3 e C_4. Deve-se ressaltar que P' não admite as conclusões C_1 e C_2, já P não autoriza C_4.

Com base nisso, Anscombre e Ducrot (1994) destacaram a existência de determinados operadores que indicam a força argumentativa presente nos enunciados e que correspondem a "conjunções que, situadas entre duas proposições gramaticais, estabelecem um vínculo (...) entre o ato realizado ao

enunciar a primeira e a informação apresentada na segunda" (Ibidem, p.32). Portanto, tais elementos linguísticos assumem a responsabilidade de estabelecerem a ligação entre os enunciados de um determinado discurso.

Presentes na terceira etapa dos estudos da argumentação[22], esses elementos introduzem os valores argumentativos na língua. Para Anscombre e Ducrot (1994, p. 213), "as frases com operadores podem possuir uma sequência de elementos argumentativos (introduzidos por operador) e elementos informativos herdados das frases que antecedem à aplicação do operador" (tradução nossa). Essa afirmação implica que, para alguém poder interpretar um enunciado qualquer, deve tentar identificar a conclusão que o orador tinha em mente no momento da enunciação.

Ducrot (1988) aponta que a noção de potencial argumentativo pode determinar os tipos de operadores e, por conseguinte, de expressões argumentativas presentes em uma língua. De acordo com o linguista, para "saber se duas expressões X e X' são EA, basta encontrar frases P e P', de tal maneira que se possa atribuir uma determinada conclusão a um enunciado P que não se pode atribuir a um enunciado P'" (Id., Ibidem, p. 91). Para exemplificar essa questão, consideram-se os enunciados:

a) É cedo. São oito horas.
b) É tarde. São oito horas

Verifica-se que a frase "*São oito horas*", identificada como **P**, leva a duas conclusões opostas possíveis: "É cedo" e "É tarde". No entanto, ao incluir o operador *quase* na frase **P**, observa-se uma mudança na orientação do enunciado:

a) *__É cedo. São *quase* oito horas__.
b) É tarde. São *quase* oito horas.

[22] Anscombre e Ducrot (1994, p. 194) apontaram que há quatro etapas nos estudos da argumentação da língua. A primeira visa "representar a língua e a argumentação como se estivessem inteiramente separadas, em conformidade com a tradição retórica dominante". Na segunda etapa, a argumentação é exterior à língua e apresentava algumas propriedades semânticas, como conteúdos pressupostos e afirmativos. A terceira aborda os operadores argumentativos existentes na estrutura das frases. Por último, tem-se a noção dos *topoi*, que consiste no elemento que possibilita passar de um argumento a uma conclusão.

Dessa forma, ao utilizar o operador *quase* na frase **P**, observa-se, agora, apenas uma conclusão possível, expressa no enunciado **b** (É tarde). Por outro lado, na expressão **a,** nota-se que a introdução do operador, veda a realização da conclusão, ou seja, não é possível inferir "É cedo", a partir da frase "São *quase* oito horas". Por sua vez, ao inserir o operador "apenas" na frase P, cria-se um vínculo lógico com a conclusão "É cedo", tornando a orientação argumentativa possível.

Ao realizar uma descrição formal da EA, Ducrot (1988) destacou que os operadores, quando inseridos em uma frase, produzem outra frase. Ele esclarece essa premissa por meio da expressão *pouco*. De acordo com o linguista, se alguém acrescenta à frase "Comi" o operador "pouco", acaba por formar outra frase: "Comi pouco". Ressalta-se que, na perspectiva de Ducrot (1988), a inserção de operadores como **pouco/um pouco** afeta o conjunto de conclusões possíveis de serem derivadas a partir de um enunciado.

Desse modo, a fim de ilustrar a noção de **Expressão Argumentativa**, apresentam-se as duas frases a seguir, que se distinguem unicamente pela inserção de X (pouco) ou X' (um pouco):

a) Pedro está pouco atrasado.
b) Pedro está um pouco atrasado.

O autor explica que cada uma das frases aponta para uma conclusão diferente. A primeira orientaria o discurso para uma conclusão possível do tipo "não vai perder o início da reunião". A segunda conduz a uma conclusão contrária, a saber: "vai perder o início da reunião".

Koch (2002) destaca que há operadores que indicam uma mudança de estado, em que "algo é **x** em $\mathbf{t_0}$ e passa a ser **y** em $\mathbf{t_1}$"(Ibidem., p. 104). Ela cita o caso do morfema **Já**, utilizado na frase:

Paulo **já** não mora mais no Rio

Pode-se extrair da proposição que Paulo já morou no Rio ($\mathbf{t_0}$), porém deixou de residir no local ($\mathbf{t_1}$). Nota-se que o operador **já** introduz no enunciado ora

apresentado um conteúdo pressuposto (KOCH, 1995; 2002). A autora revela que há outros operadores que estão na mesma categoria de **já**, como o **ainda** e o **agora**.

A respeito do operador "até", Ducrot (1988) defende uma concepção mais aberta da utilização desse morfema. Segundo ele, "o que torna possível ou impossível o emprego de *até mesmo* não são as implicações dos segmentos que este conector enlaça, mas as conclusões que o locutor quer admitir" (Ibidem, p.63).

Koch (1995), por sua vez, aponta que o "até" pertence ao grupo de operadores que introduz um argumento mais forte de uma escala orientada para uma mesma conclusão. Portanto, se alguém diz "Os torcedores hostilizaram os bandeirinhas, o técnico do time e até mesmo o presidente do Clube" assinala que o argumento mais forte é aquele iniciado pelo operador ("Os torcedores hostilizaram o presidente do Clube").

Vale salientar que Ducrot (1988) elaborou uma descrição geral da estrutura "*x mas* y", apontando-a como "instrucional". Assim, o autor propõe que além dos segmentos X e Y, há um terceiro, que corresponde a uma instrução dada ao interpretante dos enunciados da frase. De acordo com o linguista, essa instrução aponta ao interlocutor uma conclusão R inferível a partir de X e em uma conclusão não R, que, por sua vez, é deduzida a partir de Y.

Um exemplo de descrição do operador *mas* pode ser ilustrado por meio do enunciado a seguir:

A candidata tem excelentes qualidades, **mas** não domina bem línguas estrangeiras.

X ⟶ R (a candidata deve ser contratada)
Y ⟶ não-r (a candidata não deve ser contratada)

Nota-se que a expressão X aponta para uma conclusão R, demonstrada pela *possibilidade* de a candidata ser contratada. Por outro lado, surge um novo argumento, marcado pela introdução da conjunção *mas*, que direciona a uma conclusão não-R, na qual evoca que a candidata não deve ser contratada e que prevalece argumentativamente. Depreende-se, a partir do exemplo, que as duas proposições apresentadas são verdadeiras e levam a conclusões possíveis. Porém,

as indicações do enunciado demonstram que a sequência procedida pelo operador *mas* aponta uma sugestão por parte do locutor para a não contratação da candidata. Logo, em enunciados do tipo X mas Y, a continuidade discursiva se dá na direção argumentativa apontada por Y, que introduz a conclusão não-R, mais forte argumentativamente que a conclusão R, inferida a partir de X.

Ducrot analisa que o sentido dos enunciados que contêm operadores argumentativos pode ser descrito por meio da Teoria Polifônica da Enunciação. No entendimento do linguista, o jogo argumentativo empreendido pelos enunciadores[23] orienta o sentido do enunciado, enquanto o locutor adota uma série de atitudes em relação a esses pontos de vista.

A fim de explicitar essa questão, Ducrot (1987) traça o seguinte exemplo: Alguém sugere a um amigo dar um passeio, pois está fazendo um lindo dia. Ao ouvir a proposta, o ouvinte responde: "Certamente o tempo está bom, **mas** estou com problemas nos pés". Pode-se evidenciar, a partir da proposição, que o locutor põe em cena duas perspectivas ou enunciadores distintos, a saber E1 e E2. **E1**, evocado pelo primeiro segmento do enunciado**,** afirmando que está um clima agradável para a realização do passeio, mostra-se favorável ao ponto de vista atribuído ao alocutário. Porém, o locutor se identifica a **E2 (**a cargo do segmento introduzido pelo MAS), que é contra o passeio, apresentando, para tanto, o argumento da dor nos pés. Desse modo, o falante encena a perspectiva de E1, para em seguida contrapô-la ao argumento introduzido por E2, enunciador ao qual o locutor irá se assimilar e cuja perspectiva prevalece argumentativamente nesse tipo de enunciado.

Apesar de ter uma função análoga ao operador *mas*, o *embora* apresenta funcionamento argumentativo diferente[24]. Com efeito, ao contrário do MAS, o EMBORA introduz o argumento mais fraco no jogo argumentativo instaurado pelo

[23] Pontos de vista presentes em um enunciado. Vide Princípios Teórico-Metodológicos (seção 1.3.2).
[24] Ao desenvolver uma análise sobre as estratégias de relação estabelecidas pelos operadores *mas* e o *embora,* Guimarães (1987) destacou que, apesar dessas conjunções apontarem para o mesmo resultado argumentativo, cada uma apresenta uma estratégia discursiva diferente, que é determinada pelo locutor. Assim, ao emitir a expressão "X, *mas Y"*, o locutor evoca a estrutura "X ⟶R", criando uma expectativa no alocutário, que é frustrada por Y ⟶~R, perspectiva que prevalece no enunciado (Id., Ibidem). Desse modo, ao retomar o exemplo "Certamente o tempo está bom, **mas** estou com problemas nos pés", observa-se que o locutor ao dizer que "o tempo está bom" deixa o interlocutor em "modo de espera", levando-o a interpretar a conclusão R. Com a adição do operador, o falante mostra uma conclusão não-R, frustrando a expectativa inicial do ouvinte.

operador, e aponta para a conclusão que não irá prevalecer na continuação do discurso[25]. Assim, considere-se o seguinte enunciado:

> *Embora* tenha uma excelente formação acadêmica, Pedro não consegue uma contratação.

O enunciado denota duas posições demonstradas em dois segmentos frásticos. A primeira parte, introduzida pelo operador, apresenta um argumento favorável à conclusão "O conhecimento garante o sucesso profissional". A segunda parte evoca uma conclusão contrária à anterior, a saber, "O conhecimento não garante o sucesso profissional".

Assim, nos enunciados de frase do tipo **X, EMBORA Y ou EMBORA Y, X** duas figuras enunciativas também são postas em cena pelo locutor, o enunciador E1 responsável pelo argumento **X** em direção à conclusão **R** e a perspectiva de E2, a cargo do argumento **Y,** que orienta o discurso em favor de **não R.** Deve-se destacar que, ao contrário do *mas*, a orientação discursiva do *embora* é determinada pelo segmento frasal sem a presença do operador (X). Logo, em enunciados com EMBORA, a continuidade discursiva se dá na direção apontada por X, ou seja, a conclusão que prevalece argumentativamente, nesse caso, é R.

Outra distinção em relação ao operador MAS é que este evoca o ponto de vista do locutor, ao introduzir a perspectiva do enunciador E2 ao qual se assimila, ao passo que o *embora* demonstra a perspectiva do enunciador E1, perspectiva com a qual o locutor não se identifica. Com efeito, E1 introduz a conclusão que não prevalece argumentativamente (não R), pois nestas sequências L se identifica com o enunciador E2, responsável pelo argumento X (sem a presença do operador) que aponta para R (no exemplo citado, "O conhecimento não garante o sucesso profissional").

Com essa descrição polifônica, pode-se depreender que há uma multiplicidade de vozes contidas em um mesmo enunciado. Os operadores argumentativos surgem como um dos recursos que viabiliza a análise da orientação

[25] Guimarães (1987) revela que na estrutura "X, embora Y", o operador já antecipa que o argumento que será anulado corresponde ao que é introduzido pela conjunção. E, antecipa, que o predominante será o argumento introduzido no segmento sem operador (X --- R).

dos sentidos gerados por esse confronto de vozes. Por fim, destaca-se que, ao utilizar esses indicadores, o locutor encadeia argumentativamente o discurso em favor de uma dada conclusão. Com isso, revela os aspectos subjetivos e intersubjetivos contidos nos enunciados, levando os interlocutores a adotar uma determinada posição frente ao que é dito.

3 METODOLOGIA

3.1 *CORPUS*: COMPOSIÇÃO, DELIMITAÇÃO E MOTIVAÇÕES PARA A SELEÇÃO DA TEMÁTICA

O *corpus* desta pesquisa consiste nos discursos do ex-governador de Roraima Ottomar de Sousa Pinto[26] reproduzidos em diferentes gêneros discursivos, tais como as matérias jornalísticas dos periódicos: Jornal de Roraima, Diário de Roraima e Folha de São Paulo, além das atas registradas na Assembleia Legislativa de Roraima.

Quanto às etapas para a coleta e delimitação do *corpus*, a princípio, pretendeu-se realizar uma transcrição dos discursos produzidos pelo sujeito político em dois períodos: 1979 a 1982, que corresponde ao primeiro mandato do Brigadeiro como governador; e, 1991 a 1995, quando conseguiu eleger-se pelo voto direto. A intenção seria verificar as estratégias discursivas empregadas pelo sujeito que o levaram a ganhar às eleições de 1990, mesmo tendo comandado o estado durante o Regime Militar.

No entanto, após um levantamento prévio[27], observou-se a ausência de arquivos sonoros ou audiovisuais datados daqueles períodos, que permitissem desenvolver uma pesquisa focada na proposta supramencionada. Com isso, a segunda alternativa aventada foi procurar discursos já reproduzidos em jornais locais referentes ao período relatado. Assim, depois de uma nova varredura, foram localizados dois discursos de posse de Ottomar como governador eleito, emitidos

[26] Nasceu em janeiro de 1931, em Petrolina, Pernambuco. Iniciou a carreira militar na Escola de Aeronáutica de Campos dos Afonsos (1948). Em 1973, concluiu o Curso de Estado-Maior da Aeronáutica,saindo coronel aos 42 anos de idade. É formado em Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Medicina, Direito, Ciências Contábeis e Economia. Estudou mestrado em transporte aéreo e em pavimentação, nos Estados Unidos. Foi indicado pelo presidente João Batista Figueiredo para assumir o cargo de governador do Território Federal de Roraima, de 1979 a 1983. Foi eleito chefe do executivo por mais três vezes, nos anos de 1991, 2004 e 2006. Exerceu o mandato de prefeito de Boa Vista em 1996. Morreu dia 11 de dezembro de 2007, em Brasília. (Biografia de Ottomar Pinto, disponível em: http://www.psdb.org.br/leia-biografia-de-ottomar-pinto/)

[27] Foram realizados levantamentos na Assembleia Legislativa, Secretaria de Comunicação Social do Palácio do Governo, Rádio Roraima e Palácio da Cultura. Porém, não foi encontrado nenhum arquivo sonoro ou audiovisual, para o desenvolvimento das transcrições dos discursos do sujeito político. De acordo com os representantes desses órgãos, muitos materiais foram perdidos ao longo dos anos. Alguns foram levados por secretários de governos anteriores, outros foram descartados.

em 01 de janeiro de 1991 e reproduzidos na íntegra pelo Jornal de Roraima[28], sendo o primeiro direcionado aos parlamentares e o segundo, ao povo de Roraima.

Paralelamente, recorreu-se também às falas reproduzidas em determinadas reportagens dos jornais locais que apresentavam uma linha editorial favorável a Ottomar, visto que traziam na íntegra os discursos desse sujeito. É importante dizer que, a partir da leitura crítica dos materiais coletados, observou-se que, no início da década de 90, os jornais costumavam dar um destaque maior às falas dos políticos que os apadrinhavam. Era comum, por exemplo, que o governante e seus apoiadores aparecessem não só na editoria de política, mas também na de cidades, que é o segmento mais abrangente desse tipo de periódico.

Além das sonoras[29] contidas nas reportagens, também integram o corpus esta pesquisa as cartas abertas à população e um telex endereçado ao então Ministro da Justiça Jarbas Passarinho. Todos assinados pelo então governador Ottomar de Souza Pinto e publicados na íntegra pelos periódicos mencionados.

Deve-se ressaltar que este estudo buscou priorizar reportagens que abordam assuntos polêmicos em voga naquela época. Dentre tais temáticas, pode-se citar: a questão da demarcação da Terra Yanomami; as ações assistencialistas; os confrontos com Romero Jucá; e a relação do Executivo com o Governo Federal.

Tendo em vista que as notícias que se destacavam em Roraima naquele período remetiam também a interesses da esfera federal, utilizaram-se, além dos textos coletados junto aos jornais locais, matérias jornalísticas da Folha de São Paulo, por ser uma publicação de âmbito nacional.

É preciso destacar que, além dos jornais e cartas, a pesquisa também analisará os discursos do Brigadeiro registrados nas atas das sessões solenes e especial da Assembleia Legislativa. Durante a realização do levantamento do *corpus*, foram encontrados apenas pronunciamentos evocados em 2004, 2005 e 2006, que remetem à abertura do ano legislativo, à posse do político como governador e às sessões especiais, respectivamente.

[28] Segundo Lima (2001), até 1990, o jornal era de propriedade do empresário Alberto Barbosa, que apoiava o então governador do Território Federal de Roraima, Rubens Villar. Durante a eleição de 1990, o periódico teve papel preponderante na campanha do governador Ottomar Pinto. De acordo com ela, o jornal ficou pouco tempo sob a administração de Barbosa, pois após uma crise financeira, o Diário de Roraima passou a pertencer a José Mozart M. da Silva, cunhado de Marluce Pinto, viúva do Brigadeiro. O jornal não circula mais no estado.

[29] Termo jornalístico que designa as falas do entrevistado na reportagem.

A partir desse material, procedeu-se à delimitação de recortes, que, para fins remissivos, foram organizados de forma progressiva nas citações constantes ao longo desta pesquisa e descritos da seguinte forma: Discursos (D), Cartas (C), Atas (A) e Telex (T). O quadro sinóptico abaixo mostra o conjunto de textos encontrados e selecionados para compor o corpus da pesquisa, de acordo com o gênero discursivo e o meio de acesso para sua obtenção:

	Meios de acesso aos Textos			
	Jornal de Roraima	**Jornal Diário de Roraima**	**Folha de São Paulo**	**Sessão Legislativa**
Gêneros Discursivos	• Discursos de posse como primeiro governador eleito do Estado de Roraima; • Sonoras do entrevistado contidas nas reportagens; • Carta Aberta aos trabalhadores de Roraima;	• Sonoras do entrevistado contidas nas reportagens; • Carta Aberta ao Dia dos Pais; • Transcrição de um Telex do Brigadeiro Ottomar Pinto ao então Ministro da Justiça Jarbas Passarinho.	• Sonoras do Brigadeiro contidas nas reportagens e publicadas nos períodos: 1990, 1991, 2004 e 2005; • Entrevistas publicadas na íntegra.	• Ata da Sessão Solene de Posse do Governador e do Vice- Governador, realizada em 10 de dezembro de 2004; • Ata da Sessão Solene, realizada em 15 de fevereiro de 2005 (Instalação do 29º Período Legislativo); • Ata da Sessão Especial, realizada em 28 de fevereiro de 2005; • Ata da Sessão Solene, realizada em 15 de fevereiro de 2006 (Instalação do 31º Período Legislativo);
Quantidade parcial de textos:	14	12	8	4
Total de Textos[30]:				38

Tabela 2 – Quadro sinóptico mostra o conjunto de textos selecionados e adotados na pesquisa.

[30] O total de textos equivale aqui à quantidade geral de textos, em que foram encontradas sonoras e discursos do Brigadeiro Ottomar Pinto.

De posse do aludido material, tornou-se relevante analisar como foi construída a imagem pública desse político, buscando observar diferentes momentos da carreira política do Brigadeiro Ottomar, enfocando os períodos de 1990, 1991, 2004, 2005 e 2006, nos quais os discursos elencados foram emitidos.

Faz-se necessário destacar que cada um dos períodos teve sua importância histórica para a compreensão sobre como o *ethos* do locutor foi construído. O início da década de 1990 foi marcado por um período de transição política para Roraima, no qual ocorreu a dissolução do Território Federal e a transformação deste em estado. Tal fato ensejou na eleição que definiu Ottomar Pinto como o primeiro governador escolhido de forma democrática.

Durante o pleito, a tensão envolvendo Ottomar Pinto e o candidato Romero Jucá Filho provocou embates políticos que reforçaram a necessidade do Brigadeiro projetar uma imagem positiva de sua figura política em seus discursos, com a intenção de se contrapor à propaganda negativa produzida pelo adversário.

Deve-se mencionar, ainda, que a trajetória de Ottomar Pinto como governador de Roraima foi permeada pelos conflitos entre rizicultores e indígenas, devido à questão da demarcação e, posterior homologação, das áreas indígenas no Estado. Nesse sentido, é preciso assinalar a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, motivo de inúmeras polêmicas, dentre elas, a decretação, por parte do então governador, de luto oficial de sete dias devido à decisão do presidente Lula em homologar a área citada[31].

O interesse em investigar o *ethos* no contexto político surgiu a partir de um questionamento acerca de como os sujeitos políticos constroem sua imagem de figura pública. Com isso, houve a ideia de utilizar como objeto de estudo os textos produzidos pelo Brigadeiro Ottomar Pinto, visando analisar como ocorre a formação do *ethos* discursivo no universo político roraimense, em consonância, portanto, com a área de investigação do mestrado em Letras da UFRR, cuja temática central prioriza as relações entre fenômenos linguísticos e a cultura regional.

[31] RONDON, José Eduardo. GOVERNADOR DE RORAIMA RECORRE À JUSTIÇA E DECRETA LUTO OFICIAL. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 de abr. 2005. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u68462.shtml Acesso em: 04 ago. de 2014.

Desse modo, esta investigação parte do pressuposto de que a imagem projetada pelo próprio Ottomar, enquanto sujeito discursivo, ancora-se em um programa discursivo que se estabelece principalmente pelos *ethé* de político democrático, religioso, militar e xenofóbico. No percurso de análise dos textos selecionados como corpus buscar-se-á identificar e descrever como tais *ethé* são empregados pelo locutor (Ottomar) como recursos discursivo-argumentativos para construir uma imagem de credibilidade para sua figura discursiva.

Cumpre também destacar a importância de se analisar o *ethos* no discurso do Brigadeiro Ottomar Pinto, na tentativa de desvendar quais as estratégias deste orador para construir uma imagem de si em suas falas, contribuindo para torná-lo uma personalidade com forte influência política no Estado de Roraima. Ademais, deve-se destacar que o presente estudo adquire pertinência, ao se verificar que, dentre as pesquisas sobre a história política de Roraima (BARBOSA; FEARNSIDE, 2002; DUTRA, 2004; SOUZA; VIEIRA, 2009;), não há estudos que aplicam os conceitos de *ethos discursivo* articulados aos fenômenos polifônicos-argumentativos aos textos do militar.

Ressalta-se, ainda, que a análise do *ethos* de um sujeito político sob o prisma teórico ora mencionado permite identificar os sentidos produzidos pelo locutor no discurso, bem como as perspectivas utilizadas por ele para assemelhar-se ou afastar-se de uma ideia no esforço de persuadir o público.

Dessa forma, ao recorrer ao princípio de que todo discurso está vinculado a um contexto sócio-histórico, tornou-se necessário verificar em que momento Ottomar Pinto iniciou a sua jornada política em Roraima e os fatos que corroboraram para que esse indivíduo construísse o seu dizer, moldando para si diferentes *ethé*.

3.2 CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO DE RORAIMA

Para compreender os caminhos que levaram Ottomar Pinto a entrar no cenário político de Roraima, fez-se necessário delimitar o contexto histórico e político desta pesquisa a partir da transição do Território Federal do Rio Branco (TFRB) para o Território Federal de Roraima (TFRR), em 1962.

Com o golpe militar instaurado no Brasil, os três Territórios Federais remanescentes (Rondônia, Amapá e Roraima) passaram a ser governados pelas

três forças armadas, respectivamente: Exército, Marinha e Aeronáutica (FREITAS, 2009).

Nesse período, começaram a ser implementadas medidas para o desenvolvimento econômico na Amazônia, que corroboraram para uma série de mudanças nas áreas físicas, ambientais, sociais e políticas (SANTOS, 2004). Dentre as ações efetivadas pelo governo militar, pode-se destacar os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), que tinham a finalidade de fomentar a economia dos Territórios Federais (FREITAS, 2009; SANTOS, 2004). Além dos Planos, foi criado também o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) (SANTOS, 2004).

Com a implantação dessas medidas, o governo incentivou a migração de pessoas de diferentes estados brasileiros para a Amazônia, com o objetivo de "ocupar os espaços vazios, principalmente nas fronteiras, com homens que viriam de outras regiões do país, mais especificamente, do Nordeste (...)" (FREITAS, 1946; 2009, p. 47).

Santos (2004) ressalta que o governo militar também adotou a elaboração de uma legislação para os Territórios Federais, visando estabilizar a administração local, bem como promover investimentos e obras estratégicas, como pontes e estradas, além de incentivos à colonização e à migração. De acordo com o autor, estas ações foram realizadas "provavelmente em razão de crises políticas nos países vizinhos na fronteira norte, principalmente a então Guiana Inglesa (...)" (Ibidem, p. 66).

Desta forma, no panorama político de Roraima, os governadores permaneciam mais tempo no cargo e recebiam um apoio maior do Governo Federal. Além disso, em 1972, a região passou a eleger dois deputados federais e, em 1982, quatro parlamentares (FREITAS, 1946; 1949).

Conforme Santos (2004), a partir da década de 1960, o Território Federal de Roraima passou por "mudanças estruturantes", caracterizadas não só pela estabilidade dos governadores no poder, mas também pelo fato deles terem uma "relativa autonomia de decisão" dentro do Território e recursos oficiais disponíveis.

Deve-se mencionar ainda as boas relações dos governadores indicados com o Poder Central.

Três governadores marcaram a presença do governo militar no Território Federal de Roraima: o tenente-coronel aviador Hélio da Costa Campos (1967-1970/1970-1974), o coronel-aviador Fernando Ramos Pereira (1974-1979) e o Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto (1979-1983).

Santos (2004) relata que o governo de Hélio Campos foi marcado pela construção de inúmeras obras, como edificações e bairros populares e rodovias. Data do período de seu governo a implantação em Boa Vista de um *campus* da Universidade de Santa Maria, do Rio Grande do Sul.

A época foi marcada, também, pelo crescimento populacional. Técnicos vinham trabalhar na administração territorial, atraídos pela gratuidade na moradia, água, luz e transporte urbano (Ibidem, 2004).

Hélio Campos aliou-se às lideranças políticas locais e reforçou a segurança, principalmente, nas fronteiras do Território, visto que, naquele período, alguns países de língua espanhola, liderados pela Venezuela, promoveram uma aliança contra o Brasil.

Outro conflito ocasionado pelos Planos (PND) e pelo Polamazônia foi a abertura da BR-174 e a Perimetral Norte. No caso desta, os indígenas não aceitavam a invasão das suas terras, enquanto nos demais projetos, desenvolvidos nas áreas de ocupação mais antigas, havia a questão da indefinição de direitos, sejam eles indígenas ou não (Ibidem, 2004).

Com a chegada do general Ernesto Geisel à presidência da República, o Território ganhou um novo governador, o amazonense Fernando Ramos Pereira. Este teve a meta de gestão continuar com os Planos de Desenvolvimento, sobretudo os elaborados durante o governo do presidente Geisel. Com isso, o militar resolveu urbanizar os núcleos urbanos localizados nas fronteiras do Território, bem como promover a expansão da malha urbana de Boa Vista.

As ações de Ramos Pereira tinham o propósito de preparar Roraima para transformar-se em estado, posto que era defensor dessa ideia, bem como da construção de hidrelétricas e da racionalidade da ocupação do então Território.

Os projetos vinculados ao Polamazônia (Pólo Agropecuário e Pólo Mineral) estavam localizados em “áreas antigas” ocupadas por indígenas e por fazendas com limites indeterminados, que eram contestados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Assim, começou a ocorrer uma onda de violência contra o povo Waimiri-Atroari, que vivia na região.

De acordo com Santos (2004), na perspectiva de Ramos Pereira, a presença dos indígenas nas áreas pretendidas para colonização ou para construção de rodovias era um óbice ao projeto desenvolvimentista do Território, sem contar a ocupação de regiões consideradas uma das mais ricas em minérios.

Por conta disso e do seu “reconhecido autoritarismo”, o político entrou em uma “guerra aberta com os defensores dos índios e com os grupos políticos locais (SANTOS, 2004), terminando o mandato com forte rejeição frente ao público do Território.

3.2.1 A entrada de Ottomar Pinto no cenário político de Roraima

O fim do mandato do presidente Geisel coincidiu com o término do governo de Ramos Pereira, em 1979. Chegava à Presidência da República o militar João Batista Figueiredo, último caudilho do regime a assumir o Governo Central.

Naquela época, o Brasil reforçava a abertura política iniciada no governo anterior, com a anistia de presos e exilados políticos, além da decretação do fim do voto indireto para governadores e prefeitos das capitais (Ibidem, 2004). Naquela conjuntura, o voto foi valorizado e tornou-se uma importante ferramenta para a troca de favores e cargos públicos (BECKER, EGLER, 1974 apud SANTOS, 2004).

O ingresso de Figueiredo ao poder também trouxe repercussões para Roraima. A principal delas foi a indicação do Brigadeiro da Aeronáutica Ottomar de Souza Pinto para assumir o governo do então Território Federal.

Segundo Santos (2004, p.142), Ottomar tinha a função de “pacificar os ânimos entre os grupos dominantes locais, divididos entre os que apoiavam Ramos Pereira, a minoria, e as outras lideranças, como os membros da família Brasil”. Dessa forma, a vinda do político tinha o fito de promover a aceitação do Governo Federal junto à população de Roraima.

Para cumprir com esse propósito, Ottomar nomeou secretários vinculados à força política local, como os roraimenses Getúlio Cruz, Mozarildo Cavalcanti e Francisco Chagas Duarte (SANTOS, 2004).

Freitas (1993 apud Santos, 2004, p. 142) relata que essa atitude de Ottomar agradou tanto as lideranças políticas da região que concederam ao Brigadeiro o título de “Governador da Paz”.

Ao contrário de Ramos Pereira, que propunha impedir a ocupação familiar espontânea ao longo das rodovias principais, Ottomar declarava em seu discurso de posse (FREITAS, 1933 apud SANTOS, 2004, p.142): “(...) Que venham, sem demora, nossos irmãos do centro-sul e do Nordeste! Que tragam os seus instrumentos de trabalho e seu vigor produtivo, extraordinários fermentos, que farão crescer muito o bolo da nossa economia (...)”. Ottomar não só incentivou a chegada de migrantes, mas também transformou esse ato em sua principal plataforma política.

De acordo com Santos (2004), o primeiro governo de Ottomar não foi desprovido de crises. Ele exonerou o prefeito da capital e entrou em conflito com o Partido Democrático Social (PDS), sigla que apoiava o Governo Central e que elegeu quatro deputados federais do Território, provocando a cisão da legenda em Roraima entre defensores do governador e aliados locais.

À época, algumas lideranças locais passaram a discordar também do incentivo que o governador dava à migração, pois as pessoas que chegavam ao Território tornavam-se correligionários de Ottomar (Ibidem, 2004).

Conforme Santos (2004), o Brigadeiro foi afastado do cargo em 1983, devido a um embate com o deputado federal João Fagundes, militar e seu ex-aliado. Este contou com o apoio das lideranças políticas locais para viabilizar a saída de Ottomar.

Em 1985, o militar tentou voltar ao poder, ao disputar a eleição para o cargo de prefeito de Boa Vista. Foi derrotado pela “Aliança Democrática”, integrada pelo PFL e PMDB, na qual saiu vitorioso o candidato Silvio Leite[32]. No ano seguinte, foi eleito deputado federal, pelo PTB, com uma votação bastante expressiva, conseguindo eleger também a sua esposa, Marluce Pinto (SANTOS, 2004).

[32] Advogado e ex-prefeito de Boa Vista. Assassinato em 09 de outubro de 1987.

Em 1987, o garimpo em Roraima aumentou exponencialmente. Destaca-se, ainda, a invasão à área da Serra dos Surucucus, localizada na Terra Indígena Yanomami e a aprovação da transformação de Roraima em estado da Federação na Comissão de Sistematização da Constituinte do Congresso Nacional (SANTOS, 2004). No ano seguinte, a Polícia Federal e os militares principiam a remoção de garimpeiros da Terra Indígena Yanomami, tendo em vista que a nova Constituição passava a garantir os direitos dos povos tradicionais. Tal perspectiva da Carta Magna fora recebida com protestos por parte da classe dominante local (Ibidem, 2004).

Em 17 de setembro de 1988, chega ao governo de Roraima Romero Jucá Filho[33], apesar do descontentamento das lideranças políticas locais com a nomeação, por não terem sido consultadas quanto à escolha do novo chefe do Executivo. O mesmo autor aponta que "a reação mais forte foi a de Ottomar Pinto e Marluce, que tentaram a não aprovação do nome de Romero Jucá pelo Senado, sem sucesso" (Ibidem, p. 148).

Jucá conseguiu reverter a oposição local ao manter o mesmo secretariado de seu antecessor. Assim, integrou-se ao meio político roraimense, o que possibilitou a derrota de Ottomar Pinto nas eleições para prefeitura, realizadas em dezembro de 1988, em que seu aliado, Barac Bento, saiu vitorioso.

Romero Jucá chegou a Roraima para difundir o setor empresarial, visto que a região era rica em minérios, atraia não somente os garimpeiros, mas também empresas de mineração como a Paranapanema e a Gold Amazon[34]. O Território já tinha certa infraestrutura, com rodovias, assim como uma máquina administrativa, o que auxiliava a proposta de governo do político (SANTOS, 2004).

---

[33] Nasceu em Recife (PE), em 1954. É economista. Iniciou sua carreira política em sua cidade natal, como diretor da Secretaria Estadual de Educação. Em 1985, presidiu a Fundação Projeto Rondon. Neste mesmo ano, tornou-se secretário executivo da Comissão Interministerial de Educação e Desenvolvimento Regional. No ano seguinte, assumiu a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai). Foi governador do Território durante o mandato do presidente José Sarney. Em 1994, foi eleito senador pela primeira vez pelo Estado de Roraima, cargo que exerce ainda hoje. (CURRÍCULO ROMERO JUCÁ. Disponível em: http://www.romerojuca.com.br/site/pagina/curriculo-romero-juca/. Acesso em: 31 de ago de 2014).

[34] Em entrevista concedida à Santos (2004), Getúlio Cruz revela que Romero Jucá veio a Roraima com a finalidade de favorecer a empresa Paranapanema.Quando percebeu o potencial político do movimento garimpeiro, decidiu permanecer no Território e buscar o seu espaço político. Freitas (1946; 2009), por sua vez, aponta que o pernambucano Romero Jucá foi indicado ao cargo pelo senador Marco Maciel, seu conterrâneo.

Nesse sentido, Santos (2004) destaca o incentivo de Jucá à atividade garimpeira na região, mostrando que as ações do político confrontavam a proteção dos direitos indígenas previstos na Carta Magna de 1988. Desse modo, com o avanço da garimpagem nas áreas destinadas àqueles povos, começaram a surgir inúmeros casos de massacres, mortes por doenças até então típicas de não-índios, além de prejuízos ao meio ambiente e aos aspectos culturais, causando grande repercussão nacional. Todos estes fatores ocasionaram a saída deste político do poder.

Ao ser substituído do cargo de governador e com a ascensão do presidente Collor, em 1990, Romero Jucá começou a preparar-se para as eleições de 1990, que definiria quem seria o primeiro a governar o Estado de Roraima pelo voto popular. Com a derrota de Ottomar Pinto nas eleições para prefeitura, ele se sentia politicamente forte para enfrentar a disputa, que marcaria a política roraimense.

3.2.2 As eleições de 1990 e a influência política de Ottomar

Com o fim do governo de Romero Jucá, o Governo Federal nomeou o advogado alagoano Rubens Villar para substituí-lo. Segundo Santos (2004), ao chegar ao Território, o novo governador rompeu com o seu antecessor, tornando-se aliado de Ottomar Pinto. Para manter sua força política em Roraima, Jucá precisava do apoio dos garimpeiros. Mas, as políticas de combate ao garimpo, empreendidas por Collor, em consonância com a Carta Magna de 1988, impediram o político de avançar nesse sentido (Ibidem, 2004).

Apesar dessas dificuldades, Romero Jucá conseguiu se estabelecer como um dos principais nomes a disputar o pleito de 1990. A outra figura política foi Ottomar Pinto. De acordo com Santos (2004), ambos tinham o apoio de famílias tradicionais de Roraima e eram os principais candidatos das eleições daquele ano.

Santos (2004) revela que Ottomar também tinha o apoio da periferia de Boa Vista e do interior, em razão das casas e dos lotes distribuídos amplamente por ele quando era governador. Seus correligionários políticos locais eram principalmente recém-chegados, que buscavam usufruir não só do carisma do político, mas também de cargos e obras públicas.

Desse modo, as eleições de 1990 foram extremamente acirradas. Naquela época, cada candidato majoritário dispunha de um periódico a seu favor. Farpas e acusações eram trocadas nas manchetes dos jornais que apoiavam cada político. Como exemplo, pode-se citar o título da manchete do jornal O Estado de Roraima, pertencente ao grupo de Jucá, o qual afirmava: "Equipe de Ottomar invade a redação d´O Estado de Roraima"[35]. O mesmo periódico realiza uma edição especial para mostrar "o porquê Ottomar tem medo do caso João Alencar[36]", destacando em letras garrafais que "Ex-governador Ottomar Pinto mandou matar João Alencar"[37].

Apesar do clima exacerbado apresentado pelos jornais, Oliveira (1991 apud Santos 2004, p.241) considera que aquelas eleições foram "relativamente tranquilas". O primeiro turno confirmou o favoritismo de Jucá. No segundo turno, contudo, a vitória foi do Brigadeiro.

Em 01 de janeiro de 1991, Ottomar toma posse na Assembleia Legislativa de Roraima como primeiro governador eleito do estado, cargo que ocupou até 1994. Ao longo dessa trajetória, ele fortaleceu a sua influência política e, com isso, conseguiu eleger como Deputada Federal sua esposa, Marluce Pinto[38]; sua filha Marília Pinto[39], como Deputada Estadual; e sua filha Otília Pinto, como Prefeita do município de Rorainópolis[40].

Em 1996, o político foi eleito Prefeito de Boa Vista. Em 2002, perdeu as eleições para o cargo de governador na disputa com Flamarion Portela. Este teve seu mandato cassado por crime eleitoral, em 2004, sendo substituído por Ottomar, segundo colocado no pleito.

---

[35] EQUIPE DE OTTOMAR INVADE A REDAÇÃO DE´O ESTADO DE RORAIMA. *O Estado de Roraima*, Boa Vista, RR, p.1, 13 de nov de 1990.

[36] Nascido em Crateús (CE), João Alencar era jornalista. Atuou na imprensa em Teresina (PI) e depois em Manaus (AM). Chega a Roraima em 1979, onde trabalhou nos veículos Amazônia Press e O Roraima. Segundo Souza (2009), revela que naquela época, a imprensa local era "tratada a ferro e fogo".Em 1980, fundou seu próprio jornal, o Folha de Roraima, que tinha como slogan "Um jornal a serviço de Roraima". Foi assassinado em 1982. Muitos atribuem a morte dele à Ottomar, tendo em vista que ele foi morto durante o seu governo.

[37] RORAIMA NÃO MERECE MAIS ISSO: EX-SECRETÁRIO DE SEGURANÇA DE RORAIMA AFIRMA EX-GOVERNADOR MANDOU MATAR JOÃO ALENCAR. *O Estado de Roraima*, Boa Vista, RR, p. 03, 14 de Nov de 1990.

[38] Elegeu-se Deputada Federal em 1986. Foi Senadora da República no período de 1991 a 2003.

[39] Foi deputada estadual por duas vezes e exerceu diversos cargos públicos. Também foi Secretária Municipal de Saúde.

[40] Localizado ao sul do Estado de Roraima, o município situa-se na divisa com o Amazonas.

Em 2006, o Brigadeiro foi reeleito e não chegou a cumprir integralmente seu mandato, pois faleceu um ano depois. Conforme a lei eleitoral, o vice-governador, José de Anchieta Júnior, assumiu a pasta, sendo reeleito em 2010, evocando, com frequência, em seus discursos a figura política do Brigadeiro. Da mesma forma, outros políticos relatam em seus pronunciamentos o papel de destaque de Ottomar no cenário político de Roraima e atribuem a ele grande parte do desenvolvimento deste estado.

3.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Para a realização deste estudo, adotou-se como estratégia de investigação o método qualitativo. Segundo Creswell (2007, p.35), essa abordagem é definida como:

> aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reinvidicatórias/participatórias (ou seja, políticas, orientadas para a questão; ou colaborativas orientadas para a mudança) ou em ambas. Ela também usa estratégias de investigação como narrativas, fenomenologias, etnografias, estudos baseados em teoria ou estudos de teoria embasada na realidade. O pesquisador coleta dados emergentes abertos com o objetivo principal de desenvolver temas a partir dos dados (Ibidem, p. 35).

Esse tipo de método permite observar, a partir de um arcabouço teórico, os diversos fenômenos incutidos no objeto da pesquisa, possibilitando a compreensão e a avaliação dos dados obtidos em uma investigação.

Creswell (2007) explica que, na perspectiva qualitativa, a coleta de dados abrange informações em textos e imagens, baseia-se em uma pessoa ou em um determinado contexto, bem como em uma “análise de dados para identificar temas e categorias” (Ibidem, p.186).

Para esse autor, o pesquisador seleciona os dados a partir de sua percepção em relação ao mundo que o rodeia, alertando para a impossibilidade de se “evitar as interpretações pessoais, na análise dos dados qualitativos” (Ibidem, p.187). Além disso, afirma que no estudo qualitativo os fenômenos sociais são analisados

holisticamente e, por isso, “quanto mais complexa, interativa e abrangente a narrativa, melhor o estudo qualitativo” (Ibidem, p. 187).

Com base no exposto, destaca-se que o método qualitativo distancia-se do viés positivista. Este se baseia na quantificação e na objetividade dos dados, apoiando-se em um raciocínio lógico-dedutivo, aquele se fundamenta na reflexão do pesquisador frente ao objeto de estudo.

Assim, utilizar a esfera qualitativa na análise do discurso político permite ao pesquisador uma interpretação mais aprofundada dos fenômenos linguísticos, na medida em que possibilita a interação entre o mundo objetivo e o subjetivo. Nesse sentido, para empreender o estudo dos discursos do sujeito político Ottomar de Souza Pinto, esta pesquisa concentrou-se nos princípios teóricos do *Ethos Discursivo*, propostos por Dominique Maingueneau (2008) e Amossy (2013), bem como na Teoria Polifônica da Enunciação, de Ducrot (1987; 1988), e na Teoria da Argumentação na Língua, de Anscombre e Ducrot (1994).

A partir do enfoque teórico ora delimitado, procedeu-se à seleção do *corpus* da pesquisa, que, conforme foi exposto em detalhe na seção 3.1, constitui-se dos seguintes discursos de Ottomar Pinto: falas do político contidas em matérias jornalísticas dos periódicos Jornal de Roraima, Diário de Roraima e Folha de São Paulo; cartas abertas à população difundidas nos jornais locais supracitados; e, discursos transcritos em atas de sessões legislativas.

Posteriormente, buscou-se a identificação dos elementos semânticos-pragmáticos de natureza polifônica contidos nos discursos assinalados – a exemplo de fenômenos linguísticos tais como a pressuposição, os operadores argumentativos e os atos de fala – a fim de verificar como esses fatores contribuíram para indicar os diferentes *ethé* produzidos pelo sujeito político.

Portanto, para a realização da análise, fez-se necessário articular o conceito de *Ethos* Discursivo com os fenômenos da polifonia ducrotiana, por entender que essas teorias se complementam, na medida em que a primeira permite visualizar que Ottomar, enquanto sujeito do discurso, está filiado a uma formação discursiva; ao passo que a segunda possibilita identificar as instâncias[41] apresentadas pelo

[41] Faz-se referência aqui as duas dimensões da figura enunciativa do locutor postuladas por Ducrot, quais sejam, Locutor Enquanto tal (L) e Locutor Enquanto Ser do Mundo (λ).

locutor-político, bem como observar os enunciadores. Assim, foi possível verificar os pontos de vista que o locutor julgava mais importantes para o seu público, examinar os por ele rejeitados, por considerar que estes enunciadores não se relacionavam argumentativamente com as teses às quais pretendia obter adesão de seus interlocutores. Esses elementos polifônicos encontrados nos enunciados auxiliaram na indicação dos *ethé* realçados pelo sujeito em seus discursos.

É preciso salientar que, apesar de Ducrot não trabalhar o sentido em sua determinação sócio-histórica, os conceitos polifônicos utilizados por ele contribuem para a identificação do *ethos* discursivo na perspectiva de Maingueneau. Ademais, mesmo que as vertentes teóricas elaboradas por esses dois autores sejam distintas, elas se aproximam na medida em que o locutor, ao tornar-se responsável pela enunciação,

> (...) “dá existência”, através dele, a enunciadores de quem organiza os pontos de vista e atitudes. “Organiza”, o que não significa “cria”, porque esses pontos de vista existem como elementos do interdiscurso. A *organização* desses pontos de vista pertence ao locutor, como entidade do discurso enquanto acontecimento. Essa organização, portanto, não é totalmente livre, dado que esse locutor tem uma ligação sócio-histórica com um espaço de memória, através do qual se constitui como sujeito. É como sujeito que organiza as vozes dos enunciadores. Se faz de fato uma espécie de representação e dá a fala a diferentes personagens, ele o faz a partir de seu compromisso com um determinado lugar nesse espaço (BARBI, 1999, p. 199/200).

Portanto, ratifica-se a escolha da teoria ducrotiana como subsídio para a análise do *ethos* do Brigadeiro Ottomar Pinto, por permitir a identificação no discurso das posições enunciativas às quais o locutor se assimilava e aquelas das quais ele se distanciava.

O esquema abaixo traz um resumo de como foi realizado o diálogo entre as teorias mobilizadas para empreender o percurso de análise dos dados:

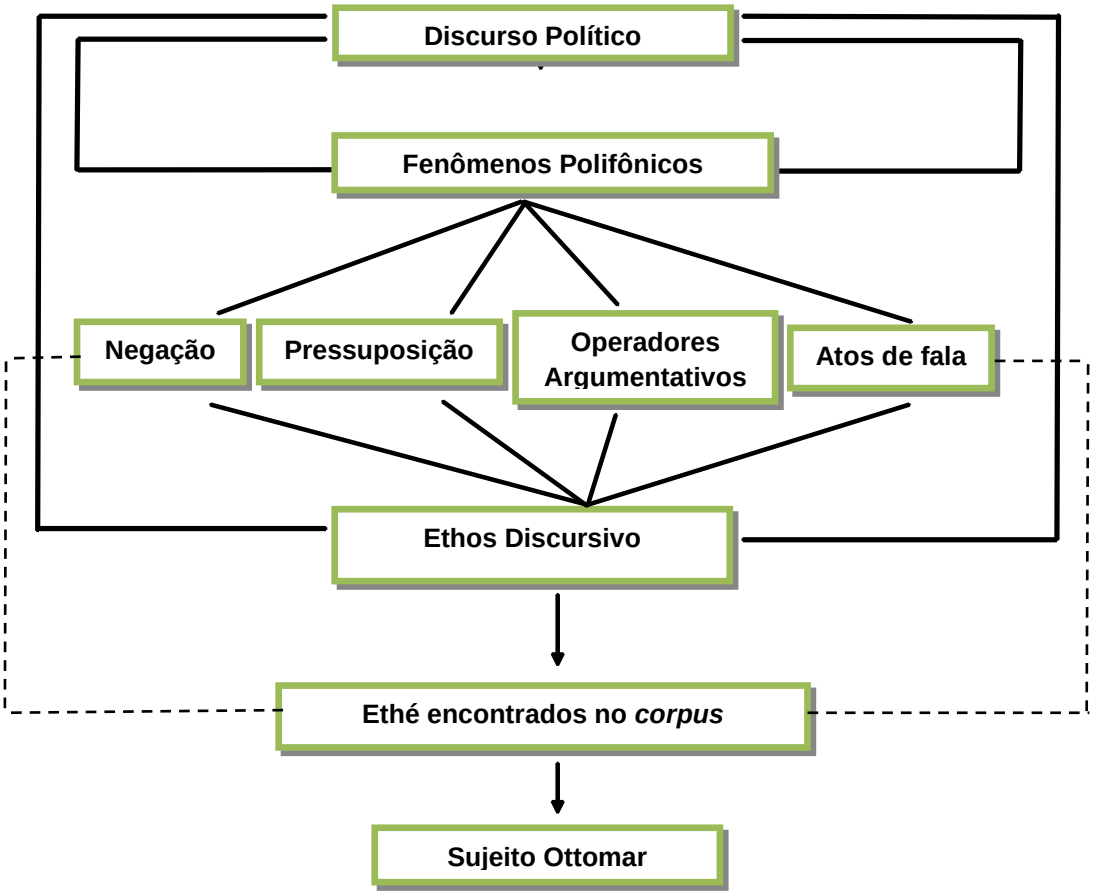


Figura 2: Diálogo entre os fenômenos semânticos-pragmáticos e a teoria do Ethos
Fonte: Elaborado pela autora

Com base na ilustração, esta pesquisa buscou encontrar marcas linguísticas-polifônicas que dão subsídios para a localização das diferentes vozes inscritas nos enunciados emitidos pelo Brigadeiro Ottomar Pinto. Com base no pressuposto de que os locutores estão filiados a um determinado contexto histórico-social, recorreu-se ao *ethos* discursivo para dar sustentação à análise, buscando desvendar as imagens projetadas pelo sujeito político.

As linhas contínuas que conectam o discurso político aos fenômenos semântico-pragmáticos à teoria do *ethos* discursivo visam mostrar que o objeto de estudo pode conectar-se de forma independente com esses dois elementos. Portanto, a análise não está condicionada à existência desses componentes teóricos em um mesmo enunciado, fato que é destacado pela linha tracejada, que indica a flexibilidade de se estudar o discurso sem necessariamente aplicar as duas teorias de modo simultâneo.

Desse modo, com base na definição das figuras enunciativas e das marcas polifônicas no discurso, pode-se empreender a análise das perspectivas incluídas pelo sujeito político em seus pronunciamentos, bem como os efeitos de sentido originados por essas vozes no discurso. Aliado a isso, pode-se verificar o *tom*, o *caráter* e a *corporalidade* nas falas do locutor (MANGUENEAU, 1997; 2004), o que permitiu o exame acurado das imagens de si projetadas pelo orador.

Consideraram-se, ainda, nessa pesquisa as contribuições de Charaudeau (2006; 2011) acerca do Discurso Político, o qual estabelece as distintas estratégias discursivas empregadas pelo sujeito político diante da plateia.

Por meio de seus fundamentos teóricos, esse estudo empreendeu uma descrição das variadas vozes existentes no discurso político do Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, a fim de viabilizar uma análise das perspectivas assimiladas por aquele sujeito político, e assim, verificar os *ethé* adotados pelo locutor para projetar a sua imagem como figura pública, bem como os métodos utilizados por ele para conservar seus apoiadores e arrebatar novos eleitores.

4. ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO ETHOS NOS DISCURSOS POLÍTICOS DE OTTOMAR

Os discursos políticos do Brigadeiro Ottomar Pinto apresentam diferentes *ethé,* construídos a partir de posições ideológicas sedimentadas ao longo de sua vida pública. Dentre as diversas imagens incorporadas pelo político, esta pesquisa se deteve nas representações mais marcantes encontradas no *corpus*, a saber: os *ethé* democrático, religioso, militar e xenofóbico.

Nas seções a seguir, passa-se a examinar, detidamente, cada um dos *ethé* elencados acima.

4.1 *ETHOS* DE POLÍTICO DEMOCRÁTICO

Na tentativa de promover o engajamento do público, Ottomar, enquanto locutor, busca construir discursivamente a imagem de político democrático[42], que compartilha dos mesmos objetivos da população. A cena enunciativa é constituída pelos seus discursos de posse, nos quais ele expressa a necessidade de apoio dos destinatários para alcançar um futuro próspero para o Estado de Roraima, como se pode observar no excerto de seu pronunciamento aos deputados, em 1991:

> (D1) **Começamos hoje**, o primeiro dia de existência de nossa sociedade na moldura da autonomia de Estado membro da federação brasileira. Aqui em Roraima iremos fazer as nossas leis, elaborar os parâmetros do nosso comportamento administrativo, político e social, abrir os caminhos próprios, que nos poderão conduzir à prosperidade e paz, ou, conversamente, ao desalento e pobreza. (DISCURSOS de Ottomar prometem novos tempos, 1991, p. 06)

No primeiro período do fragmento de discurso supracitado, o verbo de mudança de Estado "começamos" indica a possibilidade de desdobramento da informação apresentada em dois conteúdos informacionais com *status* enunciativo diferenciado, a saber, **posto** e **pressuposto**. Com efeito, identifica-se aí a presença

[42] Resolveu-se adotar nesta seção o conceito de Democracia Liberal, caracterizado por Bobbio (1998, p. 324), como "(...) a participação do poder político (...) resolvida através de uma das muitas liberdades individuais que o cidadão reivindicou e conquistou contra o Estado absoluto. A participação é também definida como manifestação daquela liberdade particular que indo além do direito de exprimir a própria opinião, de reunir-se ou de associar-se para influir na política do país, compreende ainda o direito de eleger representantes para o Parlamento e de ser eleito (...)".

de um **pressuposto**, marcado pela ideia de que “o Estado *não era autônomo no passado* e, portanto, não pertencia à federação brasileira”. Essa noção introduz a perspectiva do enunciador **E1,** que representa a conjuntura vivida no Estado antes de 1988, quando a condição política do então Território Federal de Roraima (TFRR) era caracterizada pela “descentralização administrativo-territorial da União (...)” (LENZA, 2009, p.319), ou seja, o Governo Federal indicava um governador para assumir a administração do Território. Nesse contexto, o TFRR destacava-se por não apresentar as sedes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, o que inviabilizava a elaboração de leis e a independência do Território para realizar a sua própria organização político-administrativa. Por esse motivo, os cidadãos do Território eram desprovidos de legitimidade política, pois não tinham o direito de eleger seus representantes nas funções do Legislativo e do Executivo. Assim, **E1** demarca um período de tempo em que não havia perspectiva de progresso no TFRR, tendo em vista que a região era subordinada ao Governo Federal.

Por outro lado, através do enunciador **E2,** o locutor introduz a perspectiva do **posto,** correspondente à noção de que o Estado é membro *autônomo* da federação brasileira no presente, ou seja, no momento da enunciação. Depreende-se daí, um novo cenário, demarcado por um Estado independente, que pode elaborar suas próprias leis e organizar-se política e administrativamente. Isso implica a instauração dos três Poderes, além da participação popular na escolha de seus representantes políticos. Assim, **E2** aponta para um Estado democrático e assinala que as mudanças provocadas pela Constituição de 1988 trazem prosperidade para a região.

No jogo polifônico instaurado a partir da pressuposição, destaca-se que o locutor Ottomar reconhece a perspectiva recortada a partir de **E1**, mas assimila-se ao ponto de vista de **E2,** responsável pelo posto, posicionando-se a favor deste. Assim, o locutor se apresenta como um integrante dessa nova realidade de Roraima (Estado independente), mostrando-se como político progressista, que inaugura uma fase democrática no Estado.

Dessa forma, ao não marcar sua adesão à perspectiva de **E1,** que representa o período em que o Estado era completamente dependente do Governo Federal, e, portanto, Roraima não fazia parte da “federação brasileira”, o locutor evoca a ideia

de que somente a partir da transformação em Estado é que a região passou incorporar-se efetivamente ao Brasil.

Ressalte-se ainda que o **conteúdo posto**, demonstrado por **E2,** é declarado expressamente no enunciado. O locutor assume a responsabilidade pela enunciação e, a partir desse conteúdo (posto), orienta a continuação do seu discurso, apresentando Roraima como um Estado propício ao desenvolvimento.

Já o **conteúdo pressuposto**, manifestado por **E1**, indica uma informação implícita, que está à margem da linha argumentativa do discurso. Ao dizer que "Roraima não era um Estado autônomo", o **enunciador** compartilha um dado que é de conhecimento dos destinatários. Porém, o **locutor** Ottomar afasta-se da orientação argumentativa do discurso na direção apontada por **E1**. Com isso, ele deixa de revelar que, por ser militar, administrou o então Território Federal durante o período de repressão política, instalado a partir do golpe militar de 1964, por indicação do presidente João Figueiredo. Portanto, o locutor fez parte do cenário esboçado por **E1**, ainda que não indique sua adesão explícita a esta perspectiva.

Nesse sentido, ao recorrer aos postulados de Maingueneau (2011), verifica-se que o *ethos discursivo*, emitido por Ottomar no momento da enunciação, busca aproximar-se da perspectiva apresentada por **E2**, expressando-se como um político democrático, que participa da construção de uma nova era para o Estado de Roraima, marcada pela legitimidade popular. Em contrapartida, o locutor retira da sua enunciação a perspectiva de **E1**, desvinculando-se de sua imagem de militar, de administrador do então Território Federal e, portanto, de participante ativo da dependência financeira e administrativa do TFRR frente ao Poder Central.

Com base no exposto, pode-se inferir que o político inscreve seu discurso em uma posição sócio-histórica contemporânea àquela enunciação, vinculando-se aos princípios libertários auferidos com a Constituição Federal e, por conseguinte, com a transformação do Território Federal em unidade federativa.

Observa-se também que a perspectiva de **E2** e, consequentemente, a tentativa de distanciamento do locutor em relação a **E1**, é reiterada pela presença dos vocábulos "nós" (depreensível, igualmente, por meio das desinências número-pessoais dos verbos) e "nosso" (e formas flexionadas desse pronome), como se

pode analisar nos trechos seguintes do mesmo discurso direcionado aos parlamentares:

> (D2) Aqui em Roraima, iremos fazer as **nossas** leis, elaborar os parâmetros do **nosso** comportamento administrativo, político e social (...).
>
> (D3) **Nós** seremos os arquitetos da construção social de Roraima, da edificação do projeto Roraima, imagem em verdadeira grandeza, de **nossas** aptidões, de **nossa** devoção à terra, de **nossas** virtudes cívicas e morais, de **nossos** compromissos com os sonhos e aspirações do povo (DISCURSOS de Ottomar prometem novos tempos, 1991, p. 06) [grifos nossos]

Benveniste (1976, p.258) destaca que o "nós" expressa uma "pessoa amplificada e difusa". Para ele, o "nós" é "um 'eu' *dilatado* além da pessoa escrita, ao mesmo tempo acrescido e de contornos vagos" (Ibidem, p. 258). Assim, o uso do "nós" pode estabelecer duas referências, de acordo com o linguista: a primeira, marcada pela forte presença do "eu", apresenta-se como "uma pessoa mais maciça, solene e menos definida", designada como o "nós" da Majestade. Na segunda, o "nós" reduz-se à forte presença do "eu", tornando a "expressão mais ampla e difusa", correspondendo ao "nós" de autor ou de orador (BENVENISTE, 1976, p. 258).

Desse modo, nota-se que no discurso apresentado, direcionado aos parlamentares, o locutor evoca um "nós" que assume um triplo valor na construção de seu *ethos*, na medida em que:

- Indica um compartilhamento do *poder* investido ao governante, ao trazer a noção de que "não sou eu apenas que mando", assinalando que os parlamentares também possuem o poder de determinar os rumos do Estado;
- Expressa um compartilhamento de *responsabilidade*, ou seja, para Roraima alcançar o desenvolvimento, não depende apenas do governante, mas também dos colaboradores (interlocutores), que deverão trabalhar para que esse projeto de Estado tenha êxito;
- Desvincula a noção do "nós" como fator agregador (que incluiria a população, os parlamentares e os membros do judiciário), para enfatizá-lo como índice de *poder*, denotando somente aqueles sujeitos

que estão dentro da governança[43], e, como tal, legitimados a decidir a organização político-administrativa do Estado.

As marcas linguísticas de primeira pessoa do plural assumem valor semelhante nos trechos de discursos abaixo, direcionados ao povo e aos legisladores, respectivamente, como se pode verificar nos parágrafos a seguir:

> (C1) Fiel aos compromissos de campanha que **assumimos** em praça pública e honrados pelo fato de **sermos** o primeiro governador eleito pelo Povo, **temos** voltado **nossa** administração para os trabalhadores, com a preocupação de **criarmos** mais e melhores condições de trabalho (OTTOMAR saúda o trabalhador de Roraima, 01 de mai 1991, p. 01) [grifos nossos]

> (D4) (...) O que [nós] **pretendemos** fazer para alcançar os nobres objetivos que **todos** [nós] **comungamos**, não irá acontecer por concessão magnânima ou liberalidade de ninguém (DISCURSOS de Ottomar prometem novos tempos, 1991, p. 06) [grifos nossos]

O primeiro segmento discursivo supracitado corrobora com a perspectiva benvenistiana em relação ao "nós[44]" como majestade, pois ao dizer o enunciado: "(...) Fiel aos compromissos de campanha que [nós] *assumimos* em praça pública (...)", o locutor adota uma posição solene, eleva um "eu" que afirma não ser apenas o responsável pela execução dos projetos assumidos durante a campanha, mas também aquele que cumpriu a promessa dada ao povo.

Vale ressaltar que a passagem "(...) honrado pelo fato de [nós] *sermos* o primeiro governador do Estado (...)" denota duas perspectivas distintas: a primeira caracteriza-se pela tentativa do locutor de compartilhar com o povo a gestão de seu governo, mostrando uma relação, definida por Benveniste (1976) de "correlação de subjetividade", no qual o "eu" do locutor e o "*tu"* do alocutário, que neste caso é o trabalhador roraimense, estão interligados pela *pessoalidade*, o que caracteriza o *nós inclusivo*. Na segunda interpretação, traz um sentido oposto, articulado à perspectiva de **E1**, visto que aponta para um *nós exclusivo*, onde o "eu" do locutor é

[43] Segundo Charaudeau (2011, p. 56), a governança encontra-se inserida na instância política, ou seja, o "lugar em que os atores têm um 'poder de fazer'".
[44] Distingue-se do plural majestático, no qual a primeira e a segunda pessoas do plural são utilizadas para referir a pessoa no singular (eu/tu). Este recurso é comumente empregado por autoridades.

marcado por uma autoridade que exclui o interlocutor, que, agora, assumiria o caráter de *não-pessoa* (“ele”). Desse modo, nota-se que o locutor tenta aproximar-se da visão de **E2,** ao ressaltar que o Estado não é governado de maneira autocrática, mas de forma coletiva, com a participação do povo na administração do Executivo.

No segundo recorte assinalado, ao dizer: “(...) O que [nós] *pretendemos fazer* para alcançar os nobres objetivos (...)”, o locutor volta a indicar a perspectiva do “nós” exclusivo, ao destacar um “eu” marcado, que assinala a retirada do “povo” do contexto da governança.Tal perspectiva é enfatizada pelo ato ilocutório “*pretendemos* fazer”, demonstrando que o locutor atribui somente para si a responsabilidade do compromisso em desenvolver Roraima.

Por outro lado, a sequência “todos [nós] comungamos (...)” evidencia um “nós” inclusivo. Assim, Ottomar assume a presunção de que o povo adere às mesmas ideias projetadas por ele para alcançar o progresso de Roraima. Além disso, essa sequência do discurso gera outro sentido para a fala do político, pois ao se referir que todos comungam com os mesmos propósitos para o Estado, o locutor concede um *tom* ao enunciado que evoca uma *correlação de personalidade*, caracterizada pela união do “eu” (Ottomar) e do “tu” (Correligionários), que exclui da cena enunciativa o “ele” (oposição ao governo).

Com base no exposto, nota-se que o sujeito político busca associar-se ao “nós” inclusivo (**E2**) para projetar um *ethos* de político democrático, que partilha não só a responsabilidade, como também o poder oriundo do cargo de governador com os interlocutores.

O recorte D4 apresenta outro fator linguístico recorrente na fala de Ottomar:

> (D4) Aqui em Roraima, **iremos fazer** as **nossas** leis, elaborar os parâmetros do nosso comportamento administrativo, político e social, abrir os caminhos próprios, que nos poderão conduzir à prosperidade e paz (...)”. (DISCURSOS de Ottomar prometem novos tempos, 1991, p. 06).

Na passagem acima, observa-se que a utilização do elemento linguístico (nós) e a presença do futuro do indicativo na primeira pessoa do plural (iremos fazer/ elaborar/abrir caminhos) caracterizam **o ato ilocutório compromissivo.** Tal recurso é utilizado também em passagens já citadas desse mesmo discurso, ao dizer “nós

seremos arquitetos da construção social de Roraima" e "nós pretendemos fazer para alcançar os nobres objetivos". De acordo com Searle (1995), esse tipo de ato tem o intuito de comprometer o falante com a realização de uma ação futura.

Dessa forma, quando o locutor enuncia o trecho sob exame, realiza um ato de promessa, que consiste em colocar-se diante de seus interlocutores/eleitores na posição de quem irá edificar um futuro próspero para o Estado, por meio de uma organização político-administrativa que vislumbra sanar os problemas ocasionados pelo cenário apresentado por **E1**, caracterizado anteriormente**.**

O confronto polifônico de enunciadores pode ainda ser vislumbrado na continuidade desse discurso, a partir da análise do funcionamento argumentativo de alguns operadores, como no excerto a seguir:

> (D5) Aqui em Roraima, iremos fazer as nossas leis, elaborar os parâmetros do nosso comportamento administrativo, político e social, abrir os caminhos próprios, que nos poderão conduzir à prosperidade e paz, **ou**, **conversamente**, ao desalento e pobreza. (DISCURSOS de Ottomar prometem novos tempos, 1991, p. 06) [grifos nossos]

Nesse segmento discursivo, além de encerrar o ato compromissivo descrito, introduz a contraposição entre as perspectivas distintas dos dois enunciadores. No referido enunciado, particularmente no segmento que antecede o operador **ou**, é possível identificar a "voz" de **E2**, em que o locutor posiciona-se como um político democrático, que irá instaurar um novo contexto para Roraima, marcado pelo desenvolvimento e pela autonomia frente à União. Todavia, a segunda parte do fragmento, iniciada pelo operador argumentativo "ou", aponta para uma orientação discursiva distinta, em que o locutor põe em cena a "voz" de **E1,** que corresponde à perspectiva que representa o atraso ao fomento do Estado.

Assim, ao dizer "**X**, **ou**, **conversamente Y**(ao desalento e pobreza)", o locutor Ottomar partilha com o ouvinte uma responsabilidade, mostrando que, sem o engajamento do povo roraimense, não é possível alcançar um futuro promissor, levando o Estado ao "desalento" e à "pobreza".

Com efeito, ao empregar em seu discurso o operador argumentativo de disjunção "ou", o locutor concede aos destinatários a possibilidade de se posicionar mediante realidades alternativas, visando, contudo, persuadir o povo roraimense a adotar a perspectiva de **E2,** implicitando que a não adesão dos interlocutores ao

projeto de Estado do governante recém-empossado irá desencadear sérios prejuízos econômicos para Roraima.

Assim, ao evocar “Y”, o locutor Ottomar apresenta um jogo polifônico, caracterizado pelo contraste entre os pontos de vista de **E1,** enunciador que se constitui enquanto pólo negativo no discurso, pois representa uma visão passadista e de atraso para o Estado e **E2**, enunciador que, ao contrário, representa uma posição de vanguarda, orientada para o futuro. Nesse sentido, o locutor se assimila à posição de **E2** e rejeita perspectiva de **E1***,* imputando esta “voz” àqueles indivíduos contrários a seu projeto político, de modo a identificá-la, possivelmente, com seus adversários políticos. Ademais, ao mencionar Y, o locutor atribui ao ouvinte a corresponsabilidade pelo “desalento” e a “pobreza”, caso não contribua com sua proposta política para o futuro de Roraima.

Observa-se, na análise dos segmentos destacados acima, um eco de aspectos do contexto sócio-histórico-político da época contemporânea ao proferimento do discurso: de um lado, temos a herança de dependência administrativa da esfera federal, decorrente da condição prévia de Território de Roraima, evocada por **E1**, e, de outro, a defesa do locutor, através da voz de **E2**, de uma posição vanguardista, democrática e autônoma em relação à dependência anterior frente ao Governo Federal.

Com base em Ducrot (1987), observa-se que, como locutor, Ottomar mostra um “ser do mundo”[45], ou seja, constrói a sua imagem a partir da enunciação do seu “eu” ampliado, revestido de um “nós”. Assim, enquanto falante, o sujeito político projeta o seu *ethos* ao perceber que possui determinadas peculiaridades, que podem ser favoráveis ou não à opinião pública.

Nesse sentido, na tentativa de agradar o ouvinte, o locutor atribui certos estereótipos ao povo, e com base neles, adota um comportamento específico no momento da enunciação, como ressalta Charaudeau (2011). Este autor aponta que é comum os indivíduos produzirem uma representação social para determinados grupos, transformando-os em uma “entidade homogênea”, de modo que, ao

[45] Ducrot (1987) distingue o Locutor enquanto tal (L) do Locutor enquanto Ser do Mundo (λ). Para ele, L é aquele responsável pela enunciação. Já λ corresponde à imagem que o Locutor concede a si mesmo no momento da enunciação. O ser do mundo, portanto, consiste em determinados caracteres quer L atribui a si mesmo durante a fala, que podem ou não ser favoráveis diante do público.

encontrarem características específicas em grupos com as quais têm afinidade, tendem a mostrar uma imagem que promova uma identificação com esse público. Assim, para conseguir eleitores, Ottomar ressalta uma imagem de democrata, que compartilha a responsabilidade inerente ao cargo com os cidadãos (**E2**). Por outro lado, o sujeito rejeita a posição de **E1**, que retoma a dependência financeira e política do Território Federal perante a União, contexto do qual Ottomar fez parte em 1979.

Nota-se no discurso direcionado aos parlamentares, a insistência de Ottomar em evidenciar o contexto político, histórico e social da reconstrução democrática que marcou a sua eleição, como se pode verificar no fragmento transcrito abaixo:

> (D6) O exercício legítimo do poder **não** significa o exercício solitário do poder. Este tem que ser solidário. **Não** poderá jamais prevalecer o convencionamento político do "faço o que quero, porque fui eleito pelo povo". A eleição somente confere legitimidade à origem do mandato. O exercício do mandato, **todavia**, tem que ser uma busca permanente de legitimação (DISCURSOS de Ottomar prometem novos tempos, 1991, p. 06) [grifos nossos]

O recorte supradestacado do discurso de Ottomar refere-se ao acontecimento histórico caracterizado pela eleição direta do governante em questão, configurando, assim, "o exercício legítimo do poder emanado do povo". Ao dizer que "o exercício legítimo do poder **não** significa o exercício solitário do poder", o locutor põe em cena um enunciado do tipo **não**-P, que encerra duas vozes contrapostas: uma coincidente com o conteúdo afirmativo P, segundo a qual o "exercício legítimo do poder **significa** o exercício solitário do poder", imputada a **E1**; e a outra que corresponde à negação daquele conteúdo, perspectiva de responsabilidade do enunciador **E2**, com a qual o locutor se identifica.

Ao dizer que "a eleição somente confere legitimidade à origem do mandato", o locutor Ottomar reflete o posicionamento de **E2**, mas também reporta-se ao momento vivido até 1988, em que o Território ainda era comandado pelo Governo Federal. Nesse sentido, o locutor recupera os fatos que ensejaram a criação da Carta Magna, destacando que, no período anterior à redemocratização, a população brasileira era desprovida do acesso a direitos fundamentais, tais como liberdade política, de expressão, "ir e vir", dentre outros. Portanto, os cidadãos não tinham poder de decisão, estavam à mercê dos ditames do Poder Central.

Ao enunciar “A eleição somente confere legitimidade à origem do mandato”, o locutor ativa, a partir do operador de exclusão **somente**, o pressuposto de que “o voto popular confere legitimidade **à origem** do mandato”, demarcando, assim, a posição de **E1**. Por outro lado, ele expressa um posto, afirmando que “o voto popular não garante legitimidade a outras questões consequentes ao mandato”, a exemplo da maneira pela qual o exercício político do cargo será conduzido pelo governante. Isso permite afirmar que o sufrágio não concede ao político o direito de fazer o que quiser durante o mandato, sob uma pretensa aprovação popular, posição esta sustentada por **E2**.

Assim, no confronto polifônico acima descrito, nota-se que o locutor reconhece a validade da informação pressuposta, a cargo da perspectiva de **E1**, mas encena a perspectiva do segundo enunciador, sustentando uma posição que defende a visão de uma democracia ainda mais consciente e engajada, que somente poderia ser construída a partir da avaliação permanente do exercício do cargo político.

É o que se confirma na continuação discursiva do enunciado, destacada na sequência a seguir:

> (D7) A eleição somente confere legitimidade à origem do mandato. O exercício do mandato, **todavia**, tem que ser uma busca permanente de legitimação (DISCURSOS de Ottomar prometem novos tempos, 1991, p. 06) [grifos nossos]

A construção “X, **todavia**, Y” revela as perspectivas e, por conseguinte, as conclusões distintas, instauradas pelo uso do operador assinalado, com funcionamento similar ao operador MAS[46], como é possível constatar no esquema abaixo:

X⟶ R (Uma vez eleito, o político não precisa governar para o povo) – E1
Y ⟶ não-R (Uma vez eleito, o político precisa governar para o povo) – E2
X TODAVIA Y -------- não-R (E2 = L)

[46] Vide o tópico 2.4.4 sobre Operadores Argumentativos.

Conforme o esquema exposto acima, verifica-se que **X** mostra um argumento, coincidente com a perspectiva de **E1**, anteriormente demarcada no pressuposto "A eleição confere legitimidade à **origem** do mandato". Tal argumento direciona o discurso para uma conclusão possível R, que sustenta que "uma vez eleito, o político não precisa governar para o povo".

Com a introdução do operador *todavia* surge o argumento **Y**, que reitera a posição de **E2** (já expressa no posto identificado acima) de que "o voto não confere legitimidade ao **exercício** do mandato", conduzindo, com maior força argumentativa, para a conclusão não-R, contrária à anterior. Não-R, por sua vez, aponta que, "uma vez eleito, o político precisa governar para o povo", perspectiva adotada por **E2**, com a qual o locutor se identifica.

Desse modo, a sequência X, **todavia,** Y dirige argumentativamente o discurso para a conclusão enunciada pelo segundo enunciador (não-R), qual seja: o político precisa continuamente, ao longo de seu mandato, governar em função dos interesses populares. Assim, **E2** surge como uma forma de colocar o povo como "dono da situação", logo, o político/governante, no exercício do mandato, deve buscar sempre a aceitação/apoio dos seus governados. Em D7, o sujeito culmina por construir um *ethos* de político democrático, que partilha o seu *status* de autoridade com o povo de Roraima, alegando que sem o apoio destes atores não há como governar o Estado.

Outra maneira de o locutor ratificar o que denominamos aqui de *ethos democrático* ocorre ao suscitar em seus discursos as questões do constitucionalismo, especialmente no que concerne à soberania[47] nacional. Ao conceder entrevista ao Jornal de Roraima sobre a possibilidade da cessão de 5 km^2 de terras para a Venezuela, como planejava à época o presidente Fernando Collor de Mello, Ottomar salientou sua discordância em relação à possível decisão do Governo Federal:

> (D8) **Não** posso concordar com a cessão de nossas terras, **principalmente** em uma região **riquíssima** em ouro, cassiterita e minérios atômicos. O assunto é **muito grave e deve** ser discutido amplamente com os setores da

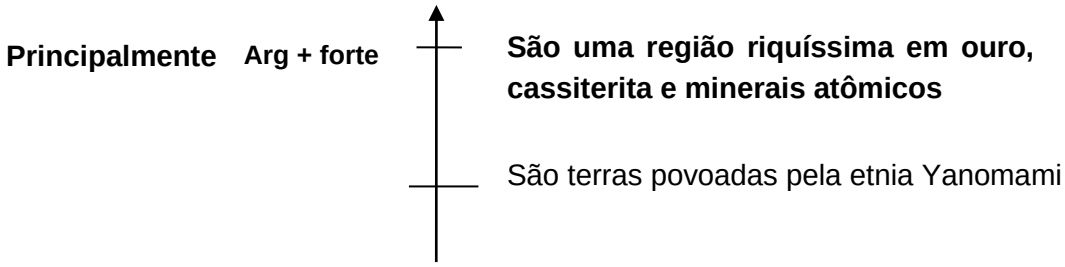
[47] Para Bonavides (2000, p.138), Soberania consiste no "(...) mais alto poder do Estado, a qualidade do poder supremo (...)".

> sociedade civil do Brasil e com o Congresso Nacional", (OTTOMAR ..., Jornal de Roraima, 27 de janeiro de 1991). [grifos nossos]

Observa-se que o segmento "**Não** posso concordar com a cessão de nossas terras" é marcado pela presença de dois enunciadores: O primeiro, **E1**, afirma que "As terras podem ser cedidas para a Venezuela". Já a segunda voz, **E2**, evoca uma posição contrária a **E1**, ao dizer que "As terras não podem ser cedidas para a Venezuela", ilustrando, assim, a construção do tipo X → não-P.

Com base nessas vozes discursivas, pode-se identificar que o locutor busca identificar-se à perspectiva de **E2**, tendo em vista que se assimila à defesa dos princípios constitucionais, que tem dentre seus fundamentos a soberania nacional. Tal ponto de vista é reforçado pela presença do operador "**principalmente**". Este introduz um argumento mais forte de uma escala orientada no sentido de determinada conclusão, como se pode observar no esquema proposto a seguir:

Conclusão: "As terras não podem ser cedidas para a Venezuela"



Verifica-se que o operador "principalmente" intensifica o sentido de que tais terras são ricas em minérios. Desse modo, o referido vocábulo mostra a intenção do locutor em enfatizar a necessidade de defender os recursos minerais existentes em Roraima e, por extensão, o território brasileiro. O adjetivo "riquíssima" exalta os atributos da região, localizada na fronteira com o país vizinho, e serve de morada para a população da etnia Yanomami.

Por sua vez, **E1**, adota uma perspectiva anti-constitucionalista ao indicar que "as terras podem ser cedidas para a Venezuela". Com isso, nota-se que o locutor destaca a questão do possível abalo à soberania nacional, tendo em vista que, se a decisão do Governo Federal beneficiasse a Venezuela, o Brasil perderia não somente parte de seu território, mas também o seu poder enquanto Estado-Nação.

Além disso, por consequência, seu governante (neste caso, o presidente) iria de encontro à legitimidade que lhe foi auferida no momento do cargo, visto que a decisão, caso tomada pelo mandatário, seria considerada unilateral, antidemocrática. A perspectiva de **E1** é rejeitada por Ottomar em seu discurso.

No trecho em que o orador revela que "(...) O assunto é **muito** grave **e deve ser** discutido **amplamente** com os setores da **sociedade civil do Brasil e** com o Congresso Nacional", observa-se que o locutor qualifica a situação da possível cessão das terras para a Venezuela como "crítica". Para tanto, utiliza o advérbio "muito" para reforçar o sentido do adjetivo "grave" e, assim, assinalar a necessidade de debater a temática da transferência dessas áreas com o povo brasileiro. Outro fator que corrobora com essa visão democrática de Ottomar é o advérbio "amplamente". Este assinala a posição do locutor como defensor dos princípios liberais e da inclusão dos diferentes atores sociais.

É preciso ressaltar que a expressão verbal "deve ser" traz à tona um indicador modal de natureza deôntica, definido por Castilho (2010) como um conteúdo linguístico que exprime uma vontade ou um desejo futuro que deve ser realizado. Dessa forma, ao evocar que "O assunto **deve ser** discutido amplamente", o político imprime um *tom* de obrigatoriedade ao afirmar a necessidade de a União inserir-se em um novo contexto histórico-social, caracterizado pela democracia, além de ouvir a população e o Congresso Nacional. Neste ponto, nota-se que o locutor acentua os preceitos constitucionais, ao evocar, com a sua enunciação, a norma presente na Carta Magna, segundo a qual "todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos (...)" (CF, 1988, art. 1º, *caput*).

Desse modo, constata-se que, ao impulsionar o constitucionalismo, o sujeito político busca distanciar-se da visão de **E1,** que atribui o poder de decisão dos rumos do país a um déspota. Ao contrário, a "voz" de **E2** mostra-se como um paladino da democracia, faz questão de enfatizar a nova realidade brasileira, que, diferente de outrora, consagra o Estado Democrático de Direito e, com isso, a soberania popular.

Esta posição constitucionalista é ressaltada, igualmente, pelo sujeito político Ottomar, ao ser entrevistado sobre sua posição contrária à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de negar a intervenção federal em Roraima, solicitada pela

Procuradoria Geral da República. Na ocasião, a Procuradoria apontava a possível tentativa do governador de impedir a determinação judicial para retirada de garimpeiros da área Yanomami.

> (D9) O Estado brasileiro, **federalista**, apóia-se no respeito **à autonomia dos Estados-membros**. Esta autonomia **não pode ser afastada graças à simples afirmações**, desprovidas de demonstração convincente sob pena de que se tenha desvirtuada a própria estrutura do Estado. (STF NEGA INTERVENÇÃO..., 1991, p. 03).

Com base no primeiro período de D9, o locutor utiliza-se de um aposto como forma de sustentar a sua visão constitucionalista. Na continuidade destaca que Roraima, na condição de Estado, passou a ser autônomo, seu governante é legitimado pela Carta Magna a administrar com independência. Desse modo, compreende-se que Ottomar indica que o Estado Democrático Brasileiro, ao ser federativo, estabelece limites ao poder da União e, por consequência, ao presidente da República quanto a intervir (ou não) em determinadas decisões que envolvam o Estado de Roraima.

Essa perspectiva do locutor é fortalecida pela presença da negação, pois ao se referir que "Esta autonomia **não pode ser** afastada graças à simples afirmações, desprovidas de demonstração convincente (*sic)*", o sujeito político faz emergir um enunciador **E2,** que se contrapõe ao ponto de vista de **E1**, responsável pelo conteúdo positivo, implícito na construção negativa. **E2** evidencia o federalismo, ressaltando o fato de Roraima ser regulada administrativa e politicamente por um governante eleito pelo povo. Essa "voz" assinala que Ottomar é um defensor dos direitos constitucionais e, portanto, luta contra atitudes totalitárias.

É preciso mencionar que a negação no verbo auxiliar modal "não *pode ser* (...)", sugere um *tom* de obrigatoriedade (através de uma modalidade deôntica de proibição), ou seja, é um dever do país respeitar a autonomia dos Estados federativos e, por conseguinte, os preceitos inscritos na Carta Magna.

Em contrapartida, como apontado acima, o locutor evoca outro ponto de vista, correspondente à perspectiva de **E1**, responsável pelo conteúdo afirmativo incluso no enunciado negativo, sustentando que "Esta autonomia **pode ser** afastada **graças à simples afirmações, desprovidas de demonstração convincente** (*sic)*". O ponto de vista de **E1** acarretaria, assim, a *possibilidade* de Roraima, como Estado

federativo, perder a sua independência administrativa assegurada pela Constituição. Observa-se que a existência do modalizador "pode ser" suscita a ideia da probabilidade de que, caso a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) não fosse favorável a Ottomar, Roraima estaria sob a ameaça de um retrocesso político, o que remete ao período de opressão militar.

Desse modo, **E1** mostra uma "voz" que levanta a possibilidade de retorno ao contexto histórico do Território, quando o Estado era dependente do Governo Federal, subordinando-se aos desígnios do presidente da República e de seus apoiadores. Assim, ao revelar que esta autonomia federativa pode ser abolida, o locutor evoca um *tom* de aviso à população, como se dissesse ao público para ficar atento, pois "simples" alegações podem originar um regime despótico, alguém pode ser acusado de fazer algo, sem qualquer "demonstração convincente" de provas.

Ressalta-se que o sujeito, ao enunciar que as afirmações da Procuradoria Geral da República seriam "simples" e "desprovidas de demonstração convincente", acaba por descredibilizar a investigação do órgão, cuja função principal é defender os interesses dos cidadãos em âmbito federal. Assim, o autor reforça o sentido de que o órgão atua sem o compromisso de investigar corretamente os fatos, o que leva a uma análise superficial, que pode incidir em uma acusação desleal.

Desse modo, é possível perceber que o sujeito, em seu discurso, identifica-se com o papel atribuído a **E2,** bem como enfatiza que os mandamentos constitucionais devem ser respeitados. Assim, porta-se como um "constitucionalista", que está inserido em um novo tempo, marcado pela renovada busca dos direitos humanos.

Em seu discurso de posse, Ottomar mostra por meio de metáforas[48] que está ao lado do povo na busca de melhorias para Roraima:

> (D10) Longa e cansativa seria a enumeração dos fatos que atestam a gravidade da situação com que todos nós defrontamos, no **marco zero desta singular corrida de São Silvestre ao fim da qual**, daqui a quatro anos, **todos os participantes, deveremos chegar juntos**, unidos, vitoriosos, no primeiro lugar.(DISCURSOS de Ottomar prometem novos tempos, 1991, p. 06)

[48] Essa pesquisa compreende a metáfora como fenômeno de linguagem, não abordando o seu aspecto conceitual (ou cognitivo).

Com base no recorte D10, nota-se que o uso da metáfora, como explicita Charaudeau (2011), revela que o locutor pretende utilizar como estratégia de persuasão o argumento por *analogia*. De acordo com o escritor, essas ferramentas são frequentes no discurso político e costumam trazer um "efeito comparativo com impacto forte" (Ibidem, p. 103).

Verifica-se que o sujeito político ora analisado, ao dizer que a sua gestão significa um "**marco zero**" de uma "**singular** corrida de São Silvestre", visa destacar o contexto sócio-histórico caracterizado pela sua legitimidade como primeiro governador eleito no Estado recém-criado.

O "marco zero" representa uma nova forma de se fazer política e de governar, que pretende incluir não só os parlamentares, mas também o povo de Roraima na tomada de decisões referentes à nova unidade federativa. Suscita também o momento concernente ao período político anterior, definido pela "má gestão" dos gestores passados, com uma administração fracassada, o que levou o Estado a uma situação caótica. Desse modo, o governo de Ottomar é marcado em seu discurso como um recomeço para Roraima. O político se coloca como um verdadeiro "divisor de "águas", a partir do qual se teria um governo próspero, notabilizado pela gestão participativa da sociedade.

É preciso ressaltar que, ao dizer "(...) O Marco zero desta singular corrida de São Silvestre, ao final da qual, daqui a quatro anos, todos os participantes deveremos chegar juntos, unidos, vitoriosos, em primeiro lugar", o locutor realiza a comparação de dois contextos distintos: o primeiro corresponde a uma competição esportiva, na qual vários participantes disputam uma corrida em que apenas um ganhará a posição principal no pódio, sendo aclamado pela multidão; o outro consiste na trajetória de seu governo, cujo mandato propõe ser referência como um novo tempo para o Estado de Roraima, em que diferentemente de uma competição esportiva, não há espaço para concorrência, mas, sobretudo, para a cooperação entre o governante e o povo. Portanto, depreende-se que na metáfora proposta por Ottomar, essa jornada governamental conduzirá o político e os roraimenses a um lugar de destaque no qual ambos sairão vitoriosos.

A maneira de assegurar esse sucesso pode ser constatada quando Ottomar utiliza o verbo auxiliar modal "deveremos", que expressa um *tom* de

“obrigatoriedade” ao que é dito. Assim, os parlamentares e os cidadãos deverão “caminhar juntos” para a necessidade de se unir para alcançar a vitória. Quem auxiliar a administração do locutor ao longo de seu mandato sairá vencedor. Em contrapartida, quem se opor, será o responsável pela estagnação econômica e social de Roraima.

No excerto acima, o locutor intensifica a posição do “nós”, ao sair da sua perspectiva de autoridade para equiparar-se aos interlocutores. Assim, ao dizer que “(...) a gravidade da situação com que **todos nós nos defrontamos** (...)”, o sujeito busca estabelecer um *tom* democrático, no qual indica que o “eu” compartilha das mesmas dificuldades do outro (“tu”), bem como “sente na pele” as adversidades oriundas da má administração do antigo Território Federal. Desse modo, o locutor faz emergir uma *correlação de subjetividade*, que é destacada por uma relação *inclusiva* face ao ouvinte.

Essa questão da união entre todos os setores da sociedade em prol de um mesmo objetivo, o projeto político de Ottomar é reafirmado no mesmo discurso de posse:

> (D11) **Todos os segmentos da sociedade**: sindicatos, associações, igrejas, instituições públicas e privadas, os intelectuais, os empresários, trabalhadores urbanos e rurais, consumidores, índios, garimpeiros, autônomos – **devemos todos**, **mudar a atitude mental em relação à nossa sociedade e somar esforços**, num processo de formação de autoconhecimento de que essa guerra tem que ser vencida **com nossos próprios meios humanos e materiais.**(DISCURSOS de Ottomar prometem novos tempos, 1991, p. 06)

Pode-se depreender do recorte D11 que o enunciado *“Todos os segmentos da sociedade devem mudar a sua atitude mental em relação à nossa sociedade e somar esforços em vencer a guerra”* é marcado pela presença do operador argumentativo “e”, que estabelece a soma de dois argumentos em direção a uma mesma conclusão R (KOCH, 1995), como é possível verificar abaixo:

R: Todos devem se unir para o desenvolvimento de Roraima

↑ **Argumento 1 -** Todos os segmentos da sociedade **devem mudar** a atitude mental em relação à nossa sociedade;

↑ **Argumento 2 -** Todos os segmentos da sociedade **devem somar esforços** para vencer essa guerra;

Observa-se, a partir do esquema acima, que os argumentos 1 e 2 estão orientados para a mesma conclusão R. Esta expressa a necessidade de união entre todos os segmentos da sociedade para se alcançar o desenvolvimento de Roraima. Assim, verifica-se a disposição do locutor em reforçar o interesse em ser o "pacificador", como fora chamado ao assumir, em 1979, o então Território Federal de Roraima, ou seja, aquele que pretende levar à população a compreender a importância de todos no processo de desenvolvimento do Estado, bem como a relevância de todos suprimirem seus interesses privados em prol de um objetivo comum: o progresso econômico e social do Estado.

Nota-se também que, por meio do modalizador "devem", o orador busca evidenciar que essa união é uma obrigação cívica de todos os cidadãos, visto que, sem ela, torna-se inviável a superação dos desafios deixados por governos anteriores.

Com base nisso, deve-se mencionar que os dois argumentos citados conferem um sentido particular a esse "dever de união" dos interlocutores de Ottomar. Dever este que está vinculado intrinsecamente ao fato de que essa sinergia popular deve necessariamente estar orientada à aceitação do projeto político do falante.

Com efeito, ao dizer, no primeiro argumento, que o povo deve mudar a sua "atitude mental em relação à nossa sociedade", o locutor veicula o subentendido de que para vencer a "guerra" contra os obstáculos ao progresso de Roraima é preciso que todos acatem seu projeto econômico, político e social para o Estado. Na tentativa de persuadir a população a favor dessa perspectiva, o sujeito se coloca como representante dessa luta, que tem a finalidade de propiciar melhorias para a sociedade roraimense.

No segundo argumento, ao sugerir que o desenvolvimento da região está condicionado ao comprometimento da população em "somar esforços", o locutor pretende, mais uma vez, compartilhar com o público a responsabilidade de solucionar os problemas de Roraima, ressaltando que o fim das barreiras que impedem o fomento econômico do Estado está condicionado ao fato de os cidadãos acatarem seus projetos políticos para Roraima.

Vale ressaltar que, apesar de o discurso de Ottomar marcar a sua autoridade como governador, este busca empreender ao longo de sua fala, uma imagem de político democrático, que está alinhado aos princípios constitucionais e que pretende promover uma gestão participativa. Dessa forma, o sujeito identifica-se com o "nós" inclusivo durante a enunciação, mesmo que implicitamente, seja possível perceber que ele atribui a si, em seu pronunciamento, uma posição de soberano ("nós" de majestade), sem o qual a população não conseguirá superar os desafios que afrontam o futuro do Estado recém-criado.

Essa perspectiva é comprovada em outra passagem do mesmo discurso de posse, direcionado aos parlamentares:

> (D12) **O que pretendemos fazer** para alcançar os nobres objetivos que todos comungamos, **não** irá acontecer por concessão magnânima ou liberalidade de ninguém. Eles deverão ser alcançados através de uma luta persistente, que entenda que a política **não** são as emergências eleitorais**, mas antes de tudo,** um exercício permanente de organização da sociedade (DISCURSOS de Ottomar prometem novos tempos, 1991, p. 06)

Na passagem acima, o locutor evoca um enunciado negativo e encerra duas perspectivas: **E1**, que apresenta o ponto de vista que coincide com o conteúdo afirmativo implícito, a saber: "O que pretendemos fazer **irá** acontecer por concessão magnânima ou liberalidade de alguém". Este ponto de vista está alinhado à posição de dependência do Governo Federal, contexto marcado pelo passado, no qual o Território era administrado pela União, que detinha o poder administrativo e político de Roraima. Portanto, a "voz" de **E1** sugere que o governo dependeria de uma concessão da União para tomar algumas decisões.

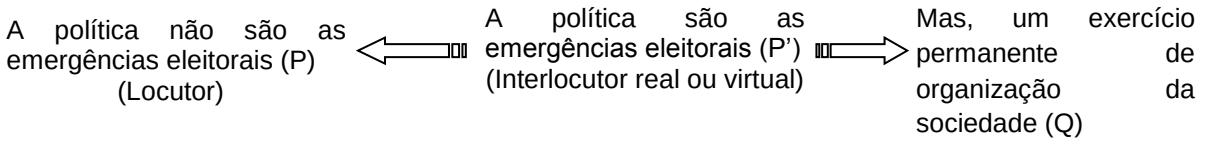
Em contrapartida, tem-se a visão de **E2**, segundo a qual "O que pretendemos fazer **não irá** acontecer por concessão magnânima ou liberalidade de ninguém". Tal enunciador assinala o momento sócio-histórico contemporâneo à enunciação, no qual Roraima deixa de ser Território Federal para tornar-se uma unidade federativa, caracterizada pela independência administrativa.

A partir dessas duas perspectivas, percebe-se que Ottomar tende a dissociar-se da posição colocada por **E1** e aproximar-se da "voz" de **E2.** Esse ponto de vista é ressaltado pela presença do "nós exclusivo" que está implícito na expressão "o que [nós] pretendemos fazer". Este amplia o sentido do "eu", suprimindo o "ele" do seu

projeto político para alcançar os “nobres objetivos” propostos por seu governo. Assim, ao elencar essas medidas governamentais, o locutor indica que não precisa da União para administrar o Estado.

Essa posição é reforçada pelo ato ilocutório constituído pelo verbo na primeira pessoa do plural do presente do indicativo “*pretendemos fazer”,* que ressalta uma força ilocutória que potencializa uma decisão já tomada pelo “nós exclusivo” em relação aos rumos do Estado. Tal aspecto causa um paradoxo em referência ao ponto de vista com o qual o locutor visa se assimilar, pois incorpora um *tom* autoritário. Este, por sua vez, apresenta uma característica diferente daquela mostrada como provedor de uma gestão participativa.

O locutor espera obter uma cooperação contínua dos interlocutores no desenvolvimento de seu programa político para Roraima. Esse ponto de vista é confirmado pela sequência “(...) a Política **não são** as emergências eleitorais, **mas**, **antes de tudo**, um exercício **permanente** de organização da sociedade”. Nesse panorama, o locutor traz a seguinte estrutura “não X *mas Y”:*



Para explicar esse enunciado, deve-se recorrer aos preceitos de Ducrot e Vogt (1980, apud NASCIMENTO; SILVA, 2011)**,** que tratam do *mas* como índice polifônico (MasPA equivalente ao espanhol *pero* e ao alemão *aber*) e do *mas* como retificador (MasSN correspondente ao alemão *sondern* e ao espanhol *sino*).

Ao analisar o esquema, pode-se inferir que o conectivo “mas” é utilizado com a finalidade de corrigir um interlocutor real ou virtual, como mostram Ducrot e Vogt (Ibidem, p.32) a propósito do funcionamento do mas do tipo SN, ou de retificação, que ocorre “(...) depois de uma proposição negativa p=não-p’, e introduz uma determinação *q* que substitui a determinação *p’* negada em *p* e atribuída a um interlocutor real ou virtual”. Guimarães (1987, p. 61) segue essa mesma linha de pensamento ao propor que, nesse tipo de construção em que o *mas* surge depois da negação, o conectivo surge como “(...) uma função de correção de algo suposta ou realmente dito antes”.

Desse modo, ao dizer que “A política não são as emergências eleitorais”(P), Ottomar traz um conteúdo afirmativo atribuído a um possível interlocutor, que afirma P’: “A política são as emergências eleitorais”. Com a aparição de Q, esta proposição (P’) é refutada/corrigida pelo locutor.

Dessa forma, verifica-se que Ottomar realiza uma crítica implícita ao argumento **P’**. Ao dizer que “A política não são as emergências eleitorais”, ele tem a intenção de demonstrar que discorda do interlocutor imaginário. Deixa transparecer que acredita ser papel do político eleito cumprir as promessas realizadas ao longo da campanha e, para isso, trabalhar diuturnamente para que sejam superados os desafios que impedem o desenvolvimento social e econômico de Roraima.

Observa-se que, ao utilizar a locução prepositiva “antes de tudo”, o locutor confere, ainda, um funcionamento escalar a este operador, acentuando sua posição como defensor dos interesses coletivos no exercício de suas funções como representante do povo, destacando que a “organização da sociedade” deve ser um “um exercício permanente” do político.

Nesse sentido, o governante indica a necessidade de união entre os parlamentares e o povo de Roraima, como mostra o seguinte trecho do mesmo discurso:

> (D13) É **inexcusável** (sic) dizer o que somos, um Estado pobre, **sem maior** peso político a nível nacional. Somente com a união monolítica dos políticos com representação popular **e todos os segmentos da sociedade,** falando uma só linguagem imbuídos da mística “Nossa Terra, Nossa Estrela**”** é que **conseguiremos** exercitar pressões com razoável nível de sucesso, em favor dos interesses vitais de nosso povo e do nosso Estado. (DISCURSOS de Ottomar prometem novos tempos, 1991, p. 06)

Em D13, nota-se a introdução do modalizador epistêmico asseverativo (CASTILHO; CASTILHO, 2002) “Inescusável”, que expressa a tentativa do locutor de colocar-se em uma posição na qual atribui aos seus enunciados um valor de verdade. Na fala “somos um Estado pobre”, Ottomar mostra-se como uma pessoa humilde, que reconhece os desafios a serem enfrentados para alcançar o desenvolvimento do Estado. Deve-se ressaltar que o locutor marca a sua fala com a presença do operador argumentativo “somente”. Este orienta o discurso para uma “negação de totalidade”, na qual enfatiza que a única solução para Roraima sair da

pobreza e ter importância política no cenário nacional surge da aceitação do seu plano de governo por parte dos políticos eleitos e dos segmentos da sociedade.

Verifica-se que o trecho D13 traz ainda dois elementos linguísticos: um pressuposto, a cargo do enunciador **E1**, ativado quando o político provoca, implicitamente, a ideia de que **"***"Atualmente, o Estado não exerce pressão política nacional, o que contraria os interesses vitais dos cidadãos roraimenses"*; e um **posto,** que revela a posição de **E2**, mostrada quando o enunciador afirma que "(...) **conseguiremos exercitar pressões com razoável nível de sucesso, em favor dos interesses vitais de nosso povo e do nosso Estado**".

A partir da manifestação dessas duas perspectivas polifônicas, nota-se que Ottomar traça um limite entre o presente e o futuro. Assim, ao enunciar o ponto de vista de **E1**, o locutor emite que Roraima não tem influência política relevante ao ponto de fazer pressões contra a União, a favor de seus interesses. Nesse sentido, o Brigadeiro ecoa o contexto vivido pelo Estado anteriormente, quando era Território Federal e, por conseguinte, dependente administrativamente do Governo Federal. Além disso, o locutor também implicita a ideia de que tal conjuntura política auxiliou na derrocada financeira de Roraima, provocando não só a dependência econômica, como também o atraso em relação às demais unidades federativas.

É preciso mencionar que o locutor, ao atribuir a culpa das dificuldades do Estado ao Governo Federal, acaba por ocultar que integrou, durante a Ditadura Militar, diversos cargos no Governo Federal, dentre eles, uma representação na Comissão de Aeroportos da Amazônia (Comara), sendo-lhe, inclusive, dada a responsabilidade de participar da construção do Aeroporto de Boa Vista (DUTRA, 2004). Tal atribuição possibilitou ao locutor montar a sua base política no então Território e facilitou a sua indicação para ser governador de Roraima em 1979. Desse modo, é possível identificar que o sujeito visa afastar-se de **E1**.

No entanto, ao evocar o **E2,** o locutor mostra que *"***Conseguiremos** *exercitar pressões com razoável nível de sucesso, em favor dos interesses vitais de nosso povo e do nosso Estado",* o que atribui por meio do verbo ilocutório *"conseguiremos"*, um valor performativo compromissivo que emite a certeza de que Roraima conquistará "razoável" reconhecimento do Governo Federal, se os projetos políticos de Ottomar tiverem o apoio da população e da classe política do Estado. Destaca-se

que o governador admite que o Executivo não obterá sucesso absoluto na realização das pressões políticas, suscitando que apenas a "união" entre a população e os políticos "com representação popular" poderá suplantar o fato de Roraima ser o menor colégio eleitoral do país, fato que contribui para a falta de "peso político" no cenário nacional.

Essa necessidade da união entre os setores da sociedade roraimense em torno do programa de governo de Ottomar é reforçada, principalmente, quando o político utiliza o slogan "Nossa Terra, Nossa Estrela", frase que marcou o seu segundo mandato em 1991, ano do discurso ora analisado. É preciso destacar que os políticos, marcados pelo locutor no discurso mencionado, referem-se somente aos que apresentam "representação popular". Isso implica dizer que apenas aqueles legitimados pelos eleitores podem corroborar com o projeto de Ottomar. Assim, o locutor busca identificar-se somente com os atores que ingressaram em cargo político naquele novo contexto histórico, ressaltando que quem não tem essa virtude, não fala a mesma "linguagem" apregoada pela mística "Nossa Terra, Nossa Estrela", não é digno de integrar o seu grupo político.

No recorte abaixo, Ottomar ressalta o papel do Poder Legislativo naquele contexto enunciativo:

> (D14) O Poder Legislativo **irá** balizar as linhas do comportamento social através das leis que **serão** votadas **com os olhos abertos na direção das aspirações do povo, com olhar ardente, compungido, num sentimento solidário com as dificuldades e o sofrimento do povo desta terra!**(DISCURSOS de Ottomar prometem novos tempos, 1991, p. 06)

Verifica-se que, a partir do excerto D14, o locutor introduz em sua fala um ato ilocucionário compromissivo, marcado pelo verbo ir no futuro do presente. Este indica uma garantia, por parte do locutor, e uma *força* de obrigação aos parlamentares de cumprirem o pacto frente ao povo de Roraima. Esse fato é corroborado por outro ato ilocucionário compromissivo assinalado pelo verbo "ser", que indica um caráter jussivo aos legisladores. Desse modo, estes deverão não só elaborar leis visando ao estabelecimento do "comportamento social" dos roraimenses, como também terão o compromisso de votá-las de acordo com as "aspirações do povo". Esses atos de fala sugerem que Ottomar é um paladino dos

princípios democráticos. Como “fiscal das Leis”, caso estas não estejam alinhadas às “aspirações do povo”, com sua autoridade de governador poderá vetá-las. Destaca-se que, em sua fala, Ottomar promove um “apagamento” do Executivo em seu papel atípico de legislador, eximindo-se de dividir com os parlamentares a responsabilidade de trazer melhorias para a população.

Depreende-se do excerto D14 que o locutor confere um *tom* emotivo ao seu discurso, caracterizado pela passagem a seguir: “(...) as leis serão votadas com os **olhos abertos** na direção das aspirações do povo, com **olhar ardente**, compungido, num sentimento solidário com as dificuldades e o sofrimento do povo desta terra!”. Observa-se, no discurso, a presença de duas figuras de linguagem: a metonímia, em que a palavra “atenção” é substituída pelos “olhos abertos”, enfatizando, por meio de um subentendido, que o trabalho dos legisladores estará focado nos anseios do povo; e a metáfora, denotada pela expressão “olhar ardente”, em que o locutor estabelece uma relação analógica entre o calor físico e o desejo/vontade com que os deputados irão conduzir os trabalhos na Casa, a fim de reduzir as “dificuldades e o sofrimento do povo” roraimense.

Vale ressaltar que, ao utilizar essas figuras de linguagem para expressar a sua opinião a respeito da atuação dos deputados, a fala de Ottomar implicita, subliminarmente, que os parlamentares precedentes não tinham compromisso em reduzir os problemas sociais dos roraimenses.

No mesmo enunciado, é possível perceber que Ottomar utiliza da estratégia de dramatização para reverberar a posição democrática, como demonstrado na metonímia: “olhos abertos”, em que o sujeito evidencia que os parlamentares devem votar com cautela a partir daquele momento discursivo e, portanto, estar atentos aos interesses coletivos. Da mesma forma, reconhece-se aquela estratégia na metáfora “olhar ardente”, em que o político adota um argumento por *analogia* para suscitar que os legisladores devem trabalhar com entusiasmo, sendo solidários e comprometidos com os interesses dos cidadãos roraimenses. Nota-se que essas figuras de linguagem são utilizadas pelo locutor como um recurso para persuadir através da emoção, mostrando que não só se compadece com as angústias do público, como também incorpora esse sofrimento, colocando-se sob o mesmo ponto de vista dos ouvintes.

Sobre essa questão da dramatização na fala de Ottomar, devem-se recordar os preceitos de Charaudeau (2011), que considera existir uma interligação do locutor ao *logos*, ao *ethos* e ao *pathos*. Tais preceitos são essenciais para que se possa compreender o que leva o cidadão a aderir a determinados valores contidos em seu discurso. Afinal, conforme ensina o teórico, o sujeito político utiliza a razão e a emoção como estratégias para construir a sua imagem, buscando emitir ao ouvinte um *ethos* "(...) para fins de credibilidade e de sedução" em consonância com um *pathos* focado na "(...) dramatização do ato de tomar a palavra" para convencer o público a aderir os valores contidos em seus projetos políticos (Ibidem, p.84).

Pode-se verificar, a partir dos apontamentos traçados por este autor, que Ottomar adota a dramaturgia em seu discurso como artifício para construir para si uma representação. Esta, por sua vez, corresponde à imagem projetada de si. No excerto D14, este *ethos* revela-se como um sujeito condoído com as mazelas da população, que se coloca à frente da defesa dos direitos do cidadão roraimense. Com isso, o locutor ressalta a sua responsabilidade como primeiro governador eleito de Roraima, visto que ele é o encarregado de promover a estruturação dos três poderes no Estado.

Observou-se que essa postura democrática do locutor Ottomar é costumeiramente empregada em seu discurso, tendo em vista que ele utiliza essa posição ideológica como uma estratégia de convencimento. O trecho a seguir aponta para essa direção:

> (A1) No século XVIII os elementos que escreveram a enciclopédia do Iluminismo, como Montesquieu, quando estabeleceram os três poderes, disseram que esses poderes seriam harmônicos. E **é nessa harmonia e cooperação que temos que viver**, **porque** os poderes do Estado de Direito existem para colaborarem uns com os outros na grande tarefa de promover o bem comum, que é o bem de todos e o bem de cada um. Então, é na **inspiração** desses postulados que **nós iremos dar os nossos passos no Governo do Estado.** (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA, 2004).

Esse excerto foi recortado da Ata Legislativa da Sessão Solene de Posse de Ottomar Pinto, quando este substituiu o governador Flamarion Portela, cassado por

crime eleitoral[49]. Na ocasião, o Brigadeiro retoma a necessidade de união entre os três poderes em prol do bem comum da população roraimense.

Ao contextualizar historicamente a questão dos poderes, o locutor enfatiza a importância do movimento iluminista para a democracia. Revela conhecimento do pensamento de Montesquieu[50], citando a doutrina tripartite. Seu discurso reproduz o princípio de que as funções legislativas, executivas e judiciárias são desempenhadas de forma harmônica. Cada uma dessas funções está intimamente ligada a "três órgãos distintos, autônomos e independentes" (LENZA, 2009, p. 337), sendo facultado a eles exercerem funções atípicas, como por exemplo, o Executivo, cuja função natural é administrar o Estado, pode também atuar na produção de leis. Tal posição libertária é marcada pelo operador argumentativo *porque*, disposto no recorte da seguinte forma: "(...) E **é nessa harmonia e cooperação que temos que viver**, **porque** os poderes do Estado de Direito existem **para colaborarem uns com os outros** na grande tarefa de promover o bem comum" (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA, 2004).

A partir da fala do locutor, direcionada aos deputados e demais autoridades de Roraima, nota-se a presença da estrutura a seguir:

X *porque* **Y**, **onde:**

X ("É nessa harmonia e cooperação que temos que viver")

Y ("Os poderes do Estado de Direito existem para colaborarem uns com os outros")

X *porque* Y ⟶ Conclusão **R** (Legislativo e Judiciário devem colaborar com o Executivo).

Com base no esquema supracitado, é possível analisar que o locutor Ottomar orienta seu discurso em direção à conclusão de que o "Legislativo e o Judiciário devem colaborar com o Executivo", atrelando a "condição de existência" dos três poderes à necessidade de apoio ao seu projeto político como representante do Executivo. Nesse sentido, atualizando a estratégia argumentativa do argumento de

[49] Vide contexto o tópico 3.2.1, que trata sobre as eleições de 1990 e a história de Ottomar Pinto.
[50] Segundo Lenza (2009, p. 338), Montesquieu propunha uma divisão rígida dos três Poderes. No entanto, essa visão foi atenuada, pois com as mudanças sociais e históricas, os Estados passaram a "(...) permitir maior interpenetração entre os Poderes (...)", o que ocasionou um abrandamento da teoria do filósofo francês.

autoridade (Ducrot, 1987), Ottomar sustenta-se em pensamentos libertários ao evocar o movimento iluminista, posicionando-se contra o absolutismo e a ideia de que o "Estado sou eu"[51]. Apesar de Ottomar assimilar-se com esse posicionamento, verifica-se que, ao justificar X, ele termina por promover um apagamento do fato de que tanto o Legislativo como o Judiciário são órgãos autônomos, tendo a função de fiscalizar e julgar, respectivamente, as ações do Executivo.

Por conseguinte, Ottomar mostra uma atitude contraditória, pois ao recorrer à Montesquieu para justificar a sua visão de como esses órgãos devem atuar no Estado, ele traz dois sentidos paradoxais: o de Montesquieu, que "(...) pregava uma separação pura e absoluta" dos três Poderes (LENZA, 2009, p. 338), o que impossibilitava a "cooperação" e "união" entre cada órgão; e o do próprio locutor, que traz consigo a ideia de que os poderes devem seguir os parâmetros solidários que acredita ser necessários para o "desenvolvimento de Roraima".

Na Ata da Sessão Solene de Abertura do 29º ano do período legislativo, em 2005, Ottomar conclama os parlamentares para serem parceiros na concretização dos objetivos propostos para Roraima:

> (A2) **Assim**, **não podemos** prescindir da **força** e da **inteligência** dos **nobres** Deputados. A ALE é parceira **essencial** e de **suma importância** para que possamos concretizar os objetivos aqui propostos. **Precisamos** do apoio desta Casa Legislativa. (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA, 2005).

Em sua fala, o locutor traz duas perspectivas distintas demarcadas pela negação, a saber: a primeira é evocada por **E1**, que sugere ser possível prescindir da força e da inteligência dos nobres Deputados; e a segunda "voz", que ilustra a posição de **E2,** indicando que "não é possível prescindir da força e da inteligência dos nobres Deputados".

Com **E1** surge o ponto de vista de que o Executivo pode atuar sem o apoio do Legislativo, fato que ecoa a perspectiva histórica do então Território Federal, cuja organização era centralizada pela União, sendo, inclusive, responsável pelo controle externo da administração do TFRR. Assim, o papel do legislativo era ocultado pela Presidência da República, que concentrava as três funções de Estado. Desse modo,

[51] Frase célebre do rei da França Luís XIV, conhecido por Rei Sol, e principal nome do Absolutismo francês.

E1 representa um panorama antidemocrático, focado em um poder absoluto, sem espaço para a transparência da gestão pública e a participação dos cidadãos.

E2, por sua vez, traça um novo panorama, marcado pela importância da participação do Legislativo no plano político elaborado por Ottomar para o desenvolvimento do Estado. Dentro da governança, o sujeito político sustenta um discurso de engajamento, no qual reconhece a atuação do Legislativo como fator norteador para um governo democrático e "solidário" aos interesses do público.

Nesse sentido, o locutor identifica-se com **E2**, ao produzir uma enunciação alocutiva (CHARAUDEAU, 2011), voltada a integrar o ouvinte na cena enunciativa, e destaca a necessidade de os parlamentares serem "parceiros" do Executivo. Vale ressaltar que a perspectiva de **E2** é realçada pela presença dos termos "força", "inteligência" e "essencial". Estes valores servem para qualificar a importância dos deputados no projeto político para o governo de Roraima, funcionam, no enunciado, como estratégia de persuasão, posto que destacam não só a legitimidade da função legisladora, como também a relevância de sua atuação na aprovação de leis que englobam a proposta administrativa de Ottomar para o progresso de região.

Charaudeau (2011) explica que esse tipo de deferência ao ouvinte é um método "obrigatório" no discurso político, pois atua na inscrição do locutor em uma determinada ideologia. Dessa maneira, pode-se verificar que Ottomar está filiado a uma posição vanguardista, que reconhece a soberania dos legisladores e, por conta disso, pede a adesão de todos (correligionários e opositores) ao seu programa de governo.

Em 2006, Ottomar volta à Assembleia para agradecer o trabalho realizado pelo legislativo, destacando o apoio dado pelos parlamentares ao seu governo:

> (A3) O importante é que avançamos, aprovamos leis que nos permitem reestruturar e reorganizar melhor a administração do Estado (...) Por isso, **é meu dever reconhecer e agradecer** a forma democrática com que Vossas Excelências desenvolveram os trabalhos legislativos em 2006. E digo mais, só a estreita colaboração entre Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas **permitirá** que Roraima supere os desafios que **nos** impõe uma conjuntura **sabidamente** grave, **reconhecidamente** adversa, tantas vezes mostrada, denunciada e debatida por Vossas Excelências. Refiro-**me** aos conflitos federativos, das ações unilaterais dos órgãos federais e de seus impactos adversos na nossa economia. **Precisamos** manter-nos solidários e coesos na defesa dos interesses de Roraima, do nosso povo e da sociedade (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA, 2006).

Nota-se que o Locutor começa a sequência discursiva dando ênfase a um "nós" inclusivo, implícito no enunciado, ao afirmar que o Executivo e Legislativo atuaram juntos na edição e aprovação de leis usadas na organização administrativa do Estado. Ao dizer "(...) é **meu dever** reconhecer e agradecer a forma democrática (...)", o locutor se coloca como "ser do mundo" (λ), manifestando-se como aquele que "tem o dever" de admitir que os deputados validaram o seu plano político. Com isso, Ottomar tenta agregar em seu discurso não só os seus correligionários, mas também aqueles que possam contribuir para o bem maior, que consiste na "defesa dos interesses de Roraima" na esfera nacional.

Neste pronunciamento, nota-se também que Ottomar sugere o apagamento da atuação do Governo Federal em Roraima, caracterizando a União como o responsável pela "conjuntura sabidamente grave, reconhecidamente adversa, tantas vezes mostrada, denunciada e debatida" na Assembleia Legislativa. Observa-se que o sujeito exacerba o sentido dos modalizadores epistêmicos (CASTILHO; CASTILHO, 2002), como "sabidamente" e "reconhecidamente", a fim de demonstrar o conhecimento válido e compartilhado com os interlocutores, no que se refere ao contexto provocado pelos "conflitos federativos, das ações unilaterais dos órgãos federais e de seus impactos adversos" na economia de Roraima.

Assim, o uso dessas estratégias discursivas intensifica o destaque de Ottomar ao possível descaso do Governo Federal em assuntos importantes do Estado, mostrando que a União "impõe" ao "nós" inclusivo a atribuição de superar os desafios de Roraima sem o apoio da presidência da República.

Com isso, Ottomar não só sugere uma posição antidemocrática do Governo Federal, como também rejeita a atitude da autoridade nacional em não buscar o diálogo com os cidadãos roraimenses a respeito de assuntos extremamente importantes para o desenvolvimento econômico do Estado.

Para corroborar com essa perspectiva, o sujeito político emprega um *ethos* solidário, que compartilha a mesma indignação em relação ao Governo Federal, colocando-se como o legítimo representante dos interesses da população.

Charaudeau (2011, p. 163) explica que essa imagem de solidário é definida como a "vontade de estar junto, de não se distinguir dos outros membros do grupo e, sobretudo, de unir-se a eles a partir do momento em que se encontrarem

ameaçados (...)". Tal representação colabora para a construção da imagem vanguardista de Ottomar, apresentando-o ora como político democrático-populista, ora como político democrático-constitucionalista.

4.2 *ETHOS* DE POLÍTICO RELIGIOSO

A construção de um *ethos* discursivo favorável está relacionada à capacidade de o locutor utilizar em sua enunciação símbolos, signos e valores que estejam em consonância com o ideal almejado pela maioria da população. Na tentativa de contemplar esse imaginário social, o sujeito político costuma recorrer aos aspectos do universo transcendental e/ou religioso, enraizados na cultura popular, como uma ferramenta histórica de persuasão social, a fim de convencer o interlocutor a aderir à sua plataforma de governo.

Nesse sentido, Charaudeau (2011, p.78) explica que:

> (...) o comportamento das massas depende daquilo que as reúnem sob grandes denominadores comuns: discursos simples portadores de mitos, de símbolos ou de imaginários que encontram eco em suas crenças; imagens fortes suscetíveis de provocar uma adesão pulsional (Ibidem, p.78).

Com base nisso, é possível inferir que o discurso político com apelo religioso apresenta essa característica mencionada por Charaudeau (2011), na medida em que o locutor aproveita-se do intertexto sagrado para ressaltar valores cristãos, como a família, a solidariedade, amor ao próximo e a união entre os povos. Essa estratégia discursiva é realizada com a intenção de o político mostrar-se solidário à população, indicando que não só compartilha dos mesmos anseios para o futuro da sociedade, como também é o legítimo representante dessa luta para alcançar o bem-estar de todos.

Para criar uma "imagem forte", nos termos de Chauradeau, o político utiliza a emoção como forma de cativar o público, expressando-se através de palavras que concedem um *tom* enfático à fala, suscitando no interlocutor a vontade de fazer parte do *mundo ético*[52] da invencibilidade, evocado pela referência religiosa, que está

[52] Segundo Maingueneau (2011, p.18), o mundo ético é ativado pela leitura do ouvinte em relação ao falante e corresponde a "(...) situações estereotípicas associadas a comportamentos". Ele explica, por

atrelada, nesse caso em particular, ao fato de que Deus é o único "Ser que governa o 'possível'". Assim, o político exalta o seu vínculo com a divindade cristã, projetando uma auto-imagem de alguém que atua como o legítimo representante do Pai na Terra.

Diante do exposto, considerem-se os primeiros parágrafos do discurso proferido por Ottomar aos cidadãos roraimenses, após ser empossado como primeiro governador eleito do estado, em 1991:

> **(D15) 'Se Deus não guardar a cidade, em vão vigiam as sentinelas!'**
> É com o pensamento elevado para o alto, para aquele que criou o mundo e mandou ao convívio humano, para o sacrifício e para a nossa salvação o seu filho bem amado [...] (O JORNAL DE RORAIMA, 03 DE JANEIRO DE 1991) [grifo nosso].

Destaca-se, no excerto D15, o fato de que, comparada à postura adotada no discurso de posse dirigido aos deputados, mencionado no tópico anterior[53] Ottomar assume uma atitude diversa quando o interlocutor visado é eminentemente o povo, visto que irá se apoiar, agora, em um conjunto de estereótipos, tais como o de povo cristão/católico/temente a Deus, para seduzir seus interlocutores.

Ao falar para os cidadãos do Estado recém-criado, o locutor evoca a "proteção de Deus", remetendo não só ao contexto bíblico, como também ao próprio preâmbulo da Constituição Federal de 1988, sugerindo a união entre Deus e o Estado.

Ao começar a sua fala, o locutor utiliza uma citação do intertexto bíblico, extraída do livro dos Salmos 127:1: "Se o SENHOR não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam; **se o SENHOR não guardar a cidade, em vão vigia a sentinela"[54].**

Ao reproduzir esse enunciado, o locutor coloca em cena duas perspectivas: a de **E1**, responsável pelo intertexto bíblico; e, a de **E2,** que promove uma atualização particular da enunciação bíblica ao contexto apresentado no momento da fala.

---

exemplo, que o *mundo ético* das celebridades é representado pelas coletivas de imprensa, sessões de fotos, filmagens, maquiagens, dentre outras situações rotuladas socialmente.

[53] *Ethos* democrático, vide seção 4.1.

[54] O locutor utiliza essa mesma citação em duas atas solenes, evocadas em 2005 e 2006, respectivamente.

Depreende-se, com isso, que o locutor aprova **E1** e constrói sua perspectiva sobre a autoridade garantida pelo discurso cristão.

O intertexto bíblico assume dentro do discurso político um valor argumentativo, na medida em que introduz uma perspectiva de validade intrínseca, sem possibilidade de contestação, em razão de seu caráter supra-humano. Ancorar seu ponto de vista em um enunciador (**E1**), que enuncia "palavras divinas" ou emanadas "do alto", representadas aqui pela citação bíblica, concede uma autoridade ao que é dito pelo Locutor. Autoridade essa corroborada pela analogia entre as figuras do Senhor/governador, em que o político se assemelha a Deus em sua relação com o estado, atuando em constante vigília, em benefício dos filhos/povo de Roraima.

Dessa forma, a partir da figura do Senhor/governador, as sentinelas/povo terão um determinado propósito, que corresponderia à aceitação da proposta política do locutor para o desenvolvimento de Roraima. Sob esse ponto de vista, Ottomar constrói a ideia de que o estado precisa ter um bom gestor, capaz de direcionar as "sentinelas" para a construção de um lugar autossuficiente no aspecto econômico e político.

Assim, o locutor Ottomar reconhece a perspectiva de **E1**, ao marcar que a sua enunciação (e, por extensão, seus atos) tem o respaldo da inspiração divina, permitindo a leitura de que as palavras de Deus irão guiá-lo em suas decisões, auxiliá-lo nas orientações repassadas aos cidadãos.

O segundo enunciador (**E2**) surge quando Ottomar atualiza o provérbio bíblico em sua fala, destacando que se inspira nas palavras de Deus para administrar o Estado. Com isso, ele ressalta que a ausência de um apoio espiritual/governamental seria um obstáculo para o crescimento de Roraima, implicando na falta de orientação dos trabalhadores, que atuariam sem um propósito. Portanto, sem a proteção do Pai/governador não há um governo sólido e, com isso, não é possível melhorar as condições de vida da população.

É importante mencionar que, quando Ottomar recorre à menção do intertexto religioso, realiza o que Maingueneau (2004) chama de "captação", definido como a "imitação" de um texto. Segundo o autor, essa estratégia tem um sentido maior que a alusão, ao possibilitar que o "discurso de imitação construa a sua própria

identidade" (Ibidem, p. 173). Ao captar, o locutor não só imita um provérbio, dito ou fórmula, como também orienta a sua fala com base no texto original.

Cabe destacar que o discurso político com apelo religioso é utilizado como **argumento de autoridade** (Ducrot, 1987), a fim de atribuir um peso maior ao seu pronunciamento, pois se apóia no caráter supra-humano, o que o torna insuscetível de questionamentos.

Segundo Ducrot (1987) o argumento por autoridade ocorre quando a partir de uma proposição *P*, utiliza-se de forma simultânea: a) uma indicação de que "*P* já foi, é atualmente, ou poderia ser objeto de asserção" (Ibidem, p. 140); b) recorre-se a este fato a fim de valorizar a proposição *P*, como se atribuísse um poder particular ao que é dito.

Dessa forma, o autor aponta que há duas espécies de argumento por autoridade. A primeira vincula-se à língua, com base em estratégias argumentativas que utilizam dispositivos gramaticais, "que os desdobra, realizando, assim, uma espécie de virtualidade da língua" (Ibidem, p. 139), chamada de **autoridade polifônica**. A segunda corresponde a um "procedimento acrescentado: os meios linguísticos aos quais recorre não implicam, de modo algum, a utilização argumentativa que deles se faz" (Ibidem, p. 140), consistindo no **arrazoado por autoridade**.

Dentre as formas de argumentação por autoridade, observou-se, para efeito desta análise, apenas a autoridade polifônica, tendo em vista que esse tipo de argumento caracteriza-se pela impossibilidade de contestação, ou seja, ele não pertence à esfera do dizer, mas a de um mostrar. Assim, o discurso religioso, por exemplo, caracteriza-se por introduzir um novo enunciador, distinto do locutor. Portanto, este não pode ser responsabilizado pelo que a voz do enunciador afirma e, por conseguinte, não pode ser julgado pelos critérios de verdade ou falsidade.

Maingueneau (2004) reforça essa perspectiva ao apontar que a utilização de provérbios religiosos é uma estratégia polifônica "menos visível", ou seja, ao se apropriar desse tipo de discurso, o locutor não demonstra a fonte do enunciado. Para o autor, esses adágios são emitidos com um *ethos* específico, que contribui para assinalar a distinção entre o enunciador e o responsável pelo provérbio.

Assim, quando Ottomar mostra em seu discurso uma voz que assevera uma proposição *P: "Se o senhor não guardar a cidade, em vão vigia a sentinela"*, ele traz uma fala que não lhe pertence, pois não foi o autor original do enunciado. Nesse sentido, o locutor não só se apodera do dizer do outro, como *mostra* por meio do que é dito, que Deus está "presente" naquele momento.

Logo, ao reproduzir o texto bíblico, o locutor "*mostra"* a voz de Deus, baseando-se em uma realidade imaterial. Sugere que a divindade existe e que ele, ao falar em nome do Senhor, atua como porta-voz dessa entidade.

Desse modo, o sujeito falante chega à segunda condição da autoridade polifônica estipulada por Ducrot (1987), pois se fundamenta no enunciado *P* (enunciação bíblica original, a cargo de E1) para reproduzir uma segunda asserção Q (atualização do intertexto bíblico empreendida pelo locutor, através de E2). Esta demonstra que, sem a orientação divina, o trabalho dos sentinelas/povo não terá sentido. Constata-se, assim, dois aspectos: a) o locutor se identifica com a proposição de Q; e, b) ele admite Q com base na relação entre P e Q, pois a validade do segundo só ocorre em função do primeiro. Ducrot (1987) se refere à essa estratégia argumentativa como autoridade polifônica, visto que "o enunciador de P desempenha o papel de uma autoridade, no sentido de que seu dizer é suficiente para justificar que L, por sua vez, se torna enunciador de Q, fundamentando-se no fato de que a verdade de P implica ou torna provável a de Q (...)" (Ibidem, p. 146).

Diante do exposto, ao retomar os ensinamentos de Maingueneau (2011) a respeito do *ethos* discursivo, faz-se necessário dizer que o locutor Ottomar insere um *ethos dito*, marcado de forma direta pela perspectiva de um enunciador (E1) durante sua enunciação.

Dessa maneira, Ottomar recorre à fala divina para projetar a sua imagem de homem próximo ao Senhor, assemelhando-se ao Pai que quer proteger seus filhos (povo de Roraima). Com isso, utiliza-se do dizer bíblico de maneira metafórica, ao comparar-se ao Ser Supremo.

O *ethos mostrado* pelo locutor consiste na maneira como Ottomar se dirige ao povo no momento da enunciação, apresentando-se como um homem religioso, que se baseia nos preceitos cristãos para conduzir os rumos do Estado. Com isso,

Ottomar mostra-se humilde, pacificador e preocupado com o bem-estar dos menos favorecidos.

É preciso destacar, também, que o locutor Ottomar reforça, na continuidade desse discurso de posse, a presença dos enunciadores já mencionados, ao expressar uma condição junto de uma negação, estrutura presente no excerto abaixo:

> (D16) **Sem** a inspiração permanente das palavras **relevantes** e dos exemplos deixados por Jesus e os que o seguiam no seu tempo, **não conseguiremos** encontrar suficientes impulsos de humildade e fraternidade, para, manter a **indispensável** conciliação e convergência, no exercício diuturno do poder, em seus três diferentes ramos (O JORNAL DE RORAIMA, 03 DE JANEIRO DE 1991) [grifos nossos].

No trecho D16, o uso do operador "sem", correlacionado à negação, introduz no discurso duas perspectivas enunciativas contrárias: o ponto de vista de **E1**, que enuncia "É possível x sem y"; e o de **E2**, segundo o qual "**Não** é possível x sem y". Desse modo, observa-se que o locutor recusa a perspectiva de **E1** e identifica-se com ponto de vista apresentado por **E2**, que trata a inspiração divina como algo indispensável.

Portanto, ao contrário de **E1**, que demonstra ser possível administrar o Estado sem "inspiração divina" e sem a proposta de união entre todas as autoridades de Roraima, o locutor assume a "voz" do enunciador **E2** (enunciador religioso/cristão), que utiliza o pensamento divino como uma maneira de argumentar em favor da união das autoridades representativas dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário), mostrando-se, mais uma vez, como um homem humilde e temente a Deus, que visa fortalecer os laços com esses setores da sociedade como uma forma de promover o bem-estar da população.

No recorte apresentado, verifica-se que o locutor utiliza adjetivos de valor modal (relevantes e indispensáveis), com a finalidade de realçar valores cristãos como fraternidade e a humildade, qualidades assimiladas por **E2** como "relevantes" sob uma perspectiva cristã. Tal ponto de vista salienta, ao contrário de **E1**, que Ottomar, enquanto político, precisa sustentar-se no amor ao próximo para enfrentar os desafios oriundos da transformação de Roraima de Território Federal para Unidade Federativa.

Ressalta-se em D16 a presença de um *nós*[55], implícito na oração, que aponta para um "eu", atribuído a Ottomar, e surge como uma expressão mais ampla, a fim de reforçar o discurso de união entre o povo de Roraima e as autoridades roraimenses no compromisso de seguir os programas políticos do Brigadeiro para o Estado, os quais se alinham aos desígnios impostos por Deus.

Em vista disso, pode-se inferir que o locutor revela-se no discurso como aquele que fala em "nome de Deus", tentando não só fortalecer os laços com seus interlocutores/eleitores, a fim de angariar votantes para pleitos futuros, como também demonstrar que a harmonia entre os três poderes é necessária para o bem comum, seguindo desta forma os mesmos ideiais cristãos de fraternidade e igualdade, perante o povo de Roraima e, principalmente, "aos olhos de Deus".

Nesse sentido, retoma-se o entendimento de Charaudeau (2011) sobre a noção de que o sujeito político projeta para si, durante a enunciação, uma "dupla identidade discursiva". Ao transpor essa proposta para o universo discursivo ora analisado, nota-se que, sob o "conceito político", o locutor mostra a sua posição ideológica no enunciado, colocando-se como aquele que adota a fé cristã como ferramenta para a consolidação de um governo harmônico. Ao mesmo tempo, o sujeito assume um papel vinculado à "prática política", pois introduz um caráter messiânico à cena enunciativa, apresenta-se como um salvador, traveste-se da posição de autoridade suprema, tornando-se, no discurso, o intermediário entre Deus e os roraimenses.

Segundo Charaudeau (2011) o que caracteriza essa identidade discursiva é a relação "Eu-nós", chamada por ele de "identidade do singular-coletivo", marcada pela relação entre três tipos de voz : a voz do *Terceiro,* a voz do Eu e a voz do *Tu-todos.* Ao retomar essa noção, observa-se que Ottomar, enquanto locutor, confere ao seu modo de dizer um caráter transcendental, ocupando o lugar de mediador entre a "voz de Deus" (Terceiro) e a "Voz do Povo da Terra". É ele quem fala em nome do Pai Todo Poderoso, que protege seus filhos do mal e os aconselha a seguir o rumo do bem, que neste caso, consiste em aderir aos seus parâmetros de governo.

[55] Refere-se ao "nós" do autor ou orador conceituado por Benveniste (1976, p. 258) cujo emprego "atenua a afirmação muito marcada de 'eu' numa expressão mais ampla e difusa".

Deve-se enfatizar que, no excerto ora analisado, o “mal” é representado não só pelo Governo Federal - ao qual Ottomar atribui, no mesmo discurso de posse, a responsabilidade pelos “entraves institucionais” que obstaculizam o desenvolvimento de Roraima - mas também, pelos seus adversários políticos locais, ao destacar que espera a “indispensável conciliação” de todos os membros dos três poderes em prol do bem comum do povo roraimense.

Essa fala produzida pelo locutor consiste em uma “enunciação delocutiva” (CHARAUDEAU, 2011), que visa atribuir a um “terceiro” a responsabilidade pelo enunciado, no qual surge uma voz reconhecida como a “voz da verdade”. Neste caso, o enunciador torna-se um “soberano”, acima dos homens e mais próximo de uma verdade estabelecida (Deus).

Esse tipo de discurso utiliza-se de elementos sobrenaturais como instrumento persuasivo, comumente utilizado no discurso político. Le Bon (1980, [1895], p.33) revela que as multidões são seduzidas pelos “aspectos maravilhosos e lendários dos acontecimentos”, destacando que é na forma como o público representa algo que se fundamentam os “poderes dos conquistadores e a força dos Estados”. De acordo com esse autor, todos os grandes acontecimentos históricos, como por exemplo, a criação do budismo, do Cristianismo e do Islamismo, “são as conseqüências diretas ou remotas de profundas impressões produzidas na imaginação das multidões[56]” (Ibidem, p.34).

A partir dessa visão, pode-se deduzir que Ottomar visa provocar um sentimento religioso nos interlocutores, utilizando a fé como instrumento mobilizador para que todos sigam seu plano político para o Estado. Nesse sentido, aqueles que estiverem contrários a essa proposta política não só estariam impedindo os “desígnios do Pai/governador” como também impedindo os filhos de Deus/população de ter uma vida melhor.

Para entender essa essência religiosa no discurso político brasileiro, deve-se remeter à história do país, marcada pela dominação da Igreja Católica e da Corte Portuguesa na Colônia. Almeida e Lima (2012, p.5) discorrem que a “(...) justificação

[56] Le Bon (1980, [1895]) explica que do ponto de vista psicológico, a multidão surge quando um grupo de pessoas adquire caracteres novos, que se distinguem daqueles que elas apresentam individualmente. De acordo com o autor, nessas circunstâncias, a personalidade consciente desaparece e todas as ideias de todos esses seres são orientadas a uma única direção.

ideológica e o suporte ético das intervenções da Coroa no território brasileiro foram dados pela Igreja". Assim, essa articulação entre Política e Religião exercia um poder simbólico no modo de vida da então Colônia portuguesa, em que o Rei era o legítimo representante da vontade divina e, como tal, deveria ser respeitado. Florival (*apud* Almeida e Lima, 2012, p.5) corrobora com esta visão, ao relatar que "(...) o Rei de Portugal era considerado não somente o rei católico, mas um líder nomeado por Deus que deveria expandir a fé católica e o império".

Considerando esses princípios, Ottomar mostra-se como um "líder guiado por Deus", responsável por manter os preceitos divinos, como a fraternidade, a família, o amor, a fé, para garantir um futuro promissor para Roraima.

Cabe mencionar que, apesar de Ottomar dar ênfase ao discurso cristão, apropria-se, no mesmo pronunciamento, de uma citação do Alcorão, o livro sagrado do Islã, como se pode observar no trecho a seguir:

> (D17) (...) todos juntos vamos pesquisar soluções; buscar alternativas para o fortalecimento do comércio e da indústria, privilegiando os micro, pequenos e médios empresários.
> O Corão tão em voga nos dias atuais apostrofa no Sura IX: 34 "aqueles que entesouram o ouro e prata **e** não os espalham segundo o caminho de Alá, trazei a esses – Oh! Maomé – alvíssaras de dolorosa desgraça".
> Essa mensagem aponta na direção do compromisso do capital com o investimento gerador de empregos e na grande diáfase da preocupação com o social, pedra de toque da doutrina da social democracia e do trabalhador brasileiro (JORNAL DE RORAIMA, 03 DE JANEIRO DE 1991) [grifo nosso]

Desse modo, ao evocar **E1** (enunciador responsável pelo intertexto religioso), o locutor assinala que aquelas pessoas que não compartilham da sua proposta política de governo merecem o devido castigo. A partir da atualização particular do ponto de vista de **E1**, empreendida agora por **E2**, o locutor advoga que não se deve impedir o crescimento da indústria e do comércio, pois tais atividades são responsáveis pela geração de renda no Estado. Observa-se, a partir do excerto D17, que o locutor Ottomar provoca um deslizamento do enunciado original (a cargo de E1), que tem uma aplicação humanista/ampla no universo religioso e, ao ser assimilado à **E2**, propõe uma restrição de sentido aplicada à esfera econômica, que aponta para a relação capital/trabalho.

Assim, ao retomar o conceito de autoridade polifônica estabelecido por Ducrot (1987), verifica-se que o locutor Ottomar apropria-se de uma voz que não lhe pertence para realizar o enunciado. Concede, nesse sentido, um tom de ameaça ao texto, ao sugerir que aqueles que não apóiam o desenvolvimento de Roraima devem ser retaliados. Com essa estratégia, o sujeito falante não dá margem à contestação do discurso, pois não há como apontar a origem do enunciado. Portanto, quem ameaça, em sentido estrito, não é o locutor, mas o enunciador do intertexto religioso (**E1**).

Ducrot (1987) postula que os imperativos, interjeições e exclamações são instrumentos utilizados com a intenção de persuadir o ouvinte. Segundo ele, esses elementos sugerem que a "(...) enunciação foi diretamente produzida, 'arrancada', por uma emoção ou uma percepção (...)" (Ibidem, p. 142).

Assim, ao empregar a interjeição *Oh!* no enunciado "(...) trazei para esses – Oh! Maomé – alvíssaras de dolorosa desgraça", o locutor Ottomar "'atesta' a realidade da emoção que declara" (Ibidem, p. 142), *mostrando* a realidade do que foi dito. Com o imperativo afirmativo "trazei", por sua vez, o locutor introduz um verbo ilocutório diretivo, indicando que a enunciação impõe ao ouvinte a realização de determinada ação.

Ao utilizar esse trecho do Alcorão em seu discurso, Ottomar implicita que seus adversários políticos serão perseguidos, pois ele fala em nome de Deus, ao ressaltar que "essa mensagem aponta para a direção do compromisso" que todos devem assumir com o estado.

Sobre essa questão maniqueísta, assumida no discurso político, Charaudeau (2011, p. 91) explica que, na tentativa de convencer o público a aderir a determinado projeto ou mesmo desestimulá-lo a seguir um projeto antagônico, o sujeito político persiste, durante a enunciação, em temas como: a "*desordem social*[57] da qual o cidadão é vítima"; a "*origem do mal* que se encarna no adversário ou no inimigo" e na "*solução salvadora*" propalada pelo próprio político em sua fala (Idem).

[57] Segundo Charaudeau (2011) essa desordem social pode ser expressa pelo político sob duas perspectivas: como um estado de fato ou como um estado potencial. Ele explica que no primeiro caso, o sujeito induz o público a acreditar na existência do mal e da capacidade deste fazer vítimas. Já o segundo, refere-se à criação de um "estado de expectativa" que impõe o ouvinte a visualizar a possibilidade da existência de um mal, provocando o temor no interlocutor.

Considerando a proposta de Charaudeau (2011), observa-se que o locutor Ottomar, inserido no contexto da governança, apresenta o estado de “desordem social”, com a finalidade de demonstrar não só a “existência do mal” (adversários), como também ressaltar que é um ser consagrado por Deus e, como tal, o líder que possui a “solução salvadora” para melhorar a vida dos cidadãos do Estado. Nesta perspectiva, o locutor assume o papel de defensor do bem contra o mal, a favor da sociedade.

O *ethos* religioso é reforçado pelo locutor ao final de seu discurso de posse, em 1991, quando Ottomar assinala que toda a sua fala constituiu-se em uma "oração de confiança" para o futuro de Roraima:

> (D18) Encerramos **esta oração de confiança** no futuro da nossa terra, de crença inabalável na dedicação com que **todos se desvelarão** para que **nossa missão** tenha êxito, **pois** dela depende o bem estar de todos: de humildade para compreender, conciliar e somar **pois só** com a união **seremos todos** vencedores, **evocando a proteção de Deus para os anos futuros do nosso trabalho**, e repetindo a mensagem bíblica com que a começamos: “Se o Senhor não guardar a cidade, em vão vigiam os sentinelas”(JORNAL DE RORAIMA, 03 DE JANEIRO DE 1991) [grifo nosso].

Observa-se que o trecho supracitado apresenta um “nós” implícito na desinência verbal e nos pronomes possessivos em grifo, indicando que toda a população comunga das mesmas ideias do locutor. Nota-se, ainda, a presença de um “nós” inclusivo que sugere a ideia de que todos oram juntos pelo futuro de Roraima, compartilham do ideário e dos valores cristãos em prol de um objetivo em comum: o desenvolvimento do Estado pelas “mãos de Ottomar”.

Essa “oração de confiança” constrói para o locutor a figura de um “fiador” (MAINGUENEAU, 2004; 2011) que é o intermediário de Deus, um “pastor” que se apresenta diante de seus “fiéis” e se inspira na sabedoria divina para governar. Em seu modo de dizer, o locutor transforma o Palácio da Fronteira, local onde profere o referido discurso, na “Casa de Deus”. É naquele “lugar sagrado” que serão tomadas as decisões para o futuro do Estado.

Ao enunciar que está investido de uma “crença inabalável”, o sujeito político mostra-se como um homem de fé e impõe um caráter jussivo ao dizer que “todos irão se dedicar” a seu projeto para que Roraima tenha êxito. Ao mesmo tempo, o locutor se destaca pela tentativa de ser o portador da verdade absoluta. Age como

um profeta que fala a “Palavra de Deus”. Como representante do Pai, Ottomar associa a crença nos mandamentos divinos, inquestionáveis sob a perspectiva cristã, à confiança em seu plano de governo, como fator indispensável para se alcançar um futuro digno para “nossa terra”.

Destaca-se que, ao evocar “*nossa* missão”, o locutor adota um “nós” de majestade, que realça um “eu” solene, imperativo, que se mostra como o único responsável pela missão de desenvolver Roraima e, nesse sentido, o único apto a ocupar a posição de Messias. Atente-se, nesse sentido, para o significado de que o termo “missão” reveste-se no universo religioso. Com efeito, Ottomar mostra-se em seu discurso como um representante do Criador na Terra, enviado ao convívio cristão para cumprir a missão de guiar o povo, para o compromisso de dedicar-se ao plano de governo estabelecido pelo Executivo. Assim, o locutor demonstra que somente a confiança “inabalável” da população em torno de seu programa político levará o governo a garantir o bem-estar de todos.

É possível verificar, também, no recorte de discurso selecionado, a incidência da estrutura “X, *pois* Y”, em que se pode identificar o seguinte esquema argumentativo:

X (todos deverão se dedicar para que nossa missão tenha êxito), *pois* **Y**(dela depende o bem estar de todos)

Nota-se que a relação existente entre X e Y é mediada pelo operador argumentativo *pois*, que orienta o discurso para uma conclusão R (o bem-estar dos cidadãos roraimenses é um dever de todos). O Y é uma justificativa para se afirmar o argumento X, destacando a obrigação de todos os interlocutores em dedicar-se à missão de Ottomar.

A conjunção *pois* revela-se em um outro momento na sequência discursiva, atuando igualmente como operador que introduz uma explicação ou uma justificativa, como se pode analisar no recorte D18, no qual se identifica a seguinte estrutura:

X (todos devem ter humildade para compreender, conciliar e somar), *pois* **Y** (só com a união seremos todos vencedores).

Denota-se que o operador *pois* faz o intermédio entre dois argumentos X e Y, direcionando o discurso para uma conclusão R (A união de todos é a única alternativa para o futuro de Roraima). Com isso, o locutor justifica a necessidade dos interlocutores serem humildes e aceitarem os projetos propostos pelo Executivo. Destaca-se, no trecho, o papel do operador “só” para marcar essa explicação, apresentando a imposição de que é preciso apoiar o governo de Ottomar para que o Estado alcance o desenvolvimento. Dessa forma, o locutor expressa a ideia de que a única maneira de vencer os desafios impostos ao Estado consiste na união de todos em torno do Messias (Ottomar), que promete suplantar os governos anteriores e buscar uma gestão harmônica aos desejos da população.

A afirmação de que é preciso “(...) **humildade para compreender,** conciliar e somar (...)” (JORNAL DE RORAIMA, 03 DE JANEIRO DE 1991) demonstra que o Brigadeiro tenta exaltar em seu discurso as qualidades inerentes aos preceitos cristãos, como a humildade (virtude de reconhecer seus próprios erros), capacidade de compreender o outro, conciliar (promover a paz) e somar (união) para seduzir os ouvintes a aderirem à sua missão na Terra (Roraima). O locutor incorpora-se como um “representante divino na Terra”, capaz de orientar os cristãos para que estes possam se redimir de seus “pecados”.

Seguindo essa mesma linha, Ottomar encerra seu discurso "evocando a proteção de Deus" e, com isso, realiza um ato ilocutório de declaração, definido por Searle (1995, p. 26) como uma classe em que “a realização bem-sucedida de um de seus membros produz a correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade”. Assim, quando o locutor pronuncia o enunciado, ele se coloca na posição de representante divino, logo, tem respaldo para "convocar", por assim dizer, a proteção do Senhor no momento da enunciação.

Nota-se que o sujeito político se coloca em uma posição de autoridade suprema, comportando-se como um Pai diante dos filhos. Nesse sentido, ele se destitui da figura institucional, de um governador que fala para seus eleitores, investindo seu discurso de um caráter sobrenatural, o que concede uma determinada força às declarações emitidas por ele.

Considerando o que foi exposto, verifica-se que Ottomar constrói a sua imagem ao imprimir um *tom* profético a sua enunciação, expressando-se como uma

autoridade divina, que realiza uma espécie de mediação entre Deus e a população. Esse modo de dizer projeta um determinado *caráter* sobre a figura do locutor enquanto ser do mundo (λ), que consiste em representá-lo como um homem imbuído de virtudes cristãs, como a bondade e a generosidade, qualidades que, por sua vez, são frequentemente evidenciadas pelo locutor quando se refere a práticas assistencialistas e populistas de sua gestão, como se pode observar no trecho do discurso abaixo, extraído do gênero reportagem:

> (D 19) **Irei** expandir para dez mil cestas básicas, nosso programa conta hoje com 4 mil. **O que vocês tem nessa cesta é uma espécie de salário indireto no valor de C$ 5 mil.** Com dois quilos de feijão, quatro quilos de arroz, dois de farinha, uma lata de óleo e uma lata de leite. **No próximo mês a cesta será melhor, irá** ter galeto, peixe e panelada. **Faço isto para o futuro e bem-estar do povo de Roraima**(GOVERNADOR LANÇA 'CESTÃO' PARA AS FAMÍLIAS CARENTES, 1991, p. 03).

No recorte D19, nota-se que o locutor tenta persuadir os ouvintes sustentando seu discurso na sua "generosidade" para com os cidadãos roraimenses. Assim, o Brigadeiro começa a sua fala com um ato ilocucionário compromissivo, marcado pelo verbo "ir" na primeira pessoa do singular do futuro do presente. Dessa forma, não só afirma que o programa "Cestão da Gente" será expandido, como demarca uma "força de ação" ao enunciado. Esse verbo ilocucionário compromete o locutor com a realização do ato expresso pelo conteúdo proposicional, segundo o qual o Estado viabilizará para os cidadãos não apenas "4 mil", mas sim "10 mil" cestas básicas.

Ao relatar que "(...) No **próximo mês** a cesta **será melhor**, **irá** ter galeto, peixe e panelada", o sujeito traz um enunciado com dois conteúdos informacionais: um pressuposto (**E1**), deduzido a partir do comparativo irregular do adjetivo "bom" (melhor), correspondente ao conteúdo "A cesta distribuída anteriormente à população era boa"; e, o posto (**E2**), que destaca que "A cesta será melhor no próximo mês".

Desse modo, por meio do pressuposto, **E1** impõe aos interlocutores o reconhecimento de que a quantidade de alimentos distribuída, previamente, pelo governo era boa, não sendo possível ao ouvinte contestar a afirmação dita pelo enunciador.

O ato ilocucionário compromissivo expresso pelo verbo “ir” corrobora com a perspectiva estabelecida por **E2**, enfatizando a promessa assumida pelo governador de que a cesta básica futura terá mais itens do que a distribuída no passado.

É possível verificar que, na sequência discursiva, o locutor (L) que fala “Faço isto para o futuro e bem-estar do povo de Roraima” firma o compromisso de uma ação (distribuição de cestas) e, ao mesmo tempo, justifica que o “Cestão da Gente” contribuirá para o “futuro e bem-estar do povo de Roraima”.

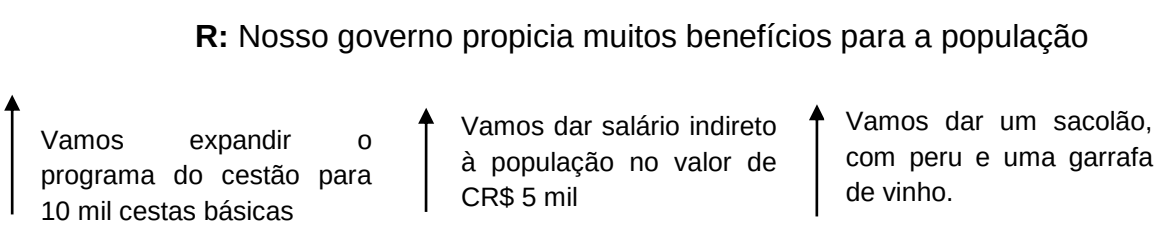
Desse modo, Ottomar apropria-se da estratégia discursiva da “generosidade” para acobertar o “assistencialismo”, na tentativa de mostrar que se identifica com as dificuldades enfrentadas pela população. Para isso, remete-se, implicitamente, ao episódio do milagre da “multiplicação dos pães e dos peixes”, no qual Jesus Cristo partilha 5 pães e dois peixes com centenas de fiéis que se encontravam famintos. Ao distribuir alimentos, o sujeito mostra que se compadece com o público carente, colocando-se como aquele que simpatiza com as dificuldades alheias e que tem o anseio de atenuá-las.

Essa compaixão é definida por Charaudeau (2011, p.163) como “um movimento assimétrico entre um indivíduo que sofre e outro que, apesar de não sofrer, está, no entanto, emocionado pelo sofrimento alheio”. Nesse sentido, Ottomar projeta um *ethos de “*humanidade” e empatia em relação ao outro, caracterizado pela capacidade de ocupar o lugar daquele que sofre. Essa imagem projetada faz parte dos *ethé* do locutor para sustentar uma imagem de homem cristão, preocupado com os anseios da sociedade e solícito na descoberta de soluções para os problemas da população menos favorecida.

A estratégia de projeção do sentimento de generosidade do locutor é, particularmente, acionada durante o Natal, período que marca o nascimento de Jesus Cristo. É o que se pode analisar no trecho a seguir:

> (D20) No Natal, vamos dar **também** um sacolão, independente do ‘Cestão da Gente’. Nesse sacolão terá peru e uma garrafa de vinho (OTTOMAR PINTO REBATE CRÍTICAS AO PROGRAMA CESTÃO DA GENTE, 1991, p. 11).

No trecho D20, o conector “também” articula argumentos que integram a mesma classe argumentativa, ou seja, estão orientados para a mesma conclusão R (KOCH, 1995), como é possível visualizar no esquema argumentativo abaixo:



Dessa forma, observa-se que o sujeito político utiliza como estratégia discursiva os estereótipos cristãos, por exemplo: o sentimento de compaixão ao próximo, que é intensificado, principalmente, durante o período natalino. Por conta disso, as ações assistencialistas do sujeito político, como doação de redes, peixes e a popular distribuição de brinquedos, contribuem para a construção de uma imagem virtuosa de Ottomar.

Outra nuance do paternalismo do locutor, intimamente articulada ao teor religioso, está presente em uma carta publicada na primeira página do jornal Diário de Roraima, no dia dos pais, na qual Ottomar enfatiza a importância da família roraimense “na construção de uma sociedade mais equilibrada e mais justa”:

> (C2) Aos Pais
> (...) é **indispensável** repensar a família como importante núcleo básico social que é, e a sua **inquestionável** importância na educação e formação dos filhos, **isso sem excluir** a efetiva participação do Estado, com suas obrigações e deveres com o cidadão, na construção de uma sociedade mais equilibrada e mais justa, anseio de todos.
> (C3)
> (...) Entendemos, **nós,** pais, que o homem do futuro **deve ser** construído hoje e agora, e para isso é **extremamente necessário** que compreendamos a necessidade da criança na sua experiência fantástica de enfrentar esse mundo em que vivemos.
> (C4)
> (...) o **Governo de Roraima** conclama, nas comemorações do Dia dos Pais, a união de todos os segmentos da nossa sociedade para, em conjunto, encontrarmos essa importante via de acesso que **nos** permita conquistar para todos os cidadãos do nosso estado um futuro cada vez melhor (...). Ottomar de Souza Pinto (Governador do Estado). (CARTA AOS PAIS, 1991, p. 01).

Com base nas ideias de Ducrot (1987), nota-se a inviabilidade de se detectar o sujeito empírico da carta, por não ser possível identificar se foi o próprio Ottomar ou um assessor de imprensa quem a escreveu. No entanto, ao assiná-la, Ottomar torna-se o responsável pelo enunciado, assumindo, enquanto locutor, todo o conteúdo do texto.

Por essa perspectiva, depreende-se dos discursos supracitados que Ottomar prossegue a tentativa de projetar-se como a figura do Pai diante dos seus filhos. Adota em seu enunciado um *tom* conselheiro, que demonstra experiência paterna e compartilha com a população as preocupações de se criar um filho no mundo atual, com suas ameaças e desafios.

Verifica-se que C2 inicia-se com os modalizadores epistêmicos asseverativos "indispensável" e "inquestionável", que indicam uma avaliação subjetiva do locutor no enunciado, ao sustentar a necessidade do interlocutor mudar sua atitude em relação ao conceito de família. Considerando a proposta de Koch (1995), observa-se que o locutor marca a sua fala com adjetivos (indicadores atitudinais), com o intuito de: i) avaliar a situação da família roraimense, colocando o conteúdo dito como algo certo, sobre o qual não paira dúvida (valor modal asseverativo); ii) argumentar em favor da obrigação do ouvinte em "repensar a família como importante núcleo básico social que é". Assim, por meio dos modalizadores referidos, o locutor, ao atribuir tais qualidades ao conceito de família, exclui quaisquer possibilidades de contrapontos a respeito da importância deste grupo "na educação e na formação dos filhos".

No recorte C2, ao evocar o trecho "(...) isso sem excluir a efetiva participação do Estado", o locutor emerge uma enunciação do tipo "não-p", marcado pelo operador de negação "sem", do qual se pode extrair dois pontos de vista distintos: **E1**, que aponta para o conteúdo afirmativo P ("Deve-se excluir a participação do estado na educação e formação dos filhos"); e, **E2**, que nega a informação oriunda de P, ao expressar que "Não se deve excluir a participação do estado na educação e formação dos filhos".

A partir destas duas vozes, percebe-se que o locutor identifica-se com **E2**, pois em seu discurso, Ottomar sugere que, assim como o núcleo familiar tem a obrigação com seus filhos, o Estado tem a responsabilidade de "cuidar" dos

cidadãos “na construção de uma sociedade mais equilibrada e mais justa”, assemelhando, dessa forma, o papel de “pai/filho” ao de “Governador/cidadãos”.

Em contrapartida, o falante distancia-se da visão exposta por **E1**, que se destitui de “suas obrigações e deveres com o cidadão”, colocando-se em uma perspectiva que evidencia a falta de compromisso do Estado na educação das crianças e adolescentes.

Nota-se que, no segmento C3, o locutor utiliza o “nós” inclusivo, revelando-se como pai que compartilha com os interlocutores os desafios inerentes ao “chefe da família”. Com a inserção do modalizador deôntico (“deve ser”), Ottomar introduz em seu discurso uma obrigação ao ouvinte, suscitando que a construção do “homem do futuro” é responsabilidade dos pais e, por isso, estes precisam formar “cidadãos de bem”, a partir daquele momento enunciativo (durante o seu governo).

Essa obrigação é implícita pelo locutor no trecho C4, no qual o sujeito, através da metonímia, que substitui a primeira pessoa (“eu/nós”) pela instituição (“ele/governo”), atribui ao discurso um caráter impessoal e desvincula a responsabilidade do enunciado do locutor, repassando-a para a “não-pessoa”. Essa medida é utilizada pelo falante na tentativa de desvincular a sua figura pública do ato de “conclamar”, de forma que o autor do pedido de união seja deslocado da figura de Ottomar e imputado ao governo.

Observa-se, nos três recortes da carta, que o sujeito se coloca ao longo do discurso como um líder, que representa o ideal do homem de família. É ele quem dá “voz” ao que precisa ser feito para o desenvolvimento do Estado e mostra-se, por meio de seu enunciado, como uma pessoa sábia, experiente, a quem a sociedade deve não só respeitar, como também legitimar as suas escolhas para o futuro de Roraima.

Para explicar como essa visão paternalista está atrelada à religião, recorre-se aos estudos de Freud (1995, [1921]) sobre a Psicologia de grupo e a análise do Ego, que esclarecem que o líder costuma ser admirado por representar uma figura paterna. Segundo Freud, a Igreja pertence a um grupo artificial, pois exerce um papel de destaque na formação de líderes, utilizando uma força externa (imagem de Cristo) para agregar as massas. Segundo esse autor, “(...) a pessoa não é consultada ou não tem escolha sobre se deseja ou não ingressar no grupo” (Ibidem,

p. 59), aderindo ao pensamento daquele que fala em nome do Senhor, devido à ilusão de que o representante de Cristo na Terra ama a todos os indivíduos do grupo social de forma igualitária. Considera-se, portanto, que Ottomar ocupa esse lugar simbólico diante dos interlocutores. Atribui para si a postura de um Pai que ama seus filhos incondicionalmente, aconselhando-os a tomarem a decisão que ele acredita ser a melhor para todos.

Nesse sentido, Freud (1995, [1921]) explica que a Igreja assume um caráter democrático, pois, diante do Pai, todos são iguais e possuem o mesmo nível de seu amor. É por isso que a religião "(...) invoca a semelhança entre a comunidade cristã e uma família (...)" (Ibidem, p. 59).

Ottomar prossegue com essa perspectiva no discurso abaixo, proferido durante Sessão Especial na Assembleia Legislativa de Roraima, com o objetivo de discutir a questão do "despovoamento das fronteiras" por conta das "pretensões das áreas indígenas em território estadual". Na ocasião, veio a Roraima o então presidente da Câmara Federal, Severino Cavalcante.

> (A5) (...) Roraima continue sendo e aí, **evoco a sua situação de católico como a minha, (...) o Sebastião do Brasil**, está sendo morto à flechada. **Cada ano que passa é mais uma flecha que se joga no peito, no abdômen, nas pernas do nosso Estado**(ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA, fevereiro de 2005).

Observa-se que Ottomar apela à sua condição de Católico para persuadir o presidente da Câmara a defender os interesses do Estado no Congresso. Para tanto, o locutor recorre a uma analogia entre a figura de São Sebastião - conhecido como defensor da Igreja e apóstolo dos mártires, que, por lutar contra as injustiças, fora torturado com uma série de flechadas - e Roraima, que na visão do enunciador está sendo martirizada pelas decisões da União em demarcar terras indígenas na região.

Ao ressaltar que "cada ano que passa é mais uma flecha que se joga no peito, no abdômen, nas pernas do nosso Estado", o locutor incorpora um *tom* dramático em seu discurso, que, por sua vez, está alinhado à analogia para provocar um sentimento de solidariedade nos interlocutores (Severino Cavalcante e demais parlamentares presentes na Sessão).

Com base nos pressupostos de Charaudeau (2011, p.71), denota-se que Ottomar utiliza-se da legitimidade por *filiação*, apoiando-se na "natureza *sagrada"*, com isso "(...) torna-se um ser eleito por um poder do além, mesmo que essa eleição passe pelas mãos dos homens (...)". Desse modo, o sujeito herda uma "força divina", inspirando-se nos comandos de Deus para poder governar o Estado.

Nesse sentido, a partir dos excertos analisados nesta seção, pode-se inferir dos discursos de Ottomar Pinto que ele atribui para si um *ethos* religioso, que se apropria de um *tom* profético para se retratar como um "mensageiro de Deus", atuando como o intermediário entre o Povo e o Soberano. Ao representar-se como tal, diante da plateia, o locutor adota uma postura paternalista, investe-se de um caráter supra-humano, de forma a representar o papel de Governador/Pai diante de seus eleitores/filhos. Coloca-se na posição de autoridade suprema, que sabe o que é melhor para o Estado e, por conta disso, anseia pela adesão popular ao seu plano político.

4.3 ETHOS MILITAR

O sujeito político projeta seu *ethos* a partir de um tempo e lugar determinados. É durante a enunciação que os sentidos expressados pelo locutor são revelados, mostrando seu posicionamento ideológico e os valores utilizados por ele na tentativa de seduzir o público a aderir a suas ideias.

Nesse sentido, considera-se que os sujeitos políticos, quando pertencentes ao universo militar, conduzem seus discursos políticos de acordo com determinadas estratégias enunciativas, vinculadas ao contexto sócio-histórico da fala. Partindo desse princípio, deve-se retomar, brevemente, a conjuntura política que levou o Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto a assumir o Executivo em 1991.

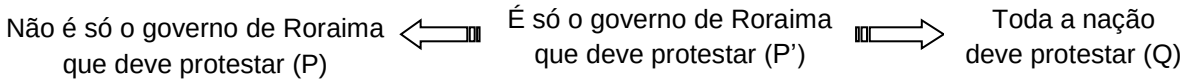
Até 1989, o Brasil passava pelo período de *transição*, marcado pela saída do regime ditatorial-militar para o liberal-democrático, culminando, por fim, na *consolidação* democrática iniciada com o governo Collor, em 1990 (CODATO, 2005). No entanto, nesse mesmo período, Roraima ainda se encontrava em um momento de transição, por conta da mudança de Território para Estado, no qual as bases para a estruturação política e social precisavam ser implementadas para confluírem com as demais unidades federativas brasileiras.

Assim, o Estado recém-criado vivenciava dois momentos: a “passagem de um regime para outro” e o “abandono progressivo dos poderes autoritários” (FORGET, 1994, p.20). Por essa perspectiva, o gestor militar, quando em posição de governança, orienta o seu discurso com a finalidade de demonstrar ser o único habilitado a liderar a transição política, requerendo para tal feito o apoio da população (Ibid).

Segundo Forget (1994), de um modo geral, o político-militar, em seu discurso, busca engajar os cidadãos em um compromisso a ser cumprido em benefício do bem-estar da nação, caracterizando o seu dizer com um viés autoritário, bem como utilizando “temas de coloração drástica” (Ibid., p. 36) para enfatizar que, sem a adesão popular, a soberania nacional será ameaçada. Esse tipo de recurso é utilizado pelo locutor Ottomar, como se pode depreender do recorte de discurso a seguir:

> (D21) “O assunto é **gravíssimo**. Interessa a 150 milhões de **brasileiros**. **Não é só** o governo de Roraima que **deve** protestar, **mas toda a nação**” (CONGRESSO DEVE DISCUTIR..., 1991, p. 06).

Nesta fala reproduzida pelo jornal Folha de São Paulo, o então governador criticava a possível transferência de 5 Km^2 de terras de Roraima para a Venezuela. Nota-se que o locutor intensifica a emergência do tema ao utilizar o indicador de avaliação “*gravíssimo*”, suscitando que a cessão de parte do território para o país vizinho caracterizaria uma ameaça à soberania nacional. O funcionamento argumentativo da construção “não X, *mas Y”* contribui com essa visão, como se pode analisar no esquema abaixo:



No exemplo ora assinalado, o conector argumentativo “mas” tem valor de retificação, denotando a tentativa do falante de refutar o conteúdo afirmativo (P’) atribuído a um interlocutor virtual. Com efeito, a intenção do falante é corrigir o possível ouvinte (a quem se atribui o conteúdo P’), ressaltando que a questão afeta

não apenas os interesses de Roraima, mas, sobretudo, a supremacia do poder estatal.

Pode-se verificar que o locutor visa persuadir o povo brasileiro a apoiar o governo de Roraima frente à possível decisão do presidente Collor de ceder parte do território do Estado ao país fronteiriço. Esse ponto de vista é reforçado pela utilização do modalizador deôntico "*dever*", que sugere um "estado de coisas que precisa ocorrer obrigatoriamente" (CASTILHO, 2010, p. 556). Com este indicador modal, que atua com um valor argumentativo de injunção, o locutor visa provocar na população brasileira um compromisso de mobilização contra a transferência de terras, instigando os interlocutores a lutarem em defesa dos interesses coletivos, ao destacar que o assunto deve ser encarado pela população brasileira como uma "missão patriótica" em prol do bem comum.

Ao imputar essa obrigação cívica aos ouvintes, o locutor propõe que esse "dever" não é restrito aos roraimenses, mas a uma entidade supra-individual – a nação. Desse modo, os cidadãos brasileiros não são convocados enquanto indivíduos particulares, mas como integrantes de uma coletividade ou "multidão". Acerca deste conceito, deve-se recorrer ao pensamento de Le Bon (1980, p.12), o qual assinala que a característica mais importante da multidão é que independente dos

> (...) indivíduos que a compõem, sejam quais forem suas semelhanças ou diferenças no seu gênero de vida, nas suas ocupações, no seu caráter e na sua inteligência, o simples fato de se constituírem em uma multidão concede-lhes uma alma coletiva. Esta alma fá-los sentir, pensar e agir de uma maneira diferente do modo que sentiriam, pensariam e agiriam cada um isoladamente (...).

Com base no exposto, verifica-se que o locutor recorre à sua posição de autoridade ao reportar-se à "multidão", a fim de provocar um sentimento ufanista, no qual todos são convocados à união a favor de um mesmo objetivo: salvar a pátria.

Esse discurso ufanista de exaltação das riquezas naturais e dos valores nacionais permeia, igualmente, o pronunciamento de Ottomar Pinto em Sessão Especial, realizada na Assembleia Legislativa de Roraima, que contou com a participação do então presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti:

(A6)
Parece ser uma campanha **deliberada**, um Projeto **estratégico** para se apropriar ou deixar **riquezas nacionais** como reservas para o futuro, **tenho certeza** que não será do Brasil, **certamente** será de países mais fortes, países mais ricos com tecnologia bélica ou industrial avançada que pretende depois se apropriar do que é **nosso**.
(A7)
(...) **amo demais esse País** para ver outras pessoas de punho de renda quererem pegá-lo (ATA DA SESSÃO ESPECIAL, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2005).

A visita do Deputado Federal Severino Cavalcanti foi uma tentativa de buscar apoio político no Congresso contra as "pretensões de criação de mais áreas indígenas no território estadual" (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA, 2005).

No recorte apresentado, Ottomar sugere a existência de uma conspiração para que países desenvolvidos se apropriem das riquezas brasileiras. Essa perspectiva é assegurada pelo uso dos adjetivos "deliberada" e "estratégico" que indicam que as políticas de transferência de Terras Indígenas são uma decisão calculada do Governo Federal, a fim de favorecer os interesses estrangeiros.

Ao evocar a "campanha deliberada" e o "projeto estratégico", o locutor qualifica a questão como uma ameaça à soberania do país e, por consequência, à ordem nacional, visto que as "riquezas nacionais" seriam reservadas às nações mais fortes, não aos "brasileiros". Esta posição ufanista é reforçada pela presença dos modalizadores epistêmicos asseverativos "(tenho) certeza" e "certamente". De acordo com Castilho (2010, p. 555), esse tipo de índice modal denota uma "avaliação sobre o valor de verdade de uma sentença, cujo conteúdo o falante apresenta como uma afirmação ou uma negação que não dão margem a dúvidas (...)". Nesse sentido, ao dizer "Eu *tenho certeza* que não será do Brasil", Ottomar assume a posição do Locutor enquanto tal (**L**), que mostra com seu conteúdo sentencial uma tentativa de induzir o ouvinte a acreditar em uma verdade absoluta, sem possibilidade de contestação. **L**, por sua vez, traz à tona o ser do mundo (λ), que, em seu papel de autoridade, concede ao discurso um *tom* soberano, projetando uma imagem de defensor da pátria, daquele que valoriza os ideais nacionalistas e luta contra o "inimigo", que, nesse caso, seriam os "países mais ricos com tecnologia bélica e industrial mais avançada".

O ufanismo de λ é realçado por **L** com a utilização do pronome possessivo ***nosso*.** Ao proferi-lo, o locutor vincula a propriedade da terra a um "nós", que por sua vez, institui uma *correlação de personalidade*, marcada pela oposição existente entre a dupla "eu" (Governador) / "Tu" (ruralistas, empresários, políticos) e a não-pessoa ("eles"/indígenas). Assim, ao dizer que os "estrangeiros pretendem apropriar-se do que é *nosso*", **L** apela para o sentimento patriótico dos interlocutores com a suposta finalidade de resgatar a integridade territorial. Para tanto, exclui os indígenas da propriedade da terra, ao sugerir que a demarcação em áreas indígenas implicaria na internacionalização de parte do território nacional. Para corroborar com a sua fala, **L** diz que "ama demais o Brasil", demonstrando um sentimento chauvinista que o motivaria a defender o Brasil contra aqueles que desejam usurpar as riquezas da nação.

Dessa maneira, pode-se depreender das cenas enunciativas apresentadas, que o locutor "mostra", em seu modo de dizer, um *tom* enfático, associado a um *caráter* apreensivo em relação ao rumo do país. Em sua fala, transparece um *fiador*[58] ufanista, cujo *corpo* mostra um cidadão patriota, que se afasta da posição de autoridade para "juntar-se" à população no amor à pátria.

Outra estratégia enunciativa que deve ser considerada na atualização do *ethos* militar no discurso de Ottomar é o uso do argumento por analogia, recurso adotado pelo locutor para se dirigir ao presidente da Câmara, colocando-o como o paladino dos princípios positivos:

> (A8) (...) Tenho certeza de que o Deputado Severino, para concluir, **vai ser a chave de ouro que irá trancar numa jaula de ferro, os desígnios malsinados, os dedilhões da pátria que teimam em sacrificar Roraima no altar dos interesses que não são os interesses superiores do povo brasileiro.** (ATA DA SESSÃO ESPECIAL, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2005).

Charaudeau (2011) expressa que o argumento por analogia é um recurso do discurso político, pelo qual uma comparação pode causar um impacto significativo no interlocutor. A partir desse conceito, percebe-se que Ottomar reforça a sua imagem militarista, destacando, além do patriotismo e da civilidade ("dedilhões da

[58] Segundo Maingueneau (2008) é uma instância subjetiva construída pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação.

pátria”/ “povo brasileiro”), o sentido existente entre “jaula de ferro”/ cadeia como metáfora para o exercício da ordem/autoridade frente àqueles que apresentam interesses escusos (desígnios malsinados), que “teimam em sacrificar Roraima” para beneficiar estrangeiros.

Pode-se visualizar em sua fala uma recuperação implícita da máxima comteana “*O amor por princípio, a Ordem por base e o progresso por fim*” (COMTE, 1978, p.145). Ao ser transposta ao discurso militar de Ottomar, este *amor* corresponde ao sentimento patriótico (“Amo esse país”). É sob esse princípio que se deve buscar a *ordem*, firmando as bases para a condução de uma nação controlada, com cidadãos que obedecem às leis e à autoridade (“trancar em uma jaula de ferro”). Esses dois elementos, o amor à pátria e a ordem nacional, conduziriam ao *progresso*, que consiste na possibilidade de desenvolvimento econômico na exploração das “*nossas* riquezas naturais”.

Outra estratégia do discurso militar incorporada ao cenário político é a tecnocracia. Forget (1994, p. 82) revela que esse tipo de ideário é comum no universo caudilhista, que se manifesta “a favor da modernização, do desenvolvimento e, em consequência, contra a tradição (...)”. Nas falas de Ottomar, essa tecnocracia está vinculada ao potencial dos recursos minerais existentes em Roraima, que seriam a base para o desenvolvimento econômico do Estado, como se pode depreender do excerto abaixo:

> (D22) **De um lado** temos um Estado com um vasto território; um território rico em terras férteis; em jazimentos minerais; em patrimônio florestal. **De outro lado** temos entraves institucionais, vedando o acesso às terras férteis, ao título de propriedade, aos aluviões pejados de ouro, cassiterita e diamante [...] (JORNAL DE RORAIMA, 03 DE JANEIRO DE 1991) [grifos nossos]

Nota-se, a partir do discurso apresentado, a existência de dois enunciadores: **E1**, perspectiva marcada pelo operador argumentativo “De um lado...”; e o ponto de vista de **E2,** assinalado pelo conector “De outro lado...”. Essas estruturas contrapõem argumentos que orientam o discurso para conclusões contrapostas, a saber:

De um lado temos terras férteis. **(X)** ⟶ Os recursos naturais de Roraima podem ser explorados como fonte de desenvolvimento econômico **(Conclusão – R)**

De outro lado temos entraves institucionais que vedam o acesso às terras férteis.	⟶	Os recursos naturais de Roraima não podem ser explorados como fonte de desenvolvimento econômico
(Y)		**(Conclusão não-R)**

Em **E1**, o enunciador destaca a capacidade produtiva de Roraima, ao apresentar as riquezas minerais, as terras férteis, além da diversidade de fauna e flora existente no estado. Esta perspectiva enfatiza as potencialidades que poderão se converter em fontes de desenvolvimento econômico para o estado no futuro. Em contrapartida, a expressão “De outro lado”, introduz a voz de **E2**, que ressalta os entraves institucionais, que vedam o acesso às terras férteis e as riquezas minerais do Estado. Do ponto de vista argumentativo, não há possibilidade de crescimento econômico para Roraima, apresentando como óbices as novas políticas ambientais e sociais inseridas na Constituição Federal e postas em prática pela União, como a retirada dos garimpeiros das áreas indígenas, o reconhecimento dos direitos dos indígenas a ocuparem as terras tradicionais, bem como as medidas reguladoras da exploração mineral e vegetal.

Observa-se que o locutor Ottomar, nesse caso, aproxima-se da visão de **E1,** ao propor que, somente por meio do aproveitamento dos recursos naturais, será possível construir bases sólidas para o fomento econômico de Roraima. Assim, o falante evoca o pensamento positivista, segundo o qual o progresso econômico deve ser perseguido de forma contínua, destacando que a questão ambiental não pode ser defendida a qualquer custo, em detrimento do fator sócio-econômico.

No jogo polifônico instituído pelos enunciadores supra-analisados, verifica-se que o locutor procura distanciar-se da perspectiva evocada por **E2**, que denota o atraso econômico e ecoa a situação vivida à época do Território, quando o Estado era subordinado à União. É neste contexto que, ao destacar o uso do adjetivo “institucionais” para qualificar o substantivo “entraves”, o falante enfatiza que a causa das dificuldades enfrentadas pelo Estado tem origem nas instituições federais que, segundo Ottomar, emperram o avanço econômico, ao impedir a exploração madeireira e mineral, bem como o acesso a terras aos produtores agrícolas e aos criadores de gado.

Portanto, **E1** concede um caráter progressista ao discurso, ao sugerir que a prosperidade financeira, urbana, social e tecnológica de Roraima encontra-se no setor produtivo. Esse ponto de vista indica também que somente a exploração dessas riquezas naturais permitirá a autossubsistência do Estado e possibilitará a sua independência financeira perante o Governo Federal. Por conta disso, o locutor identifica-se com essa perspectiva, ao propor que seu programa de governo pretende dar abertura para empresas que desejam explorar os minérios e o patrimônio florestal.

Já **E2** evoca um retrocesso econômico para Roraima, destacando os "entraves institucionais", que atuam como um empecilho para o desenvolvimento do programa governamental de Ottomar Pinto e, por consequência, ao futuro próspero de Roraima. Desse modo, os impedimentos do Governo Federal ao acesso às terras férteis ressaltam que o Estado não tem discricionariedade de conduzir seus próprios projetos econômicos, o que configura o *status* de dependência de Roraima, que necessitaria, por conseguinte, receber recursos repassados pela União.

Nota-se, a partir dos discursos analisados, que Ottomar exerce uma posição antagônica em relação ao Governo Federal desde o seu primeiro mandato como governador eleito, em 1991, destacando que a União "não defende os interesses do povo brasileiro", ao tomar medidas consideradas pelo locutor como "antinacionalistas".

Ao indicar que a ampliação do número de terras indígenas em Roraima seria uma atitude ameaçadora para a Soberania, o locutor retoma parte dos preceitos estabelecidos na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), conjunto de ideias vigoradas durante a Ditadura Militar. De acordo com Bueno (2014), a DSN baseou-se em quatro conceitos: objetivos nacionais, segurança nacional, poder nacional e estratégia nacional.

Dentre os objetivos nacionais, pode-se elencar: a *integridade territorial*, que está vinculada à preservação territorial da nação; *integridade nacional*, que se constitui na busca pela adesão da "comunidade nacional em torno do espírito de solidariedade e preservação de valores" culturais brasileiros, marcados pelo pensamento cristão; *manutenção da democracia* como regime político; a *conquista do progresso*, na perspectiva de levar o país a conquistar os melhores padrões de

desenvolvimento econômico do mundo; *a preservação da paz social*, como base para a formatação de um "sistema de vida harmônico e solidário", no qual os conflitos são resolvidos a partir do "Direito, da Justiça Social, dos valores morais e espirituais"; e, por fim*, a defesa da Soberania*, a fim de garantir o poder estatal e a autonomia em relação às demais nações (BUENO, 2014, p.50).

A Segurança Nacional, por sua vez, consiste na capacidade de o Estado demonstrar a sua força diante do inimigo. Segundo Bueno (2014), esta qualidade é dada à nação por meio do Estado, que impõe os objetivos supramencionados. Conforme o autor, os meios e as medidas tomadas para garantir a Segurança não teriam importância, desde que ela fosse mantida.

No que concerne ao terceiro conceito, o poder nacional seria caracterizado pela capacidade humana, social, econômica, política e militar que o Estado dispõe para efetivar uma determinada ação (COMBLIN apud Bueno, 2014).

Por último, tem-se a estratégia nacional, que representa uma forma de preparar e aplicar o poder nacional com o intuito de estabelecer os objetivos contidos na política de Estado (SILVA, 2014).

A partir do exposto, infere-se que o locutor Ottomar transpõe essas políticas militares ao seu discurso, como se pode verificar no excerto abaixo:

> (D 23) Roraima **não** é praça de guerra, policiais federais estão usando de meios ilícitos contra cidadãos de bem, homens que querem **apenas** trabalhar. Isto não será admitido de forma alguma (OTTOMAR REPUDIA AÇAO, 1991, p. 03)

O recorte proposto foi retirado de uma matéria jornalística e refere-se ao caso de 11 garimpeiros que foram presos dentro da Terra Indígena Yanomami. Na ocasião, Ottomar criticava a atuação da Polícia Federal (PF), por meio da Operação Selva Livre, que tinha a finalidade de retirar os garimpeiros da região, bem como dinamitar as pistas de pouso clandestinas localizadas naquela área.

Em sua fala, o locutor assume um *tom* autoritário, que realça uma posição de Chefe Supremo da Unidade Federativa, atribuindo uma perspectiva maniqueísta para a sua enunciação, através da qual qualifica o *mal*, como o "Governo Federal/Polícia Federal", e o *bem,* o "Povo de Roraima/ Ordem nacional". Assim, o

falante considera a operação da PF como uma ofensa aos Objetivos Nacionais, causando a desordem cívica e afetando a independência federativa. Desse modo, ao dizer que "Roraima **não** é praça de guerra", o locutor faz emergir dois pontos de vista: **E1**, que diz que "*Roraima é uma praça de guerra*"; e **E2**, que propõe que "*Roraima não é uma praça de guerra"*. No primeiro caso, o enunciador **E1** traça a perspectiva de que o Estado viveria um conflito, no qual a Polícia Federal impunha a sua vontade contra os "cidadãos de bem" (garimpeiros"), que "querem apenas trabalhar". A liberdade do povo e as prerrogativas constitucionais seriam cerceadas por aquela instituição policial brasileira. Assim, o locutor visa distanciar-se desta perspectiva, que suscita um Estado caótico, sem qualquer hierarquia de comando e subjugado pelo Poder Central.

Por outro lado, o locutor identifica-se com **E2**, rejeitando a posição de **E1**, ao assegurar que "Roraima não é praça de guerra". Verifica-se que há uma intenção do locutor em reforçar o seu papel de autoridade, mostrando-se como o provedor da "moral cívica" e o "paladino dos ideais nacionalistas", imputando um *tom* autoritário à sentença, o que é corroborado pela modalização deôntica de proibição presente na frase "Isto **não será admitido** de forma alguma". Nesta perspectiva, o locutor coloca-se a favor da ordem cívica, afirmando que "os policiais federais estão usando de meios ilícitos contra os cidadãos de bem". Assim, posiciona-se contra o "inimigo", ou seja, aquele que intimida o povo, impondo-lhe uma situação de conflito e, com isso, obstaculizando a paz social.

Essa aproximação do locutor à perspectiva apresentada por **E2** vincula-se à ideologia tecnocrata, posição com a qual o locutor se identifica, pois, ao se referir aos garimpeiros como "cidadãos de bem", reforça o caráter desenvolvimentista, marcado pela ideia de que o garimpo é um dos fatores que conduziria o Estado ao progresso, a despeito da questão ambiental envolvida. Essa defesa do garimpo carrega o mesmo sentido da luta dos "ruralistas" em torno das áreas indígenas. Dessa maneira, destaca-se o pensamento de Forget (1994, p. 67):

> (...) O locutor constrói seu texto levando em consideração as reações discursivas possíveis de seu destinatário: seu texto é de alguma maneira 'composto sob medida' e reflete a imagem que ele tem do destinatário através dos discursos que lhe faz e da maneira como se dirige a ele.

Com base no exposto, analisa-se que Ottomar, enquanto sujeito discursivo, constrói o seu dizer a partir do que ele imagina ser agradável ao setor produtivo de Roraima (ruralistas, garimpeiros e comerciantes). Projeta-se, desta forma, uma imagem progressista, que visa maximizar o desenvolvimento econômico, e que enxerga no crescimento das áreas indígenas um empecilho às suas pretensões políticas.

O locutor corrobora com essa visão ao enunciar que "Os homens [garimpeiros] querem *apenas* trabalhar". Nesse caso, com o operador argumentativo *apenas*, o locutor orienta sua fala para uma "negação de totalidade", por meio da qual enfatiza que o único desejo dos garimpeiros é ter o direito de trabalhar nas terras, destacando que eles não teriam nenhuma outra intenção além de assegurar o seu sustento. Ao tomar partido em defesa dos garimpeiros, Ottomar enuncia que:

> (D 24) A Procuradoria-Geral do Estado já está acionando judicialmente o delegado Coutrim por abuso de poder **e** caso persistam estas prisões arbitrárias outras providências serão tomadas (OTTOMAR REPUDIA AÇAO, 1991, p. 03)

No excerto D24, nota-se a ocorrência da estrutura X **e** Y, articulada pelo operador "e", que soma argumentos a favor de uma mesma conclusão R (KOCH, 1995), como é possível visualizar no esquema abaixo:

Conclusão R: O Governo Ottomar é atuante na defesa da autonomia do Estado e da manutenção da ordem com a finalidade de assegurar o bem-estar do cidadão roraimense.

↑ A Procuradoria do Estado já está acionando judicialmente o delegado Coutrim por abuso de poder

↑ Caso persistam estas prisões arbitrárias, outras providências serão tomadas

Nota-se que os dois argumentos apresentados expressam a intenção do locutor em asseverar que o Governo Ottomar defende a ordem cívica do Estado, que estaria ameaçada com a Operação Selva Livre em Roraima, comandada pelo delegado geral da Polícia Federal à época, Raimundo Coutrim. Desse modo, tanto X quanto Y orientam o discurso para uma conclusão R. Esta ressalta que aqueles que estão "atacando os cidadãos de bem", com "prisões arbitrárias", serão punidos.

Assim, Ottomar reforça a sua atuação na defesa da autonomia do Estado e na manutenção da ordem social.

Neste papel de protetor dos cidadãos, Ottomar reporta-se ao discurso militar, no qual, segundo Forget (1994, p.69), o político apresenta-se como um soldado humilde, “a serviço de um ideal, no caso, a Nação”, e evidencia em sua fala não ter “interesses próprios”, utilizando “o poderio e o controle da força” de uma maneira “nobre e desinteressada”.

Em outro recorte, extraído de matéria jornalística publicada no Jornal de Roraima, Ottomar reforça o discurso autoritário com apelo ufanista, utilizando um *tom* de ameaça aos Policiais Federais, caso continuem perseguindo os garimpeiros, conforme transcrito abaixo:

> (D25) O Governo dispõe da Polícia Militar que **conta com mais de** 1300 homens, **enquanto** eles dispõem de **no máximo** vinte (OTTOMAR REPUDIA AÇAO, 1991, p. 03)

Nesse caso, o locutor sugere que “em caso de um novo ataque aos cidadãos de bem”, poderia haver retaliação por parte da Polícia Militar. Infere-se do excerto D25, que o conteúdo sentencial “X *enquanto* Y” visa comparar as forças das duas polícias, ao apresentar expressões que tem um funcionamento argumentativo oposto, onde **X** (“O Governo dispõe da Polícia Militar que **conta com mais de** 1300 homens”) orienta o seu dizer para uma afirmação da totalidade, que busca valorizar a afirmação de que existe um efetivo representativo/forte. Por outro lado, o argumento **Y** (“Polícia Federal tem **no máximo** vinte homens”) aponta o discurso na direção inversa, para uma negação da totalidade, ao mostrar que o contingente de policiais federais é pouco representativo/fraco. Com base nesses dois argumentos, contrapostos pela comparação, verifica-se que o argumento X torna-se determinante para se chegar à conclusão R (“A PM está mais preparada que a PF num possível embate em defesa da ordem cívica[59]”).

[59] Vale ressaltar que essa ordem expressa na Conclusão R é vista sob duas perspectivas: para Ottomar, ela está vinculada à defesa dos direitos dos garimpeiros e a reafirmação da autonomia de Roraima como unidade federativa; por outro lado, para os Policiais Federais, essa ordem está ligada ao cumprimento das prerrogativas constitucionais

O trajeto analítico percorrido nesta seção mostra que o locutor Ottomar constrói para si um *ethos* militar. Esta imagem é projetada não só por uma representação prévia que o ouvinte tem do sujeito discursivo, mas pelo *fiador* que evoca um *caráter* autoritário e disciplinador, apresentando a *corporalidade* de um cidadão solidário, que se encontra na mesma posição que os demais, no que tange à sua apreensão em relação aos rumos do país.

É preciso ressaltar que essa solidariedade é utilizada com a finalidade de promover uma identificação do público em relação à sua posição ideológica, levando os interlocutores a aderirem a uma política desenvolvimentista, que, sob a perspectiva do locutor, privilegiava a maximização do fomento econômico em detrimento das questões ambientais e tradicionais.

Nesta condição de solidário, o locutor mostra que tem os mesmos interesses do público, comportando-se como um líder que defende os anseios dos “cidadãos de bem” e que luta para manter os ideais nacionais.

A partir dos recortes supramencionados, pode-se verificar que o locutor Ottomar recorre ao *ethos* militar para destacar o seu amor à pátria e a sua luta em defesa dos direitos dos cidadãos brasileiros. Esse comportamento nacionalista é expresso por meio de falas de conteúdo tecnocrático, ufanista e autoritário, utilizadas para justificar que suas ações são pautadas no compromisso de proteger a soberania do país.

Vale ressaltar que a “defesa dos interesses brasileiros” é intensificada com o reconhecimento do direito dos povos indígenas de ocuparem as suas terras tradicionais. Com essa prerrogativa constitucional e a retirada de vários garimpeiros dessas áreas, os discursos de Ottomar vincularam, intimamente, a sua imagem de militar com a de xenofóbico.

4.5 ETHOS XENOFÓBICO

O Brasil caracteriza-se por ser uma nação multifacetada, marcada pela miscigenação de diversos povos, de línguas e culturas distintas. Essas qualidades são heranças sócio-históricas vinculadas à :

> (...) presença estimada de cinco milhões de indígenas que habitavam o país no período inicial do colonialismo, no tráfico de cerca de quatro milhões de africanos nos três séculos e meio em que perdurou o escravismo e a grande imigração européia e asiática ao longo dos séculos XIX e XX (...) (RELATÓRIO DO COMITÊ NACIONAL..., 2001, p. 02).

Esses legados criaram no país uma dicotomia latente entre “brancos” e “índios/negros”. Tal oposição pode ser verificada, por exemplo, na Amazônia, local com a maior população indígena do Brasil e ponto geopolítico estratégico de interesse internacional. Por conta dessa localização fronteiriça e de suas riquezas naturais, a região tornou-se uma preocupação do Governo Federal, principalmente, durante o período da Ditadura Militar, que prezava pela Soberania Nacional e pelo desenvolvimento econômico.

Vale ressaltar que esse discurso militar-positivista na Amazônia permanece durante o governo do presidente José Sarney, em 1985, com a criação do projeto “Calha Norte”, que previa o fomento econômico e a ocupação militar nas fronteiras localizadas no Norte do Brasil. Essa medida foi proposta também para apaziguar os conflitos causados pelo “contrabando de ouro, convulsões políticas entre países vizinhos e América Central, litígios entre garimpeiros, índios e empresas”, bem como as “influências das missões religiosas” (SANTOS, 2004, p. 232).

Com a promulgação da Carta Magna e a consolidação dos direitos dos indígenas, intensificaram-se os debates a respeito da regularização de terras tradicionalmente ocupadas por estes povos. Em 1991, Roraima torna-se destaque mundial devido à iminência da homologação da Terra Yanomami, situada na fronteira entre Brasil e Venezuela. De acordo com Matos (2010), o potencial mineral desta área tornou-se público devido ao projeto RADAM[60], propiciando a invasão de garimpeiros que viam na região uma fonte de riqueza.

[60] Sigla que significa “Radar da Amazônia” e compreendeu o projeto de mapeamento de recursos naturais do Brasil, utilizando como base as imagens geradas por Radar.

O reconhecimento deste território aos indígenas ocorreu em 1992 e foi cercado por muitas divergências. De um lado, encontravam-se os aliados e os simpatizantes da causa indígena. De outro, “representantes de mineradoras, garimpeiros, políticos e agentes públicos (...)” (MATOS, 2010, p.64).

Essa oposição foi marcada por uma interseção de vários discursos, que traziam em seu bojo questões tais como:

> denúncia de genocídio; garimpo, desastre ambiental e evasão de riquezas; atuação de missionários; presença de cientistas estrangeiros; população indígena numerosa e dispersa em extensa região de fronteira; (MATOS, 2010, p.63).

Nesse cenário, notabilizou-se a fala dos militares, que viam nas áreas indígenas um obstáculo à pujança sócio-econômica roraimense (MATOS, 2010), culminando na circulação de sentidos ambivalentes em relação à presença dos índios em Roraima. Ao examinar diversos textos constitutivos do corpus deste trabalho, verifica-se que o discurso de Ottomar Pinto segue essa mesma linha discursiva, a exemplo do recorte a seguir, extraído de uma entrevista publicada no jornal Folha de São Paulo:

> (D25) *Folha – Os 9 milhões de hectares de terras contínuas do parque ianomâmi que o governo vai demarcar tem futuro?*
> Ottomar – Esse assunto **pode** sofrer revisão posterior. Na minha opinião, a boa solução **era** do tempo do Sarney: as áreas indígenas isoladas, envolvidas pela proteção das florestas nacionais. Eu **acho** que a área contínua representa uma ameaça futura, **sobretudo** quando se começa a falar em soberania restrita. Do lado de lá [Venezuela] **também** tem índio ianomâmi. Configura-se uma estrutura de nação. A gente ouve falar dos curdos no Iraque... (ARNT, 1991, p.16)

Ao ser questionado sobre as áreas contínuas do parque Yanomami, o locutor Ottomar começa a sua resposta expressando que o assunto “*pode* sofrer revisão posterior”. Por meio do índice modal “*poder*”, modalizador de natureza epistêmica quase-asseverativa, ele denota que, sob seu ponto de vista, a demarcação, dada como certa pelo Governo Federal, não passava de uma *possibilidade*, destacando que o tema era passível de “revisão posterior”. O falante reforça esse sentido ao dizer que “a boa solução *era* do tempo do Sarney” e marca seu dizer apontando que as medidas elaboradas pelo ex-presidente seriam benéficas tanto para os povos indígenas quanto para a economia roraimense. Ao mesmo tempo, o locutor faz

emergir um subentendido, correspondente ao conteúdo “A solução atual não é boa”, que qualifica negativamente a decisão do então presidente Collor de reconhecer a Terra Yanomami, ressaltando que a homologação das áreas indígenas de forma contínua seria uma ameaça à soberania nacional e abalaria financeiramente o Estado de Roraima.

Ao defender as demarcações em ilhas, com o argumento de que esta seria a decisão ideal aos indígenas, o locutor retoma o discurso militar de que a União está abrindo um “precedente grave”, pois o território Yanomami está situado em uma área fronteiriça. De acordo com Matos (2010, p.191), os militares ao produzirem um discurso indigenista, exprimem uma “posição integracionista”, segundo a qual “os índios na faixa de fronteira potencializariam o risco de criação de supostos países indígenas (...)”. De acordo com esse autor, é comum encontrar nos enunciados caudilhistas, a seguinte representação:

> (...) os povos indígenas, em especial os que vivem na faixa de fronteira na Amazônia, são apresentados como ‘cabeças de ponte’ da intervenção de potências estrangeiras em nosso território, em função da cobiça daqueles sobre as riquezas minerais, biológicas, de recursos energéticos e até de água (...) (MATOS, 2010, p. 191).

Com base no exposto, nota-se que o discurso evocado por Ottomar Pinto associa uma série de estereótipos aos povos indígenas, classificando-os, por exemplo, como “uma ameaça à soberania e ao desenvolvimento”. Tais ideias são erigidas por sentidos construídos historicamente e alimentadas por um discurso produzido pela classe dominante. Sobre essa questão, diz Bourdieu (1989, p.11):

> (...) a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante.

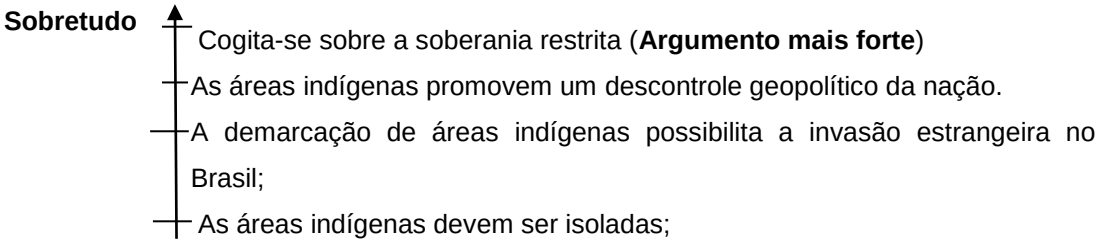
Assim, verifica-se que o locutor ecoa os interesses da classe dominante roraimense, marcada por políticos, militares, empresários e ruralistas, em detrimento dos direitos dos povos indígenas.

Ao dizer “Eu **acho** que a área contínua representa uma ameaça futura, **sobretudo** quando se começa a falar em soberania restrita”, o locutor destaca o

verbo modal de caráter quase-asseverativo “achar”, que expressa uma “avaliação do falante sobre o conteúdo sentencial”, apontando para uma “hipótese que depende de confirmação” (CASTILHO, 2002, p. 556). Dessa forma, ele não assume a responsabilidade da informação repassada em seu enunciado.

Vale destacar, ainda, em D25, o funcionamento argumentativo do operador “sobretudo”, que atua trazendo um argumento decisivo em uma escala orientada a favor de uma determinada conclusão. Desse modo, tem-se o seguinte esquema:

R: Área contínua representa uma ameaça à soberania nacional



Nota-se que a escala argumentativa apresenta vários argumentos que evidenciam o descontrole político ocasionado pela demarcação de terras indígenas; pela possibilidade de invasão estrangeira, oriunda da homologação dessas áreas; a necessidade de isolamento dos povos indígenas, dentre outros. Todos eles estão ordenados, segundo uma gradação de força para uma mesma conclusão R, para qual aponta, com maior intensidade, o argumento mais forte da escala, que, no exemplo supracitado, consiste naquele que é introduzido pelo operador “sobretudo”, “Cogita-se sobretudo a soberania restrita”.

Verifica-se que o locutor atribui aos indígenas um sentido de “ameaça” à nação, imputando-lhes a responsabilidade pelo descontrole geopolítico na região, destacando que o melhor para estes povos é viver em “áreas isoladas, com a proteção das florestas nacionais”, o que contraria a posição de parte dos indígenas que defendem a área contínua como forma de “manter as tradições e impedir o extermínio das comunidades” (MATOS, 2010, p.93).

Essa perspectiva do locutor aponta que os índios devem viver à margem da “sociedade brasileira”, afastados da civilização e expostos como uma ameaça à

nação. Dessa forma, os índios são tratados como estrangeiros que afrontam a soberania brasileira.

Esta visão é intensificada quando o locutor afirma que: “Do lado de lá [Venezuela] **também** tem índio ianomâmi. Configura-se uma estrutura de nação. A gente ouve falar dos curdos no Iraque...” (OTTOMAR DIZ QUE GARIMPO..., 1991, p.16).

Verifica-se que Ottomar inicia a sua fala com a estrutura “X *também* Y”, assinalada pela presença do operador argumentativo *também* que vincula a informação “A Venezuela tem índio Yanomami” com o conteúdo “O Brasil tem índio Yanomami”. O *tom* utilizado pelo locutor é de indignação, ao sugerir que os indígenas estão criando uma “estrutura de nação” na fronteira entre Brasil e Venezuela (Conclusão R).

Ao dizer “A gente ouve falar dos curdos no Iraque”, o locutor associa o contexto da demarcação em área contínua dos Yanomami à situação do povo curdo, que, naquela época (1991), lutava pelo reconhecimento de sua autonomia.

Segundo Peixinho (2010), os curdos constituem-se como a “maior etnia do mundo sem pátria” (Ibid., p.01), situada em um “território contínuo, ocupando áreas da Turquia, Iraque, Irã, Síria, República da Armênia e do Azerbaijão (...)”, além de contar com “dois enclaves, resultantes da ocupação maciça de determinada região por força das deportações em massa realizadas” (Ibid., p. 05).

Dessa forma, o locutor visa, por meio de um *argumento por analogia*, sugerir que a situação da Terra Indígena Yanomami encenava o mesmo contexto do território curdo, destacando a tentativa daquele povo de transformar a região de fronteira em uma nova nação. O locutor destaca, contudo, diferenças entre a situação dos dois povos, como se pode vislumbrar no excerto abaixo:

> (D26) *Folha – O senhor acha mesmo que dá para comparar curdo com ianomâmi?*
> Ottomar – Não. É claro que não. Os curdos tem uma **identidade,** uma **coesão nacional**, uma cultura **mais** complexa e sofisticada **do que** a dos ianomâmi (OTTOMAR DIZ QUE GARIMPO..., 1991, p. 16)

Ao responder à pergunta do repórter, o locutor destaca que “não há como comparar os Yanomami com os curdos”, indicando, através da construção comparativa que se segue, um efeito de sentido que expressa a superioridade do

povo curdo diante dos indígenas, como se pode verificar a partir da estrutura a seguir:

X *mais do que* Y

X: Os curdos tem uma identidade, uma coesão nacional, uma cultura *mais* complexa;

Y: do que a dos Yanomami

Conclusão R: Os curdos são melhores que os Yanomami

Observa-se, a partir do trecho supramencionado, que o operador argumentativo de comparação orienta o discurso para a conclusão de que "os curdos são melhores que os Yanomami", visto que, ao dizer X, o locutor atribui àquele grupo étnico qualificações como "identidade, coesão nacional e uma cultura complexa". Porém, os indígenas são apresentados com uma carga semântica depreciativa, marcada pela ausência de identidade, pela falta de coesão nacional e pela cultura rudimentar.

Em relação à identidade, faz-se oportuno recorrer ao conceito estabelecido por Charaudeau (2009, p.02):

> a identidade é o que permite ao sujeito tomar consciência de sua existência, o que se dá através da tomada de consciência de seu corpo (um estar-aí no espaço e no tempo), de seu saber (seus conhecimentos sobre o mundo), de seus julgamentos (suas crenças), de suas ações (seu poder fazer). A identidade implica, então, a tomada de consciência de si mesmo.

De acordo com o autor, um indivíduo só reconhece a sua identidade quando se depara com a alteridade. Segundo Charaudeau (2009), esse princípio implica em uma troca, na qual os interlocutores se reconhecem como semelhantes e, ao mesmo tempo, diferentes na presença do outro. O autor sustenta que há semelhança quando, na relação entre os seres humanos, compartilham-se, ainda que parcialmente, as mesmas finalidades. Já a diferença ocorre na medida em que os sujeitos desempenham papéis distintos na sociedade.

Portanto, quando o sujeito reconhece a diferença entre ele e o outro, desencadeia um processo de atração e de rejeição. O primeiro ocorre a partir do momento em que o sujeito pergunta-se: "como é possível alguém ser diferente de

mim?". Segundo Charaudeau (ibid.), descobrir alguém diferente de si mesmo é descobrir-se incompleto. Esta constatação desencadeia no indivíduo a necessidade de compreender o outro, a fim de dominá-lo, absorvê-lo. O indivíduo sente-se, portanto, atraído pela novidade que este confronto identitário provoca, pois, ao estar diante do outro, ele observa uma série de características subjetivas do interlocutor, que ele não havia encontrado nele mesmo.

Ao mesmo tempo em que ocorre a atração surge a rejeição. Também resultante da percepção da diferença, a rejeição provoca no sujeito um sentimento de ameaça, que o leva a questionar se o outro possui melhores atributos que ele. Conforme Charaudeau (ibid), a percepção da diferença é acompanhada de um julgamento negativo, por ser a rejeição uma forma de sobrevivência do indivíduo. Nesse caso, ao deparar-se com o outro, o sujeito tende a não admitir que outros valores, normas ou hábitos possam ser melhores que os seus ou sequer existam. A intensidade desse julgamento faz surgir o estereótipo.

Com base no exposto, considera-se que o locutor Ottomar baseia-se em juízos de valor para diferenciar os indígenas dos curdos, rejeitando aqueles ao colocá-los como um risco à soberania nacional. Assim, demonstra em seu discurso que os indígenas são isentos de "sentimentos nativistas", qualidade que pertence apenas aos "brasileiros de Roraima" (NAVARRO, 2005, p. 12). Ao mesmo tempo, o locutor revela uma atração, por meio da qual reconhece os indígenas, na tentativa de dominá-los.

Portanto, a fim de persuadir os (pretensos) defensores do desenvolvimento (empresários, ruralistas, políticos), conduzindo-os ao "universo de evidências que exclui a possibilidade de discussão" (CHARAUDEAU, 2009, p.11), o locutor apela à necessidade de proteção do território nacional contra os invasores estrangeiros.

Com a intenção de promover um engajamento generalizado contra os "estrangeiros", que aqui não correspondem apenas aos que vivem no exterior, mas também aos próprios indígenas, cujas comunidades estão localizadas na fronteira com a Venezuela, o locutor ancora-se na sedução, ou seja, no "fazer sentir recorrendo à emoção" (Ibid.), ao dramatizar o discurso por meio de analogias, sustentando-se em "valores afetivos socialmente compartilhados", com o intuito de suscitar certas emoções nos interlocutores. Nesse caso, o sujeito invoca o

sentimento nacionalista, patriótico, dos ouvintes para que partilhem da mesma opinião em relação às demarcações indígenas.

A expressão “brasileiros de Roraima” aponta um “nós” exclusivo, que indica um “eu” (locutor) que se agrega a um “tu” (contrários à demarcação), mas ignora o “ele” (indígenas). Desse modo, ao excluir os indígenas do discurso, o locutor suscita que estes povos não integram a categoria de brasileiros, tratando-os como estrangeiros.

Esta condição, que marca uma rejeição do locutor em relação aos “estrangeiros”, é considerada por Garza (2011) como uma xenofobia. Para a autora, a xenofobia é uma “ideologia que consiste na rejeição das identidades culturais que são diferentes da própria”. Portanto, consiste em uma aversão àquele que é diferente, levando ao “ódio, receio, hostilidade em relação aos estrangeiros” (Ibid., p.86).

Nesse sentido, ao sugerir que os indígenas não têm uma “coesão nacional”, o locutor destaca-os como aqueles que não querem a integração nacional, mas sim a criação de um território separatista, por defenderem a demarcação contínua. Esta posição do locutor também é mostrada no recorte a seguir:

> (D27) *FOLHA – Seu argumento então é que o tamanho da reserva não condiz com o da população indígena?*
> **Ottomar –** São 17 mil km^2 para 15 mil índios**. Nós** vivemos em 20 mil km^2 para 420 mil **brasileiros. Queria** que fosse dado aos **brasileiros de Roraima o mesmo tratamento que a Funai dá aos índios** (NAVARRO, 2005, p. 12)

Verifica-se que o enunciador faz uma comparação entre a quantidade de terras reservada aos indígenas e a porção destinada aos “brasileiros”, destacando-se, assim, a máxima comumente empregada pelos militares em discursos de que “há muita terra para pouco índio” (MATOS, 2010). Ressalta-se que, ao realizar esta analogia, o falante revela o seu discurso positivista, buscando evidenciar que medidas protecionistas em favor dos “índios” são lesivas aos “brasileiros”, que terão pouca terra para produzir. Desse modo, tenta fomentar um engajamento da população em relação à ameaça ao desenvolvimento econômico, bem como à exploração mineral, representada pelos indígenas, visto que tais territórios estão localizados em áreas que apresentam muitas riquezas naturais.

Ao dizer que "*nós* vivemos em 20 mil Km^2 para 420 mil *brasileiros*", o locutor intensifica a ideia de que os "brasileiros" precisam de mais terra que os índios. Observa-se que o enunciador realça um "nós" exclusivo, que exclui os índios da condição de brasileiros, colocando-os como "não-pessoa" ("eles"). Ao mesmo tempo, o falante se identifica com a posição de "brasileiro" ("eu") agregando-se a um "tu" (opositores da demarcação). Portanto, Ottomar orienta o seu dizer de maneira dicotômica, na qual o "nós" corresponde aos "não-índios" enquanto o "eles" são os indígenas.

Observa-se que o locutor concede um *tom* lastimoso ao enunciar que "Queria que fosse dado aos brasileiros de Roraima o mesmo tratamento que a Funai dá aos índios". Ao assinalar o verbo no pretérito imperfeito do indicativo "Queria", o locutor revela um ato de fala expressivo, indicando a sua insatisfação em relação ao posicionamento do Governo Federal sobre a homologação das áreas indígenas.

Ottomar potencializa essa desproporcionalidade de direitos entre indígenas e não-indígenas ao afirmar ao Jornal Folha de São Paulo que é "contra a 'indigenização' do estado de Roraima", enfatizando que as pressões internacionais "não podem esterilizar as terras do estado sob o pretexto da preservação das àreas indígenas".

> (D28) Muitas vezes as áreas demarcadas para os índios **extrapolam** as necessidades naturais dos indígenas, **mesmo** garantindo a preservação da sua cultura. (DEMARCAÇÕES EM RORAIMA CAUSAM.., 1990, p. 05).

Ao utilizar o conectivo *mesmo* (com funcionamento similar a EMBORA), o locutor articula argumentos que orientam o discurso para conclusões opostas, como se pode visualizar abaixo:

X, *Mesmo* Y

(X) As áreas demarcadas para os índios extrapolam as necessidades naturais dos indígenas → A demarcação de terras **não** é a solução mais adequada para a questão indígena no Estado (Conclusão R)

(Y) Mesmo garantindo a preservação da sua cultura → A demarcação de terras é a solução mais adequada para a questão indígena no Estado (Conclusão não-R)

Nota-se que a estrutura “X, mesmo Y” apresenta uma contraposição de argumentos que orientam o discurso para conclusões opostas. Enunciados desse tipo apresentam duas figuras enunciativas: **E1**, que vocaliza o primeiro segmento frástico (X), direcionando um argumento favorável à conclusão R (“A demarcação de terras não é a solução mais adequada para a questão indígena no estado”; e, **E2**, perspectiva marcada na segunda parte da sentença e introduzida pelo conectivo, que verbaliza um argumento evocando uma conclusão oposta à anterior, não R (“A demarcação de terras é a solução mais adequada para a questão indígena no Estado”). Por ser marcado pelo operador “mesmo”, **Y** revela-se como argumento mais fraco em relação ao expressado por **E1**, sendo R a conclusão predominante nessa sequência.

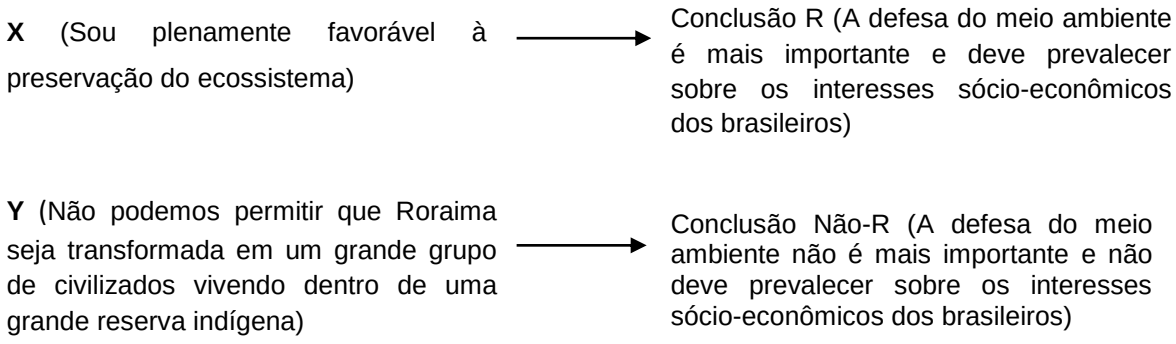
Desta forma, verifica-se que ao dizer X, o locutor assimila-se ao ponto de vista esboçado por **E1**, que critica a quantidade exacerbada de terras demarcadas para os indígenas, assinalando que elas “extrapolam as necessidades naturais” desses povos. Por outro lado, Ottomar não se identifica com a perspectiva de **E2**, pois discorda da ideia de que a demarcação contínua de terras indígenas seja favorável economicamente para o Estado de Roraima, mesmo que esses territórios contribuam para a preservação da cultura das etnias que ali vivem.

O excerto de discurso a seguir mostra a visão do locutor em referência ao binômio meio ambiente/terras indígenas:

> (D29) Sou **plenamente** favorável à preservação do ecossistema, **mas não** podemos permitir que Roraima seja transformada em um **grande grupo de civilizados** vivendo dentro de uma **grande reserva indígena** (OTTOMAR DENUNCIA..., 1991, p. 01)

Verifica-se que o locutor inicia a sua fala com o modalizador epistêmico asseverativo *plenamente*, que revela a intenção do indivíduo em qualificar o seu dizer, na tentativa de mostrar-se favorável, em um primeiro momento, à preservação do ecossistema, causa que é defendida pelos partidários da demarcação indígena. No entanto, prossegue a enunciação empregando o operador *mas*, que atualiza uma “estratégia de suspense” (KOCH, 1995) em seu funcionamento argumentativo:

X, *mas Y*



Ao retomar o conceito de Guimarães (1987)[61], a respeito da estrutura X, *mas Y*, percebe-se que o locutor, ao dizer X, orienta, inicialmente, o discurso para uma conclusão R ("A defesa do meio ambiente é mais importante e deve prevalecer sobre os interesses sócio-econômicos dos brasileiros"), provocando uma expectativa no alocutário de que esta irá prevalecer argumentativamente. Porém, esta espera do ouvinte é frustrada quando o locutor enuncia o argumento Y, introduzido pelo operador "mas", que aponta, agora, para a conclusão oposta não-R ("A defesa do meio ambiente não é mais importante e não deve prevalecer sobre os interesses sócio-econômicos dos brasileiros"), mais forte e determinante da orientação argumentativa da sequência como um todo.

Esse jogo enunciativo revela duas perspectivas distintas: a de **E1**, que diz "Sou a favor da defesa do meio ambiente"; e a de **E2**, que afirma que "Os interesses sócio-econômicos dos 'brasileiros' são mais importantes que a preservação ambiental. Depreende-se dessa sequência discursiva que o locutor rejeita a perspectiva colocada por **E1**, colocando-se favorável ao ponto de vista de **E2.** Com isso, verifica-se que o locutor, ao empregar tal enunciado, posiciona-se argumentativamente em defesa do caráter prioritário do fator econômico, em detrimento do fator ambiental. Essa perspectiva é enfatizada por meio do verbo *poder*, de valor modal deôntico, que concede um *tom* de autoridade ao discurso, exprimindo um "dever", uma "proibição", segundo a qual Roraima não pode ser transformado em uma "grande reserva indígena".

[61] Vide página 68.

Nota-se, a partir do recorte D29 e de outros previamente analisados nesta seção, que o locutor incorpora estereótipos para se referir aos indígenas, caracterizando-os como “selvagens”, “estrangeiros” e uma “ameaça à soberania”. Por outro lado, os não-índios são reportados como “civilizados” e “brasileiros”, que estão sendo isolados pela demarcação de terras indígenas.

Esta posição de **E2**, que se revela contrária à superioridade dos direitos dos indígenas em detrimento dos direitos dos brasileiros, também é esboçada no recorte abaixo:

> (D30) Como cidadão que vive em Roraima, **sinto-me** no direito de recorrer à Justiça em **meu** nome e em nome daqueles que dependem de **mim e que estão tendo seus interesses contrariados"** (GOVERNADOR DE RORAMA RECORRE À JUSTIÇA..., 2005)

Neste excerto, o Locutor Ottomar revela um Ser do Mundo (λ), que se reveste da figura de um cidadão defensor dos interesses cívicos, guiado pelo “dever de Justiça”. Nesse sentido, quem recorre à Corte não é o governador, mas o representante civil da classe dominante, ou seja, o paladino dos ruralistas e dos empresários. Vale ressaltar que, quando L afirma que vai à Justiça “em nome daqueles que dependem de mim”, exclui os indígenas da relação de dependentes, mostrando que eles não integram a categoria de cidadãos roraimenses.

A partir das análises elencadas ao longo desta seção, pode-se examinar que o Locutor Ottomar, enquanto governador de Roraima, ao fazer referência aos indígenas, recorre ao discurso militar para produzir seu *ethos* xenofóbico. Esta imagem é construída a partir de sua filiação à ideologia positivista, calcada em um discurso autoritário, ufanista e tecnocrático, que percebe na causa indígena um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social dos “brasileiros”, atribuindo sentidos ancorados em estereótipos e estigmas vinculados aos povos indígenas, como se pode analisar a partir dos índices utilizados para distinguir os “brasileiros” dos “índios”:

Brasileiros	**Índio**
Integrados	Isolamento
Defensores da Soberania	Ameaça à Soberania
Nacionalistas	Estrangeiros
Civilizados	Selvagens
Progresso	Atraso
Integração Territorial	Conspiradores
Industrialização	Meio Ambiente
Bem	Mal

Tabela 3. Cruzamento dos sentidos para distinguir brasileiros e indígenas.

O intercruzamento desses sentidos permite observar que Ottomar incorpora em sua fala outros dizeres sedimentados sócio-historicamente e reproduzidos pela classe dominante, caso dos militares brasileiros.

Em seu discurso, Ottomar utiliza uma vocalidade marcada por diferentes *tons* ao se referir à questão indígena. Essas "vozes" são evocadas com nuances de autoridade, indignação e de lástima, auxiliando na construção da representação de um *corpo* militar, que, por não ter o fim de garantir o controle da nação, vê-se "obrigado" a "lutar contra a ameaça das terras indígenas à Soberania Nacional".

Como militar, Ottomar adota uma *corporalidade* de cidadão, que se filia a um ideal de desenvolvimento econômico da nação e se opõe ao atraso provocado pelos "estrangeiros". Nessa luta, o locutor propõe-se a salvar os "cidadãos brasileiros de Roraima", considerados por ele como "civilizados", contra os "selvagens", que "conspiram" a favor de interesses próprios e buscam separar o Território Nacional.

Assim, o *ethos* xenofóbico revela-se por meio de um discurso ufanista, que se ancora na estratégia discursiva do progresso econômico não só para persuadir, como também seduzir os interlocutores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre os conceitos da Teoria Polifônica da Enunciação e do *Ethos* Discursivo permitiu atender ao objetivo proposto por essa pesquisa, que era encontrar, por meio das diversas vozes existentes na enunciação, as diferentes imagens projetadas pelo ex-governador de Roraima, Brigadeiro Ottomar Pinto, ao proferir os seus discursos.

Com base nos fenômenos semântico-pragmáticos de caráter polifônico (negação, pressuposição, operadores e atos de fala) foi possível identificar os pontos de vista de enunciadores aos quais o locutor Ottomar considerava mais adequado se assimilar para atrair o público, e quais ele pretendia rejeitar, por veicularem teses que não corresponderiam aos anseios da população. Todos esses elementos polifônicos contribuíram para examinar as estratégias discursivas utilizadas pelo sujeito na tentativa de imprimir um *ethé* fidedigno, que vai ao encontro do imaginário criado pelo locutor em relação aos ouvintes.

A partir dos recortes dos enunciados extraídos dos periódicos Jornal de Roraima, Diário de Roraima e Folha de São Paulo, e das Atas Legislativas, observou-se que Ottomar elabora a sua fala com base em parâmetros específicos, vinculados ao contexto sócio-histórico de sua enunciação.

Ao adentrar à esfera de governança, em 1991, quando foi eleito primeiro governador do Estado de Roraima, Ottomar proferiu dois discursos de posse. O primeiro foi dedicado aos parlamentares e o segundo ao povo roraimense. Para os legisladores, o locutor evidenciou a presença de duas perspectivas: a de **E1**, que mostrava um Estado sem autonomia e, portanto, dependente financeiramente do Governo Federal; e, a de **E2,** que vislumbrava um Estado autônomo e passível de desenvolver-se economicamente. Nesse jogo polifônico, verificou-se que o locutor buscou afastar-se do ponto de vista de **E1** para aproximar-se do ponto de vista expressado por **E2**, ao esboçar a imagem de político democrático-constitucionalista, que se apóia nos preceitos da Carta Magna para argumentar a favor da necessidade de união entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário em benefício dos interesses da população.

O *ethos* democrático, sob essa perspectiva, é encontrado também nos enunciados presentes nos referidos discursos em que se evidencia o funcionamento de alguns operadores argumentativos (a exemplo de OU e TODAVIA), bem como em construções com estrutura negativa, que encerram, segundo Ducrot (1987), um "diálogo cristalizado" entre enunciadores com pontos de vista opostos (E1 e E2). Em ambos os casos, constata-se que o locutor se apóia na voz de **E2** para reforçar a sua imagem de político legalista, que se preocupa com as decisões unilaterais do Governo Federal.

Relativamente ao ethos democrático, assume, ainda, particular relevância o uso do Nós (BENVENISTE, 1976).Tal pronome instaura uma relação ambivalente nos recortes analisados. Quando se reveste de um valor inclusivo, o uso do nós sugere que Ottomar compartilha o poder e a responsabilidade inerente ao cargo com os interlocutores. Por outro lado, o *nós* também apresenta um valor exclusivo, ou seja, é colocado sob a perspectiva do poder, ou seja, de incluir no discurso apenas aqueles que fazem parte da esfera de governança nas direções dos programas políticos em prol do povo roraimense.

Dentre os recursos linguísticos empregados para projetar o ethos democrático, destaca-se, também, o apelo à metáfora, mobilizada pelo político para seduzir o público a aderir o seu programa de governo, colocando-se como referência de um governo democrático-popular, e distanciar-se do momento político anterior (anti-democrático). Isso fica marcado, por exemplo, no argumento por analogia no qual o locutor sublinha que, ao ser eleito pelo povo, iniciou-se um "marco zero" de um "singular corrida de São Silvestre", em que a população e o Estado chegarão juntos à prosperidade econômica e social do Estado.

Outro *ethos* mostrado por Ottomar é o religioso. Essa imagem é enfatizada, principalmente, nos discursos do locutor direcionados à população. Em geral, o político aproveita-se de intertextos bíblicos para assinalar os valores cristãos, como a família, a fraternidade e a união entre os povos. Esse tipo de recurso é acompanhado de um *pathos*, utilizado como recurso para cativar o público. O *ethos* religioso destaca um mundo ético da invencibilidade, permeado por argumentos de

autoridade, que ressaltam a projeção de um discurso impassível de questionamentos.

É importante mencionar que essa imagem religiosa é criada pelo locutor a partir de um imaginário da população, que se baseia em um conjunto de estereótipos atribuídos ao povo, ou seja, de que os cidadãos de Roraima são cristãos/católicos e tementes a Deus.

Em sua fala, Ottomar mostra uma identidade singular-coletiva (CHARADEAU, 2011), que o coloca como um intermediário entre a Voz de Deus e o povo da Terra, que luta contra o mal, que neste caso, corresponde à União e aos adversários políticos.

Como representante da figura divina, Ottomar comporta-se como um Senhor/Pai diante de seus filhos/povo de Roraima, adotando a postura de conselheiro e amigo dos cidadãos.

Outra representação relevante desvendada pela análise é o *ethos* militar. Em seu discurso, Ottomar mostra a sua missão patriótica em prol do bem comum dos roraimenses, por meio de um *tom* soberano que aponta a necessidade de proteger a soberania nacional. A fala do locutor apela ao sentimento patriótico dos interlocutores, especialmente, em relação aos indígenas, ao adotar características positivistas, ufanistas e tecnocratas.

Essas facetas do sujeito político estão entrelaçadas com o *ethos* xenofóbico (anti-indigenista), haja vista que a pujança desenvolvimentista, cujo mote é a exploração dos recursos naturais localizados em áreas indígenas, confronta os interesses dos povos tradicionais. Esse embate atinge o seu auge com a incorporação dos direitos dos índios na Constituição Federal, que garantiu a devolução das terras tradicionalmente ocupadas àqueles cidadãos.

Nesse contexto sócio-histórico, destaca-se que o locutor utiliza os tons de ameaça e o de autoridade para ressaltar a sua posição solidária em relação aos interesses da classe dominante roraimense (políticos e empresários), que, no

discurso, são qualificados como os “brasileiros”, frente à ameaça causada pelos estrangeiros (Indígenas).

O percurso dessa análise mostrou a viabilidade do diálogo entre a Teoria Polifônica e o *Ethos*, como ferramenta para o estudo mais aprofundado dos discursos políticos. Vale ressaltar que, no decorrer da pesquisa, em conversa com antigos assessores de imprensa do Brigadeiro, descobriu-se que quem escrevia os textos do político era o Secretário Estadual de Comunicação, que por sua vez, encaminhava os rascunhos para o governador. Este avaliava o discurso e os adaptava da maneira que lhe convinha.

Deve-se destacar ainda que o fato de Ottomar não redigir seus discursos, não o exime de ser autor do mesmo, haja vista que, ao assiná-lo, o mesmo toma para si a responsabilidade do que é dito, tornando-se o locutor do enunciado, conforme Ducrot.

É importante mencionar também que a análise não se baseou em uma sequência cronológica dos discursos, mas buscou examinar a rede de sentidos que nortearam as falas de Ottomar ao debater diversos assuntos que se alinham à sua história política, tais como democracia, demarcação de terras indígenas, os conflitos com Romero Jucá, dentre outros.

Além disso, a sequência dos ethé desenvolvida na análise (democrático, religioso, militar e xenofóbico) foi exposta desta maneira por conta das relações existentes entre cada uma destas imagens. Assim, organizou-se o estudo a partir do *ethos* democrático, por caracterizar a chegada de Ottomar Pinto em uma nova realidade: o Estado de Roraima; Esta imagem relaciona-se com o do *ethos* religioso, na medida em que o sujeito visa agregar não só os parlamentares, como também os eleitores; O caráter conciliador já não é visto no Discurso Militar, no qual o locutor atribui ao seu dizer aspectos de ordem, ufanismo e anti-indigenismo. Por esta razão, tal discurso está entrelaçado com o xenofóbico.

Apesar de ter assinalado apenas quatro *ethé*, ressalta-se que os pronunciamentos de Ottomar ensejam uma série de outras perspectivas que não foram possíveis de serem abordadas ao longo desta pesquisa, o que provoca a

necessidade de realização de novas contribuições científicas que permitirão conhecer, de forma mais detalhada, as outras vozes presentes nos discursos do Brigadeiro Ottomar Pinto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ana Beatriz Albuquerque; LIMA, Aluísio Ferreira de. O discurso político como apelo religioso e a Comoção das Massas. **Scientia**. Fortaleza, ano 01, Edição 01, p. 1-6, jun/Nov. 2012.

AMOSSY, Ruth (org). **Imagens de si no discurso:** a construção do ethos. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

ARNT, Ricardo. **Ottomar diz que garimpo não ajuda Roraima**. Folha de São Paulo, 11 de julho de 1991, p. 16.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. *La argumentación en la lengua*. Madrid: Gredos, 1994.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA. Ata da Sessão Solene do 31º ano do período legislativo. Boa Vista, Roraima, 15 de fevereiro de 2005.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO ESTADO DE RORAIMA. Ata da Sessão Especial, 28 de fevereiro de 2005, Boa Vista.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RORAIMA. Ata da Sessão Solene do 31º ano do período legislativo. Boa Vista, Roraima, 15 de fevereiro de 2006.

AUSTIN, Jonh Langshaw**. Cómo hacer cosas con palabras.** Buenos Aires: Paidós, 1995. Disponível em: http://www.jacquesderrida.com.ar/restos/hacer_cosas_palabras.pdf Acesso em: 11 de dezembro de 2013.

_____. O aparelho formal da enunciação. In: **Problemas de Linguística Geral II.** 4ª ed. São Paulo: Pontes, 1995.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 13ª ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

_____.**Estética e Comunicação Verbal.** 2ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1997.

_____.**Problemas da Poética de Dostoiévski**. 5ª ed. Rio de Janeiro, 2013.

BARBI, Sílvia Helena. A teoria polifônica de Ducrot e a Análise de Discurso. **Revista de Estudos da Linguagem,** Belo Horizonte, v.22, n.1, p.183-209, jan/jun. 1999. Disponível em: http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/index Acesso em: 03 de nov. 2014.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; FEARNSIDE, Philip Martin. Benefícios Polícios como barreiras a avaliação dos custos ambientais no planejamento de desenvolvimento da Amazônica brasileira: o exemplo da Hidrelétrica de Jatapú em Roraima. Environmental Management, v. 20, n. 5, p. 615-630, 1996. (versão traduzida em 30 de julho de 2002).

BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: **Problemas de Lingüística Geral I.** 5ª ed. São Paulo: Pontes, 2008.

_____. **Problemas de Linguística Geral**. São Paulo: Ed. Nacional/EdUSP, 1976.

BÍBLIA. Cântico dos degraus, de Salomão. Salmo 127, 1-5. Português. **Bíblia Online.** Disponível em: http://www.bibliaonline.com.br/vc+acf/sl/127 Acesso em: 11 de junho de 2013.

Biografia de Ottomar Pinto. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/leia-biografia-de-ottomar-pinto/> Acesso em: 16 de dezembro de 2013.

BOBBIO, Norberto. Algumas tipologias dos regimes democráticos. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política.* trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1998. Vol I.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Editora Malheiros, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Constituição. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 08 de mai de 2013.

BUENO, Bruno Bruziguessi. Os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e o seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo. **Revista Sul-americana de Ciência Política.** Universidade Federal de Juiz de Fora, v2, n.1, p. 47-64, 2014. Disponível em: http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/viewFile/3311/3482 Acesso em: 23 nov 2014

CASTILHO, ATALIBA T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CARTA AOS PAIS. **Diário de Roraima**, Boa Vista, Ediçao Especial, 10 e 11 de agosto de 1991.

CASTILHO; Ataliba; CASTILHO; Célia. Advérbios Modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (org). **Gramática do Português Falado.** 4ª ed. rev. Vol.II (Níveis de Análise Linguística).São Paulo: Editora da Unicamp, 2002.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. Discurso Político. In: EMEDIATO, Wander; MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William (orgs). **Análise de Discurso:**. gêneros, comunicação e sociedade. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso. Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2006. Disponível em: < http://www.patrick-charaudeau.com/O-Discurso-Politico.html > Acesso em: 15 de dezembro de 2013.

CORDEIRO, Cícero Irlano Rodrigues. **A criação do Território Federal do Rio Branco, de 1943 a 1964.** 2012.55 p. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Boa Vista, 2012.

CODATO, Adriano Nervo. **Uma história política da transição brasileira**: Da Ditadura Militar à Democracia. Revista Sociologia e Política, Curitiba, n.25, p. 23-106, nov.2005. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31113.pdf Acesso em: 15 dez 2014

COMTE, Auguste. Catecismo positivista. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CONGRESSO deve discutir fronteira, diz Ottomar. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 de janeiro de 1991.

CRESWELL, Jonh W. **Projeto de Pesquisa:** métodos quantitativo, qualitativo e misto. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CURRÍCULO ROMERO JUCÁ. Disponível em: http://www.romerojuca.com.br/site/pagina/curriculo-romero-juca/. Acesso em: 31 de ago de 2014.

DASCAL, Marcelo. O *ethos na argumentação: uma abordagem pragma-retórica.*In. AMOSSY, Ruth (org). **Imagens de si no discurso:** a construção do ethos. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS PODERÁ PREJUDICAR ECONOMIA DE RORAIMA. **Diário de Roraima**, 10 de setembro de 1991.

DEMARCAÇÕES EM RORAIMA CAUSAM PROTESTOS, Folha de São Paulo, 29 de dezembro de 1990.

DISCURSOS de Ottomar prometem novos tempos. **Jornal de Roraima**, Boa Vista, 03 de janeiro de 1991.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito.** Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Polifonia y argumentación*; *conferencias del seminário Teoría de la argumentación y análisis del discurso*. Cali: Universidad del Valle,1988.

D´ONOFRIO, Salvatore. **Concepção retórica e concepção semântica da metáfora.** Alfa, São Paulo, 24:149 – 56, 1980. Disponível em: seer.fclar.unesp.br/alfa/article/download/3619/3388 Acesso em: 28 de janeiro de 2014.

DORIGO, Gianpaolo; VICENTINO, Cláudio. **História do Brasil.** São Paulo: Scipione, 1997.

EGGS, Ekkehard. ***Ehos* aristotélico, convicção e pragmática moderna.** In: Imagens de si no discurso: a construção do ethos. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

EQUIPE DE OTTOMAR INVADE A REDAÇÃO DE´O ESTADO DE RORAIMA. *O Estado de Roraima*, Boa Vista, RR, p.1, 13 de nov de 1990

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima.** 8ª ed. rev. ampl. Boa Vista: IAF, 2009 [1946].

FORGET, Danielle. **Conquistas e resistência do poder:** A emergência do discurso democrático no Brasil (1964-1984). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

FREUD, Sigmund. “Psicologia de grupo e análise do Ego”. In: Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

FURASTE, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico:** Explicitação das Normas da ABNT. 16 ed. Porto Alegre: Dáctilo Plus, 2012.

GARZA, Cecilia De La. Xenofobia. **Laboreal**. Volume III, nº2, 2011, PP. 86-89. Disponívelem:http://laboreal.up.pt/files/editions/2011_12/laboreal_2011_12_pt.pdf Acesso em: 31 de dezembro de 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.**18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOVERNADOR lança 'cestão' para as famílias carentes. **Jornal de Roraima**, Boa Vista, 05 de junho de 1991.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas, São Paulo: Pontes, 1987.

HEINE, Palmira. O *ethos* nos estudos discursivos da ciência da linguagem**. Revista Pandora Brasil,** n° 47. Out de 2012. Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/ethos/autores.htm Acesso em: 15 de dezembro de 2013.

HIDRELÉTRICA DE COTINGO terá obras iniciadas no governo Ottomar. **Diário de Roraima**, Boa Vista, 16 de agosto de 1991.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 1.0. 1 [CD-ROM]. 2001.

KOCH, Ingedore G. V. **A inter-ação pela linguagem.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1995.

KOCH, Ingedore G. V. **A argumentação e linguagem.** 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LE BON, Gustave. Psicologia das Multidões. Lisboa, Portugal: Edições Roger Delraux, 1980.

LIMA, Maria Goretti Leite de. **O índio na mídia impressa em Roraima.** 2001.114 p. Dissertação (Mestrado em Multimeios), Instituto de Artes, Universidade de Campinas, Campinas, 2007. Acesso em: 30 de maio de 2013. Disponível em: http://www.bc.ufrr.br/normas-tecnicas/doc_details/7-o-indio-na-midia-impressa-de-roraima

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise de Discurso.** 3ª ed. São Paulo: Pontes, 1997.

_____. **Análise de Textos em Comunicação.** 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. A propósito do Ethos**.** In. MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.). **Ethos Discursivo**. São Paulo: Contexto, 2011.

MATOS, Kleber Gesteira e. **Ordem e Progresso na Amazônia**: O discurso militar indigenista. Brasília, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, 2010.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. **Significação e Contexto**: uma introdução a questões de semântica e pragmática. Florianópolis: Insultar, 1999.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do; SILVA, Marco Antônio da. **Argumentação e Polifonia na produção de textos de opinião:** repensando a função do "MAS". Revista Prolíngua, Paraíba, v.6, n.1, p.26-46, jan/fev. 2011. Disponível em: http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/prolingua/article/view/13547 Acesso em: 20 out 2014.

NAVARRO, Silvio. GOVERNADOR DE RORAIMA QUER COMPENSAÇÃO DO INCRA. **Folha de São Paulo**, 24 de abril de 2005.

OTTOMAR DENUNCIA DISTORÇÕES NA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE, **Jornal de Roraima**, 29 DE MAIO DE 1991.

OTTOMAR DIZ QUE GARIMPO NÃO AJUDA RORAIMA**, Folha de São Paulo,**

OTTOMAR FALA À FOLHA DE SÃO PAULO SOBRE IANOMAMIS. **Diário de Roraima** , 12 de julho de 1991.

OTTOMAR GARANTE: Garimpeiros sairão sem violência. **Jornal Diário de Roraima**, 04 de julho de 1991.

OTTOMAR PAGA FIANÇA de garimpeiros e diz que prisões são abusos da PF. **Jornal de Roraima**, 06 de março de 1991.

OTTOMAR PROTESTA CONTRA ABUSO DA POLÍCIA FEDERAL NO COTINGO, **Diário de Roraima**, 22 de agosto de 1991.

OTTOMAR REPUDIA ação da Polícia Federal. **Jornal de Roraima**, 07 de março de 1991.

PEIXINHO, Maria de Fátima Amaral Simões. **O curdistão no Iraque, Ensaio de uma Nação**. Porto, 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais com o Mundo Árabe e Islâmico) – Universidade do Porto, 2010. Disponível em: http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/2292/3/DM_20744.pdf Acesso em: 05 de janeiro de 2015.

RONDON, José Eduardo. **GOVERNADOR DE RORAIMA RECORRE À JUSTIÇA E DECRETA LUTO OFICIAL**. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 de abr. 2005. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u68462.shtml Acesso em: 04 ago. de 2014.

RELATÓRIO DO COMITÊ NACIONAL PARA A PREPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA III CONFERÊNCIA MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA. Brasília, agosto de 2001. Disponível em: http://www.socioambiental.org/esp/indiosemilitares/xenofobia.htm

RONDON, José Eduardo. **Governador de Roraima recorre à Justiça e decreta luto oficial**, Folha de São Paulo, 18 de abril de 1995. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u68462.shtml Acesso em: 04 ago. de 2014.

RORAIMA ECONOMIA E MERCADO: Dados Econômicos e Sociais. Boa Vista: FECOMERCIO, 2005.

RORAIMA NÃO MERECE MAIS ISSO: EX-SECRETÁRIO DE SEGURANÇA DE RORAIMA AFIRMA EX-GOVERNADOR MANDOU MATAR JOÃO ALENCAR. *O Estado de Roraima*, Boa Vista, RR, p. 03, 14 de Nov de 1990.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas Públicas, Economia e Poder:** O Estado de Roraima entre 1979 e 2000. Belém, 2004. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Sócio-Ambiental) – Universidade Federal do Pará, 2004.

SEARLE, John R. **Expressão e Significado:** Estudos da teoria dos atos de fala. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SILVA, Mara Dhulle dos Santos. **A Doutrina de Segurança Nacional no Extremo Oeste do Paraná:** repressão, coerção e formas de convencimento na cidade de Guaíra durante a ditadura civil-militar (1964-1985). In: XIV ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2014. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2014.

SOUZA, Jessé. **Execução de Jornalista:** OAB lembra caso clássico de impunidade. Jornal Folha de Boa Vista. Boa Vista. 08 de agosto de 2009. Disponível em: http://www.folhabv.com.br/Noticia_Impressa.php?id=67802 Acesso em: 31 de ago de 2014

SOUZA, Sônia Suely Soares; VIEIRA, Jaci Guilherme. **Roraima**: Território Federal sob o governo militar (1964 a 1965). ***Revista Textos & Debates***, Roraima, v. 1, n.17, p. 65-89, 2009. Disponível em: http://revista.ufrr.br/index.php/textosedebates/article/view/737 Acesso em: 20 de mar de 2013.

ANEXOS

ANEXO 1 – DISCURSOS DE POSSE; SONORAS DE MATÉRIAS JORNALÍSTICAS PUBLICADAS NOS JORNAIS FOLHA DE SÃO PAULO, DIÁRIO DE RORAIMA E JORNAL DE RORAIMA.

a) Discurso de posse direcionado aos deputados

DISCURSOS de Ottomar prometem novos tempos. Jornal de Roraima, Boa Vista, 03 de jan. 1991.

Jornal: “O novo governador do Estado, brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, surpreendeu as autoridades e o povo de Roraima com os dois discursos escritos para a solenidade da posse e da transmissão de cargo. Redigidos pessoalmente por ele, na noite anterior à posse, os discursos versam sobre todos os problemas que afligem Roraima, e preconizam soluções das questões mais graves do nosso Estado, a partir de um esforço conjunto do povo e autoridades. Este discurso abaixo foi lido para os Deputados Estaduais, o outro ao lado, Ottomar leu diretamente para o povo, da sacada do Palácio da Fronteira”.

DISCURSO NA ÍNTEGRA:

SENHORES PRESIDENTES.

SENHORES DEPUTADOS.

Começamos hoje, o primeiro dia de existência de nossa sociedade na moldura da autonomia de Estado membro da federação brasileira. Aqui em Roraima, iremos fazer as nossas leis, elaborar os parâmetros do nosso comportamento administrativo, político e social, abrir os caminhos próprios, que nos poderão conduzir à prosperidade e paz, ou, conversamente, ao desalento e pobreza.

Nós seremos os arquitetos da construção social de Roraima, da edificação do projeto Roraima, imagem em verdadeira grandeza, de nossas aptidões, de nossa devoção à terra, de nossas virtudes cívicas e morais, de nossos compromissos com os sonhos e aspirações do povo.
De um lado temos um Estado com um vasto território; um território rico em terras férteis; em jazimentos minerais; em patrimônio florestal. De outro lado temos entraves institucionais, vedando o acesso às terras férteis, ao título de propriedade, aos aluviões pejados de ouro, cassiterita e diamante; à exploração intensiva e extensiva dos adensamentos madeireiros incrustados no imenso, no denso revestimento florestal que recobre Roraima!

Além dos gigantescos problemas institucionais, que ameaçam banir destas plagas, quaisquer possibilidades de desenvolvimento acelerado, pesam na balança dos fatores adversos entre outros, uma infra-estrutura econômica atrasada e destroçada, estradas intransitáveis no inverno, revestimento de terra, sem conservação alguma. Pontes de madeira, caindo aos pedaços, permanentes ameaças aos usuários de nossa rede viária. Agricultura com ridículo nível de produção; pecuária decadente pela falta de crédito para adição de sangue novo, através de matrizes e reprodutores; interrupção do programa nacional de saúde animal, com suas campanhas de vacinação contra febre aftosa e combate às zoonozes. Absoluta ausência de financiamento para desenvolvimento e expansão de pastagens, mineralização de gado e outros apoios indispensáveis ao fortalecimento da pecuária. A ouvinocultura, eqüinocultura e bovinocultura há algum tempo foram lamentavelmente esquecidos pelo setor público, com inequívocos prejuízos para o segmento rural da economia. A área energética, no interior, funcionando precariamente, sem perspectivas de solução a médio prazo, esmagada pelo gravame de pesado "déficit" que sacrifica sobremaneira outros importantes setores do espectro de obrigações sociais do poder público.

Falta de espaço para crianças do pré-primário e das diversas séries do primeiro e do 2º graus; falta de material e merenda escolar; ausência de oportunidades para reciclagem e promoção técnica dos professores; deterioração acentuada das edificações, instalações e equipamentos na rede de ensino público, uma inquietante convergência, que faz baixar a cada dia, o astral, o entusiasmo da população docente e discente da rede estadual de ensino.

A saúde vai mal em Roraima! A estatística de doentes que são transportados para tratamento fora do Estado é constrangedora. Os hospitais existem, temos um grande contingente médico, os gastos governamentais são acentuados, até hoje, todavia, não foi encontrada a matriz gerencial capaz de otimizar os resultados desse esforço penoso e urgente do Governo do Estado. O povo de Roraima não está tendo assistência médico-sanitária que merece!

Impõe-se uma imediata reversão desse quadro, até mesmo, como singela manifestação de respeito e solidariedade para com o povo trabalhador de nosso Estado!

A periferia de Boa Vista e algumas cidades como Mucajaí, Caracaraí e São Luiz, cresceram, rapidamente, nos últimos anos em decorrência do êxodo rural. Colonos abandonados, sem qualquer tipo de apoio técnico, financeiro e social, não tinham outra alternativa senão abandonar seus lotes e incorporar-se ao exército dos biscateiros, que diariamente oferecem seus serviços gerais, na cidade de Boa Vista e outras sedes de municípios, a preços vis.

Longa e cansativa seria a enumeração dos fatos que atestam a gravidade da situação com que todos nós defrontamos, no marco zero desta singular corrida de São Silvestre ao fim da qual, daqui a quatro anos, todos os participantes, deveremos chegar juntos, unidos, vitoriosos, no primeiro lugar.

Em respeito ao bem estar e ao futuro do nosso povo – pobre e sofredor – temos que nos despojar de vaidades, de ambições menores, intransigências e buscar o leito comum dos esforços conjuntos, para a superação de nossas dificuldades.

Todos os segmentos da sociedade: sindicatos, associações, igrejas, instituições públicas e privadas, os intelectuais, os empresários, trabalhadores urbanos e rurais, consumidores, índios, garimpeiros, autônomos – devemos todos, mudar a atitude

mental em relação à nossa sociedade e somar esforços, num processo de formação de autoconhecimento de que essa guerra tem que ser vencida com nossos próprios meios humanos e materiais.
Não adiantará muito recorrer ao Governo Federal, neste ano, porque muito pouco terá ele para dar-nos. Temos que cortar as gorduras das nossas despesas.Temos que diminuir o tamanho do Estado. Temos que aumentar a força, o vigor, a organização das estruturas de nossa sociedade.
O que pretendemos fazer para alcançar os nobres objetivos que todos comungamos, não irá acontecer por concessão magnânima ou liberalidade de ninguém. Eles deverão ser alcançados através de uma luta persistente, que entenda que a política não são as emergências eleitorais, mas antes de tudo, um exercício permanente de organização da sociedade.
A legitimidade que nos foi conferida pela vontade soberana do povo, exige de cada político responsável, um exercício permanente de humildade, tolerância e extenuante esforço, na interpretação daquilo que é melhor para servir ao bem comum, ao interesse coletivo.
O exercício legítimo do poder não significa o exercício solitário do poder. Este tem que ser solidário. Não poderá jamais prevalecer o convencionamento político do "faço o que quero, porque fui eleito pelo povo". A eleição somente confere legitimidade à origem do mandato. O exercício do mandato, todavia, tem que ser uma busca permanente de legitimação. E isso, somente com paciência, persistência, desambição e humildade, é que haveremos de conseguir.
Nós haveremos de superar, juntos, todo esse tremendo entulho de fatores adversos, que obstaculam a marcha de nossa sociedade na direção de seus objetivos permanentes!
Certo disse Robert Mc´Nabiara [sic] que o seu lema ao encerrar o discurso seria o seguinte: "Nossa frustração é sobre o passado do homem; Nossa dissatisfação [sic] é quanto ao presente do homem; Nossa dedicação é para o futuro do homem".

E eu concluo, eminentes deputados, repetindo perante esta augusta casa e o povo de nossa terra.

"O FUTURO DE RORAIMA ESTÁ EM NOSSAS MÃOS!"

Ottomar de Souza Pinto

Governador

b) Discurso de posse direcionado ao povo de Roraima

DISCURSOS de Ottomar prometem novos tempos. ***Jornal de Roraima****, Boa Vista, 03 de jan. 1991.*

Povo de Roraima!

"Se Deus não guardar a cidade, em vão vigiam as sentinelas!"

É com o pensamento elevado para o alto, para aquele que criou o mundo e mandou ao convívio humano, para o sacrifício e para a nossa salvação o seu filho bem amado, que dirijo as minhas primeiras palavras, no discurso inaugural, do início deste novo Estado!.

Sem a inspiração permanente das palavras relevantes e dos exemplos deixados por Jesus e os que seguiam o seguiam no seu tempo, não conseguiremos encontrar suficientes impulsos de humildade e fraternidade, para, manter a indispensável conciliação e convergência, no exercício diuturno do poder, em seus três diferentes ramos.

A legitimidade conferida pela vontade soberana do povo,impõe a cada um de nós, mandatários desse povo, um permanente exercício de humildade, tolerância, paciência e um extenuante e continuado esforço, na interpretação, daquilo que é melhor, para servir ao bem comum, ao interesse coletivo.

O exercício legítimo do poder deve sempre ser solidário jamais solitário. Enganam-se redondamente, aqueles que mimetizando os fariseus da célebre parábola "do Fariseu e do Publicano, batem forte no peito e afirmam: fui eleito pelo povo e por isso faço o que quero". A eleição, é mister repetir, confere legitimidade apenas à origem do mandato. O exercício do mandato todavia, tem ser uma permanente de legitimação, através do extenuante esforço, do exercício permanente da ação política como trabalho permanente de organização social, e não apenas conjunto de atividades direcionadas para a mera satisfação de emergências eleitorais.

A partir desta data, marco zero da nossa caminhada para o futuro, seremos nós mesmos, os artífices da construção social, política e econômica de Roraima. O resultado deste trabalho, mormente os seus primeiros quatro anos, projetará para gerações futuras, o retrato em verdadeira grandeza, de nossas reais aptidões: nossas virtudes e defeitos, nossas grandezas e mesquinharias de nossos compromissos, com os sonhos e aspirações de nossa gente!

Temos um estado extenso, rico em terras, rico em campos, matas, minerais valiosos, rios caudalosos, temperatura amena, clima propício à atividade agrícola e pecuária. Do outro lado da equação, deparamo-nos com os problemas institucionais graves, como a questão fundiária, a ecológica, os problemas das comunidades indígenas, a questão do garimpo e da atividade mineradora.

Estamos definindo linhas de ação política, discutidas com a sociedade em rodadas sucessivas de seminários, nesses últimos trinta dias; a questão desses temas será deslocada para a Assembleia Legislativa, a fim de que os representantes do povo, possam aperfeiçoar e consolidar uma posição consensual sobre a relevância dessas matérias. É inexcusável dizer o que somos, um Estado pobre, sem maior peso político a nível nacional. Somente com a união monolítica dos políticos com

representação popular e todos os segmentos da sociedade, falando uma só linguagem imbuídos da mística "Nossa Terra, Nossa Estrela" é que conseguiremos exercitar pressões com razoável nível de sucesso, em favor dos interesses vitais de nosso povo e do nosso Estado.

A agricultura e a pecuária em Roraima, estão no rumo descendente de acentuada curva de deterioração. Os números do produto agrícola são irrisórios. A pecuária bovina entrou em atrofia física e numérica. O rebanho diminui em quantidade e qualidade. As causas desse constrangedor e prejudicial fenômeno, são sobejamente conhecidas do estamento social e ligado à agropecuária. Falta de titulação de terras, e outros problemas institucionais, infra-estrutura viária degradada pela falta de manutenção; desasistência do setor público e...sobretudo crédito! Na vigência da nova carta constitucional foi beneficiada a Região Norte, com o FNO poderoso instrumento de oxigenação financeira das atividades produtivas de nossa região, como do resto das regiões Nordeste e Centro-Oeste. Será esta uma das veredas que nossos representantes em Brasília precisarão trilhar, infatigavelmente, a fim de municiar o Banco do Estado com recursos para bancar as necessidades de crédito do setor produtivo: micro, pequenos e médios empresários e os micro, pequenos e médios produtores rurais.

É por esse veio fértil que irão percolar os financiamentos necessários ao fortalecimento da pecuária bovina de corte e leite, da avicultura, da suinocultura, caprinocultura. Haveremos de repovoar os campos do lavrado, com os novos rebanhos e povoar as verdes pastagens de Quicuia e Colonhão do Sul do Nosso Estado!Neste ano um do Estado, iremos fortalecer a rizicultura de várzea, expandindo a sua área, intensificando sua produção. Os pequenos produtores ribeirinhos receberão auxílio material e financeiro para irrigação. Kits de irrigação difusamente distribuídos no Nordeste, providos de flutuadores, têm obtido sucesso surpreendente, em mãos de pequenos irrigantes.

Vamos iniciar em Roraima projetos de irrigação. "A agricultura, sem irrigação, é uma batalha perdida", afirmam os técnicos em uma unanimidade universal. Encontramos em viagem recente ao estabelecimento oficial de crédito para o auxílio aos países subdesenvolvidos, ampla aceitação para financiar um projeto de vinte mil hectares irrigados, com recursos para PCH de quinze MW, canais, bombas, crédito rotativo para os produtores, armazéns, secadores, vilas, escolas etc.

A Itália, a Alemanha e o Japão demonstraram sensibilidade e interesse por esse projeto, que contempla duas grandes vertentes: A ecológica direcionando colonos da mata para o lavrado. A garimpeira/índio, pela incorporação ao projeto, de milhares de agricultores que vivem de biscate em Boa Vista e constituem mão-de-obra de reserva para os garimpos do Oeste.

Para a região sul convergirão recursos e esforços no sentido da implantação de uma PCH também de quinze MW, suficientes para energizar os núcleos urbanos e algumas vicinais dessa importante área produtora do Estado.

Falta de espaço para crianças do pré-primário, do jardim de infância e das diversas séries do primeiro e de segundo graus. Faltam merenda e material escolar. O fluxo para o interior é intermitente, irregular. Há acentuada deterioração das edificações, instalações e equipamentos da rede de ensino básico. Inexistem oportunidades para reciclagem e promoção profissional e funcional dos professores. Tudo isso na moldura de um quadro cinzento, frustrante, que promove o arrefecimento do entusiasmo da população docente e discente do Estado.

"A saúde, direito de todos e dever do Estado" está na UTI. Existe excedente de oferta de leitos hospitalares, o número de médicos é satisfatório embora desigualmente distribuídos por especialidades; os gastos do Governo com o setor são significativos e o resultado é pífio. Não foi até hoje encontrada uma matriz capaz de otimizar os resultados desse esforço penoso, ingente do poder público. A sociedade está pagando uma conta alta sem a contra-partida de uma assistência médico-sanitária satisfatória. Impõem-se uma imediata reversão desse quadro penoso, responsável pela perda inevitável de numerosas vidas preciosas e queridas, até mesmo como demonstração inadiável de respeito e solidariedade, para com o povo trabalhador do nosso Estado!

A malha viária será recuperada e ampliada; desejamo-la funcionando inclusive no inverno, para evitar acréscimos aos preços insuportáveis que o povo paga pelo que hoje leva para sua mesa frugal.

A solução a longo prazo do problema energético, já começou a ser discutida sob ótica de uma associação do Estado, com o setor privado brasileiro, com a conversão em ações de Cotingo, dos créditos da dívida brasileira, em mãos de investidores franceses.

Temos que ousar. Precisamos de ousadia e audácia, na frenética tentativa de abrir novos caminhos para o caminhar altivo e alegre do nosso povo.

Os três poderes estarão estruturados em breves dias. A sociedade resolverá dentro das fronteiras do Estado os seus conflitos e interesses deslindará aqui mesmo, o seu contencioso com os órgãos de administração pública.

O Poder Legislativo irá balizar as linhas do comportamento social através das leis que serão votadas com os olhos abertos na direção das aspirações do povo, com olhar ardente, compungido, num sentimento solidário com as dificuldades e o sofrimento do povo desta terra!

Evoco, neste momento, pensamento lapidar de Lord Keynes: "A coisa mais importante para os governos não é fazer as coisas que os indivíduos já estão fazendo ou fazê-las um pouco melhor ou pior; e sim fazer aquelas que no presente ninguém possa fazer".

A nossa sociedade.....(Parte danificada do jornal) empresariais .....para o desempenho.....importantes no cont.....necessidades . Iremos.....recursos públicos na mobilização empresarial roraimense, a fim de mediar a face física do nosso Estado, ampliando, distendendo e intensificando sua participação de modo a conservar dentro de nossas fronteiras todos os recursos financeiros que aqui aportaram.

O banco irá bancar a produção; a Secretaria da fazenda irá bancar o nosso programa de Governo; todos juntos vamos pesquisar soluções; buscar alternativas para o fortalecimento do comércio e da indústria, privilegiando os micro, pequenos e médios empresários.

O Corão tão em voga nos dias atuais apostrofa no Sura IX: 34 "aqueles que entesouram o ouro e prata e não os espalham segundo o caminho de Alá, trazei a esses – Oh! Maomé – alvíssaras de dolorosa desgraça".

Essa mensagem aponta na direção do compromisso do capital com o investimento gerador de empregos e na grande diáfase da preocupação com o social, pedra de toque da doutrina da social democracia e do trabalhador brasileiro.

Sem um setor empresarial dinâmico, ativo, forte, a economia perde estabilidade! A medida que nossa administração deverá tomar, para conter os gastos de, custeio desnecessários para evitar malbaratamento a malversação de recursos públicos, para a prática de uma política austera tem o objetivo, bem maior, de alcançar uma substancial parcela de recursos do tesouro, destinados aos investimentos em obras e serviços públicos, indispensáveis à promoção do desenvolvimento econômico e social deste estado.

É óbvio que na formulação de um programa, podemos presumir o que queremos, mas devemos evitar impossibilidades. Em outras palavras isto vale dizer, que "política é a arte do possível".

Vamos envidar todos os esforços para não frustrar as esperanças do nosso povo. Tudo faremos para não os decepcionar; Esse será o nosso maior compromisso: adquirir realismo sem perder idealismo; ganhar experiência sem perder a curiosidade. Inovar sem destruir.

Queremos agradecer nessa hora ao povo de Roraima, que nos honrou com sua confiança; Queremos agradecer ao governador Rubens Villar as demonstrações de apreço com que nos distinguiu;

À minha esposa Marluce, o apoio solidário, sua identificação integral com a minha luta política. Aos filhos, parentes e amigos íntimos, o calor afetivo das presenças.

Encerramos esta oração de confiança no futuro da nossa terra, de crença inabalável na dedicação com que todos se desvelarão para que nossa missão tenha êxito, pois dela depende o bem estar de todos : de humildade para compreender, conciliar e somar, pois só com a união seremos todos vencedores, evocando a proteção de Deus para os anos futuros do nosso trabalho , e repetindo a mensagem bíblica com que a começamos: "Se o Senhor não guardar a cidade, em vão vigiam os sentinelas".

c) Matérias Jornalísticas

OTTOMAR repudia ação da Polícia Federal. **Jornal de Roraima**, Boa Vista, 07 de mar. 91.

"Roraima não é praça de guerra, policiais federais estão usando de meios ilícitos contra cidadãos de bem, homens que querem apenas trabalhar. Isto não será admitido de forma alguma. A Procuradoria-Geral do Estado já está acionando judicialmente o delegado Coutrim, por abuso de poder e caso persistam estas prisões arbitrárias outras providências serão tomadas. O Governo dispõe da Polícia Militar que conta com mais de 1300 homens, enquanto eles dispõem de no máximo vinte". Com estas palavras o governador Ottomar de Souza Pinto, se reportou, à imprensa, terça-feira à noite, sobre o episódio da prisão de 11 garimpeiros em duas pistas, ocorrida às 06h30 daquele mesmo dia.

Um dos garimpeiros presos na "Pista do Alexandre", Gilberto Ursulino da Silva, disse que estava aguardando o momento do embarque do avião com destino ao garimpo, quando, de surpresa, receberam ordem de prisão, ele e todos os outros que ali se achavam, por parte dos policiais federais. No local, receberam várias ameaças e foram algemados.Ao chegarem na delegacia, Gilberto foi interrogado pelo próprio delegado Raimundo Soares Coutrim, que lhe ameaçava a todo instante para que o mesmo confessasse atos que diz não ter praticado. Como não conseguiu arrancar nada de Gilberto, o delegado Coutrim partiu para agressões físicas, tendo-lhe provocado várias lesões corporais, como socos na barriga e cotoveladas por todo corpo.

Na terça mesmo, dois pilotos foram libertados, após terem pago a fiança de cinco salários mínimos cada. O delegado Raimundo Coutrim, ao ser procurado, informou que as prisões se efetuaram em função da "Operação Selva Livre", que tem por objetivo retirar todos os garimpeiros das áreas yanomamis e a dinamitação das pistas clandestinas. Segundo ele, nenhuma pista situada nas proximidades da

cidade tem autorização do Departamento de Aviação Civil – Dac, do Ministério da Aeronáutica.

Ontem à tarde, fontes do Palácio da Fronteira cogitavam da possibilidade da vinda, ainda esta semana, do diretor da Polícia Federal, Romeu Tuma, para conduzir as investigações sobre a atuação do delegado Raimundo Coutrim e outras providências no sentido de cessarem as arbitrariedades contra os garimpeiros indefesos.

OTTOMAR paga fiança de garimpeiros e diz que prisões são abusos da PF. **Jornal de Roraima**, Boa Vista, 06 de mar. 1991

Os 27 garimpeiros que estavam recolhidos na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo e foram libertados sob fiança às 16 horas do último domingo, ainda aguardam a complementação legal do flagrante por conta da Polícia Federal, apesar de terem sido colocados em liberdade após o pagamento de fiança.

O advogado Alcir da Rocha que diligenciou o caso judicialmente, contou ontem que a libertação dos garimpeiros foi garantida com o pagamento por cada minerador. No início da celeuma, a fiança que estava sendo exigida chegava a 20 salários mínimos por cabeça. Segundo Alcir, os garimpeiros foram libertados graças ao pagamento da fiança, financiado pelo "governador Ottomar de Souza Pinto e esposa", afirmou o advogado denotando sua intenção em desvincular a ação do governador Ottomar Pinto, e passá-la para o cidadão de mesmo nome.

Nos autos do processo, o advogado expressa que "é público e notório o momento difícil da economia mundial, abalada e agravada com a guerra no Golfo Pérsico. Como não poderia deixar de acontecer, Roraima, por seu isolamento geográfico, sofre efeitos maiores, com o fechamento de uma de suas maiores riquezas: o garimpo".

Segundo Alcir, o alcance da medida decretada pelo Governo Federal tem tido efeitos devastadores sobre a população de baixa renda. "Para agravar ainda mais, as autoridades policiais federais vem fazendo prisões ao arrepio da lei, levando famílias inteiras ao desespero e à fome, sob o pretexto de que estariam infringindo a Lei nº 7.805/89. O absurdo de se prender cidadãos incautos sob a acusação de que estariam indo garimpar fere qualquer princípio jurídico elementar que seja, pois mesmo que se considere a intenção, esta não seria crime em nenhum código do mundo".

Os custos do pagamento da fiança e despesas gerais com a libertação foram todas arcadas pelo governador Ottomar de Souza Pinto – que pagou do próprio bolso algo em torno de 410 mil cruzeiros, disparou em rápida declaração: *"A Polícia Federal em Roraima está com um comportamento vergonhoso, com ações arbitrárias, e que afrontam os princípios de liberdade humana. Se continuarem atacando gente*

indefesa sem procedência, colocarei a polícia militar no encalço deles. Temos mais de 1500 homens na PM, e eles possuem menos de 20. Eles estão abusando, estão retaliando, e vamos processá-los por abuso de autoridade, e que nossa Procuradoria- Geral já está providenciando", disparou, irritado, o governador.

PARA Ottomar, "Policiais Federais estão brincando". **Jornal de Roraima**, 14 de mar. 1991.

O governador Ottomar de Souza Pinto disse, ontem, em entrevista coletiva, que os "Policiais Federais estão brincando", ao se referir as prisões efetuadas semana passada e consideradas ilegais. *"Se vêem um sujeito regando uma horta com uma mangueira de garimpo já o prendem; se alguém freta um avião com rancho e combustíveis, já é visto como um garimpeiro transgressor".* O governador deu conta de providências que tomou em Brasília junto ao Ministro da Justiça e ao diretor-geral da Polícia Federal.

O Governador falou de medidas econômicas postas em prática por sua administração, como a fórmula usada para diminuir os débitos do Estado e também discorreu sobre as providências que estão sendo tomadas para a preservação das estradas durante o inverno que se avizinha. Ottomar também contestou dados do IBGE, achando que o Estado tem o dobro da população divulgada pelo órgão. *"Algumas alterações nos dados poderão apresentar melhorias econômicas para o nosso Estado de Roraima",* disse.

Antes da entrevista coletiva, o governador se reuniu com o prefeito Barac Bento, com o qual assinou convênio através do qual o Estado repassou para a Prefeitura dez milhões de cruzeiros para serem investidos na limpeza de valas e drenagem. No próximo mês haverá novo repasse no mesmo valor, numa contribuição estadual para preservar a cidade dos rigores do inverno iminente e preservando a população dos dissabores já registrados em outros anos, segundo o governador Ottomar de Souza Pinto.

OTTOMAR diz que perda de terras é precedente grave. **Jornal de Roraima**, Boa Vista, 27 de jan. 1991.

O governador Ottomar de Souza Pinto (PTB) disse sexta-feira, ao desembarcar no aeroporto de Boa Vista, que não concorda em hipótese alguma que cerca de 5 mil Km^2 de terras nobres de Roraima sejam cedidas para a Venezuela, conforme planeja o presidente da República Fernando Collor de Mello

"Não posso concordar com cessão de nossas terras, principalmente em uma região riquíssima em ouro, cassiterita e minérios atômicos. O assunto é muito grave e deve ser discutido amplamente com os setores da sociedade civil do Brasil e com o Congresso Nacional", disse.

“O presidente Collor está abrindo um precedente grave e delicado na questão da integridade territorial do país. A questão não só interesse ao povo de Roraima, mas a 150 milhões de brasileiros”, disse. “Não é possível que tenhamos um Joaquim Nabuco na nossa história moderna”.

O governador acha que do ponto de vista jurídico o governo pode até estar certo em decidir pela revisão da fronteira, até porque os marcos que definem os limites do país são seculares. Ele lembra que delimitar fronteiras pelo divisor das águas é uma questão de conveniência política dos governos interessados e cita o caso da fronteira leste de Roraima com a República Cooperativista da Guiana, onde o rio avança quilômetros em território guianense. Ottomar acha que pelo menos deva haver negociação entre os dois países para que não haja perda para ambos, principalmente, por se tratar de uma fronteira rica em minerais. Para Ottomar, antes de qualquer decisão, o assunto deve ser debatido amplamente num fórum público envolvendo todas as classes do país. Ottomar esteve em Brasília, mas só vai oficializar o seu protesto depois que o Governo Federal assinar o ato de cessão das terras.

OTTOMAR denuncia distorções na política de meio–ambiente. **Jornal de Roraima**, Boa Vista, 29 de mai.1991.

O governador de Roraima Ottomar Pinto (PTB) disse hoje no 1º Encontro de Governadores da Amazônia, que paira sobre Roraima uma ameaça ao desenvolvimento se a atitude intelectual sobre a questão indígena no Estado torna-se um fato institucional e legal. *“A questão ecológica e indígena precisa ser urgentemente reestruturada”,* disse Ottomar.

A questão levantada por Ottomar chamou a atenção dos presentes e foi reforçada por todos os governadores amazônicos que vêem nas posições em relação ao índio e ao meio-ambiente, graves distorções. O governador de Roraima citou, como exemplo, as pretensões da Funai em querer transformar 42% do território geográfico do Estado em reserva indígena e de preservação ambiental. *“Se isso vier a acontecer o que sobra para o desenvolvimento é muito pouco”.*

Ele destacou que a ignorância demográfica no meio dos órgãos que tratam da relação dos povos da Amazônia e seus problemas, mas fez questão de esclarecer que seu posicionamento não representa uma ideia de devastação dos planos de preservação do meio-ambiente e das comunidades indígenas. *“Sou plenamente favorável à preservação do ecossistema, mas não podemos permitir que Roraima seja transformada em um grande grupo de civilizados vivendo dentro de uma grande reserva indígena”,* disse o governador.

O encontro promovido pela Superintendência da Amazônia (Sudam) objetiva formar uma “consciência Amazônica” com base para as reivindicações dos governadores

da região em suas reivindicações junto ao poder central. Ottomar pregou a união e a coesão dos governadores estaduais e suas respectivas bancadas no Congresso Nacional a fim de fazer força e pressão na hora das decisões. Lembrou que 1/3 dos senadores compõem a bancada do Norte no Parlamento e "isso pode perfeitamente ir influenciar".

Ottomar defende a integração dos Estados do Norte aos países vizinhos como forma de fortalecimento da economia regional, o que já ocorre no sul do País. *"Uma das prioridades para esta ideia será o asfaltamento da rodovia BR 174 que liga o Estado do Amazonas e Roraima à Venezuela. A proposta de Ottomar foi ressaltada pela representante do Amazonas, Fátima Afonso, que informou também do desejo do governador Gilberto Mestrinho em realizar "o sonho".*

Do encontro onde participaram todos os governadores da região Norte, ficou decidido que vários projetos e propostas de viabilidade econômica para a região serão elaborados e repassados ao presidente Fernando Collor , em encontro a ser definido nos próximos dias em Brasília. Os governadores acham que não basta somente a união na defesa de teorias.

"*As propostas tem que ser concretas e decisivas",* diz Ottomar.

STF nega intervenção no estado e assegura a constitucionalidade. **Jornal de Roraima.** 02 de jun. 1991.

Valeram os princípios do federalismo. Os argumentos legais apresentados pelo governador Ottomar de Souza Pinto para evitar a intervenção federal surpreendeu o Supremo Tribunal Federal. *"É preciso que a Polícia Federal saiba que ela é uma força a serviço do povo brasileiro, ela não é uma força de ocupação aqui em Roraima. Nós exigimos que a polícia federal se mantenha nos termos da Lei",* defendeu-se o governador.

A decisão do STF, negando a intervenção federal, foi assinada pelo presidente da instituição, o juiz José Anselmo de Figueiredo Santiago. Para justificar a decisão o juiz disse que "nos lindes do exame da matéria, não vislumbra, a hipótese, fato idôneo que demonstre estar o governador do estado de Roraima impedindo o cumprimento da decisão judicial. Por isso, em conseqüência, o pedido de remessa dessa representação interventiva ao Supremo Tribunal Federal".

O governador já havia explicado que o seu governo não se opôs às decisões judiciais e a ação legítima da Polícia Federal. *"Não poderia, no entanto, consentir com a 'Operação Selva Livre' desnaturada pelo arbítrio e truculência, transformasse Boa Vista num faroeste",* afirmou.

O governador se disse surpreso com a determinação dos agentes federais em Roraima: *"O que não se compreende é que a pretexto do cumprimento de decisão*

judicial, seja recém-criado estado privado da garantia constitucional de sua autonomia".

Reafirmou os princípios do federalismo para justificar a inconsistência do pedido de intervenção federal: *"O Estado brasileiro, federalista, apóia-se no respeito à autonomia dos estados-membros. Esta autonomia não pode ser afastada graças à simples afirmações, desprovidas de demonstração convivente sob pena de que se tenha desvirtuada a própria estrutura do estado"*, escreveu.

GOVERNADOR lança 'cestão' para as famílias carentes. **Jornal de Roraima**, Boa Vista, 05 jun 1991.

O governador Ottomar Pinto compareceu ontem a vários centros sociais de Boa Vista para lançar o programa "Cestão da Gente", promessa sua da época da campanha política, hoje concretizada com esforço e luta do Governo do Estado em conjunto com a Secretaria de Estado e Bem-Estar Social (Setrabes).

Ao seu lado, estiveram presentes a secretária da Setrabes, o presidente da Codesaima, os deputados Airton Cascavel, Odete Domingues e Luís Faccio, além de empresários.

"Irei expandir para dez mil cestas básicas nosso programa conta hoje com 4 mil. O que vocês tem nessa cesta é uma espécie de salário indireto no valor de C$ 5 mil. Com dois quilos de feijão, quatro quilos de arroz, dois de farinha, uma lata de óleo e uma lata de leite. No próximo mês a cesta será melhor, irá ter galeto, peixe e panelada. Faço isto para o futuro e bem-estar do povo de Roraima", afirmou o Governador no centro social do Asa Branca.

Talvez nestes cinco meses de Roraima, o Governo Ottomar tenha feito muito mais do que os outros governadores em quatro anos", entende o deputado estadual Luís Faccio.

Ottomar está dando ao povo o alimento básico para que possa desenvolver o Estado de Roraima e, com isso, consagra-se como um homem do povo que realiza as suas promessas de campanha", frisou a deputada Odete Domingues.

Aproveitando o momento com o povo, Ottomar comunicou os seus projetos de governo. Segundo ele, até o final do governo ninguém de Roraima vai ter uma moradia indigna. O governo tem planos para construir até o final do ano dez mil casas em regime de mutirão. Um centro profissionalizante será construído no Asa Branca no período de noventa dias. Esse centro atenderá cinco mil crianças carentes desprovidas de alimentos, educação e de um ensino profissionalizante, segundo o governador.

OTTOMAR PINTO rebate críticas ao programa cestão da gente. **Jornal Diário de Roraima,** Boa Vista, 21 de Out. 1991.

"*Quem não trabalha é vadio e quem vive às custas da mulher é gigolô, e não pode tripudiar sobre o caráter do povo",* constatou ontem o governador Ottomar de Souza Pinto, ao falar para milhares de pessoas que se encontravam no Centro Social do Caranã, para receber o "Cestão da Gente". A afirmação de Ottomar Pinto veio em repúdio à manchete de um jornal sustentado pela oposição, que contestou a distribuição do "cestão da gente" pelo governo do Estado às famílias carentes de Roraima.

"Vocês sabem de quem eu estou falando. E peço que vocês fiquem atentos, para nas eleições do ano que vem, quando esse casal vier pedir votos, vocês dêem o troco, porque vocês não são sem-vergonha como o jornal dele afirmou" - disse o governador ao referir-se ao ex-governador Romero Jucá e sua mulher, a deputada Teresa Jucá.

"Eles nunca fazem nada pelo povo, nunca fizeram, porque não tem o que oferecer ao povo, e ainda querem desprezar o povo com afirmações iguais a estas publicadas pelo jornal dele", sustentou Ottomar.

Mostrando o jornal para o povo, que publicou a notícia contestando o programa alimentar do governo do Estado, o governador Ottomar Pinto foi enfático quando disse que "*o governo vai continuar distribuindo rancho para o povo, porque é uma forma de ajudar as famílias carentes a melhorarem a sua cesta básica".* Acompanhado da senadora Marluce Pinto, Ottomar passou toda a manhã de ontem distribuindo pessoalmente os sacolões às famílias carentes.

"No Natal, vamos dar também um sacolão, independente do 'Cestão da Gente'. Nesse sacolão terá peru e uma garrafa de vinho", prometeu Ottomar Pinto, ao informar já estar adquirindo brinquedos para o Natal das crianças em Roraima.

DEMARCAÇÃO de terras indígenas poderá prejudicar economia de Roraima. **Jornal Diário de Roraima**, Boa Vista, 10 de set.1991

"O que se pretende impor aos índios macuxis é a antropologia da fome e da miséria", foi o que acentuou o governador Ottomar Pinto, no discurso proferido na abertura da "Amazônia a caminho do Brasil", sessão especial da Assembleia Legislativa do Estado, realizada durante o dia de ontem na sede do Tribunal de Justiça. No pronunciamento o governador de Roraima fez uma análise da inviabilidade econômica em que se tornará o Estado, caso se efetivem os programas de demarcação de terras indígenas, defendidos pela FUNAI. O governador acusou o Governo Federal de estar atingindo a governabilidade do Estado, na medida em que

pretende resguardar mais de 50% do Território de Roraima para as nações indígenas.

Uma demarcação que – segundo o governador – *"não leva em consideração outros setores da comunidade que foram responsáveis pela garantia das terras de fronteira do país. Na onda do verde, querem privar o Estado de Roraima das terras mais férteis e mais ricas",* disse Ottomar Pinto.

A implantação de programas de irrigação e de investimentos na área de pecuária também foram defendidos pelo governador Ottomar Pinto, como forma de viabilizar economicamente o Estado de Roraima. Ele acentuou, entretanto, que todas as vezes em que se cogitam projetos e desenvolvimentos para o Estado, a FUNAI se levanta, *"empunhando a bandeira da caveira"*.

O governador Ottomar Pinto citou os exemplos da Hidrelétrica do Cotingo e as Zonas de Livre Comércio como ocasiões em que a Fundação Nacional do Índio se colocou contra os projetos de interesse do Estado. *"Fica difícil governar o nosso estado"* – confessou Ottomar Pinto, referindo-se as ingerências federais nas questões de interesse de Roraima. Para o governador, a viabilização das atuais pretensões da política indigenista colocará as próprias nações silvícolas em situação difícil.

"Vão colocar os índios em verdadeiros campos de concentração" – acentuou o governador defendendo o uso das riquezas do Estado por toda a população de Roraima.

"Esta posição não é brasilidade, mas de intolerância da União, que fere os interesses do nosso povo e que obstaculiza o caminho de nosso povo para o desenvolvimento". – disse o governador referindo-se a política de demarcação de terras indígenas do país. Ottomar lembrou ainda que os únicos benefícios recebidos pelas comunidades indígenas, como saúde e educação foram promovidos pelo governo do estado.

"A Funai não consegue administrar a própria sede em Brasília".

OTTOMAR fala à Folha de São Paulo sobre Ianomamis. **Jornal de Diário de Roraima,** Boa Vista, 12 de ago. 1991

O Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo de ontem, dia 11, garantiu aos preservacionistas que a reserva indígena ianomâmi será preservada da invasão promovida por três mil garimpeiros que lá se encontram.

Questionado se o governo é a favor ao garimpo na região da reserva indígena ianomami, o brigadeiro respondeu que *"embora ache a reserva excessivamente*

grande, estou no comando do estado para cumprir a lei" e depois questionaria a solução encontrada pelo Governo Federal para a questão ianomâmi.

No entender dele, Ottomar Pinto, a melhor solução foi a determinada pelo governo Sarney, que criava ilhas para as reservas indígenas do estado, o que possibilitava a prospecção mineral, sem atrapalhar as comunidades indígenas *"Eu acho que uma área contínua é uma ameaça, futura, sobretudo quando se começa a falar em soberania restrita. Do lado de lá também tem índio ianomâmi. Configura-se uma estrutura de nação. O que os índios de lá querem não é terra, é produtividade, capital, assistência técnica",* enfatizou.

Ottomar disse que o presidente da República é ciente da soberania nacional, ele não tomou esta medida de evacuação pressionado por governos estrangeiros, não é do estilo dele se submeter a pressões de terceiros. *"O Governo Federal não poderia tomar uma posição obscurantista sobre a questão indígena",* afirmou o governador.

AMAZÔNIA: Ottomar vai à CPI e defende a exoneração de Lutzenberger. **Jornal Diário de Roraima**. 11 de set. 1991.

O governador Ottomar Pinto voltou a defender a tese de que o processo de internacionalização da Amazônia está em curso, citando uma série de elementos que evidenciam o que classificou como um "jogo internacional contra a Amazônia". O governador foi o primeiro a depor na CPI sobre a Amazônia, que realizou reunião especial durante todo o dia de ontem na Assembleia Legislativa de Roraima. Ottomar Pinto ainda reforçou a proposta do presidente da CPI deputador Átila Lins, que encaminhará ao presidente Fernando Collor o pedido de exoneração do secretário Nacional do meio ambiente José Lutzenberger.

Para o governador de Roraima, a preocupação dos países do Primeiro Mundo com a questão ecológica no Brasil esconde intenções futuras de dominação da região Amazônica. "*Infelizmente, o presidente Fernando Collor se compadece mais com os apelos dos senadores americanos do que com centenas de caixões azuis, levando crianças que morrem de fome"* – disse o governador acentuando a comodidade com que os países como Canadá e EUA em defesa a ecologia do Brasil, Ottomar diz*: " É muito cômodo para eles, que já detém o desenvolvimento, de defenderem a não utilização da região"*, disse.

A ação da Funai foi apontada pelo governador de Roraima como um dos grandes entraves ao desenvolvimento do Estado. Ele lembrou que a demarcação de áreas como a da Raposa Serra do Sol prejudicaria a região e, principalmente, os próprios indígenas, que deixariam de contar com benefícios como saúde e educação, que hoje são garantidos pelo Governo do Estado. Instigado pelo presidente da CPI a dar uma nota pelo desempenho da Funai, o governador Ottomar Pinto disse que "certamente a Fundação iria para uma segunda época".

GOVERNADOR Ottomar Pinto completa seis meses de trabalho profícuo. **Jornal Diário de Roraima**, 02 de jul. 1991.

Por feliz coincidência o Diário de Roraima surge no exato dia em que Ottomar de Souza Pinto completa os seis primeiros meses de sua administração, apresentando ao povo que o elegeu um invejável e surpreendente acervo de realização, tanto em obras físicas como e, principalmente, no campo administrativo com ações de austeridade que resgatam perante a opinião pública a credibilidade do próprio Governo.

Nesta primeira edição do Diário de Roraima mostramos um relato sucinto de seus primeiros seis meses de administração, não deixando de fazer referências da auto-independência da mais nova unidade federativa, do relacionamento entre os poderes constituídos do estado e da convivência política no ano que precede as eleições municipais de 1991, quando haverá a sucessão de todos os prefeitos que assumiram há três anos.

Interiorização e Produção

A preocupação inicial do governador Ottomar de Sousa Pinto foi transformar Roraima em um Estado produtivo, como no seu período anterior de governo. Para tanto se impunha em um trabalho de recuperação da malha viária, que estava em péssimas condições. Todas as rodovias estaduais mereceram, de imediato, a atenção do governo. Estradas - tronco como BR-210, BR-174 e RR – 203 foram restauradas quase que totalmente em tempo recorde. Ao mesmo tempo, o governo voltou a atenção para as chamadas estradas vicinais, recuperando velhas pontes de madeira e construindo outras em concreto.

Numa ação conjunta da Secretaria de Agricultura e a Codesaima, o Governo partiu para um arrojado programa de incremento da produção. O ponto de partida foi o incentivo ao plantio com apoio financeiro e operacional a pequena e médio agricultoras, num contingente de cerca de 5 mil (...).

Austeridade e Moralidade

A austeridade foi a primeira palavra de ordem de Ottomar ao assumir o governo. O Estado deixou de ser instrumento de negociata de alguns inescrupulosos. A torneira dos gastos supérfluos foi definitivamente fechada. Os negócios do Governo passaram a ser absolutamente transparentes, baseados na livre concorrência de preços de conhecimento público. A moralidade imprimida na administração, com a eliminação de gastos abusivos dos chamados “cabides de empregos” e dos “servidores fantasmas” que sugavam os parcos recursos do tesouro estadual, resultou em grande economia e deu condições para investir em obras diversas de

educação, saúde, segurança pública e na direta assistência às comunidades menos favorecidas, através dos programas sociais.

No curto espaço de algumas páginas de jornal é absolutamente impossível um retrato completo das realizações de um governo profícuo e determinado, que honra os compromissos assumidos na campanha eleitoral.

Tudo por Roraima

"Tenho um especial carinho por este povo com o qual convivo há tantos anos e pelo qual tenho dedicado a força do meu ideal e minha disposição de trabalho", disse o governador Ottomar de Souza Pinto em rápido contato com a reportagem do Diário de Roraima.

Depois de ter governado o Território de Roraima, o brigadeiro vive uma nova experiência ao voltar ao poder como primeiro governador eleito no novo Estado, graças à livre manifestação popular. Sobre a nova circunstância em governar e o relacionamento entre os Poderes Constituídos do novo Estado, o governador comenta:

"*Numa democracia é salutar o relacionamento entre os Poderes Constituídos do Estado. A experiência não tem me causado quaisquer problemas.Nosso relacionamento com o Legislativo é altivo, respeitoso e cordial. Temos uma base parlamentar majoritária mas, independemente disso, estamos sempre abertos ao diálogo até com os adversários, sempre que os interesses supremos falarem mais alto. O Tribunal de Justiça, por determinação constitucional, foi criado por iniciativa do Governo e, com ele, o relacionamento não está diferente".*

Embora atento aos fatos, o governador não faz maiores comentários sobre o processo político no Estado: *"Minha prioridade absoluta é administrar, é correr contra o tempo para tirar Roraima da estagnação. A atividade política é efervescente e nela me envolverei com vigor no devido tempo. Para o próximo ano o calendário eleitoral prevê a sucessão municipal e nela me envolverei de corpo e alma, na devida oportunidade, ao lado dos companheiros do nosso grupo político, para colher os frutos do trabalho que agora realizamos".*

OTTOMAR GARANTE: Garimpeiros sairão sem violência. **Jornal Diário de Roraima,** Boa Vista, 04 de jul. 1991.

O governador Ottomar Pinto (PTB) revelou ontem, ao final de um encontro com o diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, que não haverá violência na retirada dos garimpeiros de áreas indígenas ianomamis. Tuma esteve reunido com Ottomar durante 20 minutos as portas fechadas na residência oficial do governo do Estado. *"O dr. Tuma veio me dar ciência da decisão governamental de evacuar os*

garimpeiros. Disse-me que tão logo seja concluído o plano, eu serei informado do que ocorrerá", adiantou Ottomar.

O governador disse ser favorável à demarcação das áreas indígenas, mas é contrário a um fechamento brusco da atividade garimpeira do Estado. *"O Estado sobreviverá com ou sem garimpo", a*firmou Ottomar ao ser indagado por jornalistas se o fim da exploração de ouro estrangularia a economia local. Para Ottomar, o presidente da República, Fernando Collor de Mello está agindo conforme a Constituição Federal, que diz ser ilegal a extração de recursos minerais em áreas indígenas sem a devida autorização do Congresso Nacional.

Ottomar acha que deve ser novamente discutida a criação de reservas garimpeiras em áreas não habitadas por populações indígenas. Essas reservas foram criadas pelo ex-presidente José Sarney, cujos decretos foram revogados por Fernando Collor de Mello no ano passado. O governador disse que só opinará sobre a operação da Polícia Federal depois de conhecer os planos. Adiantou que as forças federais, Exército, Aeronáutica e Polícia Federal – atuarão juntas na remoção dos garimpeiros*."Antes da retirada, haverá uma campanha de conscientização a fim de alertar os garimpeiros do erro de permanecer em áreas ocupadas pelos índios. Romeu Tuma me garantiu que não haverá excessos. Os garimpeiros serão advertidos e avisados de quando deverão abandonar os garimpos. Depois disso, serão retirados por tropas do exército e deixados na cidade".*

Perguntado se havia feito propostas ao delegado Romeu Tuma para reter a operação até que se encontre uma forma menos traumática para o problema, Ottomar disse que no momento exato saberá como proceder. *"Não posso confrontar a decisão presidencial sem antes de saber, na íntegra, realmente o que acontecerá"*, responde o governador. *"Posso garantir aos garimpeiros e a seus familiares que não haverá violência".*

Ottomar defende outras alternativas econômicas para o Estado, em caso de uma proibição total da extração mineral no Estado. *"Continuo dizendo que nossa vocação é para a agricultura. Devemos reconhecer nosso potencial agrícola e partir para o desenvolvimento através da atividade econômica",* disse.

A senadora e 1ª dama do Estado, Marluce Pinto, conversou rapidamente com o delegado Romeu Tuma. Pediu que a operação de retirada dos garimpeiros fosse executada com moderação, consciência e, sobretudo, com coerência. "Esses trabalhadores merecem todo o nosso respeito. Não podem ser tratados como simples animais e nem tampouco chicoteados. Se é para retirar, para que seja cumprida a decisão presidencial, é preciso que haja o máximo de respeito com a pessoa humana, disse a senadora.

GOVERNO entrega “cestão da gente” na periferia. **Jornal Diário de Roraima,** Boa Vista, 16 de jul. 1991.

Este final de semana foi marcado pela entrega na periferia de Boa Vista de 6 mil cestas contendo alimentos de primeira necessidade, dentro do programa “Cestão da Gente” pelo governador Ottomar de Sousa Pinto, a senadora Marluce Pinto, juntamente com a valiosa colaboração da Secretaria de Trabalho e bem-estar social (Setrabes) e da Companhia de Desenvolvimento de Roraima (Codesaima).

O governador iniciou o programa semanal entregando no sábado às 09h00 hs o cestão na Associação dos moradores do bairro Jardim Equatorial, Tancredo Neves e Centro Social dos Buritis. No domingo, os lugares visitados foram o 13 de setembro, Caranã e o Centro Social Reinaldo Neves.

“*A novidade desta vez é a complementação desta feira com dois quilos de peixe regional, e uma maior quantidade de produtos. Vocês encontrarão quatro quilos de arroz, dois quilos de feijão, dois quilos de farinha, uma lata de leite, uma lata de óleo, dois quilos de açúcar, juntamente com dois quilos de peixe regional*”, disse o governador na hora da entrega nestes bairros da periferia.

Aproveitando momento de grande expectativa, Ottomar anunciou a compra de um terreno perto do Conjunto Cambará que será dividido em oito mil lotes com a finalidade de apaziguar e resolver o grave problema de moradia da população carente de Boa Vista.

“*Estes lotes serão divididos no meado de agosto assim que as chuvas diminuam para que as firmas de construção possam preparar o terreno para a distribuição. Colocaremos água e energia nesta localidade e iremos distribuir os lotes para os mais carentes fazerem suas casas com ajuda do governo em regime de mutirão, e outros terrenos para as famílias carentes que tenham maior condição financeira e possam fazer as suas casas por si próprias*”, concluiu.

HIDRELÉTRICA de Cotingo terá obras iniciadas no governo Ottomar. **Jornal Diário de Roraima,** Boa Vista, 16 de Ago. 1991.

A Usina Hidrelétrica de Cotingo pode sair do papel e se transformar numa realidade para Roraima. Anteontem, técnicos da Eletronorte discutiram com o governador Ottomar Pinto as viabilidades do “Projeto Cotingo” que pode ter suas obras iniciadas até o final do ano. Engenheiros da Eletrobrás fizeram opção por Cotingo dada as condições geográficas que a região oferece trazendo economias para o Estado e oferecendo a geração de energia até meados de 1995.Pelos cálculos da Eletronorte, iniciando a construção este ano, Cotingo pode gerar energia já a partir de 1993.

“Estamos buscando soluções econômicas para Roraima”, disse o governador Ottomar ao abrir a reunião*: “Concluindo Cotingo, não há dúvida de que Roraima se*

desenvolverá em curto espaço de tempo. As alternativas surgidas agora são de uma hidrelétrica mais simples e econômica, dentro de uma visão terceiro-mundista, menos suntuosa". Os técnicos, na concepção apresentada pelo projeto "Cotingo" calculam em 160 milhões de dólares a conclusão da usina para uma geraçãode 120 megawatts de capacidade instalada, o que daria para abastecer Boa Vista e parte do Estado até o ano de 2005. Segundo o governador Ottomar (versão confirmada pelos técnicos da Eletrobrás) o projeto "Cotingo" foi incluído no Plano Energético da Eletrobrás como a opção de hidrelétrica para Roraima. O projeto "Paredão", que a princípio figurava como o mais viável, foi substituído dada as condições geográficas do rio Cotingo, onde a formação do lago consome menos espaço para uma geração bem maior.

Ottomar fez questão de esclarecer que a opção por Cotingo o tomou de surpresa: *"Isso é extremamente agradável para mim e para a população de Roraima"*, diz Ottomar. O governador disse ainda que pelo projeto apresentado pela Eletronorte, a construção de Cotingo não trará prejuízos ao meio ambiente, uma vez que a formação do lago ocupará pouco espaço.

O engenheiro civil Antônio Bon de Carvalho Filho, gerente do Departamento de Engenharia da Eletronorte, iniciou explanação dizendo que a companhia projeta aumentar a oferta de geração de energia térmica para Boa Vista ampliando em mais de 20 megawatts a capacidade da usina de Floresta, capaz de atender a capital até 1998, quando, possivelmente, dependendo da definição pelo "Projeto Cotingo", entraria as primeiras unidades da usina construída.

Antônio Bon disse que, a principio, o projeto de Paredão havia sido matriculado como prioritário, mas atualmente ele já não se adapta as necessidades para atender sequer ao consumo de Boa Vista. "Por isso estamos admitindo que o projeto Cotingo como a forma mais confiável de concluirmos uma hidrelétrica para Roraima", disse. Segundo ele, os estudos preliminares indicaram que a construção de uma usina no mesmo modelo do apontado para o projeto anterior, com uma construção pequena e uma casa de força mais distante da tomada d´ água – cerca de 30 metros abaixo da água – é uma alternativa econômica. Para a conclusão de Cotingo, o governador Ottomar disse que os recursos sairiam de duas fontes: 40% de recursos do próprio governo e 40% viriam de fundos de investimentos do Governo Federal. Uma outra alternativa foi colocada. O governo estadual entra em uma parte e outra será dividida entre empresas privadas, através de uma sociedade anônima.

Foi discutido também um projeto, esse em fase mais adiantada. É a construção da PCH de Jatapu, uma hidrelétrica pequena para gerar inicialmente uma potência de 10 quilowatts e com 30 de capacidade instalada. Os engenheiros da Intertechene, a firma contratada para elaborar o projeto técnico, orçaram em 25 milhões de dólares o preço da obra para a conclusão em dois anos. Esta hidrelétrica abastecerá a

região Sul do Estado, transformando-a em um polo agroindustrial, a fim de abastecer o Estado, principalmente, a capital com hortifrutigranjeiros. O governador Ottomar disse ser otimista:

"Deus é grande. Pelos nossos cálculos, vamos tocar os dois projetos, Jatapu e Cotingo", diz.

OTTOMAR protesta contra abuso da Polícia Federal no Cotingo. **Jornal Diário de Roraima,** Boa Vista, 22 de ago. 1991.

O governador Ottomar Pinto protestou ontem contra a intervenção de policiais federais na região do Cotingo, onde vários moradores e produtores estão sendo molestados em função de uma liminar concedida pela Justiça Federal para a retirada de garimpeiros ali instalados.

*"O que nos cabe fazer agora, já que estamos aprendendo a operacionalizar esse processo, a conviver com essas medidas cuja finalidade é trazer prejuízo para o povo, é recorrer da decisão do juiz e sustar a liminar garantindo dessa forma o direito de ir e vir dos habitantes da região".*O governador foi informado que a operação da Polícia Federal comandada pelo delegado Raimundo Coutrim é excessivamente violenta. Os policiais, que estão ali para coibir a entrada de garimpeiros em áreas indígenas, ameaçam as pessoas e derramam combustível destinado na maioria das vezes ao funcionamento das máquinas em fazendas da região.

Ottomar acha que o quadro vai melhorar. Ele informou que na sexta-feira passada, dois juízes federais vão ser apresentados em Brasília à senadora Marluce Pinto. Os magistrados serão designados para despachar em Roraima. *"A partir da vinda desses juízes qualquer liminar desse tipo será despachada aqui em Roraima e estando eles convivendo com a realidade do estado é mais fácil corrigir algumas distorções em relação à causa indígena. Os juízes vão criar vínculos com a sociedade local e conviver com todos, de modo que essas liminares serão decididas levando em conta o real e não o abstrato mundo dos autos".*

Além do mais, o governador acha que manter as comunidades indígenas dos macuxis e wapixanas (aculturadas) ainda mais longe do processo social, é esterilizar o estado, prejudicar a sociedade que trabalha. *"Se as intenções da Funai forem concretizadas as maiores vítimas serão os próprios índios",* disse o governador.

Ele lembra que, em 1972, quando aqui chegou, a maloca do maturuca detinha um índice alarmante de índios tuberculosos: cerca de 80% e é simples de explicar. Não há na região nem caça nem pesca por se tratar de área de lavrado. *"Se não houver assistência técnica, não for distribuídas sementes e não oferecer meios, os índios*

não sobrevivem. A Funai decididamente não se mostrou capaz de cuidar dos indígenas do Estado".

A situação das comunidades indígenas só melhorou quando foram abertas as estradas para o Cotingo e Mutum. Depois, várias equipes de médicos do Estado lá estiveram para tratar casos de doenças entre os índios o que fez os índices alarmantes, principalmente, de infecções diminuírem bastante, o quadro regrediu. Na opinião do governador, consolidando-se as áreas indígenas, os índios vão sofrer, pois o Governo do Estado fica impedido de atuar. Ontem, no final da tarde, o governador enviou um telex ao Ministro da Justiça Jarbas Passarinho e ao diretor geral da Polícia Federal Romeu Tuma externando a preocupação do governo pela forma torpe e violenta com que os agentes federais agem no Estado.

GOVERNO entrega diplomas do programa de formação de mão-de-obra produtiva. **Jornal Diário de Roraima,** Boa Vista, 16 de set. 1991

O Teatro Municipal de Mucajaí viveu, no último sábado, um dia especial. É que a senadora Marluce Pinto e o governador Ottomar Pinto presidiram a solenidade de entrega dos diplomas da primeira turma habilitada pelo Programa de Formação de Mão-de-Obra produtiva. Foram 20 mulheres, que depois de cursarem uma programação de 160 horas/aula receberam os certificados dos cursos de Corte e Costura. "É com muita emoção que nós participamos deste encontro, porque a gente vê os primeiros frutos de nosso trabalho de habilitação de mão-de-obra", disse a senadora, acentuando a "relação de amizade e confiabilidade que existe entre o povo de Mucajaí e o Governador Ottomar Pinto".

O governador Ottomar Pinto congratulou-se com os novos formandos, lembrando que o Banco de Roraima estava credenciado a receber pedidos de financiamentos para pequenas empresas, em planos especiais de juros e pagamentos.

"*Eu desejo que vocês colham na vida o mesmo sucesso que obtiveram neste curso".*

Vila Iracema

A programação do "Cestão da Gente" na comunidade de Vila Iracema também foi precedida pela solenidade de entrega dos diplomas dos cursos de Corte e Costura."Esse é um instante que nos enternece, porque estamos em uma comunidade que optou por aprender"- acentuou o governador do Estado lembrando "a necessidade de a mensagem de progresso por todo o estado". Para a senadora Marluce Pinto, o empenho das novas formandas reforça a disposição do governo Ottomar Pinto em investir na formação de mão-de-obra. "A única maneira de superarmos esta crise de desemprego e investir na habilitação profissional da nossa gente", disse a senadora.

A presidente do clube de mães 01 de maio, em Vila Iracema, Maria Santana Borges, falou do apoio que a comunidade vem recebendo do Governo Ottomar Pinto. “Antes o clube estava quase parado, mas eu não desisti. Eu tinha a certeza que quando o governador Ottomar Pinto voltasse para a senadora Marluce Pinto as portas do Palácio iam se abrir novamente pra gente”- disse, emocionada, Santana. Em Roraima, o governador Ottomar Pinto lembrou que a intenção do Governo é sempre estar junto com o povo de Roraima. O governador Ottomar Pinto lembrou que o programa “O povo de panela cheia” não significa apenas entregar as cestas básicas. É um programa que, segundo ele, se desenvolve integrado em muitas ações, com investimentos prioritários na área da agricultura. É assim que foram adquiridos tratores de esteira, além de 20 mil toneladas de calcário e 1500 toneladas de fertilizantes para serem utilizados na preparação de áreas agrícolas. “ Nosso ano agrícola nos garantirá cerca de 1 milhão de cerais”.

CONGRESSO deve discutir fronteira, diz Ottomar. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 de jan. 1991.

O governador de Roraima, Ottomar de Sousa Pinto (PTB), 60, disse ontem que discorda da transferência de terras do Estado para a Venezuela. O governador de Roraima sugere que o presidente Fernando Collor de Mello leve a questão à apreciação do Congresso Nacional, pois considera ceder terras da União a um outro país é uma questão de soberania.

“O assunto é gravíssimo. Interessa a 150 milhões de brasileiros. Não é só o governo de Roraima que deve protestar, mas toda a nação”, afirmou o governador.

Ottomar acha que Collor está abrindo um precedente grave e delicado, que pode comprometer a integridade territorial do país. *“Não é possível que tenhamos um novo Joaquim Nabuco na história moderna”,* disse. Ottomar disse que do ponto de vista jurídico o governo pode até estar certo em revisar as fronteiras entre Brasil e Venezuela.

“Mas pelo menos tem que haver negociação para não haja perdas para ambos os lados, principalmente quando se trata de uma região onde há ocorrência de minerais nobres”.

O governador disse que antes de qualquer decisão o assunto deve ser debatido em fórum público. Ottomar esteve em Brasília para obter informações sobre os planos do Governo Federal*: “Vamos aguardar a decisão oficial para ver onde devamos buscar as nossas defesas”,* declarou Ottomar.

A mesa diretora da Assembleia Legislativa de Roraima enviou uma solicitação de explicações ao presidente da República, ao Ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e ao Ministro das Relações Exteriores, Francisco Resek. Os deputados não aceitam

nenhuma justificativa do governo brasileiro para a transferência de terras. “Os minérios de Roraima pertencem a seu povo. Não aceitamos em hipótese alguma a transferência de nossas terras para outro país”, disse o deputado Flávio Chaves, presidente da Assembleia.

O movimento de defesa pela não – internacionalização de Roraima, criado na terça-feira, elegeu o presidente Collor como inimigo comum do povo de Roraima. Na manifestação, os organizadores do protesto acusaram o governo brasileiro de “impatriótico”. “O que o presidente pretende fazer é um crime inafiançável”, disse José Augusto, presidente do Movimento.

Associações de bairro, sindicatos e os empresários ligados à Associação Comercial de Roraima (Acir) já se organizaram para combater com novas manifestações a intenção do governo. “Se for necessário ocuparemos Brasília, mas não permitiremos o desmembramento de nossas terras em favor de terceiros”, disse o empresário Said Samou Salomão.

DEMARCAÇÕES em Roraima causam protestos. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de dez. 1990.

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Roraima, Rubem Lima, 41, disse que os empresários do Estado vão fechar suas lojas em Boa Vista e participar de passeatas em janeiro para protestar contra a “indigenização” da região. Ele atribui isso à demarcação de 70% da área do Estado para os índios, planejada pelo governo federal. Roraima possui uma área de 230 mil km^2.

Segundo Lima, os protestos devem reforçar a reivindicação da entidade para participar das discussões e planejamento da demarcação de áreas indígenas apresentada ao governador eleito, Ottomar de Souza Pinto (PTB), 49. “As manifestações vão reforçar nossas reivindicações. Não podemos é mais assistir à exclusão dos brancos e civilizados das terras conquistas pelos colonizadores”, afirmou.

Pinto afirmou que apóia o movimento contra a “indigenização” do estado de Roraima. Para ele, as pressões das entidades ambientalistas internacionais *“não podem esterilizar*” as terras do estado *“sob o pretexto da preservação das áreas indígenas”. “Muitas vezes as áreas demarcadas para os índios extrapolam as necessidades naturais dos indígenas, mesmo garantindo a preservação da sua cultura”,* afirmou pinto.

A secretária da Cooperativa dos Garimpeiros do Alto Pirama Ilze Maria Costa, 39, afirmou que a entidade vai participar dos protestos. Ela afirmou que o governo federal e as entidades ambientalistas internacionais “não percebem que com a expulsão dos garimpeiros de Roraima é criado um novo problema social, o estado

de penúria de suas famílias". O coordenador do Conselho Indígena de Roraima, Clóvis Ambrósio, 44, disse que foram demarcados 600 mil hectares de terra para índios de várias tribos, serão demarcados a partir de janeiro nove milhões de hectares para os ianomâmi e uma área única de 1, 3 milhão de hectares para os índios Ingarikó, Taurepang, Wapixana e Macuxi, que representam 12 mil índios. Segundo ele, as áreas demarcadas para os índios vão representar 50% da área total do Estado. "Os brancos estão reclamando sem nenhuma razão, esqueceram que os índios eram donos de 100% das terras do Estado e podem muito bem explorar a área com garimpo e agricultura, sem ameaça de genocídio provocado pela invasão de suas áreas para garimpeiros", afirma Ambrosio.

O administrador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Boa Vista, Glenio da Costa Alvarez, 32, disse que 13 áreas indígenas já foram delimitadas a partir de 1991. O presidente da Associação dos Povos Indígenas de Roraima, cacique Raimundo Makuxi, disse que a entidade vai propor ao governo federal transformar Roraima em uma reserva indígena.

RIBEIRO, Éfrem. **Verbas definem apoio de Ottomar a Collor**. São Paulo: Folha de São Paulo, 01 de jan de 1991.

O governador eleito de Roraima, Ottomar de Souza Pinto (PTB), 59, afirma que o apoio da bancada do Estado no Congresso ao presidente Fernando Collor de Mello está condicionado ao apoio do governo federal à sua administração. *"Se o governo federal não colaborar com o Estado, a bancada não vai apoiar o governo",* disse Ottomar em entrevista exclusiva à **Folha**. Os três senadores e seis dos oito deputados federais eleitos seguem a sua orientação política.O governador eleito quer que o Governo Federal reduza as áreas indígenas dos ianomâmi, que representam 40% dos 230 mil quilômetros quadrados do Estado.

"*Não podemos desenvolver Roraima com apenas 60% da sua área".* Ottomar afirmou não saber qual é o valor da dívida do Estado. "É muito alta".

Folha – Em que situação o senhor vai assumir o governo?

Ottomar – O quadro pior é o financeiro. Mas não assusta, porque o maior peso do pagamento dos servidores públicos é do governo federal. Nós esperamos receber da União os recursos suficientes para pagar as dívidas contraídas pelo Estado até o dia da transformação efetiva de Roraima em um Estado. Eu não sei o valor da dívida. É muito alta.

Folha – Como o senhor pretende viabilizar seus projetos de desenvolvimento e investimentos diante da recessão no país?

Ottomar – Temos que fazer um saneamento financeiro no Estado, temos que procurar aumentar a nossas fontes de receita, não aumentando impostos, mas

cobrando os tributos que os empresários devem ao Estado. Nós temos que evitar o desperdício. A partir daí, procurar definir um segmento da receita orçamentária para investimentos. Além disso, esperamos o aporte de recursos do governo federal para a construção de estradas vicinais e para agricultura. Vamos procurar recursos externos para investimento nos grandes projetos estratégicos.

Folha – Como o senhor vai governar um estado que gasta grande parte de seus recursos com funcionários públicos?

Ottomar: A afirmação não é verdadeira. No nosso Estado, uma parcela muito pequena é gasta com funcionários públicos. O encargo maior com a folha de pagamento dos funcionários é da União. Vamos conseguir dinheiro com saneamento da máquina administrativa e cobrança de impostos para investir em saúde, educação e estradas.

Folha – Como o senhor analisa o tratamento que o presidente Collor tem dado a Roraima?

Ottomar – O atual tratamento é bom. O atual governador tem recebido recursos da União. Eu tenho certeza que o presidente Collor sabe que nossa bancada federal, na sua totalidade, vai apoiar as suas propostas na Câmara dos Deputados e no Senado.

Folha – Como vai ser esse apoio da bancada que segue sua orientação no Congresso em relação ao Governo Collor?

Ottomar – O apoio da nossa bancada no Congresso se condiciona ao apoio que podemos receber do governo federal. Se o governo federal não colaborar com o Estado, a bancada não vai apoiar o governo. Vai seguir a sua consciência. A bancada vai seguir a sua consciência. Cada Deputado e Senador que achar que deve apoiar determinado projeto vai votar a favor. O que discordar, vota contra.

Folha – Como o senhor vai resolver o problema dos índios no Estado?

Ottomar - O governo federal divulgou uma notícia auspiciosa. A redefinição das áreas dos ianomâmis e, excepcionalmente em Roraima, vai haver um encurtamento dessas áreas, que representam 40% da área do Estado. O Estado tem que tomar uma decisão forte em relação a isso. Roraima não pode ficar com sua superfície esterilizada. Hoje essas áreas extrapolam as necessidades naturais dos índios. Não podemos desenvolver Roraima ficando com apenas 60% de sua área, quando temos nesses locais minerais para ser garimpados e reservas biológicas para ser exploradas.

OTTOMAR quer índio no mercado de trabalho. **Folha de São Paulo,** São Paulo, 03 de jan. 1991.

O governador de Roraima, Ottomar de Souza Pinto (PTB), 59, anunciou ontem as criações das Fundações Pró-Índio e da Ecologia. Ottomar afirmou que a Fundação Pró-índio vai tratar da preservação dos índios e preparar os índios aculturados para o mercado de trabalho na agricultura. "*Nós temos índios de terceira geração que perderam até a memória da língua de suas tribos. Para eles vamos desenvolver um projeto de agricultura irrigada na área do lavrado",* disse.

Para Ottomar, a Fundação da Ecologia deve trabalhar com o Ibama na liberação de relatórios de impacto ambiental de projetos de garimpos e extração florestal*. **"**Temos que explorar as riquezas minerais de Roraima de acordo com as leis".* Ela afirmou que as Fundações vão mostrar para os ambientalistas estrangeiros que *"nosso propósito é explorar nossa extensão territorial ao mesmo tempo em que preservamos as florestas e os índios".*

O bispo de Roraima Aldo Mongiano disse que o governo e os fazendeiros de Roraima defendem em seus discursos os índios e as florestas, mas "na prática invadem terras indígenas e promovem desmatamento irracional".

Ottomar nomeou Haroldo Amoras para a Secretaria de Planejamento, Indústria e Comércio; Teresina Caligari para a Administração e Rubens Quintella para a de Segurança. Ele disse que vai anunciar os nomes dos outros sete secretários estaduais até o final de semana. Segundo Ottomar, os critérios de escolha de seus secretários são "eficiência,experiência e probidade".

Ottomar disse que as secretarias técnicas serão agrupadas por pessoas sem vinculação com os grupos políticos que o elegeram, mas as secretarias de Justiça, Negócios, Interior e de Ação Comunitária serão ocupadas por integrantes de partidos que o apoiaram no segundo turno. Ottomar tomou posse anteontem. Ottomar afirmou que a demarcação de 50% da extensão territorial de Roraima para os índios "estereliza o Estado e inviabiliza o seu desenvolvimento".

OTTOMAR diz que garimpo não ajuda Roraima. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 de jul 1991.

Filmes de bangue-bangue, índios contra a cavalaria, "não fazem o gênero", do governador de Roraima, Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto. Ele detesta o general Custer*: "Aquele do 7º da Cavalaria, que dizia 'já matou seu índio hoje?' Para mim esse é um personagem ultraconservador e altamente reacionário".*

O brigadeiro é governador do Estado com maior população indígena do Brasil. Pernambucano, de Petrolina, quando chegou em Roraima, em 1972, mais da metade da população era índia. Como governador nomeado, de 1979 a 1983, Ottomar estimulou as migrações que aumentaram a população do Estado para 350 mil pessoas. Como deputado federal pelo PMDB (86-90), defendeu o

desenvolvimento da Amazônia “do ponto de vista dos Estados periféricos não do de São Paulo”.

Militar, médico, engenheiro civil, engenheiro eletricista, advogado e economista, com dois mestrados em Berkeley e em Austin, nos Estados Unidos, o brigadeiro Ottomar aproveitou cada minuto de seus 60 anos. Ele está sob foco de atenção mundial desde que milhares de garimpeiros invadiram as terras dos índios ianomâmi. Cerca de 1,5 mil já morreram, segundo levantamento realizado pelo grupo Ação pela Cidadania.

O governador contesta os dados. De qualquer maneira, os garimpeiros vão sair outra vez. A “6ª fase da segunda etapa” da Operação “Selva Livre” da Polícia Federal localizou 14 pistas clandestinas reconstruídas. O governador de Roraima visitou a Folha ontem acompanhado pelo presidente da empresa Paranapanema, Otávio Lacombe, e pelo ex-presidente da Goldmazon, Elton Rohnelt, atual assessor do governo estadual para assuntos de mineração. Ottomar garantiu que “a lei que proíbe mineração de terra indígena será cumprida”.

Folha – Agora vai ou não vai?

Ottomar: Vai. A Aeronáutica, o Exército e a Polícia Federal vão agir. Eles vão panfletar a região e dar um prazo para os garimpeiros saírem. A polícia diz que são 7 mil, os líderes garimpeiros dizem que são 3 mil. Há 40 aviões em ação. Se eles não saírem, a polícia vai descer de helicóptero. Eles vão sair. Até porque isso já está se tornando uma coisa mais ou menos institucionalizada.O pessoal, sabe que, agora, há uma determinação firme do governo federal.

Folha – Os 9 milhões de hectares de terras contínuas do parque ianomâmi que o governo vai demarcar tem futuro?

Ottomar – Esse assunto pode sofrer revisão posterior. Na minha opinião, a boa solução era do tempo do Sarney: as áreas indígenas isoladas, envolvidas pela proteção das florestas nacionais. Eu acho que a área contínua representa uma ameaça futura, sobretudo quando se começa a falar em soberania restrita. Do lado de lá também tem índio ianomâmi.Configura-se uma estrutura de nação. A gente ouve falar dos curdos no Iraque...

Folha – O senhor acha mesmo que dá para comparar curdo com ianomâmi?

Ottomar – Não. É claro que não. Os curdos tem uma identidade, uma coesão nacional, uma cultura mais complexa e sofisticada do que a dos ianomâmi.

Folha – O senhor pretende transferir os garimpeiros para o lavrado, transformá-los em agricultores. Tem bastante índio no lavrado.

Ottomar – Há que se dar um tratamento diferenciado para a questão ianomâmi e a dos índios do lavrado. Se o governo quer fazer área contínua para os ianomâmi, que faça. Ela não afeta o futuro de Roraima nos próximos 20 anos. Mas, agora, já se fala em área contínua Raposa Serra do Sol, para os Macuxi e os Wapixanas. É uma área imensa, maior que a do parque ianomâmi, sem mata, com índios aculturados. O que os índios de lá querem não é terra, é produtividade, capital, assistência técnica.Se a Funai criar uma área contínua ficarão 55% de Roraima para os índios e 45%, para a sociedade civilizada.

FOLHA – O senhor acha que o governo federal se curvou às pressões internacionais?

Ottomar – Não. Acho que o presidente da República é cioso da soberania nacional. Mas, é claro que o mundo, hoje, é uma aldeia global. O governo não poderia adotar uma posição obscurantista para a ecologia e a proteção das minorias indígenas.

FOLHA – A Procuradoria Geral da República processa o deputado federal Francisco Rodrigues, do seu partido, por incitar a invasão da terra ianomâmi.

Ottomar – O Francisco está sendo processado por palavras, pelos pronunciamentos. Ele nunca entrou em área indígena. Há muito passionalismo e subjetividade nessas acusações.

FOLHA – Há áreas do governo federal que consideram a classe política de Roraima aliada do garimpo. Por isso, a lei não é cumprida. Isso é um problema de soberania.

Ottomar – Eu acho que o garimpo, como está sendo praticado não ajuda a economia de Roraima. O futuro de Roraima é a agricultura, pecuária e mineração legal, com empresas grandes médias e pequenas, mas empresas, com posse de lavra legal. Não questiono a disposição do governo contra o garimpo ilegal.

NAVARRO, Silvio. **Governador de Roraima quer compensação do Incra.** São Paulo: Folha de São Paulo, 24 de abril de 2005.

Pressionado por produtores rurais e lideranças políticas de Roraima, o governador Ottomar Pinto (PTB), 73, exigirá do Incra o repasse dos 4 milhões dos cerca de 7 milhões de hectares de terra da União ao Estado em contrapartida à homologação da reserva Raposa/Serra do Sol, cuja a extensão soma 1, 7 milhão de hectare.

Para forçar uma reação à medida, Ottomar Pinto vai à Brasília na próxima terça-feira buscar apoio da direção de seu partido e de outras siglas do Congresso Nacional.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista concedida por telefone à **Folha.**

FOLHA – Para o senhor, qual seria a solução prática para apaziguar a situação no Estado?

OTTOMAR – "Nossas pretensões são mínimas. Queremos que as comunidades de Socó, Mutum, Água Fria e Surumu sejam preservadas. O ministro Aldo Rabelo [Coordenação Política] falou que num Estado de Direito ele não vê como a União vai tirar as comunidades de lá. Isso não é Stalinismo. Não estamos vivendo em um regime stalinista, é um regime democrático.Não pode tirar a população assim. Segundo: queremos que 4 milhões dos 6 milhões , quase 7 milhões de hectares, sejam para a reforma do patrimônio do Estado, porque, antes do Incra existir, já eram nossos.

FOLHA – O senhor espera por um recuo do governo federal?

Ottomar – Isso não é recuo. As terras do Incra passariam para nós, as quatro comunidades seriam preservadas e o local onde se pretende construir uma usina hidrelétrica seria mantido como da União. A área dos arrozais, não dos arrozeiros, não tem suporte antropológico. Só pode ser pirraça da Funai querer estender essa área. É um movimento orquestrado para evitar a integração da Amazônia.

FOLHA – O senhor move uma ação contra a homologação da reserva e na terça-feira vai a Brasília. A intenção é fazer uma pressão política no Congresso para reverter essa medida?

Ottomar – Reverter, não. O governo brasileiro tem de sair prestigiado, mas readequar, compatibilizar diante da ortodoxia da Funai e do Ministério da Justiça. O deputado Roberto Jefferson [presidente do PTB] é um homem conciliador e vai conosco buscar uma solução com o ministro Dirceu [Casa Civil]. Espero pela intervenção do PTB nacional, do PL e do PP do Severino [Cavalcante, presidente da Câmara], que está nessa. E o PFL. Entendo que essa força política fará com que o presidente passe a olhar com mais interesse as demandas do Estado, que são mínimas. Aquela gente vai ser banida do solo que seus ancestrais defenderam.

FOLHA – O senhor defende que a União passe parte das terras ao Estado em meio ao conflito sobre a homologação da reserva?

Ottomar – Vivemos dependentes da União. E o pior que as decisões do governo federal são decisões que se chocam com as nossas necessidades. O Incra tinha 7 milhões de hectares de terras em Roraima, descontados os 800 mil hectares que serão intitulados a particulares, sobrariam 6 milhões para o Incra. Queremos que pelo menos devolvam ao Estado esses hectares. Essas terras não são do Incra, porque antes de o Incra existir já existia o povo de Roraima, que é o verdadeiro dono dessas terras. Em São Paulo, no Rio de Janeiro ou no Paraná, o Incra tem terras? Não tem. A Constituição diz que as terras da União são aquelas necessárias às

construções de instalações militares, rodovias e ferrovias. O resto é do Estado e dos municípios.

FOLHA – O PT vai iniciar um trabalho para difundir a ideia de uma contrapartida do governo federal à homologação da reserva em Roraima. O que o senhor acha disso?

Ottomar – Gastamos com educação R$ 300 milhões por ano. Dessa quantia, R$80 milhões são em comunidades indígenas, mais que o governo federal quer "botar" aqui. Temos só na Raposa mais de 61 escolas e motores de energia que iluminam as comunidades indígenas vejam televisão. Quero ver como a Funai vai mandar combustível para esses lugares. É muito fácil dizer, mas fazer é impraticável.

FOLHA – Seu argumento então é que o tamanho da reserva não condiz com o da população indígena?

Ottomar – *São 17 mil km2 para 15 mil índios. Nos vivemos em 20 mil km2 para 420 mil brasileiros. Queria que fosse dado aos brasileiros de Roraima o mesmo tratamento que a Funai dá aos índios.*

FOLHA - O senhor vê um impacto negativo da demarcação da reserva na economia do estado?

Ottomar – Claro. Quem vai querer investir se não há espaço?

FOLHA – Há rádios de Roraima pregando que a medida atende interesses dos EUA. Como o senhor vê isso?

Ottomar – O presidente Lula disse na minha frente e da bancada (de RR) que toda vez que ia ao exterior recebia pressões e reclamações favoráveis à homologação da reserva. Disse que ele tinha pressa em atender a essas demandas.

FOLHA – O senhor vê risco de conflito entre índios de diferentes etnias?

Ottomar – Sim. O prefeito de Normandia (Orlando Justino, do PSB) teme que o isolamento dos índios suscite conflitos. É um prefeito índio. Os índios na região são prefeitos, advogados e professores. São equiparados pela portaria do presidente a antropófagos.

RONDON, José Eduardo. **Governador de Roraima recorre à Justiça e decreta luto oficial**. São Paulo: Folha de São Paulo, 18 de abril de 2005. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u68462.shtml. Acesso em:

O governador de Roraima, Ottomar Pinto (PTB), protocolou nesta segunda-feira uma ação na Justiça Federal contra a homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, anunciada na sexta-feira pelo governo federal. O governador ainda decretou

luto oficial de sete dias no Estado em razão da decisão da União.

A ação, com pedido de liminar, pede que sejam suspensos os efeitos do decreto presidencial que homologou a reserva (área de 1,7 milhão de hectares no nordeste do Estado).

Ottomar Pinto deu entrada na ação --na 1ª Vara da Justiça Federal de Boa Vista-- em seu próprio nome, e não como chefe do Executivo do Estado. "*Como cidadão que vive em Roraima, sinto-me no direito de recorrer à Justiça em meu nome e em nome daqueles que dependem de mim e que estão tendo seus interesses contrariados", declarou o governador.*

Hoje foi publicado o decreto 6.289, no qual o governador determina luto oficial de sete dias no Estado. No documento, Ottomar Pinto considera que *"a Portaria [do governo federal] agride o sentimento nativista dos brasileiros de Roraima, projetando mágoas e ressentimentos na população".*

O governo de Roraima é contrário à retirada de fazendeiros, arrozeiros e outros integrantes da população não-índia de dentro da reserva, determinada pelo governo federal. No dia em que Lula homologou a área, Ottomar Pinto afirmou que *"não será complacente com a intervenção branca em Roraima".*

Para que sejam efetivadas as determinações do decreto presidencial, 60 homens da Polícia Federal e 40 da Polícia Rodoviária Federal chegaram a Boa Vista no final de semana. A operação que pretende garantir a implantação das resoluções federais no Estado foi denominada "Upatakon", que, na língua macuxi, significa "nossa terra".

No sábado, houve protesto de arrozeiros e índios que são contra a homologação contínua, em frente à sede do governo. Não houve conflito. Ontem não foram registradas manifestações na capital do Estado, segundo a polícia.

ANEXO 2 – ATAS LEGISLATIVAS, CARTAS E TELEX

ATA DA SESSÃO SOLENE, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2005
29º PERÍODO LEGISLATIVO DA 4ª LEGISLATURA.
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MECIAS DE JESUS.

Às nove horas do dia quinze de fevereiro de dois mil e cinco, no Plenário desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, deu-se início à Sessão Solene de instalação do vigésimo nono período legislativo da quarta legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima.

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto – Senhor Presidente da Assembléia Legislativa de Roraima,

autoridades que compõem a Mesa, Senhoras e Senhores Deputados Estaduais, autoridades civis e militares que prestigiam esse importante evento e meus concidadãos.

É com imenso prazer que, após 10 anos, retorno à Assembléia Legislativa com o mesmo objetivo que, naturalmente, se constitui no ideal de todo homem público; dar condições para a população viver num Estado economicamente desenvolvido e socialmente justo.

A população de Roraima cresce a taxa de aproximadamente 4,5% ao ano, o que significa 16.000 novas pessoas por ano a demandarem por mais serviços públicos. Este é o tamanho da demanda adicional que precisamos atender sob a forma de habitações, educação, saúde, saneamento, infra-estrutura urbana e rural, segurança, assistência social, empregos, alimentos, vestuário, transportes, comunicações, esportes, lazer, sob a oferta de bens e serviços públicos de modo geral.

Por outro lado o PIB – Produto Interno Bruto não tem crescido na mesma proporção, principalmente nas atividades intensivas em mão-de-obra.. A economia permanece dependente dos gastos governamentais – representam quase 60% do PIB – e engessada por restrições institucionais – não demarcação das reservas indígenas, estado sem patrimônio fundiário e hipertrofia da União na gestão ambiental, a expor um federalismo estropiado

Como conseqüência, observa-se que a taxa de desemprego é crescente, atingindo níveis socialmente insuportáveis, e este é o problema e o desafio número um que todos nós de Roraima temos que enfrentar.

Precisamos, portanto, de políticas públicas que promovam o crescimento econômico e a inclusão social.

Devemos, ao lado dos programas sociais, induzir o desenvolvimento combinado com o aperfeiçoamento, em curto prazo, dos mecanismos compensatórios, dos instrumentos de controle e de combate das mazelas sociais, como a violência, assaltos, roubos, delinqüência juvenil e o esgarçamento do tecido social.

Na economia, a sociedade roraimense sabe que o nosso caminho natural é a agroindustrialização.

Por isso, precisamos mobilizar todos os instrumentos à disposição do Estado e todos os recursos disponíveis para incentivar a produção de grãos, a pecuária, a fruticultura e a agricultura familiar e, sempre que possível, agregar valor ao longo da cadeia produtiva, tendo por modelo produtivo os arranjos produtivos locais (APLs).

O nosso modelo de desenvolvimento econômico deve se basear, portanto, no agronegócio, aqui incluída a agricultura familiar, a agroindústria e o turismo, sem desconsiderar a indústria tradicional e o comércio.

O objetivo-síntese desse modelo é o desenvolvimento humano, segundo o conceito da ONU. No entanto, o Estado tem que ser eficiente para que possamos estimular o crescimento econômico sustentável, traduzido pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, acompanhado de melhor qualidade de vida, mediante mais saúde, mais segurança, mais empregos e melhores salários.

Os escândalos públicos que todos nós presenciamos("gafanhotos", CAF, ELETs, sonegação do IPER, combustíveis, etc) são retratos cristalinos do modelo de gestão em vigor até há pouco tempo em Roraima,onde, de alguma forma, as nossas instituições estaduais falharam, não foram eficientes.

Temos um Estado endividado e sem nenhum controle sobre as suas receitas e despeas.

Em 24 de outubro de 1997, o Estado de Roraima e a CER assinaram termo de ajuste tendo por objetivo o empréstimo pela CER ao Estado, do valor de R$ 25.020.000,00 (vinte e cinco milhões e vinte reais). A decisão do Governo estadual foi um exercício abusivo de poder (§1º, art. 117, a Lei 6.404/76 e suas modificações) pois descapitalizou complemente a CER, através desse seqüestro de R$ 25 milhões.

Em abril de 2000, o Estado tomou emprestado da CAF – Comissão Andina de Fomento, vinte e seis milhões de dólares (US$ 26 milhões) para o programa de eletrificação de Roraima executado pela CER. Destes não foram repassados à CER U$ 12.103.218,09 (Doze milhões, cento e três mil e duzentos e dezoito dólares e nove centavos).

Resultado, o programa de eletrificação não foi executado e o Estado ficou devendo UR$ 26 milhões à CER. Se não bastasse essa ineficiência, a CER – Companhia Energética de Roraima, também tem dívidas vencidas de R$ 40.196.658,54 . Conclusão, a CER está sucateada e praticamente inviabilizada, pois opera com financiamento mensal de R$ 500 mil, para atender custos de R$ 1,6 milhões/mês.

No dia 14 de março de 2002, a União, através da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, reconheceu suas dívidas perante a CAER e o ex-Território Federal de Roraima. Propôs a quitação das mesmas através da emissão de Notas do Tesouro Nacional, cujo valor atualizado em 01.03.02, era de R$ 12.871.710,23 (Doze milhões, oitocentos e setenta e um mil, setecentos e dez reais e vinte e três centavos).

Em 30.10.02, os títulos foram vendidos pelo Governo Estadual por R$ 10.602.792,43. O produto de operação foi depositado na conta única do Tesouro Estadual. De forma abusiva, o Governo se apropriou do dinheiro da CAER.

Além disso, o Governo deixou de pagar à Companhia as suas despesas de consumo de água que, em dezembro de 2004, atingiram o valor de R$ 8.598.707,24.

Conclusão, em dezembro de 2004, as dívidas vencidas da CAER eram de R$ 38.521.984,00 (trinta e oito milhões, quinhentos e vinte e um mil e novecentos e oitenta e quatro reais).

Em síntese, a ineficiência da política governamental resultou no sucateamento da CAER, que gerencia um setor da vida social – abastecimento de água.

Em 1998, o Estado pactuou com a União a implantação do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de Roraima – como parte integrante do Contrato STN/COAFI 008/98, firmado no âmbito da Lei 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 076/98.

Em 02 de dezembro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional, através o ofício 6.618, comunicou ao Governador que o Estado de Roraima descumpriria a Meta 2 (Resultado Primário) e a Meta 5 (Reforma do Estado) referente ao exercício de 2003, ficando o Estado incurso nas penalidades previstas no art. 26 da Medida Provisória nº 2192-70, de 24 de agosto de 2001.

Por meta não cumprida, o Estado foi penalizado com imputação de valor correspondente a vinte e cinco centésimo por cento (0,25%) de sua Receita Líquida Real – RLR, média mensal. Ela é exigida juntamente com a prestação devida, pelo período de seis meses, contados a partir da notificação ao Estado, pela união, do

descumprimento, e sem prejuízo das demais comunicações pactuadas nos contratos de refinanciamento. A esse título, o Estado já recolheu duas parcelas mensais de R$ 278.393,00 que no final de seis meses resultarão em R$ 1.670.358,00, de desencaixes adicionais não previstos no orçamento estadual de 2005. Mas uma vez os contribuintes pagam pela ineficiência do Estado, que passa a produzir menos, gastando mais.

Há inúmeras outras restrições financeiras e orçamentárias decorrentes de dívidas as mais diversas, como por exemplo, com o INSS (R$ 36 milhões/ano), com o IPER (R$ 24 milhões), com fornecedores (R$ 34 milhões). CAER (R$ 38.521.984,00), CER (R$ 40.196.658,54), CODESAIMA (R$ 32.205.214,00), DER (R$ 26.836.511,14).

Infelizmente, ainda não dispomos de relatórios consolidados da execução orçamentária e financeira do ano de 2004. Mas podemos afirmar com segurança que a ineficiência do Estado chegou num ponto em que não se sabia quanto se gastava com pessoal e encargos, com energia elétrica, com água, com telefones, com combustíveis, serviço da dívida e assim por diante, apesar de terem sido gastos milhões de reais com a atual configuração do SIAFEM.

Como resultado desse descontrole, produz-se serviços públicos de péssima qualidade nas áreas de saúde, segurança e educação, e constatamos a completa ausência do governo estadual nas áreas rurais.

Nessa situação é impossível gerenciar uma organização tão complexa como um aparelho de estado, pois sem informações gerenciais confiáveis, decidir transforma-se em exercício permanente de adivinhação.

Por isso, é imperioso que façamos mudanças, a começar pela modernização do Estado. A modernização do Estado que queremos valoriza a cidadania e o servidor público. Iremos adotar modernos padrões de gestão administrativa, para que recursos sejam redirecionados para as suas atividades-fins e, nem de longe, se esgota na reorganização da estrutura administrativa do Poder Executivo.

Avançaremos na implantação de ações e instrumentos efetivos de política fundiária, de gestão do território e da ecologia; pois corremos sério risco de fragmentação, a partir da política de insulamento que a União vem tentando nos impor. O Brasil é uma República Federativa e, como tal, Roraima tem que fazer valer seus direitos e ocupar os espaços que a Constituição Federal lhe faculta e autoriza.

Em síntese, para alcançarmos níveis mais elevados de desenvolvimento humano, adotaremos as seguintes ações estratégicas:

Incentivar o crescimento sustentável – Precisamos gerar produtos, empregos e renda. Para tanto, vamos incentivar a implantação e a dinamização da agricultura irrigada em base empresarial (agro pólos), fortalecer a agricultura familiar, as indústrias de transformação, integrando as atividades e viabilizando a implantação de agroindústrias, o fortalecimento do turismo e a criação de pólos de serviços públicos de qualidade. Os Arranjos Produtivos Locais (APLs) da soja, do milho, do arroz, da banana, do abacaxi, da melancia e outros APLs receberão todo o incentivo ao alcance do Estado.

Incentivar a formação de capital humano – Devemos capacitar a população para o desenvolvimento, o que compreende uma ampla ação de educação integrada à qualificação para o trabalho. A formação de capital humano e social é elemento chave para garantir a empregabilidade presente e futura dos recursos humanos de

um determinado território. A qualificação e desenvolvimento de habilidades são fatores de importância crescente para todas as atividades econômicas, tanto na indústria, como seus distintos níveis tecnológicos, na agroindústria e no setor de serviços. Torna-se elemento determinante para a melhoria da qualidade de vida da população. Frente ao desenvolvimento, os recursos humanos devem receber capacitação permanente e adequada para que se obtenha uma melhor perspectiva de crescimento pessoal, tanto no âmbito econômico como no social. Essa estratégia será implantada mediante a realização de parcerias com o SENAI, IEL, SEBRAE, SENAR, Universidade Federal de Roraima (UFRR), CEFET, FESUR e instituições privadas, para a realização de cursos de capacitação, de extensão, treinamentos, cursos de especialização, mestrado, doutorado. Iremos implantar a Universidade Estadual e erradicar o analfabetismo.

Melhorar a qualidade de vida – Melhorar os indicadores sociais, mediante a ampliação dos serviços de saneamento básico, preservando o meio ambiente, prestação de assistência social, melhoria na qualidade da segurança e defesa do cidadão e da justiça, bem como a melhoria do acesso aos serviços de saúde. A meta é garantir água tratada para 100% da população urbana e atender pelo menos 60% da população urbana com serviços de esgotamento sanitário.

Modernizar a gestão pública e melhorar a capacidade de gestão estratégica do Estado – Receber uma cesta básica de serviços de qualidade é o mínimo que o cidadão merece pelo pagamento de seus impostos. Precisamos ir além e dotar o Estado de capacidade estratégica de gestão, tendo em vista sua ação em questões fundamentais para a sociedade, como por exemplo, regularização fundiária e direito de propriedade de modo geral, e realização de investimentos em regiões e/ou atividades estratégicas para o desenvolvimento.

Para alcançar esses objetivos, implementaremos programas de modernização do Estado, cujas primeiras medidas encaminho à apreciação dessa Egrégia Casa, que são os Projetos de Lei das Diretrizes e Bases da Administração Pública Estadual (DBAPE) e da Lei Orgânica da Administração Pública Estadual (LOAPE).

O DBAPE formata o modelo institucional do Programa de Reforma Organizacional, Administrativa e Gerencial do Governo do Estado de Roraima. Seu conteúdo se fundamenta, sobretudo, em aspectos qualitativos de grande significado para a população roraimense, desde a busca de melhores parâmetros e critérios de alocação de recursos humanos, materiais e financeiros nos órgãos e entidades, passando pela inserção de processos de trabalho eficientes, eficazes e efetivos até o conseqüente alcance de resultados e impactos que atendam as necessidades da sociedade.

O LOAPE formata o modelo organizacional, administrativo e gerencial do Governo do Estado de Roraima, com o objetivo principal de agilizar o processo decisório, flexibilizar o arcabouço organizacional do Governo, potencializar os resultados obtidos e aumentar a satisfação dos cidadãos.

Esse programa irá restabelecer a importância que merecem especialmente os órgãos e instrumentos voltados para a gestão do setor agropecuário, fundiário e das áreas de ciência, tecnologia e meio ambiente. Afinal, sabemos que a estratégica precede a estrutura, isto é, precisamos saber onde queremos chegar, para então estabelecermos os mecanismos para chegar lá.

O Estado não pode se omitir do papel de indutor do desenvolvimento. É fundamental ao ideal do qual nos referimos no início, estimular as atividades

econômicas para garantir, de um lado, a ampliação das ofertas de empregos, e de outro, geração de riquezas e aumento de arrecadação, permitindo que o Estado passe a investir mais em obras, serviços e políticas.

Em síntese, podemos dizer que o nosso rumo é o desenvolvimento humano e nossos passos estratégicos são quatro: a) fomentar o crescimento da população, do emprego e da renda; b) formar capital humano, de maneira a capacitar a população de Roraima para o seu desenvolvimento; c) melhorar a qualidade de vida, com saúde, segurança, meio ambiente preservado, educação e liberdade; d) modernizar a máquina estatal e melhorar a capacidade de gestão estratégica do Estado. Afinal, nenhum vento ajuda a quem não sabe a que porto veleja. Definir a direção e os passos iniciais do avanço é a tarefa.

Finalmente, sabemos que o sucesso de um plano de governo depende de grau de mobilização dos atores institucionais envolvidos no seu processo de construção e execução. Em conseqüência, a ação do Estado será realizada em parceria com os municípios e as entidades da sociedade civil: associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores e patronais, federações, associações, cooperativas e outras. Assim, não podemos prescindir da força e da inteligência dos nobres Deputados. A ALE é parceira essencial e de suma importância para que possamos concretizar os objetivos aqui propostos. Precisamos do apoio desta Casa Legislativa.

Trabalharemos com a perspectivas de que o PIB de Roraima pode crescer à taxa maior do que a taxa de crescimento da população. Se conseguirmos isso, o PIB per capita crescerá de forma sustentada e a redução da pobreza será acelerada pela implementação de políticas sociais compensatórias. Para tanto, a taxa média de crescimento do PIB deve girar em torno de 10% ao ano, já que a população cresce à taxa média de 4,5% ao ano. Se conseguirmos isso, o incremento estimado do PIB será de UR$ 65 milhões.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o inverno aproxima-se. Parece que as chuvas antecipam-se. Estamos empenhados na eliminação de pontos críticos em todas as vicinais de cada município. Incentivos à agricultura comercial, reconstrução de pontes, abertura de carreadores, "upgrading" de carreadores em vicinais, aquisição de sementes, de calcário e de outros insumos para os pequenos produtores, além de assistência técnica, são metas que estamos trilhando com os olhos fixos no futuro.

O povo roraimense empobrecido movimenta-se errante, clamando por emprego, moradia, segurança, saúde e educação. Temos nós todos a responsabilidade maior de não destruir a esperança desse povo.

O Estado que somos todos nós deve ser o provedor dos serviços públicos que atenuem o desconforto social. Para alcançar essa meta, no médio e longo prazo, é indispensável o apoio legislativo ao instrumento normativo que ora submeto à apreciação de Vossas Excelências e há alguns outros que chegarão a esta casa com o mesmo propósito.

Os problemas são imensos, os recursos são escassos. Conhecê-los e entendê-los com clareza será um grande passo, um grande avanço. O momento exige mobilização e concentração de esforços. Exige, sobretudo, confiança na infinita bondade de Deus. Uma confiança parecida com aquela que Davi cantou no Salmo 127: "Se o Senhor não guardar as muralhas, em vão vigiam as sentinelas".

ATA DA SESSÃO SOLENE, EM 15 DE FEVEREIRO DE 2006.
31º PERÍODO LEGISLATIVO DA 4ª LEGISLATURA.
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MECIAS DE JESUS.

Às nove horas do dia quinze de fevereiro de dois mil e seis, no Plenário desta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, deu-se início à Sessão Solene de instalação do trigésimo primeiro período legislativo da quarta legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Ottomar de Sousa Pinto, (Governador do Estado de Roraima) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é com imensa alegria que venho pessoalmente à abertura da Sessão solene do novo período legislativo desta Casa. O meu comparecimento, faço-o como gesto de respeito e apreço por este Parlamento.

Muitas vezes, no ano passado, estivemos juntos na busca de soluções para graves problemas do Estado e da sociedade. Algumas vezes dissentimos, é verdade, mas isso faz parte do jogo democrático.

O importante é que avançamos, aprovamos leis que nos permitem reestruturar e reorganizar melhor a administração do Estado; e leis que asseguram benefícios para a sociedade, como a da criação da Universidade Estadual, da Universidade Virtual, da Bolsa de Estudante, do Estágio de Remuneração e tantas outras de largo alcance social.

Por isso, é meu dever reconhecer e agradecer a forma democrática com que Vossas Excelências desenvolveram os trabalhos legislativos em 2006. E digo mais, só a estreita colaboração entre Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas permitirá que Roraima supere os desafios que nos impõe uma conjuntura sabidamente grave, reconhecidamente adversa, tantas vezes mostrada, denunciada e debatida por Vossas Excelências. Refiro-me aos conflitos federativos, das ações unilaterais dos órgãos federais e de seus impactos adversos na nossa economia. Precisamos manter-nos solidários e coesos na defesa dos interesses de Roraima, do nosso povo e da sociedade.

Na minha posse, no ano passado, neste Parlamento, apresentei o deteriorado quadro financeiro-orçamentário do Estado. A partir daí, fizemos grande esforço para recuperá-lo e organizá-lo. Executamos rigoroso Programa de Ajuste Fiscal.

Agora, quem vende, recebe em dia. Os salários dos servidores estaduais são pagos rigorosamente em dia, de acordo com o calendário que o Governo lhes entrega com um ano de antecedência. O Governo cumpre sua obrigação. Respeita o servidor.

Herdamos a Administração Pública lerda, pesada e cara, com burocracia exagerada – ineficiente. Para restabelecer a governança, criamos o Programa de Modernização Administrativa, que se ocupa tanto das ações de reestruturação e reorganização da máquina pública e de seus procedimentos administrativos com a Escola de Governo e um grande programa de capacitação de servidores, que se estende de cursos básicos a cursos de especialização, e brevemente, mestrado. Afinal, a formação de capital intelectual para a realização do desenvolvimento de

Roraima é um dos eixos estratégicos de nossa gestão. Basta lembrarmos do esforço conjunto que fizemos para criarmos a Universidade Estadual e a Universidade Virtual – Ensino à Distância.

Ainda dentro da estratégia de restabelecimento da governança estadual, recuperamos equipamentos e repartições sucateadas, a exemplo da Procuradoria Geral, da Defensoria Pública, da Secretaria de Agricultura, da Secretaria de Planejamento, da Secretaria de Segurança, de Educação, da Saúde e outras mais.

No referente à lotação de funcionários, corrigimos assimetrias. Em determinados setores, muitos servidores. Em outros socialmente mais importantes, poucos servidores.

Controlamos sangrias existentes na realização das despesas, principalmente nas despesas de consumo, de outros serviços e de material permanente. Centralizamos as compras públicas. Implantamos a central de compras e conseguimos avançar e a instituição do pregão e de outros procedimentos modernos. Temos licitações mais transparentes, mais democráticas e mais eficientes. Compramos mais a preços competitivos. O orçamento rende mais e assim ampliamos a prestação dos serviços públicos nas áreas de saúde, educação, segurança e assistência social. E, cumprindo a lei, não tivemos nenhum escândalo.

Essas ações saneadoras nos permitiram também a recuperação de logradouros e espaços públicos: Parque Anauá, Parques Aquáticos, Clube dos Servidores e outros. Não se trata de preocupação estética, mas de zelo para com o patrimônio público e de respeito para com o cidadão.

Fizemos a retomada das políticas públicas de saúde:

1 – Recuperamos a base física do sistema estadual de saúde; reforma geral da Maternidade; reforma e ampliação do Hospital Geral (mais de 38 leitos); reforma, ampliação e equipamento da UTI (mais de 03 leitos); reforma e ampliação de sete (07) unidades de saúde.

2 – Investimos em recursos humanos, em material permanente e em procedimentos para ampliar e melhorar a qualidade dos serviços de saúde. Chamamos e lotamos trezentos e cinqüenta e nove (359) servidores concursados; realizamos processo seletivo simplificado para contratação temporária de 566 servidores cujas vagas não foram preenchidas pelo Concurso Público, sendo 372 para capital e 194 para o interior do Estado. Adquirimos 15 ambulâncias e 11 pick ups.

Realizamos 1.731.232 atendimentos hospitalares e ambulatoriais; atendemos 577 pacientes e 434 acompanhantes em serviços de TFD; realizamos 12 cirurgias de quadril de alta complexidade.

Dedicamos especial atenção à aquisição e dispensação de medicamentos e materiais de consumo médico-hospitalares para as unidades da saúde da capital e do interior.

Todo o esforço que realizamos na saúde tem por objetivo a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano de Roraima (IDHR), através da redução da mortalidade infantil, da mortalidade geral e elevação da expectativa da vida. Vida longa, saudável e mais produtiva. Os indicadores do setor nos dizem que os resultados melhoraram, que avançamos.

Na educação, cultura e desportos, atendemos 106.000 alunos de educação básica; nas 145 escolas estaduais, oferecemos reforma inicial e continuada a 505 professores efetivos e capacitamos mais de 1000 professores em cursos de

qualificação voltados para melhoria do desempenho da docência. Garantimos 223 rotas nos 14 municípios, possibilitando que 5.532 alunos freqüentassem escolas de difícil acesso.

Trabalhamos na recuperação de 68 escolas. Garantimos fardamento escolar para mais de 60.000 alunos e aproximadamente 1.050 bolsas de estudo para alunos de baixa renda de escolas privadas. Os alunos de ensino fundamental foram assistidos com os programas de atendimento médico-odontológico, oftalmológico, kits de medicamentos de primeiros socorros e palestras educativas de orientação e prevenção, contemplando 50.573 estudantes com a distribuição de óculos, aplicação de flúor e procedimentos. Essas ações tem objetivo assegurar a inclusão social de milhares de alunos.

O incentivo à cultura tem sido mais uma marca do Governador. Fizemos parceria com os projetos federais Rede Nacional de Artes Visuais e Pixinguinha; realizamos o Festival Popular e ANAUARTE foi revitalizado envolvendo os artistas locais e regionais. Realizamos o 1º Processo Seletivo para professores da escola de Música.

Cumprimos a exigência de aplicação de 25% da receita tributária e das transferências constitucionais do FPE. Realizamos bastante na área de Educação, Cultura e Desportos. Mas precisamos avançar muito mais. Implantamos a Universidade Estadual e a Universidade Virtual. Tenho convicção que daremos salto qualitativo da maior importância da formação dos nossos professores, inclusive os índios.

Assim como na área de saúde, todo esse esforço tem por objetivo a melhoria do índice de Desenvolvimento Humano de Roraima (IDH-RR) através da redução da evasão, da repetência e da universidade desses serviços de modo que nenhuma criança fique fora da escola. Além da longa vida e saudável, são necessários reconhecimentos para transformar a realidade e desfrutá-la melhor.

Na Segurança Pública garantimos a formação e a qualificação de 1.258 policiais civis, militares e guardas municipais através de 18 diferentes cursos oferecidos pela Academia de Polícia Integrada – ISSEC/RR. A Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros foram equipados com 155 veículos, 885 coletes, 200 pistolas, 20 escopetas, 20 metralhadoras, computadores (310) e diversos outros equipamentos. Os índices de criminalidade foram mantidos sob controle.

Na área econômica, implantamos ações de políticas públicas como o objetivo de resgatar a esperança do homem do campo e da pequena produção, restabelecendo contado com o interior. Estimulamos o comércio e a produção pagando em dia as compras governamentais e os salários dos servidores públicos.

Lançamos programas de transportes visando garantir o escoamento da safra, a comercialização da produção e o transporte de mercadorias em geral e de passageiros. Foram construídos 4.539 metros de pontes e estão sendo executados 2.387 metros. Construímos ainda 1.496 km de vicinais, estado em execução 1.940 km. Recuperamos 483 Km de rodovias estaduais (RR-202, RR-205, RR-206, RR-207, RR-342, RR-343) e quase 654 km de rodovias federais (BR-174, BR-210, BR-432, BR401).

Foram adquiridos 100 tratores agrícolas, 50 trilhadeiras, 300 casas de farinha, 1.200 transformadores, todos destinados ao fortalecimento e ampliação da capacidade de produção da agricultura familiar.

Através do Vale-Custeio foram apoiados aproximadamente 14.008 produtores rurais, com o valor per capita de R$ 500,00. Realizamos a EXPOFERR e 273 produtores rurais foram financiados, através do FUNDER e da Agência de Fomento (R$ 2 milhões e 135 mil reais), depois de 3 anos de completa inoperância dessa Agência. Criamos ainda, no final do exercício, o Programa de Desenvolvimento Florestal Sustentável do Sul do Estado (PRODESURR) com objetivo de assegurarmos a sobrevivência e revitalização desse importante setor da economia roraimense.

Infelizmente, até o momento, o Governo Federal mantém-se insensível às reivindicações legítimas do povo roraimense quanto às transferências das terras que legalmente pertencem ao patrimônio fundiário do Estado; quanto à gestão ambiental e em relação à demarcação em ilhas das terras da reserva indígena Raposa/Serra do Sol. Todas essas questões estão sendo objeto de demandas jurídicas e guardamos fundadas esperanças de que o STF restabelecerá o equilíbrio federal em nosso Estado.

Finalmente, Senhoras e Senhores Deputados, Roraima também tem segmento expressivo de sua população excluído do mercado. São os sem emprego, os sem terras e os sem acesso aos serviços públicos. Para enfrentar essa realidade temos políticas sociais compensatórias, além dos programas de produção, de geração de emprego e renda, já mencionados anteriormente:

Vale solidário, através do qual garantimos R$ 60,00 por mês para 47.800 famílias; R$ 300,00/mês para 1.050 alunos dos cursos de graduação de faculdades particulares; atendimento médico-odontológico para 18.000 pessoas/ano; 7.000 enxovais/ano para recém-nascidos e suas mães, com assistência pós-parto através do programa de aleitamento materno; 1032 cursos de treinamento e capacitação de trabalhadores através do SINE; 1.820 agenciamentos de empregos; implantação do restaurante popular, com atendimento médio de 2.000 refeições/dia; garantimos também assistência a 500 idosos e a 3.000 crianças e adolescentes.

Apesar das dificuldades que enfrentamos nesse primeiro ano de Governo, conseguimos alcançar importantes avanços. Na área econômica, com o apoio da iniciativa privada e dos trabalhadores, Roraima aumentou o seu PIB. Na área social os indicadores de saúde, educação, emprego e renda e desenvolvimento rural sinalizam que houve melhoria. Na área da infra-estrutura, os grandes destaques referem-se ao fortalecimento do programa de recuperação e melhoria das estradas e vicinais, estadual e federais.

Sabemos e temos consciência de que, pelo tamanho e complexidade dos problemas já identificados, ainda teremos de enfrentar grandes desafios, especialmente no tocante à redução das desigualdades sociais e regionais e à promoção efetiva da inclusão, social.

Concluindo, agradeço mais uma vez a todos os parlamentares desta Casa, aos prefeitos, às lideranças religiosas, empresariais e políticas, à imprensa e aos roraimenses, pelo apoio e credibilidade que têm depositado em nossa administração.

Ao mesmo tempo, peço a Deus que ilumine também em 2006 as decisões administrativas deste Governo, para que resultem em maiores benefícios para a população do Estado de Roraima.

Confiemos na infinita bondade de Deus. Uma confiança parecida com aquela que David contou no Salmo 127: "Se o Senhor não guardar as muralhas, em vão vigiam as sentinelas".

ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DO GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.
(Em exercício)

Às vinte horas do dia dez de novembro de dois mil e quatro, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a Sessão Solene de posse do Governador e Vice-Governador do Estado de Roraima.

O Senhor Governador do Estado, Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto – *Excelentíssimo Senhor Mecias de Jesus, Governador interino do Estado de Roraima; Excelentíssimo Senhor Deputado Chico Guerra, Presidente da Assembléia Legislativa; Erci de Morais, vice-Governador eleito de Roraima; Senhor Desembargador Ricardo de Aguiar; Senhores Deputados que compõem a Mesa, respectivamente Marcos da Byte e Raul Lima; Senhores Deputados Federais Alceste Madeira, Rodolfo Pereira; Senhora Marluce Moreira Pinto, minha querida esposa, quero saudar também meus filhos e minhas filhas aqui presentes Otilia, Mariza, Marília Pinto e Laura Macuxi; Excelentíssimo Senhor Desembargador Mauro José do Nascimento Campello, Digno Presidente do Tribunal Regional Eleitoral; Professora Ednalva Dantas Duarte, Reitora em exercício da Universidade Federal de Roraima; Senhora Lourdes Pinheiro, Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, em nome da qual cumprimento todos os Vereadores; Coronel Aragão Mendes, Chefe do Estado Maior, em nome dele cumprimento os militares aqui presentes; Doutor Edson Damas, preclaro Procurador Geral da Justiça; Conselheiro Essen Pinheiro, Presidente do Tribunal de Contas; Conselheiro Manoel Dantas, em nome dos quais cumprimento os demais membros da Corte; Senhores Deputados, autoridades presentes, platéia que embeleza esta solenidade. Não vou começar falando como o Erci que diz o seguinte: "Serei breve como convêm a um vice". Não posso dizer isso porque não sou o vice, esse privilégio pertence ao Erci de Morais, mas me permito nesse instante solene ler aqui para os nossos membros aqui presentes o que disse há muitos anos atrás o grande sábio Confúcio. O mestre disse: "Aos 15 anos orientei meu coração para aprender; aos 30, plantei meus pés firmemente no chão, aos 40, não mais sofria das perplexidades; aos 50, sabia quais eram os preceitos do céu; aos 60, eu os ouvi com ouvidos dóceis e aos 70, podia seguir as indicações do meu próprio coração porque era o que eu desejava, não excedia as fronteiras da justiça".Desnecessário dizer que eu estou na faixa dos 70, do mestre Confúcio.*

Mas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, autoridades presentes, este é um momento de singular importância porque aqui na Casa do Povo é onde se acentuam, onde chegam com maior volume e com maior energia as ondas do sentimento popular do nosso Estado. É aqui que reverberam as angústias do povo sofrido. É aqui que se colecionam as esperanças de uma sociedade que deseja o

melhor para si e para todos. É por isso que o instante em que nos encontramos nesta Augusta Casa do Povo de Roraima é um instante de relevante importância na vida de qualquer homem público, mormente quando ele está como eu, agora, iniciando os primeiros passos no Governo do Estado de Roraima. Sei que vamos ter problemas difíceis pela frente para resolver. O Deputado Mecias, Governador em exercício, mencionou na sua oração a experiência que tenho de duas vezes como Governador e uma vez como Prefeito de Boa Vista. Nós últimos anos fora do serviço público eu procurei aprender algo mais nas atividades acadêmicas, na vida universitária. E com esses instrumentos tenho certeza de que poderei dar o melhor do meu esforço bem intencionado em proveito do desenvolvimento. Quero deixar aqui o testemunho, o emprenho, o nosso penhor da convivência harmoniosa entre o Poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário. No século XVIII os elementos que escreveram a enciclopédia do Iluminismo, como Montesquieu, quando estabeleceram os três poderes, disseram que esses poderes seriam harmônicos. E é nessa harmonia e cooperação que temos que viver, porque os poderes do Estado de Direito existem para colaborarem uns com os outros na grande tarefa de promover o bem comum, que é o bem de todos e o bem de cada um. Então, é na inspiração desses postulados que nós iremos dar os nossos passos no Governo do Estado. Por outro lado, quero dizer que o Poder Executivo haverá de se empenhar na melhoria da qualidade dos serviços prestados à população. O Estado é um provedor do serviço de saúde, educação, segurança, habitação, estradas. Um elemento indutor do desenvolvimento econômico da sociedade. E nós haveremos de caminhar por essa estrada. Sei que é uma estrada poeirenta e cheia de calor, mas nós estamos ensandecidos pelo desejo de servir cada vez mais e melhor ao povo do nosso Estado.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, membros aqui presentes, nós sabemos que Roraima está vivendo agora um limiar da explosão do agronegócio. A soja está começando a se espraiar verdejante pelos lavrados imensos do nosso Estado. E é para esse tipo de produção que, sem dúvida alguma, gera empregos, riquezas, entusiasmo social, que iremos dedicar uma atenção especial na Secretaria de Agricultura. Mas ela não ficará apenas nisso, porque existe outra valência importante. Existe outra vertente social, que é a agricultura familiar, para o qual todos nós sabemos que o Governo Federal mobiliza recursos vultosos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e de outros, a fim de promover o desenvolvimento desse setor, que é responsável pela maior parcela da produção agrícola do nosso país. Parece incrível, todo mundo fala que a soja, o milho são os baluartes da produção agrícola, mas não é verdade, a maior parcela é aquela produzida nos lotes das famílias no dia-a-dia, no seu labor no campo.

Não vou me alongar, também não fiz como o vice, que falou pouco, mas quero, ao finalizar essas palavras, manifestar o meu agradecimento à Casa, pela presteza com que se houve na organização dessa cerimônia que, sem dúvida alguma, facilitou o nosso trabalho e abre espaço para que daqui a pouco, das mão do Deputado Mecias de Jesus, possamos receber a curu do Governo Estadual de Roraima. E, logo em seguida, começar a trabalhar, porque é trabalhando que a gente se entende.

Para finalizar, meus amigos, quero apenas dizer que não é função do Governo fazer um pouco melhor e um pouco pior do que os outros podem fazer. A

função do Governo é fazer aquilo que ninguém pode fazer. E esse é o nosso desafio.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2005.
29º PERÍODO LEGISLATIVO DA 4ª LEGISLATURA.
= ORDINÁRIA =
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MECIAS DE JESUS.

Às nove horas do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e cinco, no Plenário desta Casa legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, nesta cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, deu-se a sessão especial do vigésimo nono período legislativo da quarta legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Mecias de Jesus) – Nós ouviremos neste momento o Excelentíssimo Senhor Governador Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto.

O Excelentíssimo Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto – Senhor Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Mecias de Jesus, eminente Presidente da Câmara dos Deputados Severino Cavalcante, Presidente do Tribunal de Justiça do nosso Estado, Senadores Mozarildo Cavalcante, Romero Jucá e Augusto Botelho, Deputado Federal Chico Rordrigues, Senhores Deputados Estaduais, autoridades presentes, liderança indígena, senhoras e senhores. Depois de ouvirmos as projeções afirmativas e veemente de quantos transitaram pela tribuna. A gente entende que o Presidente Severino deve estar bem convencido de como essa posição está na epiderme do povo de Roraima. Qualquer pessoa deste Estado, sem dúvida alguma, interpelado, interrogado, mostraria posição firme , inelutável contra este saque continuado, ano após ano, espolia o povo de Roraima, retira as possibilidades de um destino promissor. Vemos uma terra fecunda , rica, um Estado geopoliticamente bem situado, acabamos de, lá em Brasília, em conversa com autoridades japonesas do Kendaren, com o próprio Ministro Alisson Parinele, ouvimos informações de que a situação privilegiada de Roraima é tamanha que qualquer carregamento que saia de Roraima via Porto La Cruz, ou melhor ainda, via Guiana, gasta sete dias a menos do que saindo dos demais portos do Brasil, isto representa uma vantagem comparativa que torna altamente competitiva a produção agrícola de Roraima quando comparada com a produção de outros centros agrícolas do nosso País. Também mostramos ao Presidente da República e a Ministra Dilma Iusef na presença invariável da Bancada Federal que tem sido firme, persistente, usaram esse manifesto com a mesma veemência contra o que acontece e a favor das nossas postulações. Nós mostramos aérea ao Presidente a notável coincidência entre a concentração de achados minerais na área Yanomami e na Raposa/Serra do Sol e as pretensões interessadas, pretensões alienígenas daqueles que querem ver essas terras fora do patrimônio do Estado de Roraima, do povo brasileiro. Há pouco foi citado pelo Deputado Gute essa questão do rupurune, uma questão que tirou de Roraima, do Brasil não apenas um pedaço de terra plana de lavrado, propícia a agricultura como as terras da nossa região, mas tirou, sobretudo, o patrimônio do nosso povo as reservas do nosso povo, as reservas petrolíferas que ali se encontram e o exemplo dessa amostra foi posta a nu, quando há alguns anos atrás,

ainda éramos um território, lá na região ao norte do rio Itacutu, jorrou petróleo de excelente qualidade. Então, já sabíamos naquela época, que ali havia uma grande força tectônica com petróleo de excelente padrão, então ontem, foi o petróleo do rio rupurune, hoje, são as riquezas minerais. Dissemos a Ministra Dilma Roussef que a província mineral do Yanomami é muito mais rica do que a província do Carajás e ela, Deputado Severino, manifestou que ia fazer com que o Departamento Nacional de Proteção Mineral procurasse fazer uma análise definitiva para ver a concentração, os volumes, as reservas mineralógicas que ali existem. Então, existe o cheiro de suspeita quando se percebe a intenção de se apropriar das nossas terras. Há alguns anos atrás descobriram fosfato perto da área dos Yanomamis e nós sabemos que a agricultura não sobrevive com competitividade onde tiver calcário. Foi só surgir o calcário que a FUNAI coloca a área pretendida uma grande área envolvendo o provável sítio envolvendo o fosfato. Parece ser uma campanha deliberada, um Projeto estratégico para se apropriar ou deixar riquezas nacionais como reservas como futuro, tenho certeza que não será do Brasil, certamente será de países mais fortes, países mais ricos com tecnologia bélica ou industrial avançada que pretende depois se apropriar do que é nosso. È preciso que Vossa Excelência seja uma sentinela de tudo isso, conheço o seu sentimento de brasilidade, pois quem saiu der Pernambuco no caminhão pau-de-arara e foi lutar em São Paulo, brigar como camelô, com os camelôs de lá e construir uma existência de seriedade e de honradez, amo demais esse País para ver outras pessoas de punho de renda quererem pegá-lo. Não vou me alongar muito pois o Presidente já me cutucou. Na verdade, hoje, no Japão, Roraima é a bola da vez. Os mesmos grupos empresariais agrícolas japoneses que desenvolveram o programa do serrado de Goiás e Tocantins, o mesmo grupo que desenvolveu a cultura da soja e depois a cultura de frutas na região de Barreiras no Vale do Rio São Francisco e, depois, na área de Balsa no Maranhão que estão estuantes de prosperidade, esse mesmo grupo anda obcecado pela idéia de desenvolver inicialmente a cultua de grãos e depois a cultura de frutos aqui no nosso Estado. O que eles precisam? 80 mil hectares para fazer o projeto pioneiro e uma área definida pertencente ao Estado que possa ser titulada, porque esse Projeto é um Projeto indutor de desenvolvimento agrícola como foi em Goiás, como foi em Balsas, como foi na região de barreiras.. Então, Presidente, quero que a gente se ponha decididamente nessa lista que Vossa Excelência levante a bandeira da redenção do Brasil, que ajude a evitar que Roraima continue sendo e aí, evoco a sua situação de católico como a minha, que Roraima deixe de ser o São Sebastião do Brasil, está sendo morto à flechada. Cada ano que passa é mais uma flecha que se joga no peito, no abdômen, nas pernas do nosso Estado. O Presidente vai em maio ao Japão, Jucá deve saber disso pois ele freqüenta os bastidores. O Presidente vai ao Japão e lá é esperado que o Presidente leve uma proposta relacionada com a questão da agricultura em Roraima. É posição lá dos japoneses, será uma frustração se ele chegar lá sem uma proposta concreta e hoje é Roraima que está ocupando o fulcro da pessoa dos japoneses. O Senhor Neudo mencionou que a soja do Japão é uma soja especial e eles precisam de soja e precisam da soja roraimense. Tenho certeza de que o Deputado Severino, para concluir, vai ser a chave de ouro que irá trancar numa jaula de ferro, os desígnios malsinados, os dedilhões da pátria que teimam em sacrificar Roraima no altar dos interesses que não são os interesses superiores do povo

brasileiro. Aqui vai um lembrete: mais vale chorar por não haver vencido do que a vergonha de não haver lutado.

C01 - OTTOMAR saúda o trabalhador de Roraima. **Jornal de Roraima**, Boa Vista, 01 de mai. 1991.

No "Dia Universal do Trabalho", dirijo-me a brava gente desta terra, que está construindo com seus próprios esforços a grandeza do Estado.
Fiel aos compromissos de campanha que assumimos em praça pública e honrados pelo fato de sermos o primeiro governador eleito pelo Povo, temos voltado nossa administração para os trabalhadores, com a preocupação de criarmos mais e melhores condições de trabalho. Somos um governo popular, voltado para as populações mais carentes, solidários com os trabalhadores que diuturnamente, das mais diversas formas , contribuem para a grandeza de Roraima.
Neste dia estamos de mãos dadas, unidos pelo ideal de construirmos o amanhã.

Ottomar de Souza Pinto
(governador)

C02 – CARTA Aberta aos Pais. **Jornal Diário de Roraima,** Boa Vista, 10 e 11 de ago. 1991.

"Aos Pais

No mundo conturbado de hoje, no qual a violência , sob todos os aspectos, tomam conta das cidades, invade lares, infelicita as famílias, violenta as instituições e tenta destruir o que com muito sacrifício se construiu até hoje, é indispensável repensar a família como importante núcleo básico social que é , e a sua inquestionável importância na educação e formação dos filhos, isso sem excluir a efetiva participação do Estado, com suas obrigações e deveres com o cidadão, na construção de uma sociedade mais equilibrada e mais justa, anseio de todos.

Aos pais cabe a tarefa ímpar de os primeiros passos aos filhos para a grande escalada da vida, dando-lhe o necessário apoio, para aquele que é criança hoje possa ser o pai consciente de amanhã. Entendemos, nós, pais, que o homem do futuro deve ser construído hoje e agora, e para isso é extremamente necessário que compreendamos a necessidade da criança na sua experiência fantástica de enfrentar esse mundo em que vivemos.

Os meninos e meninas de rua que aos milhares perambulam pelo País são o resultado da precária estrutura constitucional vigente e da omissão de quantos poderiam ajudar a retirá-los desse flagelante estado de miséria em que se encontram. Serão, sem dúvida, pais desajustados de amanhã, que não tendo presente não terão futuro nem vislumbram perspectivas.

A educação atual não é desejada para fomentar nos jovens o estímulo às oportundiades que possam tirá-los da atual situação de descompromisso com uma sociedade moderna e sem injustiças. Por outro lado, as ações públicas são pequenas diante da dimensão dos problemas estruturais que a sociedade enfrenta, e que existem, não havendo por que negar.

À família, aos pais por extensão, cabe a tarefa de se conscientizar para construir essa sociedade tão almejada, seja cobrando aquilo que lhe é assegurado por lei, seja participando das ações em busca da normalização da atual conjuntura, dialogando com os filhos, dando-lhes a orientação e o apoio tão necessário para a consecução desse objetivo.

É assim raciocinando que o Governo de Roraima conclama, nas comemorações do Dia dos Pais, a união de todos os segmento da nossa sociedade para, em conjunto, encontrarmos essa importante via de acesso que nos permita conquistar para todos os cidadãos do nosso estado um futuro cada vez melhor, vencendo o desafio.

Ottomar de Souza Pinto
Governador do Estado

Telex - OTTOMAR protesta contra abuso da Polícia Federal no Cotingo. **Jornal Diário de Roraima,** Boa Vista, 22 de ago. 1991.

Excelentíssimo Senhor

JARBAS GONÇALVES PASSARINHO

Digníssimo Ministro de Estado da Justiça

Brasília – DF

Lamento incomodar vossa excelência com mais uma denúncia e protesto contra a prepotência do delegado da PF Raimundo Soares Coutrim que parece ter escolhido Roraima e seu povo para pasto de uma irreprimível selvageria que nada fica a dever aos métodos facistas da NKVD da era stalinista.

O advogado Alcyr da Rocha que acompanhou à delegacia da Polícia Federal o sexagenário Egydio Lima, lavrador, figura respeitada em Roraima, pai de um piloto que supostamente teria voado para o garimpo e hoje se encontra em tratamento de saúde em São Paulo, foi espancado e ambos humilhados na referida dependência da PF. Egydio está preso na Penitenciária do Estado e o Dr Alcyr da Rocha escapou em fuga durante os espancamentos, com o punho direito fraturado, o corpo cheio de esquimoses.

Roraima está sendo vilipendiada, senhor ministro, pelos seus jurisdicionados da Polícia Federal.Onde está o respeito aos direitos inalienáveis dos cidadãos? Desta vez não se trata de questão indígena, mas do protesto da sociedade, da Assembleia Legislativa e do Governo do Estado contra um funcionário que usa o pálio protetor da Polícia Federal para a retaliação, para o revanchismo.